



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: POLÍTICA, MOVIMENTOS
POPULACIONAIS E SOCIAIS**

**“SECA, GEADA E FOGO”: CONSIDERAÇÕES SOBRE UM DESASTRE
AMBIENTAL (PARANÁ, 1963).**

LETÍCIA APARECIDA DA PAIXÃO

**MARINGÁ
2015**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: POLÍTICA, MOVIMENTOS
POPULACIONAIS E SOCIAIS**

**“SECA, GEADA E FOGO”: CONSIDERAÇÕES SOBRE UM DESASTRE
AMBIENTAL (PARANÁ, 1963).**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, para a obtenção do Título de Mestre em História. Área de concentração: Política, Movimentos Populacionais e Sociais. Linha de Pesquisa: Política e Movimentos Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Angelo Priori.

**MARINGÁ
2015**

P172s PAIXÃO, Leticia Aparecida da
Seca, geada e fogo: considerações sobre um desastre ambiental
(Paraná 1963)/ Leticia Aparecida da Paixão. – Maringá:
Universidade Estadual de Maringá [S.N.], 2015.

187 f. 34 cm.

Orientador: Professor Doutor Angelo Priori -- Dissertação apresentada ao curso de Pós-graduação – Mestrado em História – Departamento de História - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCH (Mestrado em Política, Movimentos Populacionais e Sociais). UEM – Maringá – PR, 2015.

Bibliografia: f.178

1. História do Paraná. 2. Desastres ambientais. 3. Cafeicultura. 4. Erradicação. 5. Desmatamento. I. Priori, Angelo. II. Universidade Estadual de Maringá. III. Título.

CDD – 981.62

LETÍCIA APARECIDA DA PAIXÃO

“SECA, GEADA E FOGO”: CONSIDERAÇÕES SOBRE UM DESASTRE
AMBIENTAL (PARANÁ, 1963).

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Angelo Priori (Orientador) – UEM

Prof. Dr. Gilmar Arruda (Titular) – UEL

Prof. Dr. Paulo Henrique Martinez (Titular) – Unesp/Assis

Prof^a. Dr^a. Luciana Regina Pomari (Suplente) – Unespar

Prof. Dr. José Henrique Rollo Gonçalves (Suplente) – UEM

Data de aprovação

17/03/2015

Dedico este trabalho à memória dos flagelados.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Angelo Priori minha profunda gratidão, por me aceitar como sua orientanda na graduação e no curso de mestrado. Agradeço a paciência e a atenção nos momentos de dificuldade e de ansiedade, característicos de uma jovem pesquisadora. Obrigada pelo carinho e confiança em mim depositados e pelas valiosas lições que levarei ao longo da vida.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História – PPH, Lúcio Tadeu Mota, Solange Ramos de Andrade e Luiz Felipe Viel Moreira pelas leituras e reflexões compartilhadas. Agradeço de forma especial a professora Solange Ramos de Andrade, pelo rigor teórico-metodológico que muito contribuiu para minha formação intelectual.

Aos professores Gilmar Arruda e José Henrique Rollo Gonçalves pela participação na banca de qualificação. Agradeço de forma especial o professor Gilmar Arruda pela paciência, pelas importantes reflexões referentes à metodologia da pesquisa, a prontidão no envio de indispensáveis leituras e pelas valiosas contribuições que, certamente, proporcionaram um melhor desempenho na dissertação.

Ao professor Paulo Henrique Martinez, por ter aceitado o convite em participar da banca de defesa deste trabalho.

Ao Sr. Armínio Kaiser (in memoriam) pela disponibilização de fontes primárias fundamentais ao desempenho da pesquisa.

Aos funcionários da Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná pelos serviços prestados.

Agradeço a amizade e as interlocuções realizadas com os amigos da turma de mestrado. Em especial, Luciana Agostinho Pereira Athaides, Filipe Vieira, Michel Bossone e Suellen Andrade Cardoso pelas longas conversas desesperadoras e confortadoras.

À minha mãe Dalva e meu pai João por todo amor e paciência, por aceitarem meus sonhos e projetos, por serem a fonte de todo exemplo, dedicação, fé e amor. À minha irmã Danielle, pelos incentivos discretos, mas com muita profundidade.

Ao meu companheiro, amor e fonte de inspiração, Tiago, pelos incentivos e por acreditar em mim quando nem eu acreditava. Seu carinho, seu amor, sua paciência fazem toda a diferença.

Aos amigos sinceros, que fazem a vida valer a pena. Agradeço em especial Jeinni Puziol que indicou importantes referências bibliográficas sobre questões relacionadas à Geografia e Vanessa Ciribolla pelo seu valioso trabalho que abrilhantou a pesquisa e principalmente, pelos momentos de descontração.

À Giselle, secretária do PPH, pelo auxílio e atenção sempre prestados.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela disponibilização da bolsa de estudos, condição fundamental para a compra de básicas referências bibliográficas e para a participação nos eventos.

A Deus que não me deixou desistir, que me deu forças para lutar e correr atrás de um sonho. Muito obrigada pela graça dessa vitória, por nunca ter soltado minha mão e por me amar de uma maneira que não entendo.

“Sêca, geada e fogo. Êste é o ano da penitência! O demônio reinou por aqui e trouxe todo o fogo do inferno com ele.”

João de Arruda¹.

¹ PARANÁ, 1964, p. 16

PAIXÃO, Leticia Aparecida da. “SECA, GEADA E FOGO”: CONSIDERAÇÕES SOBRE UM DESASTRE AMBIENTAL (PARANÁ, 1963). 187 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. Angelo Priori. Maringá, PR, 2015.

RESUMO

A presente dissertação tem como intuito analisar o desastre ambiental ocorrido no Paraná no ano de 1963. Nesse ano aconteceu uma longa estiagem, seguida de geada e de incêndios florestais que abalaram o campo paranaense, chegando a consequências trágicas, como a morte de 110 pessoas, milhares de desabrigados e a destruição de mais de 600 mil alqueires de florestas e plantações, além de casas, sítios e paióis. As causas são complexas e as condições para o desencadeamento de tal desastre foram criadas no processo de transformação da paisagem do Estado com a colonização e com introdução do café no Norte Pioneiro, que promoveu o desmatamento em grande escala e a pauperização dos solos. Por conta das consequências geradas pelos incêndios uma série de ações remediadoras foram propostas pelo Governo Estadual e pela iniciativa privada. As medidas para auxiliar a população vitimada foram influenciadas por disputas políticas evidenciadas pela conjuntura política daquele momento que era marcado pela conspiração de um golpe civil-militar e pela hegemonia estadunidense nos países latino-americanos. A pesquisa também relata os problemas econômicos, sociais, sanitários e ambientais que a população paranaense teve de lidar quando houve a ocorrência dos incêndios. Os materiais utilizados para essa pesquisa são os dados oficiais do Estado do Paraná, jornais regionais, revistas, relatórios de empresas privadas e fotografias. Para melhor compreensão do tema e entendimento dos conceitos de desastre ambiental utilizamos os referenciais teóricos e metodológicos da História Ambiental. Por meio de seus referenciais ampliamos os estudos das relações do homem com o meio natural para compreender as transformações ocorridas nas paisagens e o modo como tais alterações podem influenciar diretamente as sociedades. Em suma, devemos levar em conta que tal desastre ambiental é fruto das relações dos habitantes com seu meio natural. Torna-se importante conhecer a historicidade dessas relações de modo a compreender as reais extensões desse evento e a forma como ele está inserido em um contexto amplo, marcado, sobretudo, pela erradicação de cafeeiros que vinha ocorrendo desde o início da década de 1960 e pelo processo de desflorestamento da região central do estado.

Palavras-chave: História Ambiental; Desastres; Incêndios; Cafeicultura; Erradicação; Desmatamento.

PAIXÃO, Leticia Aparecida da. "DROUGHT, FROST AND FIRE": CONSIDERATIONS OF A DISASTER ENVIRONMENT (PARANÁ, 1963). 187 p. Dissertation (Master in History) – State University of Maringá. Supervisor: Angelo Priori. Maringá, PR, 2015.

ABSTRACT

This work has the intention to analyze the environmental disaster in Paraná in 1963. In that year, there was a long drought, followed by frost and forest fires that shook the Paraná's field, reaching tragic consequences, like the death of 110 people, thousands of homeless and the destruction of more than 600,000 acres of forests and plantations, as well as houses, farms and barns. The causes are complex and the conditions for triggering such a disaster were created in the process of transformation of state's landscape with colonization and introduction of coffee in the Pioneer North, which promoted large-scale deforestation and impoverishment of the soil. Because of the consequences generated by fires, the State's Government and the private sector proposed a number of remedial actions. Measures to assist the victimized population were influenced by political disputes evidenced by the political situation of that time that was marked by the conspiracy of a civilian-military coup and the US hegemony in Latin American countries. The study also reports the economic, social, health and environmental problems that Paraná's population had to deal with the occurrence of fires. The materials used for this research are the Paraná State official data, regional newspapers, magazines, private business reports and photographs. To better understand the theme and the environmental disaster concepts we used the theoretical and methodological references of Environmental History. Through its references, we expanded the study of man's relationship with the natural environment to comprehend the changes that occurred in the landscape and how these changes can influence the society directly. In short, we must take into account that such environmental disaster is the result of the relations of the inhabitants with their natural surroundings. It is important to know the historicity of these relations in order to understand the real extensions of this event and how it is inserted in a broader context, marked above all by the eradication of coffee plantations that had been occurring since the early 1960s and by the process of deforestation of the state's central region.

Keywords: Environmental History; Disasters; Fires; Coffee production; Eradication; Deforestation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Comparação das erradicações de cafeeiros no Paraná 1962-1964.....	44
Tabela 2: Reocupação de áreas liberadas pela erradicação de cafeeiros no Paraná (1964).....	45
Tabela 3: Temperaturas mínimas e percentuais de prejuízos (safra 1964/1965).....	64
Tabela 4: Efeitos das últimas geadas (considerando valores percentuais - %).....	65
Tabela 5: Prejuízos nas lavouras cafeeiras (1963).....	67
Tabela 6: Relação dos Municípios e Respectivas áreas atingidas pelos incêndios.	73
Tabela 7: Quantidade de sementes distribuídas por região.....	94
Tabela 8: Demonstrativo dos Prejuízos.....	103

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Distribuição da cobertura florestal do Paraná em 1890.	49
Mapa 2: Distribuição da cobertura florestal do Paraná em 1930.	50
Mapa 3: Mata de Araucárias (1950).	51
Mapa 4: Distribuição da cobertura florestal do Paraná em 1965.	53
Mapa 5: Previsão de distribuição da cobertura florestal do Paraná para 1990.....	53
Mapa 6: Área devastada pelos incêndios de 1963 – Estado do Paraná	72
Mapa 7: Campanha Socorro ao Paraná em Flagelo – Regiões.....	102
Mapa 8: Mesorregiões Paraná (2004)	139

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Folhas de café denotando a intensidade da seca. Entre Santa Zélia e Astorga - Município de Astorga. 06/09/1963. Foto: Armínio Kaiser.	60
Foto 2: Fazenda São José do engenheiro agrônomo José Ferreira Camargo – Município de Astorga. Café geada em 30 de maio de 1962. Brotação atingida pelas geadas de 6 e 7 de agosto de 1963. Foto: Armínio Kaiser.	66
Foto 3: Pondo fogo em restos de cafeeiros geados em 1962 e 1963 por serem considerados irrecuperáveis. Fazenda São José – Proprietário José Ferreira de Camargo – Astorga. 03/09/1963. Foto: Armínio Kaiser.	69
Foto 4: Aspectos do posto de venda de sementes de soja, amendoim e arroz. 21/11/1963. Foto: Armínio Kaiser.	95
Foto 5: Vista aérea de incêndio florestal na Fazenda Monte Alegre. Monte Alegre, Paraná, década de 1960. Acervo do Centro de Documentação e Memória Klabin.	115
Foto 6: Índios da reserva de Natingui, na localidade de Mauá, que tiveram suas casas inteiramente destruídas. Revista Manchete (28/09/1963).	137
Foto 7: Estrada Vila Vitória – Ribeirão Lajeado. Município de Sabáudia. 07/09/1963. Foto: Armínio Kaiser.	142
Foto 8: Região Centro Oriental. Galeria Defesa Civil do Paraná (1963).	144
Foto 9: Após terem seus bens materiais consumidos pelo fogo famílias de lavradores se dirigiam às cidades em busca de recursos. Os mais imediatos eram vestuário e alimentação. Galeria Defesa Civil do Estado (1963).	149
Foto 10: Com as pastagens estorricadas pelo fogo o gado não encontrou mais alimento. As poucas cabeças de gado que conseguiram sobreviver estavam fadadas a morrer de fome. Revista Fatos e Fotos (Set.1963).	153
Foto 11: Diversos corpos carbonizados foram enterrados em valas comuns. Naquele momento controlar as chamas era mais importante do que realizar sepultamentos com as devidas honras. Região Central. Galeria Defesa Civil do Paraná (1963).	155
Foto 12: As guarnições do Corpo de Bombeiros contaram com a ajuda da população local, que imediatamente se voluntariavam para combater nas frentes do fogo. Revista Manchete (28/09/1963).	158
Foto 13: Vítima com queimaduras na face, mãos e braços. Galeria Defesa Civil do Paraná (1963).	161
Foto 14: Os pequenos órfãos receberam os cuidados dos voluntários que se apresentaram para as tarefas de socorros. Revista Manchete (21/09/1963).	162
Foto 15: Retirantes. Revista Fatos e Fotos (21/09/1963)	164
Foto 16: Mulheres e crianças. Revista Manchete (28.Set.1963)	168
Foto 17: Procissão “ad petendam pluviam” entre Santa Zélia e Santa Fé, no Ribeirão Fernão Dias. Divisa entre os municípios de Astorga e Munhoz de Mello. 29/08/1963. Foto: Armínio Kaiser.	171

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 POR UMA HISTÓRIA DO MEIO AMBIENTE.....	20
1.1 História, natureza e paisagem.....	21
1.1.1 Desastres ambientais	32
2 CRIANDO AS CONDIÇÕES PARA UM DESASTRE AMBIENTAL.....	40
2.1 O café e o modo de ocupação da região norte do Paraná.....	40
2.2 Desmatamento: uma consequência da transformação da natureza em mercadoria ...	47
2.3 As condições climáticas em 1963.....	57
3 AS “AÇÕES REMEDIADORAS” DO DESASTRE: O ESTADO, A POPULAÇÃO CIVIL E A KLABIN.....	71
3.1 As políticas públicas criadas pelo Estado	71
3.1.1 A Operação Sementes.....	92
3.1.2 Assistência social	97
3.1.3 Assistência médico-hospitalar e o combate ao fogo	106
3.2 O incêndio na Indústria Klabin.....	111
3.2.1 Fogo nos pinhais	113
3.2.1.1 Aperfeiçoamento na prevenção e combate aos incêndios	119
3.3 Reflorestamento e o melhoramento genético	123
4 O COTIDIANO DE UM DESASTRE	136
4.1.1 O fogo no Norte Central	139
4.1.2 O fogo no Centro Oriental	143
4.1.3 O fogo no Centro Ocidental e Norte Pioneiro	146
4.1.4 O fogo nas mesorregiões Noroeste, Centro Ocidental, Oeste, Sudoeste e Centro-Sul	148
4.1.5 Região Metropolitana de Curitiba	152
4.2 O fogo: desencontro de informações	153
4.3 Incêndios que causaram problemas de saúde, que ultrapassaram fronteiras e alteraram o cotidiano	156
CONSIDERAÇÕES FINAIS	174
REFERÊNCIAS	178

INTRODUÇÃO

Desastres ambientais podem ser definidos como resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema causando danos humanos, materiais e/ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos.

De modo geral, os desastres ambientais são determinados a partir da relação entre o homem e a natureza. Resultam das tentativas humanas em dominar a natureza, que em sua maioria, acabam derrotadas. Além do que, quando não são aplicadas medidas para a redução dos efeitos dos desastres, a tendência é aumentar a intensidade, a magnitude e a frequência dos impactos (KOBAYAMA et. al., 2006).

Em 1963, entre os meses de agosto e setembro, ocorreu no Estado do Paraná um incêndio florestal sem precedentes em sua história. Aproximadamente 128 municípios tiveram sua infraestrutura afetada pelo fogo. Lavouras, pastos, casas, animais domésticos e selvagens, vidas humanas e reservas florestais foram consumidos pelas chamas que se espalhavam pelo território a uma velocidade de 30 quilômetros por hora.

Em fins de agosto a situação do Paraná era de calamidade pública. Incalculáveis riquezas foram queimadas, famílias ficaram desempregadas, desabrigadas, doentes e famintas. Essas pessoas passaram a integrar o novo contingente de homens “sacrificados”: os “flagelados”².

A culpa imediata dos incêndios recaiu na soma de três fatores: estiagem, geadas e queimadas de limpeza. A longa estiagem somada às geadas ocorridas naquele ano, criaram uma paisagem de alta e fácil combustão que possibilitou com que o fogo se alastrasse com facilidade pelo território devido à ação dos ventos que propagou as fagulhas. Quando as primeiras chamas saíram do controle não puderam ser facilmente controladas.

Porém essa justificativa imediata para os incêndios não considerava a conjuntura social, política, econômica e ambiental que foi determinante para que esse evento se tornasse de fato um desastre ambiental. Naquele momento ocorria no Paraná o processo de colonização de diversas regiões, e a erradicação e racionalização da cultura que foram responsáveis pelo desmatamento e abertura de grandes áreas, antes ocupadas pelo café, que foram revertidas, sobretudo, em pastagens.

Considerado pelas diversas fontes consultadas como a maior tragédia florestal registrada no mundo em área devastada, esse evento ainda é um capítulo pouco conhecido da

² Termo usado pela imprensa para se referir à população vítima dos incêndios.

recente história do Paraná. O incêndio de 1963, gerou uma série de desdobramentos econômicos, sociais, sanitários e ambientais que alteraram os sistemas de combate e prevenção ao fogo, bem como contribuíram para modificar as estruturas econômicas e florestais do Estado.

O primeiro contato com o assunto foi em 2009, no primeiro ano de graduação em História. Porém, naquele momento as dificuldades em conseguir informações se sobressaíram e a análise ficou limitada apenas a duas fontes: um relatório elaborado pelo Departamento de Imprensa do Paraná, intitulado “Paraná: do flagelo à recuperação” e as notícias publicadas no jornal Folha de Londrina.

Nesse meio tempo conseguimos ampliar a documentação referente ao desastre ocorrido há mais de cinquenta anos no Paraná. Evento que representou um momento da história paranaense que não se restringiu apenas à atividade de combate a incêndio. Ao contrário, seus efeitos consumiram vidas, alteraram o cenário, produziram sequelas para a economia, impactos sobre a agricultura, transportes, saúde, além de instaurar o medo na população paranaense.

Feitas essas breves considerações, no primeiro capítulo apresentamos o referencial teórico que balizou a realização desta investigação. Inserimos nossa pesquisa nos referenciais teóricos e metodológicos da recente história ambiental, que em linhas gerais é uma forma de se escrever e pensar a história, tomando o “ambiente” ou o “ambiental” como categoria de análise das relações entre as dimensões natural e construída do mundo palpável (BUELL, 2001 apud KLANOVICZ, 2013, p. 293).

Tendo em vista que a ação humana teve um papel preponderante na causa dos incêndios, o nosso referencial foi inspirado pelo uso da paisagem enquanto um documento histórico, uma vez que ela é constituída por componentes naturais e artificiais. Ao observar e analisar criticamente a paisagem, conseguimos perceber as modificações na natureza pelo homem, as mudanças ambientais, o papel do meio ambiente no desenvolvimento da sociedade, bem como as relações estabelecidas entre o homem e a natureza. No processo de transformação das paisagens o elemento fundamental é o tempo, pois ele age em determinado espaço físico, com a predominância de certos elementos, para formar os diversos tipos de paisagens.

Em seguida, realizamos uma discussão bibliográfica acerca dos estudos dos desastres ambientais. A definição de desastres percorreu um longo caminho, pois antes eram considerados como “castigo divino” ou obras exclusivas da natureza que afetavam as

sociedades ocasionando prejuízos materiais e humanos. No final da década de 1960, houve um debate no meio científico e a palavra desastre passou a ser definida como resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema, causando prejuízos de diversas naturezas. Junto a essa nova definição ocorreu o aumento, bem como a divulgação, de inúmeros desastres em escala planetária. Nesse sentido, as análises sobre os desastres ambientais passaram a se constituírem em temas importantes, levando em conta as dimensões socioeconômicas e culturais dos problemas ambientais.

A era capitalista trouxe uma série de mudanças ao nosso relacionamento com a natureza. A ocorrência de desastres ambientais são reflexos dos efeitos lentamente acumulados de um modo de exploração desenfreado dos recursos naturais. Essa ideia da natureza como moeda de troca é a principal responsável pela criação de paisagens vulneráveis aos eventos propriamente da natureza, que não seriam destrutivos se não tivessem o cenário para o seu desencadeamento. Partindo desses pressupostos que o segundo capítulo trata das condições políticas, sociais, econômicas e ambientais que foram criadas para que os incêndios adquirissem as proporções de um desastre ambiental.

Em primeiro lugar, deve-se analisar a transformação que a paisagem do território paranaense sofreu a partir do processo de ocupação, bem como da introdução da cultura do café nessas regiões. A cafeicultura foi ganhando espaço e florestas foram derrubadas para dar lugar a cidades e cafezais. À medida que os solos se esgotavam e a demanda do mercado se intensificava, novas terras passaram a ser exploradas. Em consequência, os efeitos dos eventos climáticos – as geadas – nos cafezais se tornaram mais intensos à medida que a cobertura vegetal nativa era retirada.

Em um segundo momento, é necessário analisar a ocorrência dos incêndios dentro da conjuntura da erradicação e racionalização da cultura que acontecia naquele período. A área liberada pela erradicação dos cafeeiros seria aproveitada pelas culturas de subsistência, melhorando o padrão de vida dos produtores e o abastecimento dos centros de consumo, bem como para outros produtos de exportação que melhorassem a receita de divisas.

Enquanto a região Norte do Estado passava por esse processo de reocupação das culturas, a região Central começava a implantar florestas artificiais. O desmatamento dessa região está diretamente ligado aos “ciclos econômicos” ocorridos no Estado. Na década de 1960, restavam poucos remanescentes de florestas de Araucárias, principal fonte de matéria prima utilizada pela Indústria Klabin, que em virtude do seu esgotamento passou a implantar diversas espécies de Pinus e Eucaliptos para abastecer sua fábrica.

Ainda neste capítulo tratamos das condições climáticas de 1963. Analisamos dados referentes às características climáticas do Estado e do ano em questão, que foi considerado como o mais seco do século passado pela literatura especializada.

Os incêndios modificaram a paisagem natural e artificial do Estado. Essa alteração na paisagem gerou sérias consequências e mudanças nos diversos setores da sociedade e introduziu algumas discussões de cunho ambiental inéditas para o período.

O terceiro capítulo aborda as políticas públicas desenvolvidas pelo Estado e pela população civil. Os desdobramentos econômicos, sociais, sanitários e ambientais gerados pelos incêndios mobilizaram os diversos setores da sociedade. A ajuda para tentar sanar os efeitos do fogo chegou de diversos pontos do Brasil e do mundo. Era preciso alimentar, vestir, improvisar um lar para os milhares de desabrigados, e ainda criar uma infraestrutura que fosse capaz de recuperar o Estado.

Neste capítulo tratamos de temas referentes aos auxílios prestados à população. Abordamos as documentações expedidas pelo Governo do Paraná junto às instâncias do Governo Federal; as campanhas de cunho social e sanitárias desencadeadas nos mais diversos pontos do país; da ajuda internacional; das campanhas de assistência social (Campanha Socorro ao Paraná em Flagelo); e da recuperação econômica e rural do Estado (Operação Sementes).

O problema gerado na economia florestal do Paraná também foi alvo das políticas públicas. O setor precisava ser recuperado, repovoado e preservado. Os incêndios florestais de 1963 trouxeram à tona a importância do reflorestamento e da preservação das matas nativas. Para discutir essas questões a Universidade do Paraná organizou um Simpósio de Reflorestamento da Região da Araucária, onde o tema básico em torno do qual os trabalhos e as discussões deveriam versar era “O Reflorestamento em termos de recuperação econômica”.

As discussões preconizavam a introdução de espécies de *Pinus* para impulsionar a economia florestal e preservar as matas nativas, a melhoria genética das sementes de Araucárias e a educação ambiental. Os impactos gerados pelos incêndios no setor florestal, bem como a urgência em estabelecer um plano sistemático de combate a incêndios também foram temas discutidos e tratados com relevância.

Em linhas gerais esse capítulo trata das políticas públicas que foram desenvolvidas para auxiliar a população vítimas dos incêndios. O Estado e a iniciativa privada lançaram uma série de medidas que visavam desde o atendimento imediato até ações para prevenções de futuros incêndios. Contemplamos a assistência econômica, social, médica e hospitalar que

ficou sob responsabilidade do Estado e população civil, bem como as medidas que a Indústria Klabin promoveu em seu sistema de prevenção e combate ao fogo. Essas “ações remediadoras” atendiam a população em geral de formas muito diversas, pois havia um público alvo para cada medida proposta gerando uma série de conflitos.

No período entre agosto e setembro, os jornais regionais dedicaram diversas páginas de suas publicações para relatar os incêndios. Nos editoriais analisados encontramos comunicados sobre as extensões das chamas, prestação de contas do Governo Estadual, recomendações, alertas para a população das regiões mais densamente atingidas, disputas e oposições acerca do desastre.

No início as autoridades não acreditavam que o Paraná estava “imerso em um mar de chamas” e o público, em geral, discordava da real extensão adquirida pelos incêndios. A situação paranaense ganhou destaque na imprensa regional, nacional e internacional. Reportagens sensacionalistas, mas algumas bem próximas da realidade foram as responsáveis pela mudança da opinião pública em relação aos incêndios.

Diante do papel desempenhado pela imprensa escrita na divulgação dos incêndios, o quarto capítulo relata o dia a dia dos incêndios a partir das reportagens veiculadas naqueles meses. Para dar conta do volume de informações retiradas dos periódicos e para deixar as informações inteligíveis, optamos por dividir o Paraná em mesorregiões, para facilitar a compreensão e possibilitar uma visão panorâmica do fogo.

As notícias encontradas nos jornais e revistas revelaram outros detalhes dos efeitos gerados pelas chamas. Fechamento de estradas e aeroportos, problemas respiratórios, surtos epidêmicos, a situação de crianças órfãs, êxodo, tratamento aos queimados, são alguns dos temas que foram frequentemente relatados na imprensa escrita e que buscamos dar conta nesse capítulo.

Ao longo da dissertação será possível visualizar algumas fotografias do acervo particular de Armínio Kaiser que ajudaram a refletir sobre as extensões dos incêndios. Cedidas gentilmente e digitalizadas em DVD, as fotografias são testemunhos dos treze anos de trabalho como técnico do Instituto Brasileiro do Café na região noroeste do Estado. Kaiser presenciou e registrou o auge do período dinâmico da cafeicultura como os anos de progressiva erradicação e redução da área cultivada, a partir de 1962. As imagens selecionadas são aquelas relacionadas à seca, à geada e aos incêndios, que captaram os danos nas lavouras, o drama, o medo e o desespero da população rural paranaense.

Tabelas e mapas contribuíram para a visualização e problematização da nossa investigação. Os números revelaram a complexidade dos prejuízos, bem como a amplitude das providências que tiveram de ser tomadas para atender uma população que ficou à beira da miséria.

Para compreender os incêndios como um desastre ambiental é preciso levar em consideração o cenário econômico e social que estava em transição naquele período e que se iniciou muito antes do fogo. É preciso analisá-lo a partir de uma problemática econômica, social e cultural, pois o desastre em si é o momento mais dramático desse processo. Por isso que os desastres reforçam padrões históricos já existentes e podem se tornar em eventos transformativos desencadeando uma série de novas medidas mitigadoras.

Revisitar os incêndios de 1963 é entender, acima de tudo, que a sociedade produz e reproduz o seu espaço de acordo com as suas necessidades e com os recursos técnicos e econômicos de que dispõe, mesmo que tais meios resultem em desastres ambientais. Em linhas gerais, devemos compreender a natureza como parte e resultado de uma longa história cultural. Não podemos distanciar e separar seres humanos e natureza.

1 POR UMA HISTÓRIA DO MEIO AMBIENTE

Em 1963, o Estado do Paraná foi atingido por inúmeros focos de incêndios que desestabilizaram as estruturas ambientais, sociais e econômicas do estado. Entre agosto e setembro o fogo atingiu 128 municípios. A área danificada foi calculada em torno de 21 mil quilômetros quadrados (aproximadamente dois milhões de hectares), a qual era ocupada por casas, sítios, lavouras e reservas florestais, gerando um prejuízo de bilhões de cruzeiros e deixando centenas de pessoas desempregadas.

Dados oficiais calculam que 2.548 pessoas ficaram desabrigadas, 1.058 feridas e 73 pessoas morreram por conta dos incêndios (PARANÁ, 1963). Os jornais do período noticiaram que o fogo estava matando em média 10 pessoas por dia, sendo que no dia 9 de setembro 130 lavradores já haviam perdido suas vidas (ÚLTIMA HORA, 1963). O número de mortos, feridos e desabrigados parece ser impossível de precisar por conta das divergências encontradas nas fontes consultadas.

As regiões do estado mais densamente atingidas foram os municípios de Ortigueira, Curiúva, Tibagi, Sapopema, Arapoti, Cândido Abreu, Barbosa Ferraz, Reserva, Ivaiporã, Roncador, Palmital, Pitanga e Inajá (PARANÁ, 1964, p.12). O fogo consumiu perto de 1 milhão de hectares de florestas nativas, capoeiras e reflorestamentos, dizimou os últimos remanescentes florestais nativos do Segundo Planalto, além de consumir inteiramente os reflorestamentos de araucária da Indústria Klabin, que para tocar sua fábrica de papel em Monte Alegre, passou a comprar “lascas de pinheiro”, provenientes de araucárias jovens (GUBERT FILHO, 2010, p. 22).

A mídia regional e os documentos elaborados por órgãos do Governo do Paraná foram unânimes em afirmar que os incêndios ocorreram devido a soma de três fatores: a estiagem ocorrida a partir de janeiro de 1963, as geadas do mês de agosto que ressecou pastos e lavouras e o início das queimadas no campo. O resultado dessa soma foi a formação de uma paisagem de alta e fácil combustão, que possibilitou com que o fogo se alastrasse com facilidade pelo território devido à ação dos ventos que propagou as fagulhas.

O entendimento dos incêndios exige que aprofundemos as análises referentes a esses fatores, bem como exige a sua inserção em uma conjuntura ampla, a qual levou o desencadeamento do desastre. Essas análises exigem ainda, que entremos em contato com as diversas ciências naturais para compreender os quadros climático, físico, ecológico, social,

cultural e político. Para tanto nos apoiamos nos referenciais teóricos e metodológicos da História Ambiental.

1.1 História, natureza e paisagem

A humanidade vem presenciando ao longo do tempo desastres ambientais como a poluição excessiva, desmatamento de áreas tropicais, o número crescente de animais e vegetais sob ameaça de extinção, o efeito estufa, o aumento do buraco na camada de ozônio, entre outros. Devido a esses acontecimentos a questão da sustentabilidade da vida humana no planeta se tornou um tema obrigatório em todas as esferas da sociedade.

Segundo Martins (2007) o *turning point* da questão ambiental foi a década de 1970. No ano de 1971, um pequeno grupo de militantes ecológicos lançou as bases do *Greenpeace* após uma reação contra os testes nucleares estadunidenses no Alasca. No ano seguinte foi publicado um relatório do Clube de Roma, intitulado *Limites para o Crescimento*, que continha um alerta de que os recursos naturais da Terra seriam rapidamente esgotados caso continuasse no mesmo ritmo de expansão da população e da economia mundiais.

Como o planeta suportará a população e consumo crescentes? McCormick (1992) escreveu sobre uma espécie de catastrofismo ecológico que tomou conta nas décadas de 1960 e 1970. Comunidade científica e sociedade civil colocaram diante de si o temor pela completa dizimação da vida humana na Terra e passaram a buscar obstinadamente uma saída para evitar que isso aconteça.

A emergência de problemas ambientais em escala planetária fez com que os historiadores se defrontassem com a necessidade de repensar alguns dos aspectos teóricos e metodológicos de sua disciplina, de maneira a possibilitar a compreensão das profundas interações entre os seres humanos e a natureza ao longo da história. Neste contexto, entra em cena a história ambiental, que oferece um vasto campo de reflexão, abrangendo desde a necessidade de esclarecer seus principais conceitos e aprimorar sua metodologia, até a análise da forma como os historiadores têm abordado a relação entre os seres humanos e a natureza (CASTRO, 2003).

A História Ambiental emerge como campo de estudo nos Estados Unidos entre fins da década de 1960 e início da de 1970, anos de profundas agitações políticas, econômicas e culturais, em meio à Guerra Fria. A crença no progresso por meio da ciência foi abalada, bem

como o discurso desenvolvimentista. Paulatinamente a sociedade civil foi apercebendo-se do fato que a industrialização, a modernização dos meios de produção e a racionalização dos modos de vida não foram capazes de solucionar as mazelas da humanidade. Miséria, atraso, preconceito racial e exclusão social estavam cada vez mais evidentes (SOUZA, 2012, p. 151).

Os motivos da valorização de uma abordagem ambiental devem-se não apenas a militância dos cientistas que se esforçam para encontrar estratégias de regeneração de ecossistemas, ou do esforço de pesquisadores que procuram restaurar e preservar o patrimônio histórico, mas também ao acentuado interesse de expressivas parcelas da sociedade em conhecer e interpretar os ciclos históricos para melhor compreenderem o presente e melhor prepararem-se para os cenários socioambientais futuros (COSTA; WIZNIEWSKY, 2010). Isso prova também que as indagações por parte dos historiadores dirigidas à natureza demonstra como a produção do conhecimento histórico se faz em sintonia com seu próprio tempo (DUARTE, 2005).

A história ambiental como campo de estudo organizado e consolidado é um fenômeno relativamente recente. Nos Estados Unidos se fortaleceu por volta da década de 1970. Na América Latina começou a ganhar corpo na década de 1980 (LEFF, 2005). No Brasil, mais tarde ainda. Os primeiros estudos de fôlego surgiram na década de 1990. Para alguns historiadores ambientais, entre eles Donald Worster, havia “pouca história no estudo da natureza e pouca natureza no estudo da história”, tornando-a quase uma “história inatural”, já que consistia em pesquisas arquivais e com abordagens onde a “terra” aparecia cada vez menos. Com o avanço da história ambiental, esse cenário vai mudando gradualmente e nessa nova história natural, o próprio ambiente é concebido como um documento histórico que o historiador procura “ler” (MATHEWSON; SEEMANN, 2008, p. 72-73).

O primeiro curso universitário de maior repercussão com o título de “História Ambiental” foi ministrado em 1972, na Universidade da Califórnia em Santa Bárbara, pelo historiador cultural Roderick Nash. Ao explicar a concepção do curso apresentado como indicador de uma nova fronteira no ensino da História, o autor deixou explícito que estava também “respondendo aos clamores por responsabilidade ambiental que atingiram um crescendo nos primeiros meses daquele ano.” A “voz das ruas”, teve importância na formalização da história ambiental (PÁDUA, 2010, p. 81).

De acordo com Pádua (2010), muitos historiadores ambientais se sentem desconfortáveis com a presença desse tipo de influência externa ao contexto propriamente acadêmico, ou simplesmente a rejeitam. Esse tipo de influência sugere uma politização da

pesquisa, ajudando a promover uma confusão entre história ambiental e ambientalismo. Porém esse tipo de postura vai de encontro as teorizações repetidas de que o historiador não está isolado do seu tempo e que ele sempre mira o passado com as perguntas do presente.

Pode-se afirmar que a história ambiental surge das preocupações da sociedade com o meio ambiente, amplamente visíveis a partir das últimas décadas. A amplitude e a generalidade do campo das relações sociedade-natureza impõem a necessidade de fazer um recorte epistemológico para estabelecer o campo próprio de uma abordagem de diferentes processos, que vão desde os que permitem compreender as racionalidades econômicas, ecológicas e culturais do uso da natureza, até os resgates de saberes e práticas tradicionais de diferentes culturas com seu entorno ecológico (LEFF, 2005, p. 23).

A cena política e social não é suficiente para explicar a emergência de um enfoque ambiental na pesquisa histórica. Pádua (2010, p. 83) ainda lembra que os historiadores ambientais também foram desafiados por movimentos internos ao mundo do conhecimento, especialmente por importantes mudanças epistemológicas consolidadas no século XX, mas que já estavam em gestação nos séculos anteriores, em relação ao mundo natural e de seu lugar na vida humana. Três mudanças merecem particular atenção: a primeira é a ideia de que a ação humana pode produzir um impacto relevante sobre o mundo natural, inclusive ao ponto de provocar sua degradação; a segunda mudança diz respeito aos marcos cronológicos de compressão do mundo; e a terceira se trata da visão de natureza como uma história, como um processo de construção e reconstrução ao longo do tempo.

A revolução cronológica nas ciências naturais produziu um grande impacto epistemológico nos historiadores ambientais que buscam metodologias que permitam investigar a história humana em um marco temporal mais amplo. Não se trata de sempre trabalhar na longuíssima duração. Pode-se fazer história ambiental de períodos relativamente curtos. Mas sempre tendo em mente, aos menos como pano de fundo, a presença de grandes escalas na constituição dos fenômenos que estão sendo analisados (PÁDUA, 2010, p. 88).

A História Ambiental traz em sua gênese duas problemáticas que serão constantemente perseguidas pelos historiadores que a popularizaram e hoje são considerados pela historiografia como matrizes teórico-metodológicas da área. A primeira problemática diz respeito ao capitalismo, pensada aqui nos termos de processo de conversão de um produto, no caso o meio natural em bem de capital. A segunda está diretamente ligada a primeira, a colonização. Entendida como o ato de apropriação e inserção de um ambiente no sistema de trocas mundiais, por meio de sua mercantilização, o que permite considerarmos, não apenas a

colonização entre os séculos XV e XVII, mas também o avanço territorial e de fronteira³ (SOUZA, 2012, pp. 151-152).

No século XX as novas formulações teóricas consolidaram a ideia de que a história é um componente fundamental no entendimento da natureza. Essas novas formulações ameaçou o determinismo geográfico que defende que as condições naturais governam o comportamento do homem e até mesmo aspectos de seu caráter (PÁDUA, 2010).

A História Ambiental ao dialogar com as ciências naturais se situa em um contexto teórico muito diferente do determinismo, pois ela procura repensar as interações entre os sistemas sociais e os sistemas naturais, e as consequências dessas interações para ambas as partes ao longo do tempo.

Durante longo tempo, os estudos históricos, com algumas exceções, se concentraram exclusivamente na análise das sociedades humanas, como se a natureza fosse apenas mais um entre tantos fatores presentes na história dos homens. Quase que explicitamente, negava-se a possibilidade de pensar as múltiplas e ricas relações entre os seres humanos e o meio natural, como se elas pouco ou nada tivessem a ver com o desenvolvimento histórico das diferentes sociedades (CASTRO, 2003, p. 2).

Esta tendência de pensar na natureza em oposição ao homem ou a cultura é marcante desde o final do século XVIII. Teixeira da Silva (1997, p. 298) pontuou que particularmente o idealismo e o romantismo alemães no século XIX, forçaram uma distância absoluta entre natureza e cultura. Tal visão contaminou fortemente a história, como as demais ciências sociais, de forma a estabelecer uma periodização em que ambos os termos aparecessem como pontas opostas de um processo.

³ Diversos estudos de autores que hoje são considerados pela historiografia como matrizes teórico-metodológicos da História Ambiental analisaram os impactos que os processos colonizadores tiveram sobre a natureza, bem como sobre a forma de pensá-la e explorá-la. Donald Worster em seu livro *Dust Bowl: The Southern Plains in the 1930s* (1982) faz uma análise sobre as tempestades de poeira que assolaram a região das Grandes Planícies estadunidenses na década de 1930. Segundo o autor o *Dust Bowl* é um dos maiores desastres ambientais produzidos pela mão do homem na história. Entre 1934 e 1937, mais de duzentas tempestades de poeira atingiram as Grandes Planícies. Uma das maiores consequências foi a erosão do solo que afetou, sobretudo, os estados produtores de trigo. A culpa imediata foi atribuída ao vento e à seca de 1931-1934. Mas a verdadeira responsabilidade estava em mais de meio século de práticas agrícolas irrefletidas. Worster observa as planícies como um modelo de insensibilidade ecológica e o capitalismo como um fator decisivo no uso predatório dos recursos naturais. Outro trabalho de fôlego que tem em sua temática o capitalismo e o processo de colonização como determinantes na alteração de um bioma é *A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira* (1996), de Warren Dean. O autor inicia sua análise da devastação da Mata Atlântica não com a chegada dos colonizadores, mas em 400 milhões de anos atrás, quando da criação da mesma. O autor trabalha com a longa duração e considera os aspectos geológicos, ecossistêmicos, culturais, sociais, políticos e econômicos como influenciadores na intervenção humana na Mata Atlântica.

Essa visão de distanciamento deve ceder espaço para uma nova compreensão. Essa visão, segundo Teixeira da Silva, deve estabelecer um processo *continuum*, ou seja, as novas abordagens devem privilegiar a natureza como um produto de uma prolongada atividade humana. A incorporação das grandes massas de adensamento humano e seu peso sobre o meio ambiente impõe-se como tema ao historiador (TEIXEIRA DA SILVA, 1997, p. 298).

A tese culturalista de que os seres humanos constroem o mundo a partir de sua percepção e da sua cultura deve ser ampliada em dois sentidos. Primeiro, os humanos não constroem seu mundo apenas por meio do pensamento, mas também por meio do corpo e do conjunto de organismos; e que todos os seres vivos constroem seu mundo a partir da experiência. Cada ser constrói seu mundo e o mundo coletivo se constrói por meio de uma trama complexa das interações e interdependências (PÁDUA, 2010, p. 93).

A História Ambiental encontra seus temas essenciais quando ocorre uma interação ou um confronto entre as esferas natural e cultural. Nesse sentido, Donald Worster (2002, pp. 26-27) ressaltou três níveis em que os estudos em história ambiental operam, cada um dos quais retirados de uma variedade de outras disciplinas e requerendo métodos especiais de análise. O primeiro envolve a descoberta da estrutura e distribuição dos ambientes naturais do passado. Devemos entender como a própria natureza estava organizada e funcionava nos tempos passados e para isso, o auxílio das ciências naturais, baseando-se em suas metodologias, fontes e evidências, é fundamental.

O segundo nível da história ambiental se concentra na tecnologia produtiva, na medida em que esta interage com o meio ambiente. São os “modos de produção”, que estão engajados não somente na organização do trabalho humano e maquinário, mas também nas transformações da natureza. O foco se situa na análise sobre as várias formas com as quais as pessoas tentaram transformar a natureza num sistema que produz recursos para o consumo.

O terceiro nível é mais intangível, puramente mental em que as percepções ideológicas, éticas, leis e mitos tornaram-se parte de um diálogo de indivíduos e de grupos com a natureza.

Para Worster (2002) o grande desafio da história ambiental não é meramente identificar tais níveis de indagação, mas sim em decidir como e onde fazer as conexões necessárias.

Nesse sentido, a História Ambiental tem como o objetivo compreender e estabelecer a relação do homem com a natureza, problematizando essas relações e suas transformações ao

longo do tempo, e também proporcionar conhecimento sobre o nosso atual contexto ambiental. O historiador ambiental deve ser um:

intérprete dos quadros de recursos naturais e das diferentes respostas dadas a eles pelos processos civilizatórios. Se a tradicional, oficial e conservadora história exalta os feitos dos “donos do poder” sem questionar os custos socioambientais de tais feitos, a história ambiental preocupa-se com os impactos ambientais e as consequências sobre a sociedade como um todo (COSTA; WIZNIEWSKY, 2010, p. 40).

Muitos foram os estudiosos que se destacaram no estudo da natureza. Entre eles, podemos referenciar o historiador estadunidense Donald Worster. Em seu artigo *Para fazer história ambiental* (de 1988 e publicado no Brasil em 1991), o professor alerta que a história ambiental rejeita as premissas convencionais de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e "supernatural", e de que as consequências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas.

A História Ambiental reúne os temas mais antigos com os mais recentes na historiografia contemporânea: a evolução das epidemias e do clima como parte integrante do ecossistema humano; a série de calamidades naturais agravadas por uma antevisão, ou mesmo por uma absurda “disposição” dos colonizadores simplórios; a destruição da natureza causada pelo crescimento populacional e/ou pelos predadores do hiperconsumo industrial; as mazelas da origem urbana e industrial que levam à poluição do ar e da água; o congestionamento humano ou os altos níveis de ruído nas áreas urbanas, num período de urbanização galopante (WORSTER, 1991, p. 200-201).

Nos estudos de História Ambiental há uma intersecção entre o social, o ambiental, o tecnológico e o político (KLANOVICZ, 2013). Para compreender essas intersecções é necessário estabelecer um diálogo sistemático com quase todas as ciências naturais aplicáveis ao entendimento dos quadros físicos e ecológicos das regiões estudadas. A interdisciplinaridade é de extrema importância, pois é preciso aplicar diferentes abordagens teórico-metodológicas que privilegiem o condicionamento ecológico e geográfico sobre as relações sociedade-natureza (DRUMMOND, 1997, p. 17).

Para resolver os problemas analisados, os historiadores ambientais podem utilizar uma grande variedade de fontes, como as tradicionais da história econômica e social - censos populacionais, econômicos, sanitários, inventários de recursos naturais, imprensa, documentos governamentais, diários e correspondências – bem como os relatos de viajantes,

exploradores e cientistas europeus, que se expandiram pelo mundo a partir do fim do século XV (DRUMMOND, 1997, p. 18).

Com relação às fontes, a História Ambiental enfrenta duas dificuldades. A primeira delas é que as sociedades, de modo geral, são pouco atentas às transformações que ocorrem no seu ambiente. A segunda dificuldade está associada à escala de tempo das transformações ambientais. Muitas delas só são perceptíveis na longa duração, mas é bastante raro encontrar registros históricos que cubram as numerosas fases destas transformações de longa duração. Seja como for, aos historiadores ambientais resta o desafio de inventar as fontes que podem viabilizar a discussão de seus novos problemas (MARTINS, 2007, p. 55).

Apesar dessas dificuldades, diversas fontes apontadas acima já são de uso consagrado pelo historiador. Em relação às novas fontes destaca-se o uso das paisagens como documento histórico. Para sua utilização é necessário o emprego de estratégias específicas de observação e interpretação. A maneira de lidar com essa nova fonte também exige a abertura de diálogo com especialistas de outros campos das ciências naturais.

A paisagem pode ser utilizada como documento histórico na medida em que, por meio de suas formas, conseguimos perceber as modificações da natureza pelo homem, as mudanças ambientais, o papel do ambiente no desenvolvimento da sociedade e a relação desta com aquela (MARTINS, 2007, p. 46).

Entende-se por paisagem o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. Esta é o conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área (SANTOS, 2006, pp. 66-67).

Ela existe por meio de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual. C. Reboratti citado por Milton Santos (2006, p. 67.) alega que "a paisagem humana é uma combinação de vários tempos presentes". Pois as intervenções humanas ao longo do tempo ficam marcadas nas paisagens, de modo que pode-se observar, em alguns casos, a sobreposição de diversas experiências em uma única paisagem. Para C. Reboratti a paisagem e o espaço são sempre uma espécie de palimpsesto onde, mediante acumulações e substituições, a ação das diferentes gerações se superpõe. Em outras palavras, a paisagem é o espaço humano em perspectiva.

O caráter de palimpsesto da paisagem apontado por Reboratti, faz com que a ela seja memória viva de um passado já morto, e a transforma ainda, em precioso instrumento de trabalho, pois permite rever as etapas do passado numa perspectiva de conjunto (SANTOS,

2006, p. 69). Rever etapas do passado seria reconhecer que é a nossa percepção transformadora que estabelece a diferença entre matéria bruta e paisagem (SCHAMA, 1996).

Compreender o termo paisagem e seus usos em análises é sempre necessário dialogar com a Geografia. Além de encontrarmos as teorias que sustentam o seu uso, a Geografia pode ser compreendida como um documento histórico no qual imprimimos nossas práticas culturais (COSTA; WIZNIEWSKY, 2010, p. 42).

Para o geógrafo Milton Santos (1988, p. 23) a paisagem é um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais, ela é formada por frações de ambas, seja quanto ao tamanho, volume, cor, utilidade, ou por qualquer outro critério. A paisagem é sempre heterogênea e também uma unidade de ocupação humana.

De forma mais objetiva, as principais teorias geográficas que versam sobre a relação do homem com paisagem são o *determinismo* e o *possibilismo*.

O *determinismo* ou *causalidade* defende que as condições naturais governam o comportamento do homem e até mesmo aspectos do seu caráter. Trata-se de uma noção derivada da ideia pós-darwiniana do homem enquanto produto da seleção natural, por inexoráveis processos da natureza. Dessa maneira, a natureza obedece a um grande plano, ao qual o homem tem de se conformar e, dessa forma, prosperar. Já para a teoria do *possibilismo*, o homem não é passivo, mas sim um agente geográfico apto a agir sobre o meio e a modificá-lo dentro dos limites naturais do espaço e de possibilidades de desenvolvimento (DREW, 1986, p. 4).

Porém, a teoria do *determinismo* encontra-se em desuso. O geógrafo Carl Sauer, em texto clássico, publicado no distante ano de 1925, já havia constatado que a importância da ação humana na produção e transformação da paisagem era muito mais significativa do que a influência do meio ambiente sobre o uso da terra (SAUER, 2006).⁴

Ao enfatizar a ação humana na transformação da paisagem, Sauer constatou que sob uma perspectiva histórica, pode-se diferenciar “paisagens naturais” (definidas como áreas anteriores às atividades humanas) e “paisagens culturais” que correspondem aos processos de modificação da paisagem natural por meio da ação e das obras humanas. Em outras palavras, são as atividades humanas transformadoras e não as influências dos elementos naturais que ocupam uma posição central nos estudos da paisagem: “a cultura é o agente, a área natural é o

⁴ Para este trabalho, estamos utilizando a versão do texto de Carl Sauer traduzida para o espanhol e publicada pela revista Polis, em 2006. Existe uma versão do texto em português, que foi inserida no livro organizado por Correa e Rosendhal (1998).

meio, a paisagem cultural é o resultado”, concluiu Sauer (2006, § 70). Dessa forma, a paisagem do presente é a consequência histórica da interação entre o homem e o ambiente.

David Drew (1986) também defende a importância do homem na alteração do meio físico. Segundo o autor, o homem não só pode transformar e expandir o seu nicho, mas também afetar os mecanismos do sistema da Terra em maior ou menor grau, em maior ou menor escala. Pois o homem vem procurando, em ritmo acelerado, modificar o ambiente para contentar a si mesmo, em vez de mudar seus hábitos para melhor se adaptar ao ambiente.

O termo “ação antrópica” é utilizado pela Geografia para se referir às transformações da paisagem a partir da ação do homem como coletivo social. Porém, com o aumento dos desastres ecológicos ocasionados pela atividade humana, e conseqüentemente da intensificação da conscientização, o termo acabou adquirindo um sentido pejorativo. Passos (1997) escreveu que quando em um texto de Geografia ou de Ecologia faz referência a uma “ação antrópica”, tem-se uma conotação negativa para todas as mudanças ambientais. O autor propõe que para julgar a intervenção do homem sobre o meio, é necessário conhecer bem todas as circunstâncias que promoveram essa intervenção, sobretudo, com uma perspectiva temporal, isto é, histórica⁵.

Para tanto, deve-se ter uma visão global e diretamente explicativa dos fenômenos naturais e de suas interações, assim como uma orientação francamente biológica. As transformações históricas e dinâmicas atual das paisagens devem ser abordadas a partir de uma análise integrada, com ênfase nas relações existentes entre os elementos, isto é, com ênfase nos processos determinantes das construções paisagísticas (PASSOS, 1997, p. 71). Assim, pode-se pensar que a nova relação da sociedade com seu espaço não são, portanto, um dado, mas um produto construído por um processo cultural e social (SALGUEIRO, 2001).

Embora apresente ser uma disciplina nova, com uma densidade teórica ainda frágil e poucos exemplos práticos, a história das paisagens é um campo antigo – mais antigo do que a história social ou a história demográfica. Estudiosos alemães, franceses e ingleses – especialmente na década de 1930 – produziram obras que delimitaram, entre a geografia humana ou histórica e a história agrária, um novo campo (TEIXEIRA DA SILVA, 1997, p. 297).

⁵ Regina Horta Duarte (2005, p. 75) alerta que por intermédio do estudo da história, é possível perceber que não há uma única atitude das sociedades humanas em relação ao meio natural: “Os homens sempre tiraram da natureza a sua sobrevivência, mas eles fizeram de formas muitos diferentes, com perspectivas e valores muito diversos. Assim, é errado afirmar que o ser humano é grande destruidor, mas também seria um erro dizer que ele sempre amou a natureza”.

Tais estudos observaram que o processo de percepção da natureza residia nas transformações físicas, ecológicas, sociais e culturais sofridas pelas paisagens, que surgiram como reflexo, de forma aparente e resultado da interação do homem com a natureza.

Segundo Duarte (2005, p. 101), se a indagação das paisagens não é uma prática nova entre os historiadores, estudos recentes de história ambiental elevaram à dupla condição de objeto e documento histórico. Há uma história das florestas, como a história da mata Atlântica realizada por Warren Dean, mas há também uma história das paisagens construídas pelos europeus acerca da natureza tropical. A historiadora destaca ainda uma história possível das paisagens rurais e urbanas, em que se distinguem panoramas dos campos e cidades, entre bosques e florestas, mas também áreas agrícolas, pastagens, extensão dos horizontes por estradas e ferrovias, assim como ocupação de vastas extensões pelo crescimento das cidades.

Isso inclui também a história dos rios que cortam campos e cidades e das relações de seus habitantes com eles, seus usos sociais, assim como a ocorrência de tempestades, enchentes, suas consequências na vida das pessoas e a modificação das paisagens pela alteração da topografia do entorno ou por construções (DUARTE, 2005).

Karl Marx em seus manuscritos econômico-filosóficos de 1844, já analisava a relação interdependente do homem com a natureza, cujos comportamentos refletem-se mutuamente. Para o filósofo, a sociedade era a plena “unidade [...] do homem com a natureza” (MARX, 1978, p. 175) e enfatizava que “o homem vive da natureza, isto é, a natureza é seu corpo, e tem que manter com ela um diálogo ininterrupto se não quiser morrer. Dizer que a vida física mental do homem está ligada à natureza significa simplesmente que a natureza está ligada a si mesma, porque o homem dela é parte” (MARX, 1978, p. 213).

A sociedade produz e reproduz o seu espaço de acordo com as suas necessidades e com os recursos técnicos e econômicos de que dispõe. À medida que ela vai se modificando, marcas e heranças das atividades econômicas do passado vão se registrando na paisagem (SILVEIRA, 1998). Ela é produzida historicamente pelos homens, segundo a sua organização social, o seu grau de cultura e o seu aparato tecnológico. Dessa forma, a paisagem é, portanto, um espaço de três dimensões: natural, social e histórica (PASSOS, 1997).

Contudo, podemos destacar a dimensão afetiva, ou seja, a noção de pertencimento que o homem tem da paisagem, ou ainda, as lembranças que essa paisagem remete. Estamos habituados a situar a natureza e a percepção humana em dois campos distintos, na verdade elas são inseparáveis. Antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. A paisagem compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rocha:

“se a visão que uma criança tem da natureza já pode comportar lembranças, mitos e significados complexos, muito mais elaborada é a moldura por meio da qual nossos olhos adultos contemplam a paisagem” (SCHAMA, 1996, p. 17).

É importante refletirmos sobre a natureza e sobre nossas relações físicas complexas com o mundo natural, pois a natureza que carregamos dentro de nós é tão importante quanto à natureza que nos cerca. O historiador estadunidense Willian Cronon diz que a “natureza que está dentro de nós pode ser considerada como o motor que dirige nossas interações com a natureza física, neste contínuo processo de transformação homem/natureza” (apud FREITAS, 2002, p. 159).

A dimensão afetiva nos possibilita trabalhar com a memória da população diante de um desastre ambiental e quando reconhecemos os legados da memória que a natureza produz, admitimos que nem sempre a paisagem pode ser um local de mero prazer. Em 1963, a população, agoniada, comparou seu território ao inferno: “Sêca, geada e fogo. Este é o ano da penitência! O demônio reinou por aqui e trouxe todo o fogo do inferno com ele” (PARANÁ, 1964, p.16).

Ao recuperar “memórias” como estas da população paranaense, extasiada diante do fogo (“o fogo do inferno” na percepção popular) precisamos ter o cuidado para que suas explicações não se apresentem superficiais e/ou infundadas. Afinal, o tempo e as experiências podem modificar as lembranças dos indivíduos, podendo deformar as recordações passadas, tornando-as, como lembra Pierre Nora (1993), inconsciente de suas deformações, vulnerável a todas as utilizações e manipulações, suscetíveis de longas latências e de súbitas revitalizações.

Nossas memórias, portanto, são carregadas de subjetividades: as reminiscências pessoais transmitem os significados que atribuímos aos acontecimentos. Muitas vezes essas memórias não condizem com os fatos, mas são úteis aos historiadores na medida em que lhes permitem explorar a relação entre reminiscências pessoais e memória coletiva, observando as razões pelas quais as pessoas apresentam formas específicas de narrar suas experiências históricas. Portanto, ao tratar o tema das relações entre os homens e a natureza, devemos substituir a perspectiva antropocêntrica por uma compreensão da natureza como resultado de práticas culturais e como algo que é sempre e, essencialmente, representada pelos seres humanos a partir de suas vivências e experiências sociais.

Trabalhar com a memória da população exige-se a coleta de testemunhos orais e um cuidado redobrado com os métodos e técnicas para analisá-los. Devido aos objetivos da pesquisa, não será possível trabalhar com essa abordagem, mas a pequena discussão acima

possibilita pensar nas inúmeras possibilidades de análises que a paisagem, enquanto documento histórico pode proporcionar ao historiador ambiental.

O interesse primordial neste trabalho está vinculado à questão dos incêndios enquanto um desastre ambiental prenunciado. Diversos autores, entre eles Alcántra-Ayala (2002), afirmam que a ocorrência dos desastres está ligada não somente à susceptibilidade dos mesmos, devido às características geoambientais, mas também à vulnerabilidade do sistema social sob impacto, isto é, o sistema econômico-social-político-cultural.

Os desastres ambientais são determinados a partir da relação entre o homem e a natureza. Eles resultam das tentativas humanas em dominar a natureza, que, em sua maioria, acabam derrotadas. Além do que, quando não são aplicadas medidas para a redução dos efeitos dos desastres, a tendência é aumentar a intensidade, a magnitude e a frequência dos impactos (KOBİYAMA et. al., 2006).

O fato é que os desastres não devem ser percebidos como eventos únicos, pois os mesmos estão associados a conjunturas sociais, econômicas, culturais e naturais que exprimem contextos específicos (LOPES, 2013, p. 53).

Ao analisar os incêndios ocorridos em território paranaense não podemos tomá-los como um fato isolado, é preciso inseri-lo em uma conjuntura ampla. Culpar o quadro climatológico do período, bem como a prática de queimada do campo que ainda nos dias de hoje são utilizadas por diversos lavradores, não parece ser uma resposta suficiente. Para compreender a forma e o significado que esse evento adquiriu é necessário buscar quadros explicativos mais amplos, analisar as suas especificidades e, ainda, as características ecológicas, sociais, políticas e culturais da sociedade envolvida.

1.1.1 Desastres ambientais

No Brasil, os estudos dos historiadores ambientais começaram a tomar vulto a partir da década de 1990, contudo os desastres surgiram como foco de pesquisas no final da década de 2000. A premissa básica de que a ação humana pode produzir um impacto relevante sobre o mundo natural, inclusive ao ponto de provocar sua degradação foi crucial nos primeiros estudos da história ambiental. A partir dessa premissa que a ação humana também passou a ter lugar de destaque na produção, e até mesmo na potencialização dos desastres, e foi consolidada como preponderante para as ocorrências das calamidades.

Ao debater a pesquisa dos desastres na História Ambiental Christof Mauch citado por Lopes (2013, p. 59) enfatiza que só recentemente os desastres entraram no foco da pesquisa histórica. Sobre a efemeridade da memória dos desastres explica que, diferentemente da memória de guerra, tem vida curta, pois assim que os níveis das águas voltam ao normal e os últimos destroços do terremoto são recolhidos, a grande mídia perde o interesse pelos desastres.

De acordo com Lopes (2013, p. 61), a análise histórica permite compreender melhor as percepções e os diversos modos de aceitação dos riscos pelos diferentes atores ou pelos grupos sociais atuais por meio da variabilidade passada dessas percepções e da colocação em evidência dos mecanismos da “memória dos riscos e das catástrofes”, pois a escolha dos acontecimentos retidos pela memória coletiva não é neutra. Analisar como e por que a lembrança de uma catástrofe é perpetuada ou esquecida frequentemente faz com que se evidencie a complexidade de suas consequências.

A definição de desastre perpassou uma caminhada antropocêntrica, pois este só era evidenciado à medida que fenômenos naturais severos ocorriam nos locais onde os seres humanos viviam, resultando em danos (materiais e humanos) e prejuízos (socioeconômicos). Com o alargamento da noção de direito do final dos 1960 e o crescente debate no meio científico de uma percepção menos antropocêntrica dos eventos extremos, a palavra desastre foi definida como resultado de eventos adversos naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema (vulnerável), causando danos humanos, materiais e/ou ambientais, e prejuízos de diversas naturezas (LOPES, 2013, p. 60)

Embora os desastres ambientais se constituem em temas importantes, é preciso levar em conta as dimensões socioeconômicas e culturais dos problemas ambientais. De acordo com Schenk (2007, p. 12) e Polidowa (2007) citados por Klanovicz (2013, p. 299) “a visão de que desastres são ocorrências sociais e físicas ao mesmo tempo é central para a pesquisa social em torno de desastres”. Nesse sentido, eles passaram então, a não ser mais encarados como puramente físicos ou eventos biológicos, mas também como construtos socioculturais.

O desastre, por definição, atinge coletividades. E as ações remediadoras também são geralmente coletivas. Algumas destas podem partir de iniciativas privadas – orações, redes de solidariedade, êxodos – mas, especialmente na era moderna, há uma expectativa de que o Estado lidere a resposta ao desastre. O Estado, então, desponta como mediador das relações entre sociedade e natureza no momento crítico do desastre (SEDREZ, 2013, pp. 185-186).

As políticas públicas podem incluir um alívio espiritual e material às vítimas e podem ser promovidas pelo Estado, ou simplesmente um incentivo à solidariedade privada. Doações, abrigos, obras públicas são tão importantes pelo que de fato fazem como pela forma como são percebidas pela população (SEDREZ, 2013, p. 198).

O Estado mediador torna-se na verdade espaço de disputa entre os vários setores da sociedade que buscam, na definição de políticas públicas contra o desastre, a resolução de tensões sociais que são muito mais profundas que o momento da catástrofe em si. Concomitantemente, estas políticas públicas devem dar conta das especificidades do ambiente local, das condições climáticas locais e da ocupação histórica daquele espaço (SEDREZ, 2013, p. 186).

O desastre requer uma resposta imediata. As sociedades, particularmente após um desastre, reclamam de seus líderes e de seus governos, uma explicação para o passado e uma promessa para o futuro. Porém, ambas as respostas podem estar além do que estes líderes podem ou querem oferecer. O momento pós-desastre pode gerar também dilemas dos quais depende a sobrevivência da comunidade (SEDREZ, 2013, p. 196).

Longe de serem simples desdobramento de funções do Estado, as políticas públicas para desastres refletem tensões sociais específicas, de sociedades específicas, que ocupam um espaço específico – em momentos específicos. A importância crítica do particular na análise destas políticas não nos impede, no entanto, de buscar entender elementos comuns na historiografia dos desastres. A história ambiental permite entender os desastres como processos históricos, que se iniciam muito antes da chegada da primeira gota de chuva ou da primeira lava vulcânica. O desastre em si é o momento mais visível, mais dramático, deste processo – mas é apenas um momento (SEDREZ, 2013, p. 186-187).

Segundo Sedez (2013, p. 195) desastres históricos são frequentemente descritos pela combinação de duas ou mais calamidades:

Furacões, por exemplo, são acompanhados de tempestades e enchentes. Isto pode ser facilmente explicado pelo conceito de alta vulnerabilidade, que, elevado a um ponto crítico pelo primeiro evento (o furacão, por exemplo), facilita a ocorrência do segundo (a enchente, ou epidemias, ou fome). O fato é que a visualização e dimensão dos desastres são acompanhados por um forte e traumático apelo midiático.

Para a autora, o impacto deste apelo, particularmente a partir do século XX pela expansão dos meios de comunicação em massa, constitui também parte do processo de desastre.

Os desastres ambientais geram, portanto, uma imensa quantidade de documentos, preciosos para historiadores. Mas assim como os desastres são diversos, a resposta a eles também será. Chuvas, enchentes, terremotos, furacões, erupções vulcânicas ativam os desastres rápidos, imediatamente perceptíveis que provocam uma certa resposta oficial. Secas, ondas de calor, certos tipos de epidemias só são definidos como desastres depois de certo tempo (SEDREZ, 2013, p. 199).

Chuvas de granizo, estiagens, tornados, deslizamentos e outros eventos são fenômenos naturais antes de serem desastres e acabam ganhando essa última conotação apenas quando atingem densas concentrações populacionais ou propriedades, aí então passam a ser consideradas catástrofes (KLANOVICZ, 2013, p. 298-299).

Portanto é preciso levar em conta que os desastres têm duas trajetórias históricas, uma natural que envolve os riscos físicos e outra social que é largamente determinada pela cultura. Essas duas faces devem ser relacionadas para se mensurar como diversas sociedades se adaptam ao ambiente em que estão inseridas, pois os desastres não devem ser vistos apenas como eventos destrutivos, mas, também, transformativos (BANKOFF apud LOPES, 2013, p. 58-59).

Calamidades ditas naturais não acontecem simplesmente do nada, elas são produzidas por meio de uma cadeia de escolhas humanas e ocorrências naturais (STEINBERG, 2006). De forma enfática, Beck citado por Lopes (2013, p. 63) destaca que os problemas ambientais não são problemas do meio ambiente, mas problemas completamente – na origem e nos resultados – sociais, problemas do ser humano, de sua história, de suas condições de vida, de sua relação com o mundo e com a realidade, de sua constituição econômica, cultural e política.

Por isso que a relação de cada sociedade com o desastre está relacionada à forma como o grupo lida com o ambiente. O conteúdo da afirmação vai além das relações sociedade/natureza na situação pós-desastre, pois a análise da paisagem oferece elementos para compreensão da (re)produção social do desastre, como por exemplo no caso das inundações que ocorrem em virtude do assoreamento de rios, da impermeabilização do solo e da destruição de matas ciliares (LOPES, 2013, p. 60).

Grande parte dos estudos dos desastres versa em torno de, ou tem como pano de fundo um tema tão caro ao ser humano: a agricultura entendida enquanto fonte de alimento e meio de obtenção de lucro. O ecossistema reorganizado para fins agrícolas, com o objetivo de

servir exclusivamente a um conjunto de propósitos conscientes, muitas vezes localizados fora dele é denominado por Donald Worster como sistema agroecológico.

Segundo Worster (2002) a reorganização de plantas e animais nativos em sistemas agroecológicos começou bem antes da idade moderna. Quando um grupo reorganiza a fauna e a flora nativa para produzir mais alimentos, as pessoas são forçadas a se adaptarem às condições locais do solo, do clima e da água. Toda a agricultura trouxe mudanças revolucionárias aos ecossistemas do planeta, mudanças muitas vezes destrutivas para a ordem natural, e imperfeitas em seu projeto de execução.

O fato é que a era capitalista trouxe mudanças no uso da terra tão revolucionária e arrasadora quanto a da Revolução Neolítica. Não se reconhece que a era capitalista da produção introduziu uma relação nova e distinta das pessoas em relação ao mundo natural. Houve uma reorganização da natureza e não apenas da sociedade (WORSTER, 2002).

Worster (2002) destacou duas condições do capitalismo que influenciaram diretamente a natureza: a) a terra evoluiu para um conjunto de instrumentos especializados de produção e se tornou um aparato rigidamente restrito para competir em mercados ampliados para se obter sucesso econômico; e b) a terra tornou-se mercantilizada pensada como mercadoria e comercializada sem restrição, ou seja, houve a criação de um mercado geral de terras perpassado pela noção de lucro.

Esse parêntese acerca da influência do capitalismo no mundo natural é fundamental para a discussão dos desastres. Estes só passaram a ser discutidos a partir do momento que ocorreram em locais onde humanos habitam e geraram prejuízos econômicos e sociais. Algumas catástrofes ambientais são obra da natureza, mas outras ocorrem devido aos efeitos lentamente acumulados de um modo de exploração desenfreados dos recursos naturais. O fato é que a natureza nunca age sozinha na tragédia humana ou na vulnerabilidade a desastres (WORSTER, 1982; CAREY, 2005, p. 123).

Para Alexander (1997, p. 289) nem os próprios desastres, nem as condições que dão origem a eles são inegavelmente naturais. Nesse sentido, grande parte dos desastres ambientais reforçam os padrões históricos já existentes, como a migração ou a instabilidade política, sobre a exploração ou o desenvolvimento de novos regimes econômicos e sociais.

Klanovicz (2011, p. 8) após realizar diversas leituras sobre o tema ressaltou que o estudo de História Ambiental dos desastres pode enriquecer a historiografia a partir do momento em que desloca a percepção da longa duração como uma categoria de análise, e

ilustra que os processos naturais e seu desenvolvimento podem também adquirir o caráter de evento.

Alguns desastres socioambientais podem ocorrer em um curto espaço de tempo e são considerados como fenômenos episódicos. Impulsionados por condições naturais e sociais, esses desastres são caracterizados pela sua eventualidade, uma vez que ocorrem de maneira inesperada, mas são explosivos e carregam uma série de significações e de relações socioambientais.

As ciências sociais em seus estudos sobre desastres, afirmam que os desastres são eventos com que todas as sociedades convivem; em alguns lugares elas são muito frequentes, em outros são relativamente raras, no entanto, em todas as sociedades elas representam um desafio. García-Acosta (1996) ressalta a importância de analisar também o que se chama de “desastres médios e pequenos”, que diversas vezes são menos visíveis, mas são destrutivos por estarem relacionados ao aumento da vulnerabilidade na sociedade moderna.

Avalanches, terremotos, erupções vulcânicas, ciclones, deslizamentos, tornados, enchentes, epidemias, pragas, fome, incêndios e muitos outros precisam ser vistos à luz de uma problemática social e não apenas natural. Estudos de casos relatam que pessoas que vivem em áreas de risco percebem os eventos como uma ameaça, porém, não costumam atribuir seus impactos a fatores sociais. Isto acontece com o problema das enchentes, apesar de habitantes das áreas próximas aos rios perceberem os rios como uma ameaça, os mesmos costumam atribuir à destruição de suas habitações à força da natureza e não à forma de ocupação do espaço⁶. Em outras palavras, para compreender por que uma população é atingida torna-se necessário considerar não somente as consequências, mas também os fatores que antecedem o problema (MATTEDI; BUTZKE, 2001, p. 7).

Nesse sentido, focalizando questões sobre a percepção da vulnerabilidade, o processo de vitimização, e os mecanismos de ajuda, é possível perceber que o convívio e a experiência acumulada pela comunidade permitem a diferenciação de quatro tipos principais de comportamento antes, durante e após um desastre:

O primeiro tipo de reação compreende a absorção passiva dos impactos que reflete a inexistência de consciência do risco, dificultando a preparação da população e aumentando a vulnerabilidade. O segundo tipo de comportamento corresponde à aceitação dos impactos por meio de um ajustamento temporário e parcial, em função da possibilidade de repartição dos custos e prejuízos por meio da solidariedade comunitária, e também reflete a aceitação dos riscos pela população. O terceiro

⁶ As pessoas vivem em áreas de riscos porque a sociedade não fornece outras alternativas. Nesse sentido os desastres ambientais não afetam as pessoas da mesma maneira, pois são os marginalizados os mais atingidos.

comportamento diz respeito aos esforços de redução dos impactos por meio de estratégias de atenuação individual ou coletiva antes, durante e após os impactos, exprimindo a capacidade de estimativa dos custos de proteção em face aos prejuízos provocados pelo problema. A quarta postura frente ao problema refere-se à modificação radical do comportamento social em caso de crise, por meio da redefinição do modo de ocupação do solo em áreas inundáveis ou da realocação da população ameaçada, indicando uma disposição política preventiva de longo prazo (THOURET & D'ERCOLE, 1996, p. 416-417 apud MATTEDI; BUTZKE, 2001, p. 7).

A palavra “desastre” tem sido empregada para caracterização de todo tipo de infortúnio súbito, inesperado ou extraordinário. Em termos sociológicos, sua utilização reporta-se, especificamente, a um acontecimento, ou uma série de acontecimentos que alteram o modo de funcionamento rotineiro de uma sociedade. Estes eventos podem ser provocados por uma variedade de agentes naturais, mas são, sobretudo, construtos do ser humano. Para precisá-las, alguns pesquisadores têm focalizado dimensões analíticas relacionadas à duração do impacto, procurando comparar as reações sociais nos diversos grupos de fenômenos, enquanto outros enfatizaram os aspectos físicos dos desastres e, com isso, a necessidade de prevenir e mitigar a ocorrência dos eventos (KREPS, 1984, p. 311 apud MATTEDI; BUTZKE, 2001, p. 10).

Uma vez que os desastres são eventos concentrados no tempo e no espaço. O entendimento dos incêndios se torna complexo à medida que consideramos o seu período de duração e sua especificidade. Um artigo publicado na *American Journal of Sociology*, constata que os desastres diferenciam-se, temporalmente, entre “instantâneos” ou “progressivos”, e, espacialmente, entre “focalizados” ou “difusos” (TURNER, 1978: 34-35 apud MATTEDI; BUTZKE, 2001, p. 10).

Portanto pode-se estudar tanto um desastre que ocorre na longa duração, como um desastre que ocorre em tempos relativamente curtos. A curta duração dos desastres históricos não pode ser relegada, pois eles estão enraizados nas estruturas e conjunturas apresentadas anteriormente e devem ser entendidos como processos (SEDREZ, 2013, p. 186).

É nesse sentido que os incêndios de 1963 são compreendidos na curta duração. A temporalidade das chamas em solo paranaense foi suficiente para gerar uma série de impactos econômicos, sociais, sanitários e ambientais. Mas é preciso levar em conta que tal desastre ambiental é fruto das relações dos habitantes com seu meio natural. Torna-se importante conhecer a historicidade dessas relações de modo a compreender as reais extensões desse evento e a forma como ele está inserido em um contexto amplo, marcado, sobretudo, pela erradicação de cafeeiros que vinha ocorrendo desde o início da década de 1960 e pelo

processo de desflorestamento da região central do estado. Portanto temos um cenário econômico, social, cultural e ambiental em processo de transição que acabou criando as condições para os incêndios adquirirem proporções de um desastre.

2 CRIANDO AS CONDIÇÕES PARA UM DESASTRE AMBIENTAL

2.1 O café e o modo de ocupação da região norte do Paraná

A região norte paranaense foi radicalmente transformada em uma escala sem precedentes. A paisagem passou por um processo de transformação, da forma de ocupação e distribuição dos espaços e de utilização da natureza, com a transformação da natureza na abstração da terra e da chegada de homens vindos de outras regiões e continentes com sua cultura e seus hábitos. Nesse sentido, a paisagem de hoje é o resultado da sobreposição de experiências humanas anteriores. Neste capítulo vamos analisar a transformação da paisagem a partir do processo de ocupação, bem como da introdução da cultura do café em terras paranaenses. Mas deve-se deixar claro que a substituição da floresta por um ecossistema organizado com a finalidade agrícola é um processo histórico que não se aplica somente a partir dos aspectos econômicos da introdução da cafeicultura (ARRUDA, 2013, p. 292).

Para a historiadora Nadir Cancian a cafeicultura paranaense foi uma continuação da “marcha para o oeste” da cafeicultura paulista⁷ e a ocupação norte paranaense foi um fenômeno oriundo da expansão da fronteira agrícola do café paulista. Teve início de forma branda no final do século XIX, no qual ocupou primeiramente a região de Jacarezinho, Santo Antônio da Platina, Wenceslau Braz e São José da Boa Vista. Todavia, essa ocupação só tomou grande impulso a partir de 1920, em decorrência do rápido aumento do preço do café no mercado internacional a partir da 1ª Guerra Mundial (SILVEIRA, 1998, p. 133).

Esse processo de ocupação constitui-se num fenômeno resultante da conjunção de vários fatores, dentre os quais podem ser destacados: a qualidade das terras; a situação econômica nacional no contexto internacional depois da crise de 1929; a evolução da cafeicultura paulista nesse período e, talvez de modo especial, o surto de industrialização de São Paulo a partir da década de 1930. Some-se a isso a proibição de novos cultivos de café pelo governo do Estado de São Paulo (BALHANA et al. 1969, p. 83 apud SILVEIRA, 1998, p. 133).

⁷ A partir do Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro, o café buscou, “como um ‘rastilho de pólvora’, as férteis terras do oeste do estado de São Paulo. Não tardaria para que paulistas e mineiros voltassem suas atenções para as novas terras – sem saúvas – do norte do Paraná, na segunda metade do século XIX” (OLIVEIRA, 2009, p. 1).

No Paraná, além dos fatores mencionados, contribuíram também para o desenvolvimento da economia cafeeira, os incentivos do governo do Estado em ocupar terras devolutas de forma permanente e a crise pela qual passava a cafeicultura brasileira, sobretudo a paulista, desde 1893, que gerou medidas restritivas em São Paulo. Em contrapartida, no mesmo período – fins do século XIX e início do século XX – as autoridades paranaenses procuravam incentivar e proteger a nascente cafeicultura do estado. Em suas mensagens ao Congresso Legislativo do Estado, em 1904 e 1905, as autoridades pediam não só a redução das taxas, como a própria isenção de impostos de exportação por Paranaguá (OLIVEIRA, 2009).

O avanço por novas regiões pioneiras do norte do Paraná justifica a ampliação da área plantada⁸ e também do número de propriedades incluídas na economia cafeeira. A abertura de novas frentes está ligada também à ação das companhias colonizadoras, as quais injetaram um novo dinamismo ao ciclo cafeeiro no estado, que atingiu seu apogeu entre 1945 e 1971 (OLIVEIRA, 2009).

A cafeicultura paranaense se dinamizou no pós-guerra numa conjuntura diferenciada das anteriores. Foi a fase da maior vitalidade da expansão cafeeira no estado. O centro dinâmico da produção deslocou-se de São Paulo para o Paraná, onde o café atingiu grande impulso expansionista, abrangendo zonas de produção mais antigas e impulsionando a fronteira agrícola até a ocupação total das terras disponíveis para o café (CANCIAN, 1981, p. 89).

Tomando grande impulso na década de 1950, atingiu na década de 1960 sua fase mais dinâmica. Em 1961, existiam 119.009 propriedades agrícolas no Paraná, das quais 72.337 se dedicavam ao cultivo do café. Como a lavoura se situava nos espigões e as estradas também, a paisagem era a de um mar ondulante de cafezais com cidades progressistas em função da renda proporcionada pelo café (POZZOBON, 2006, p. 92).

Com os preços altos, houve no Paraná, tendência a monocultura, se não de modo generalizado, pelo menos em alguns municípios. Ela foi, em grande parte, limitada pelo plantio intercalar e pela presença de pastagens. Todo norte do Paraná foi dominado por verdadeiro mar de cafezais, até meados da década de 1960, quando por efeito, de um lado da

⁸ Müller (2001, p. 90) considera que, embora tenha sido a terra roxa o elemento básico da penetração do café no norte do Paraná, parece não ser sua ocorrência o fator essencial na delimitação da expansão das lavouras cafeeiras no Paraná. Na realidade, alcançaram essas lavouras também os solos arenosos da região do arenito Caiuá, que cobre o basalto em partes do norte e no extremo noroeste do Estado. Embora tenha ocorrido cultivo de cafeeiros em áreas climáticas não adequadas, o clima constituiu-se em limite bem mais rígido que o solo à expansão da cafeicultura, no Estado do Paraná.

queda dos preços do café, face à superprodução e por outro, da ação governamental com programas de diversificação agropecuária e industrial, foi se acentuando a diversidade da exploração da terra (CANCIAN, 1981, pp. 46-47).

Apesar da forte geada de 1942, o número de área plantada aumentou de 58.870 ha, em 1930, para 113.277 ha, em 1945. O Censo Agrícola do Paraná de 1920, e os levantamentos do Departamento Nacional do Café de 1935 e 1942, demonstraram que, se por um lado aumentou o número de propriedades que cultivavam café, por outro, diminuiu a área de cultivo em média por fazenda⁹ (OLIVEIRA, 2009, p. 4).

De acordo com Moro (1991, p. 63) a produção máxima das lavouras de café paranaenses ocorreu por ocasião da safra de 1961/62, alcançando a área de 1.620.798 ha e uma produção de 2.555.155 toneladas; o equivalente a 58,32% da produção brasileira. Entretanto, ainda segundo o autor citado, no início da década de 1960 (safra de 1961) sobreveio o problema da superprodução, desequilibrando a relação entre a oferta e a procura, instalando-se sobre a cafeicultura brasileira uma acentuada crise de mercado que levou o governo brasileiro a mudar o rumo de sua política agrícola.

Esta foi então orientada, num primeiro momento, para a erradicação de cafeeiros considerados antieconômicos e sua substituição por pastagens e outras culturas. Uma sequência de geadas na década de 1960 resultou em diminuição das safras, mas o fator mais relevante foi à aplicação do Plano de Erradicação de Cafeeiros Antieconômicos - 1962-69, que levou o estoque brasileiro de café praticamente a zero. A partir de 1969, Instituto Brasileiro do Café - IBC passou a incentivar o Plano de Modernização da Cafeicultura, que antes era relegado a segundo plano em termos de prioridade (MORO, 1991).

Para sistematizar o plano de eliminação da produção excedente foi criado o “Grupo Executivo da Racionalização da Cafeicultura” (GERCA), com o programa básico de erradicar dois bilhões de cafeeiros antieconômicos, procurando ajustar a produção que era de 36 milhões de sacas, para 24 milhões anuais, sendo 18 milhões para o mercado externo e 6 milhões para o mercado interno (CANCIAN, 1981).

A meta era erradicar 2 bilhões de cafeeiros antieconômicos no Brasil, visando reduzir a produção e a corrigir a estrutura econômica das regiões cafeeiras implantando agroindústrias para absorver a mão de obra liberada, renovando 500 milhões de pés. O café tendia a se tornar

⁹ Cancian (1981, p.69-70) adverte que o quadro recessivo da década de 1930 provocou uma diminuição na área cafeeira dos latifúndios, contudo, houve um incentivo aos minifúndios. Da mesma forma, a autora ressalta que o dinamismo de outrora dos cafeicultores, quando o café batia recordes em preços altos, ausentou-se neste período.

monocultura por conta de sua densidade econômica, motivo pelo qual se incentivou a diversificação por meio de culturas de subsistência. No período 1962/1967 o Brasil erradicou 2,1 bilhões de pés (1,38 mediante indenização, sendo 249.957.000 só no Paraná liberando áreas para pastagens, milho, arroz, algodão e feijão). Cerca de 35 milhões de pés adicionais foram erradicados espontaneamente no estado. Para viabilizar a erradicação, adotou-se uma política de preços baixos responsável também pela eliminação de lavouras produtivas (POZZOBON, 2006, p. 18).

Em linhas gerais a erradicação foi uma resposta econômica, social e ambiental do período. A estrutura econômica das regiões do Brasil estava profundamente distorcida por conta da monocultura. A plantação extensiva do café, durante muitos anos o único produto com densidade econômica apreciável, relegou para um segundo plano as culturas de subsistências e de demanda do mercado interno. Essa estrutura agrária estava em desacordo com a atualização econômica que o país vivia naquele momento, pois se encontrava em ritmo de crescimento demográfico muito acentuado, a par de um surto industrial em rápida ascensão. À medida que essas tendências foram se acentuando, mais inadequadas se tornou essa estrutura agrária vigente no período (IBC-GERCA, 1962).

A economia cafeeira encontrava-se em situação anormal com os preços internacionais sendo pressionados pela desproporção da oferta. Os estoques acumulados que atingiram cerca de 52 milhões de sacas continuaram aumentando, obrigando os gastos com a compra de excedentes e armazenagem, conseqüentemente influenciando a situação financeira do país (IBC-GERCA, 1962).

A cafeicultura brasileira, de maneira geral, já começava apresentar baixos índices de rendimento e produtividade gerados pelo depauperamento dos solos, pela idade avançada dos cafezais, pelas falhas agrônômicas na implantação das lavouras entre outras questões, que influenciaram diretamente na qualidade do café que piorava a cada safra. Naquele período, tornava-se “difícil e antieconômica” a manutenção ou a melhoria das condições de produção desses cafezais (IBC-GERCA, 1962).

Nesse sentido, a racionalização da agricultura foi a forma de defesa encontrada para o café na conjuntura. Isto é, desfazer o resultado dos efeitos que os preços altos da década de 1950 e os incentivos aos novos plantios haviam provocados oferecendo ao lavrador uma alternativa de diversificação que funcionasse como substitutiva das rendas geradas pelo café ao nível do produtor, levando o setor a reduzir a oferta na medida desejável pelos responsáveis da política cafeeira (CANCIAN, 1981, p. 47).

As terras liberadas seriam aproveitadas pelas culturas de subsistência, melhorando o padrão de vida dos produtores (sobretudo, pequenos agricultores) e o abastecimento dos centros de consumo, bem como para outros produtos de exportação que melhorassem a receita de divisas. O estímulo à industrialização seria uma das constantes do plano em todas as suas fases, bem como a elevação do índice de vida dos trabalhadores rurais, infraestrutura das regiões produtoras, etc. (IBC-GERCA, 1962).

O principal objetivo era aumentar a produção de alimentos, que tendia a diminuir face às variadas formas de monocultura que o café vinha apresentando, assegurando ao mesmo tempo o equilíbrio da balança de pagamentos mantendo o café brasileiro em posição de destaque na área internacional por meio da política de eliminação física de parte do parque cafeeiro, para forçar elevação dos preços externos. Ao declínio da renda do café que correspondeu à baixa de preços do produto, o Paraná diversificou a produção por meio da ampliação de pastagens artificiais e fomento das lavouras temporárias, de modo especial, às oleaginosas (CANCIAN, 1981, pp. 131-132).

Nesse período a tendência por parte dos “empresários agrícolas” foi de diversificar a produção e intensificar a pecuária, mas sem abandonar, contudo, a cafeicultura, que passou a plano secundário.

Ao comparar a erradicação de cafeeiros verificadas em 1962, 1963 e 1964, notamos que o ano de 1963 possui índice elevado em relação aos anos citados, conforme a tabela abaixo. A hipótese é de que os pés de cafés que eram econômicos e foram geados não conseguiram se recuperar e acabaram por serem erradicados, liberando uma área considerável para pastagens.

Tabela 1: Comparação das erradicações de cafeeiros no Paraná 1962-1964

Estado	1962	1963	1964	Total
	1.000 pés	1.000 pés	1.000 pés	1.000 pés
Paraná	14 049	72 394	35 353	121 796

Fonte: Adaptado de Divisão de Estatística do IBC – 1964

Nesse período o total da área liberada pela erradicação de cafeeiros no Paraná foi de aproximadamente 126. 037 hectares. A tabela abaixo demonstra quais foram as culturas substitutivas e a área equivalente a cada cultura. Nota-se a percentagem de área destinada à pastagem é superior as demais culturas.

Tabela 2: Reocupação de áreas liberadas pela erradicação de cafeeiros no Paraná (1964)

Culturas Substitutivas	Área (há)	Porcentagem
Pastagem	51.396	40,78
Milho	14.351	11,39
Arroz	2.274	1,8
Algodão	20.204	16,03
Feijão	6.160	4,89
Cana de açúcar	1.725	1,37
Mandioca	2.738	2,17
Amendoim	1.330	1,06
Mamona	3.579	2,84
Café	328	0,26
Florestamento	343	0,27
Outras Culturas	21.609	17,14
Total	126.037	

Fonte: Adaptado – Cadastro de Cafeicultores IBC – 1964

Cancian (1981, p. 123) afirmou que em 1963 ainda não era notada no Paraná a mesma disposição de erradicação e substituição que nos outros estados produtores. A elevada produtividade média dos cafezais e a inexistência de infraestrutura adequada tornavam a região mais resistente à diversificação. Com exceção das áreas de cafeicultura antiga, daquelas de clima menos propício e das regiões de arenito, altamente erodível havia expectativa de recuperação das geadas daquele ano, voltando-se aos mesmos níveis de produção anteriores.

Ainda de acordo com Cancian (1981), as regiões de Maringá e Londrina apresentavam maior resistência à diversificação. As terras roxas mais férteis eram as melhores para o café. A diversificação nessas regiões quando surgiu foi devida à alteração dos custos de produção em face do declínio dos preços onde os cafeeiros eram mais velhos. No caso inverso, nas áreas mais novas, a cafeicultura resistiu até 1970, tanto porque houve erradicação nas outras, como porque duas geadas, em 1963 e 1969, auxiliaram no combate à superprodução, aumentando os preços.

Armínio Kaiser, que no período trabalhava no IBC ressaltou que a erradicação cafeeira começou “porque as geadas não davam conta de reduzir a produção”. Maior produtor de café do mundo, o Brasil enfrentava na época de superprodução mundial, superior ao consumo. O engenheiro agrônomo afirmou, ainda que os incêndios “favoreceu muito a

erradicação do café”, e também prejudicou “e muito” a pecuária, porque não havia alimento para o gado (NUNES, 2013, p. 176).

De 1962 a 1969, pastagens e lavouras brancas (milho, feijão, arroz e até soja) substituíram os cafeeiros erradicados enquanto declinava a participação da cultura cafeeira na economia agrícola paranaense, as lavouras de soja e trigo, estimuladas pelo capital financeiro tinham sua participação aumentada (MORO, 1991, p.76).

Verifica-se que a sequência de geadas não foi considerada como um fator preponderante para a erradicação dos cafeeiros. A ênfase que a imprensa dava em torno dos prejuízos ocasionados pelas geadas acontecia porque esse fenômeno climático, que é costumeiro na região norte do Paraná, causava prejuízos materiais. Mas o fato a se levar em conta é que grande parte das lavouras de café atingidas não consideraram o limite climático que havia no estado para a expansão do café.

A cultura do café exige uma combinação conveniente de solos e climas. Se os solos do Norte paranaense em grande parte constituído de terras roxas de excelente qualidade não ofereciam barreiras ao cultivo do café, o mesmo não se dava com o clima nem sempre favorável (SILVEIRA, 1998, p. 133).

O clima foi um fator decisivo para limitar a expansão da cafeicultura paranaense. O Norte do estado possui um clima de transição entre o tipo subtropical e o tropical de altitude do Oeste Paulista. À medida que caminhamos para o Sul, a diminuição das temperaturas e a maior frequência e intensidade das geadas vai tornando impraticável a cultura do café (MULLER, 2001, p. 91).

Dentre os fenômenos climáticos que ocorrem na região, as geadas, devido à cultura do café, se revestem de especial importância. O Norte do Paraná é atingido pelos dois tipos de geada: a “branca” e a “preta”, a primeira também muito comum no Estado de São Paulo. A geada branca corresponde a um “golpe de frio” local: graças à irradiação noturna, ocorre a inversão de temperatura, aparecendo então brumas frias e geadas nos vales e depressões do terreno. A geada branca ocorre principalmente no inverno e é para escapar à sua ação que os cafezais procuram as terras mais altas e, no Norte do Paraná, de preferência as vertentes ensolaradas, de orientação N (norte) e NW (noroeste). A geada preta ocorre quando a frente polar avança, facilitada pelo recuo da massa Tropical-Atlântica. O encontro das duas massas provoca tempestades, seguidas de brusca queda de temperatura: as plantas, carregadas de umidade não evaporada são então queimadas por congelamento (MULLER, 2001, p. 92).

De acordo com Muller, (2001) o perigo da geada preta para os cafezais é incomparavelmente maior que o da branca: ocorrendo no início do verão, quando as plantas não estão em repouso vegetativo, ela aniquila e mata, comprometendo seriamente a safra. Por várias vezes, principalmente nos anos de 1942, 1953 e 1955, o Norte do Paraná foi duramente atingido pela geada preta, fato que comprova a região estar no limite mais meridional em que o café pode ser plantado sem definitivas impossibilidades climáticas.

No período de expansão da cafeicultura no Paraná houve a frequência de geadas brancas e negras que atingiram em certo grau as lavouras. Maack (1968) alertou sobre os impactos climáticos que poderiam advir em decorrência da devastação das matas pluviais e da sua substituição por cafezais.

No início da expansão do café as consequências das geadas não eram tão profundas para as lavouras por conta da cobertura nativa que ainda existia na região. Ao passo que desmataram vastas áreas nativas para dar lugar ao “mar ondulante verde” de café, os danos tornaram-se mais intensos, pois não havia florestas para proteger os cafezais.

2.2 Desmatamento: uma consequência da transformação da natureza em mercadoria

Não há como falar de ocupação do território e expansão do café sem levar em consideração o desmatamento da região. A exploração dos recursos da natureza no território paranaense foi determinada pelo momento econômico vigente, que representou o fio condutor do processo de ocupação e organização espacial. A natureza foi manipulada de acordo com os interesses do capital, e o espaço modificado foi organizado e dotado de infraestrutura necessária para retirar todo o seu aproveitamento.

A devastação da mata subtropical no Norte do Paraná foi a favor do desenvolvimento da agricultura cafeeira, esta foi em primeira instância provocada pelas companhias colonizadoras de terras presentes no estado que organizaram um processo de povoamento. A troca das matas pelas estradas, da floresta pelos cafezais, dos animais silvestres pela pecuária comercial, ocorreu para promover o desenvolvimento econômico (FOGARI, 2009, p. 11 apud FLORES; SILVA; SANTOS, 2010, p. 228). A decisão do Estado também valorizou a escolha do desenvolvimento econômico em detrimento do meio ambiente, resultando em uma grande devastação nas áreas cobertas por floresta.

Para a formação dos cafezais eram procuradas as terras cobertas de matas de alta fertilidade natural, nas quais eram formadas as lavouras. Em poucos anos, as próprias safras e a erosão promoviam o esgotamento do terreno, que passava a apresentar-se insatisfatório para a sustentação de boas colheitas. Então, os cafezais eram abandonados e as terras passavam a ser aproveitadas em outras culturas menos exigentes. Esse processo de depreciação era contínuo porque poucas eram as lavouras que recebiam tratos convenientes. “Era mais econômico ir à procura de novas terras do Estado do Rio, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e, finalmente, até os últimos limites climáticos nas terras novas do Paraná” (IBC-GERCA, 1969).

Ao mesmo tempo em que ocorria o desmatamento das reservas nativas do norte do Estado, as matas – sobretudo as florestas de araucárias - de outras regiões já se encontravam em um estágio avançado de devastação. Em 1968, Reinhard Maack em sua obra *Geografia Física do Estado do Paraná*, assim se expressou:

Em pouco tempo as primitivas regiões de matas estarão completamente destruídas no Estado do Paraná. As últimas reservas de matas virgens talvez resistirão ainda durante uma geração. O destino da mata já está traçado, pois o Estado não criou oportunamente as reservas naturais necessárias. Após seu desaparecimento, a ciência pouco saberá sobre as plantas que caracterizam com suas sutilezas o macro e o microclima de uma região. Talvez os declives de Serra do Mar e suas respectivas regiões altas ainda exibam a vegetação durante o período mais prolongado; porém a mata dos planaltos do interior dentro de alguns decênios dará lugar à terra de cultura, matos secundários e pequenas áreas de reflorestamento. O Paraná então passará de um Estado exportador para importador de madeiras (MAACK, 1968).

Nas últimas décadas do século 19 e primeiras décadas do século 20, a cobertura florestal do Paraná estava praticamente intacta, correspondendo a cerca de 80% de seu território (GUBERT FILHO, 2010, p. 15).

Mapa 1: Distribuição da cobertura florestal do Paraná em 1890.



*Área florestal – 16 milhões 762 mil 400 ha – 83,41% do Estado¹⁰. Fonte: GUBERT FILHO, 2010, p. 19.

Gubert Filho (2010) em seu artigo “O desflorestamento do Paraná em um século” demonstra como os ciclos econômicos paranaenses influenciaram diretamente no processo de devastação das matas nativas do estado. Uma vez que as atividades econômicas estão profundamente relacionadas com o processo de intervenção nas Florestas de Araucárias.

O autor inicia sua análise com o advento do ciclo madeireiro em 1888, após a inauguração da ferrovia do Paraná, ligando Curitiba ao Porto de Paranaguá, quando a ocupação de áreas florestais foi se processando de forma acelerada, a ponto de, por volta de 1900, todo o planalto de Curitiba estar devastado.

Em 1910, com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande à União da Vitória, a atividade extrativa de araucária, imbuia, cedro e canelas, foi “abrindo” o sul paranaense e as serrarias “pipocavam” ao longo da chamada Linha-Sul, entre Ponta Grossa e União da Vitória. Em 1907, o Paraná editou o primeiro Código Florestal do Brasil, mas durante a Primeira Guerra Mundial (1914-18), a indústria do pinho progrediu extraordinariamente, a ponto da extração da araucária tornar-se desenfreada (GUBERT FILHO, 2010, p. 16).

A partir de 1920, passou-se a dizimar imensas regiões florestadas do Segundo Planalto paranaense, para implantação de uma agricultura extensiva. Em 1926, o então deputado estadual Romário Martins alertava para a sistemática dilapidação dos pinhais e

¹⁰ As regiões florestais são representadas em cor escura.

propôs um projeto de lei que alterava o Código Florestal do Estado. Esse projeto previa a desapropriação de áreas, destinadas à perpetuação do sertão paranaense, isento de alteração em sua fisionomia natural, e não permitia qualquer exploração econômica, sendo sua finalidade exclusivamente científica, moral e estética. Mas este projeto de lei não foi aprovado e a medida preservacionista, inédita para a época, não foi levada a efeito (GUBERT FILHO, 2010).

Mapa 2: Distribuição da cobertura florestal do Paraná em 1930.



*Área florestal – 23 milhões 902 mil 400 ha – 64,12% do Estado. Fonte: GUBERT FILHO, 2010, p. 20.

Em 1945, há a inauguração da Indústria Klabin em Monte Alegre, no município de Telêmaco Borba que mudou definitivamente a configuração da região da araucária no Paraná. Na década de 1960, era capacitada para suprir de papel de jornal toda a imprensa nacional, com uma produção diária de 350 toneladas, além de outras 150 toneladas de celulose, papel *kraft*¹¹ e papelão, em 24 horas de trabalho (PARANÁ, 1964).

No início de suas atividades consumiu boa parte dos remanescentes de araucárias, sua principal matéria prima. Mas diante de seu esgotamento, passaram a fabricar celulose a partir do eucalipto e de várias espécies de pinus. A percepção de esgotamento da floresta fez

¹¹ Tipo de papel fabricado a partir de uma mistura de fibras de celulose curtas e longas, provenientes de polpas de madeiras macias.

com que a Klabin passasse a pôr em prática um plano de reflorestamento da região para garantir matéria prima para o futuro, uma vez que o aproveitamento industrial-econômico da araucária se dá entre 20 e 25 anos de idade, enquanto se processasse esse lento crescimento, Monte Alegre optou pela implantação de espécies que dessem um retorno mais rápido.

Em 1950, Reinhard Maack publicou um Mapa Fitogeográfico do Estado do Paraná¹², sendo o primeiro do gênero no Brasil. Tal mapa assinalava o rápido recuo da floresta de araucária. O primeiro e o segundo planaltos foram caracterizados como “regiões de matas devastadas” e o terceiro planalto aparecia relativamente preservado.

Mapa 3: Mata de Araucárias (1950).



Matas das araucárias, com taquaris e palmáceas. (*Cocos romanzoffiana* predominante, associados ainda com *Euterpe edulis* nas regiões mais quentes: raras olhas de Mauritia). Fonte: VALASKI; NUCCI, 2006, p. 7.

¹² O Mapa Fitogeográfico do Estado do Paraná, elaborado por Reinhard Maack em 1950, caracteriza-se como um referencial de geografia física, um dos mais completos mapas já elaborados sobre o Paraná. Este mapa é extremamente rico em informações, apresentando não somente a cobertura vegetal existente no Estado naquele período, como também o uso e ocupação do solo (VALASKI; NUCCI, 2006, p. 3).

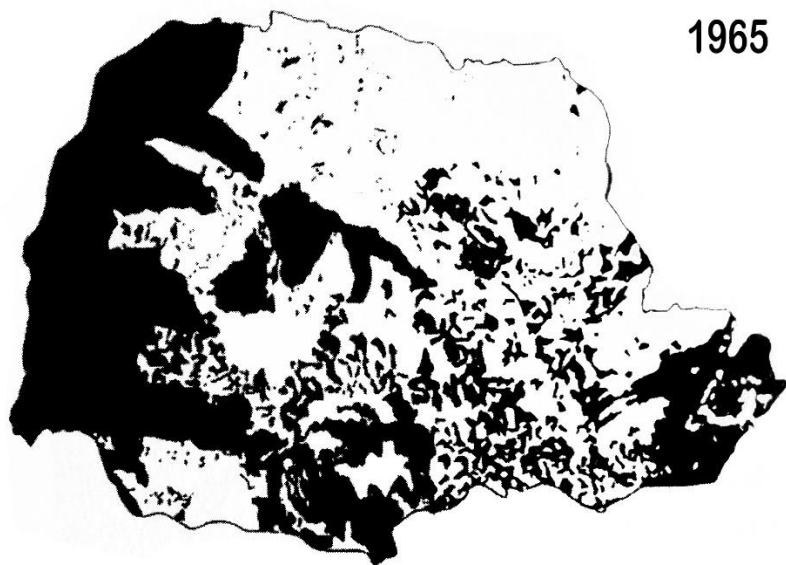
Em linhas gerais, o processo de colonização inicial ocorrido no Paraná Tradicional, consolidou-se até 1930. Tal consolidação foi diretamente proporcional ao desmatamento das florestas das araucárias, que praticamente foram reduzidas à metade. Observa-se, ainda, uma segunda fase de aceleração do desmatamento da floresta das araucárias, que pode ser associada à fase inicial da industrialização da agricultura, coincidente, também, com a aceleração do declínio das florestas no norte paranaense (HAUER, 2010, p. 35).

Em 1960, Maack ainda conseguiu registrar graficamente o ritmo de modificação da paisagem natural, mas cinco anos depois já não existiam dados precisos, pois as florestas remanescentes do segundo planalto haviam sido atingidas pelo incêndio florestal de 1963, que consumiu nada menos que 965 mil hectares, incluindo os reflorestamentos de araucária da Klabin, destinados a prover a fábrica de papel montada em Monte Alegre (GUBERT FILHO, 1988 apud GUBERT FILHO 2010, p. 18).

É importante ressaltar que em vista disso, a Klabin passou a comprar as “lascas”, provenientes das araucárias jovens, remanescentes das florestas nativas exploradas, depois de derrubadas, e “lascadas à meio” eram embarcadas como lenha. Do sul do Paraná, vagões e vagões de lascas foram destinados à fábrica de celulose em Monte Alegre, gerando uma dilapidação sem precedentes dos pinheirais em regeneração. Mais uma vez, predominou a mentalidade extrativista e predatória (GUBERT FILHO, 2010).

Somente na década de 1960 o Paraná perdeu cerca de 240 mil ha/ano de florestas, à custa da expansão agrícola na região oeste. Segundo Maack (1968) da área primitiva de 167.824 km² de florestas existentes no território paranaense, já haviam sido destruídos 119.688 km², restando, portanto, 48.136 km², sendo 32.204 km² da grandiosa floresta pluvial tropical e apenas 15.932 km² da floresta de araucária.

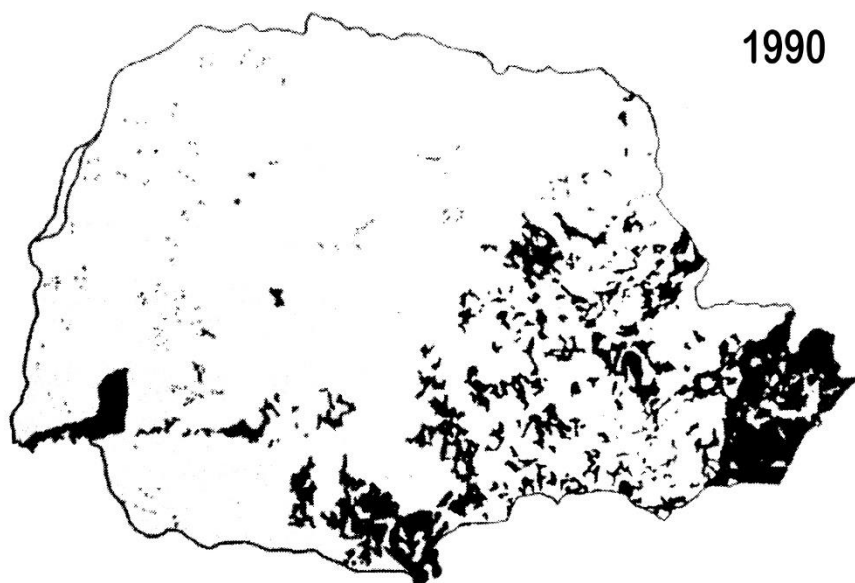
Mapa 4: Distribuição da cobertura florestal do Paraná em 1965.



*Área florestal – 4 milhões 813 mil 600 ha – 23,92% do Estado. Fonte: GUBERT FILHO, 2010, p. 22.

Em apenas um século (1890 a 1990), o Estado do Paraná reduziu sua cobertura florestal de 16 milhões 762 mil e 600 hectares, ou 83,41% de seu território, para cerca de 872 mil e 600 hectares, ou 5,20% de seu território (GUBERT FILHO, 1988 apud GUBERT FILHO, 2010, p. 24).

Mapa 5: Previsão de distribuição da cobertura florestal do Paraná para 1990.



*Área de florestal – 872 mil 600 há – 5,20% do Estado. Fonte: GUBERT FILHO, 2010, p. 23.

Atualmente restam remanescentes florestais na Serra do Mar e no Parque Nacional do Iguaçu e ao longo da Escarpa Devoniana e da Serra da Esperança, todos protegidos por Unidade de Conservação (parques e APPs¹³).

Devemos levar em consideração que nos dias de hoje no Brasil, temos um Código Florestal (LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012)¹⁴ que institui as regras gerais sobre onde e de que forma o território brasileiro pode ser explorado ao determinar as áreas de vegetação nativa que devem ser preservadas e quais regiões são legalmente autorizadas a receber os diferentes tipos de produção rural¹⁵.

O código utiliza dois tipos de áreas de preservação: a Reserva Legal e a Área de Preservação Permanente (APP). A Reserva Legal é a porcentagem de cada propriedade ou posse rural que deve ser preservada, variando de acordo com a região e o bioma. O código determina a ampliação dos tamanhos das reservas: são de 80% em áreas de florestas da Amazônia Legal, 35% no cerrado, 20% em campos gerais e 20% em todos os biomas das demais regiões do País.

As Áreas de Preservação Permanente têm a função de preservar locais frágeis como beiras de rios, topos de morros e encostas, que não podem ser desmatados para não causar erosões e deslizamentos, além de proteger nascentes, fauna, flora e biodiversidade, entre outros.

O Código Florestal representa uma iniciativa do governo em controlar o desmatamento desenfreado, classificando como criminoso aquele que pratica tal delito. Porém, mesmo com uma lei em plena vigência ainda existem as práticas criminosas que insistem em espoliar o meio ambiente. Mas qual o motivo da persistência em desrespeitar o meio ambiente e conseqüentemente as leis de preservação?

Segundo Hauer (2010) a respeito das iniciativas governamentais, percebe-se, ainda, a persistência do passivo ambiental, a manutenção dos baixos índices de cobertura florestal e a

¹³ Área de Preservação Permanente.

¹⁴ O primeiro Código Florestal do País foi lançado em 1934 (Decreto 23.793) e, entre outras medidas, obrigava os proprietários a preservar 25% da área de suas terras com a cobertura de mata original. O código foi atualizado em 1965 (Lei nº 4.771), prevendo que metade dos imóveis rurais da Amazônia deveria ser preservada. A partir de 1996, o Código Florestal passou a ser modificado por diversas Medidas Provisórias, até ser totalmente reformulado em outubro de 2012.

¹⁵ As informações sobre o Código Florestal foram retiradas do Portal Brasil disponíveis nos sites: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm> e <<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2012/11/entenda-as-principais-regras-do-codigo-florestal>>

persistência dos processos de erosão e contaminação ambiental. Para a autora esse contexto é fruto do modelo de desenvolvimento adotado que é resiliente¹⁶ a readequações ambientais.

Hauer (2010) conclui que a adoção de metodologias socioambientais apropriadas é incompatível com o modelo de produção agrícola hegemônico, acarretando prejuízo aos resultados esperados pelos projetos de recuperação ambiental e, por consequência, à coletividade.

Os projetos e programas devem envolver os agricultores – que são os atores-alvos das ações e diretamente responsáveis por sua execução em campo. Considerando que a conservação e recuperação ambiental é um processo que requer a consolidação de parcerias, os programas e projetos decorrentes devem ter a participação dos parceiros em sua concepção (HAUER, 2010, p. 39).

Não se pode negar, porém, que se trata de um desafio que pode estar acima da nossa atual capacidade conjuntural e estrutural, principalmente devido a dois fatores interligados: a propriedade das terras e os modelos de produção. Até porque a grande perda de florestas no Paraná decorre das intervenções nas grandes propriedades, que são onde se localizam as grandes áreas florestais. Assim, os proprietários das terras apropriaram-se e dispuseram-se dos recursos naturais, bem como despojaram-se do poder para influenciar na seleção dos modelos de desenvolvimento do poder para influenciar na seleção dos modelos de desenvolvimento (HAUER, 2010).

Os incêndios de 1963 queimou um total de 2 milhões de hectares no Paraná, sendo 20.000 ha de plantações, 500.000 ha de florestas primárias e 1.480.000 ha de campo, matas secundárias e capoeiras (SOARES, 1985, p. 3).

¹⁶ As premissas e ações propostas que tem por objetivo solucionar os problemas ambientais muitas vezes não funcionam em sintonia com o cotidiano de determinada sociedade, ou com os processos dinâmicos que hoje existem, dentro da natureza e numa economia global. Os desafios da humanidade, em relação com a natureza, se encaixam melhor na adaptação. Segundo Daniel Meyer (2014) uma abordagem que afronta esse desafio se encontra no conceito da resiliência, pouco difundido nos estudos, nas produções acadêmicas, ou nas discussões ambientais no Brasil. Em 1973, o ecologista canadense C.S Holling, publicou um artigo denominado “Resilience and stability of ecological systems” e sua finalidade era criar modelos para entender as mudanças dentro da estrutura e a função dos ecossistemas. O autor conseguiu ilustrar a existência de múltiplos domínios, como também estabilidade, em sistemas naturais e como esses domínios se relacionam com os processos ecológicos, eventos aleatórios (por exemplo, queimadas e tempestades) sobre uma larga heterogeneidade de escalas temporais e espaciais. Nesse sentido, a resiliência pode ser simplesmente definida como a capacidade de um sistema de absorver distúrbios, choques e conseqüentemente manter suas funções e estruturas básicas (WALKER; SALT, 2006 apud MEYER, 2011, p. 10). Essa perspectiva aspira transformar gestão ambiental convencional, que normalmente busca controlar mudanças, e em vez disso, tenta gerar uma capacidade melhor de acolher as – rápidas como lentas – mudanças dentro do ecossistema. Em linhas gerais para criar resiliência não existe uma fórmula mágica ou uma equação, mas sim, flexibilidade e olhos abertos para as mudanças que vão ocorrendo na paisagem ao passar do tempo.

Esse novo panorama no mundo rural e florestal desencadeado pelos incêndios trouxe à baila a necessidade do reflorestamento da região da Araucária porque a maior fábrica de papel e celulose da América Latina, a Klabin, havia perdido grande parte do seu patrimônio florestal que era utilizado como matéria prima em sua fábrica. Preconizaram a introdução de espécies de *Pinus*¹⁷ para impulsionar a economia florestal e “preservar” o restante de matas nativas que ainda havia no estado.

A crescente implantação de *Pinus* no Brasil reflete o contexto econômico que o Brasil passava entre as décadas de 1950 e 1960. Nesse período, discutia-se no país o modelo de desenvolvimento econômico que deveria ser seguido. Existiam, basicamente, duas correntes: uma que vislumbrava um modelo de desenvolvimento econômico baseado na substituição das importações e expansão do mercado doméstico e, outra que sugeria a adoção de um modelo de desenvolvimento orientando para a exportação. O modelo seguido pelo setor florestal brasileiro foi o da substituição das importações, sobretudo de papel, pela produção doméstica, de forma a dinamizar a economia nacional (TUOTO; HOEFLICH, 2008, p. 6).

A adoção de tal modelo acabou por consumir o restante das matas nativas que havia no Paraná. O medo de a matéria prima esgotar fez com que as fábricas de papel e celulose instaladas no Estado, sobretudo a Klabin, se preocupassem com o reflorestamento e até mesmo com a melhoria genética das Araucárias, mas se esqueceram de que em florestas implantadas e campos – principalmente quando há as condições climáticas favoráveis – o fogo se alastra com mais facilidade¹⁸.

¹⁷ Historicamente, espécies de *pinus* vêm sendo plantadas no Brasil há mais de um século. Muitas delas foram trazidas pelos imigrantes europeus, para fins ornamentais e para produção de madeira. As primeiras introduções de que se tem notícia foram estabelecidas no Rio Grande do Sul, com *Pinus canariensis*, provenientes das Ilhas Canárias, em torno de 1880. Em 1948, por iniciativa do Serviço Florestal do Estado de São Paulo, foram introduzidas as espécies americanas conhecidas como “pinheiros amarelos”, que incluem *P. palustris*, *P. echinata*, *P. elliottii* e *P. taeda*. Desde então, outras espécies têm sido introduzidas não só dos Estados Unidos, mas, também do México, da América Central, das ilhas caribenhas e da Ásia (SHIMIZU, 2008, p.5).

¹⁸ A vegetação florestal exerce acentuada influência no microclima local e suas espécies também exercem certa influência na propagação de incêndios. Um povoamento puro de coníferas, por exemplo, pelas características de inflamabilidade inerentes à espécie, apresenta um risco potencial de propagação do fogo maior que um povoamento de folhosas. Em povoamento de *Araucaria angustifolia* o fogo se propaga com mais rapidez e intensidade, inclusive podendo desenvolver incêndios de copa. Outro aspecto relacionado ao tipo de floresta diz respeito à natureza da mesma; isto é, se é natural ou implantada. De maneira geral povoamentos implantados são mais sujeitos aos incêndios florestais e oferecem condições mais favoráveis a sua propagação, do que os naturais intocados (SOARES, 1985, pp. 39-40).

A propagação dos incêndios, embora pareça um processo bem simples quando se observa um pequeno foco de fogo, é na realidade um fenômeno bastante complexo. Os mecanismos que determinam o processo de propagação, principalmente a transferência ou fluxo de calor, são bastante distintos dependendo da intensidade do fogo. Nesse sentido há uma série de fatores que influem na propagação das chamas. Soares (1985, p. 39) ressaltou que o material combustível (quantidade, tipo e arranjo), a umidade relativa do material combustível, as condições climáticas, a topografia e o tipo de floresta são fatores determinantes para a propagação de incêndios florestais.

Os incêndios ocorreram devido a uma série de fatores, e não apenas pela soma “seca + geadas + queimadas”. Obviamente que havia um quadro climático que contribuiu para a propagação das chamas, mas para analisar os efeitos gerados pelo fogo em determinadas regiões do estado é preciso entender qual era o contexto do meio natural naquele período. As regiões mais densamente atingidas foram justamente a região cafeeira que passava por um processo de erradicação liberando espaço para outras culturas, sobretudo para a pastagem, e a região central do estado, onde estavam localizados os remanescentes de florestas nativas e o reflorestamento implantado da Indústria Klabin.

Difícilmente se considera a mão do homem no desencadeamento de um desastre ambiental e quando este gera prejuízos humanos e materiais, as forças da natureza acabam sendo a única culpada por tal tragédia. Nesse sentido, para verificar os desdobramentos que um desastre de curta duração pode ocasionar em uma sociedade é preciso ter em mente a conjuntura da mesma, uma vez que tais eventos que geram efeitos econômicos, sociais, sanitários e ambientais não pode ter a natureza como a única responsável.

2.3 As condições climáticas em 1963

O território do Estado do Paraná localiza-se na região sul-brasileira entre as latitudes de 22° 29' 30'' na cachoeira Saran Grande, no rio Paranapanema, e 26° 42' 59'' nas nascentes do rio Jangada, numa extensão superior a 468 km em direção norte-sul e entre as longitudes a oeste de Greenwich de 48° 02' 24'' no rio Araripa e 54° 37' 38'' na Foz do Iguaçu ultrapassando 674 km leste-oeste (MAACK, 1968, p. 77).¹⁹

¹⁹ As informações referentes sobre o clima, a posição, limites, extensão do território do Paraná foram retiradas do livro Geografia Física do Estado do Paraná, do geógrafo Reinhard Maack. Este livro é referência ao se estudar as bases geográficas fundamentais do Estado. O autor apresenta conceitos, conhecimentos e uma revisão

Segundo o geógrafo Reinhard Maack (1968), as bases geográficas e geológicas naturais do Estado, as zonas climáticas tropicais, subtropicais e temperadas com precipitações favoravelmente distribuídas sobre todos os meses do ano, os extensos complexos de solo férteis de terra roxa, assim como os diversos outros tipos de solo destas zonas climáticas, caracterizam o Paraná como o Estado de maior porvir.

De acordo com a latitude, a maior parte do Estado do Paraná situa-se na zona subtropical, entre 23°27' e 26°47'. Uma parte menor, ao norte do trópico de Capricórnio avança diretamente para dentro da zona matemática de irradiação tropical, alcançando 22°30' de latitude sul. Portanto, desde 7 de dezembro até 7 de janeiro de cada ano, o sol incide perpendicularmente sobre o Norte do Paraná (MAACK, 1968, p. 93).

O ângulo de incidência da irradiação solar influencia as correntes de ar que determinam as épocas do ano no Paraná. Além das linhas matemáticas que delimitam as zonas de irradiação solar, as várias zonas climáticas do Paraná são determinadas pela altitude nos diversos planaltos. Nesse sentido, Maack (1968, p. 93) verificou quatro fatores principais que determinam o clima geral do Estado do Paraná:

1. Determinada pela posição do Sol, a oscilação ou migração rítmica das massas de ar da zona Atlântica equatorial e tropical de pressão baixa, no semestre do verão de outubro a março é orientada para o sul.
2. No semestre hibernal de abril a setembro, a orientação dos anticiclones do Atlântico Sul para o norte provoca a infiltração de massas de ar frio de frente polar.
3. O alísio SE, cujo raio de ação frequentemente ultrapassa 25° de latitude sul, determina, segundo sua força e desvio, a extensão da região atlântica tropical de pressão baixa em direção sul ou o avanço dos anticiclones no Atlântico Sul, com infiltração de massas de ar frio da frente polar em direção norte. Determina também as precipitações orográficas de ascensão sobre a serra do Mar.
4. A ação da corrente marítima quente do Brasil, que influencia grandemente as temperaturas da costa leste da América do Sul, fazendo avançar o caráter climático tropical quente e úmido para muito além dos 26° de latitude sul. O

crítica que proporcionam uma visão de conjunto para compreender o panorama geográfico atual. Nos dias de hoje algumas classificações territoriais e climáticas do Paraná sofreram alterações. Porém, nesta pesquisa utilizamos as classificações apontadas por Maack (1968), por conta da proximidade temporal com a nossa investigação.

elevado grau de saturação da umidade do ar ocasiona um abaixamento das oscilações anuais da temperatura.

Vale lembrar que a altitude e latitude nem sempre são responsáveis pela temperatura média anual das várias estações. Nuvens e ventos, a topografia geral e distribuição das precipitações determinam o grau de temperatura dentro do ritmo anual nas diversas estações. Por exemplo, na região litorânea, as temperaturas sofrem influência da corrente marítima quente do Brasil e da umidade relativa do ar permanentemente elevada.

Em toda a região do Estado do Paraná, janeiro é o mês mais quente do ano, retardando-se raras vezes o ponto culminante da temperatura até princípios de fevereiro. O período das temperaturas mais elevadas começa aproximadamente de 3 a 4 semanas após a irradiação solar vertical no Norte do Paraná ou de 2 a 3 semanas após o início da nova migração do sol rumo norte, a partir do trópico de Capricórnio. Somente depois de fevereiro verifica-se uma queda sucessiva de temperatura de forma que o outono se torna mais quente do que a primavera. Conseqüentemente, também as médias máximas mais elevadas correspondem ao mês de janeiro. Entretanto, devido à seca, o máximo absoluto da temperatura pode ser verificado já em outubro ou novembro, sendo possível um atraso até março (MAACK, 1968, p. 101).

Sobre as temperaturas baixas, o autor relata que são observadas em julho, quando devem ser esperadas geadas noturnas²⁰ mais frequentes. Os dias chuvosos de junho com as geadas noturnas prováveis registram-se em segundo lugar, enquanto que os mínimos absolutos verificam-se após os dias de chuva em agosto ou setembro. No Paraná as geadas ocorrem quase sempre após dias de chuva, devido ao vento sul o céu torna-se claro e o ar frio da frente polar avança em direção norte Paraná adentro.

O ano de 1963 foi consagrado pela literatura climatológica como um dos mais secos do século passado, na região Centro-Sul do Brasil (MONTEIRO, 1969). Os Estados de São Paulo e Paraná foram os que mais sofreram com a prolongada estiagem. Deve-se considerar também que a falta de chuva foi agravada pelas fortes geadas que ocorreram durante a primeira quinzena de agosto.

²⁰ As geadas noturnas hibernais na zona mais fria do Paraná distribuem-se normalmente sobre os meses de maio até setembro, mas frequentemente já começam em abril, podendo ser prejudiciais para as culturas ainda em outubro. As geadas tardias de fins de agosto até fins de setembro são as mais temíveis, porque os prejuízos que acarretam podem ser catastróficos (MAACK, 1968, p. 102).



Foto 1: Folhas de café denotando a intensidade da seca. Entre Santa Zélia e Astorga - Município de Astorga. 06/09/1963. Foto: Armínio Kaiser.

As chuvas que caíram no período de abril a julho – fim do outono e início do inverno de 1963 – foram consideradas 6 vezes inferiores ao total do ano de 1964 (30,00 mm contra 180, 00 mm). No dia 10 de julho, já em pleno inverno, o volume baixara a 58,33%. A seca alcançou, nos meses seguintes, o seu clímax, arrastando o nível das águas até mínimos jamais registrados. Em 20 de agosto, o volume estava reduzido a 25,57%. O quadro foi descrito da seguinte maneira:

A estiagem continuou e envolveu a cidade (São Paulo) em névoas secas. Embora sendo inverno a temperatura fora a 34,2%. “Tal fato afligiu a população, chegando ao ponto de fiéis trazerem imagens de N. S. da Penha para a Catedral a fim de ali fazerem preces pedindo chuvas” (MONTEIRO, 1969, p. 46).

De acordo com Ribeiro (1984), a evolução do quadro climatológico no ano de 1963 pode ser considerada normal até meados do mês de abril, período em que as chuvas ficam escassas e desaparecem até o final do ano.

O inverno de 1963 é considerado atípico quando analisamos as secas e as geadas:

Cronologicamente a “onda de frio” vem em primeiro lugar. Está ligada à invasão polar de fluxo rápido e contínuo que atravessou toda região entre 4 e 8 de agosto levou a Frente Polar Atlântica até a Baía de Todos os Santos. O caráter rápido da invasão, a fraqueza das precipitações frontais implicou um declínio da umidade, na limpeza do céu e, conseqüentemente, na forte amplitude diária, que culminou em resfriamento intenso nas madrugadas dos dias 5, 6 e 7, quando ocorreram geadas. As mínimas foram de 0 em Londrina e chegaram a -7 em Guaravera, onde pela manhã havia canos de água arrebentados e as plantações estavam cobertas de gelo branco. Os dados oficiais divulgados pelo Instituto Brasileiro do Café, cujos técnicos sobrevoaram a região afetada, estimavam que 52,37% dos cafeeiros haviam sido atingidos. A safra de café para 1964, prevista para vinte milhões de sacas, estava comprometida; no território paulista calculava-se a perda de 15 a 20%. Mas a lavoura mais afetada em São Paulo foi a da cana de açúcar, já seriamente atingida pela forte estiagem (MONTEIRO, 1969, p. 45).

Monteiro (1969) realizou um estudo sobre a Frente Polar Atlântica e as chuvas de inverno na fachada sul-oriental do Brasil, comparando os invernos de 1957 e 1963 no Estado de São Paulo. Segundo suas análises o inverno de 1963 caracteriza-se pela escassez e mesmo raridade das chuvas, que se apresentaram com fraca intensidade diária e frequência reduzida. Os índices diários foram, em geral, inferiores a 20 milímetros, enquanto os números de dias de chuva não ultrapassaram a 35.

Devem-se destacar três invasões polares²¹ no decorrer do ano de 1963. A primeira delas, ocorrida entre 22 e 26 de julho. A invasão polar de 5 a 8 de agosto foi a de maior penetração, ao mesmo tempo que a onda de frio mais forte. As mínimas giraram em torno de 0° em Porto Alegre e 7° São Paulo, alcançando maior intensidade no Paraná. A participação acentuada dos sistemas intertropicais produziu aquecimentos pouco comuns nesta época do ano, especialmente violentos nas fases de aquecimento pré-frontal. Os contrastes e as oscilações térmicas observadas em Porto Alegre mereceram registros especiais. No período de 4 a 6 de setembro, em que a F.P.A.²² oscilava do Uruguai à Santa Catarina, a importação de ar quente do interior, pela corrente do NW²³, fez registrar a máxima de 36,0°, no dia 5. Em São Paulo, a longa fase de domínio da Ta²⁴, no início de setembro, ocasionou a máxima de 33,0°

²¹ Invasões polares são as entradas de massas de ar frio.

²² Frente Polar Atlântica

²³ Noroeste

²⁴ Referência a Massa Tropical Atlântica

no dia primeiro. No Rio de Janeiro, o período foi surpreendentemente quente, com máximas em torno de 35° (MONTEIRO, 1969, p. 34).

O ano de 1963 é caracterizado, também, pela fraqueza das investidas polares no inverno, manifestando um contraste com o inverno de 1957, seja pela redução do domínio das massas polares em Porto Alegre, para apenas 44%, seja pelo domínio absoluto em São Paulo das massas tropicais atlânticas (62%)²⁵ sobre as massas polares (15%)²⁶ (MONTEIRO, 1969).

No inverno de 1963, o fluxo de invasão polar foi considerado “fraco”²⁷, pois houve uma grande predominância do sistema tropical atlântico, alcançando a participação correspondente a 1962, demonstrando o caráter de “fraqueza” de que se revestiu as invasões das massas polares, cuja participação foi reduzida a apenas 15% (MONTEIRO, 1969, p. 41). Nesse sentido, essa pouca quantidade de passagens de massas polares caracterizou esse inverno, em relação ao caráter pluvial, como seco.

Segundo Monteiro (1969) o inverno de 1963 teve repercussão muito maior tanto em São Paulo, quanto no Paraná. Um dos acontecimentos de maior vulto neste período foi a estiagem que, afetando toda a região, fez-se sentir especialmente no Planalto Paulistano, que culminou com o esvaziamento quase completo do grande lago formado pela represa Billings, criando uma séria crise de energia no parque industrial paulista. A longa estiagem e o baixo teor de umidade favoreceram o desencadeamento da onda de incêndios que consumiu boa parte das matas no Paraná, destruindo lavouras e povoações rurais. E ainda, para confirmar o fato de que um inverno seco não é necessariamente quente, houve uma forte “onda de frio”, que causou as geadas no norte do Paraná e em São Paulo.

²⁵ A Massa Tropical Atlântica (mTa) é uma massa quente e úmida, originária do oceano Atlântico nas imediações do trópico de Capricórnio, tem uma enorme influência sobre a parte litorânea do Brasil (do nordeste até o sul).

²⁶ As massas polares formam-se nas regiões próximas aos polos Norte e Sul, sempre em latitudes superiores a 50° e por esses aspectos são extremamente frias. A polar continental é mais fria e mais seca; a oceânica é mais úmida.

²⁷ Ocorre quando as condições de abastecimento de ar frio no sul do continente são tais, que apenas originam anticiclones incipientes, cujo valor barométrico é igual ou inferior aquele de anticiclone marítimo, ou mais frequentemente, simples dorsais frias. Seus avanços estão fadados a ficar aquém do trópico e, muito provavelmente, recuar sob forma de frente quente, refletindo a maior potência de ar tropical. As ondulações ao longo do eixo da Frente Polar são amplas e lentas, contribuindo à penetração do anticiclone marítimo para o interior e a canalização do ar frio pela rota litorânea. A falta de contraste térmico favorece o equilíbrio barométrico, enquanto o maior aquecimento no interior condiciona a penetração da névoa seca. O domínio demorado do anticiclone marítimo e sua acentuada progressão para o sul faz com que, ao advir novo avanço de massa polar, o choque frontal se produza na altura do Rio da Prata. Este tipo predominou no inverno de 1963 (MONTEIRO, 1969, p. 55).

No início do mês de agosto as temperaturas baixaram de modo considerável no Paraná. Com médias registradas abaixo de 0, o resultado foi geadas que queimou a lavoura cafeeira, bem como grande parte da área agrícola do estado, representando um prejuízo considerável na economia do estado que dependia exclusivamente da cultura cafeeira²⁸.

Segundo Pozzobon (2006), essa geada foi muito extensa, de fraca e média intensidade dependendo da região, mas foi o suficiente para acarretar prejuízos à qualidade do café e às pastagens. Os dados do Instituto Brasileiro do Café apontam que essa geada ocasionou em quebra de 22% em milhões de sacas beneficiadas da safra de 1963 em relação à safra do ano seguinte (CARVALHO, 2002, p. 65)

Geadas sempre tiveram destaque nos jornais da época. Após sua ocorrência era comum à especulação da imprensa escrita - principal veículo de informação no período - em torno dos prejuízos econômicos gerados principalmente nas lavouras cafeeiras. A Folha de Londrina, do dia 07 de agosto, noticiou que a queda de temperatura resultou em uma perda de 50% dos cafezais paranaense. A produção da safra que era estimada em 15 milhões de sacas ficou reduzida à metade, gerando um déficit de aproximadamente 100 bilhões de cruzeiros:

O panorama é de ampla desolação e embora não haja, ainda, informes precisos sobre a extensão do fenômeno, é certo que mais de 60% dos cafezais foram queimados. Há quem calcule mesmo, segundo se informava ontem à tarde, que a quebra verificada seja da ordem de 80% (FOLHA DE LONDRINA, 07.ago.1963).

Nesse mesmo dia o jornal Folha de Londrina publicou um quadro que constava as mínimas registradas e a percentagem de prejuízos nas lavouras, sumarizadas na tabela abaixo:

²⁸ Depois da expansão da cafeicultura no Estado, ocorreu fortes geadas em 1953 e 1955. A incidência do fenômeno nas zonas produtoras, causava prejuízos a economia regional. Em 1963, depois da longa estiagem, que em extensas áreas se prolongou por cerca de 8 meses com as fortes geadas dos dias 6 e 7 de agosto, não só as regiões cafeeiras, mas também toda área agrícola do Estado ficou danificada, com a vegetação morta e ressequida, inclusive em áreas de matas virgens.

Tabela 3: Temperaturas mínimas e percentuais de prejuízos (safra 1964/1965)

LOCALIDADES	MINIMAS REGISTRADAS	PREJUÍZOS PARA SAFRA/64-65 (%)
Londrina (Exceto o distrito de Guaravera)	0° Grau	20 a 25%
Guaravera	7° abaixo de 0°	45%
Cornélio Procópio	1° abaixo de 0°	10%
Apucarana	1° abaixo de 0°	20 a 30%
Bela Vista do Paraíso	3° abaixo de 0°	20 a 30%
Jacarezinho	2° acima de 0°	10%
Maringá	1,5° abaixo de 0°	50%
Paranavaí	7° abaixo de 0°	80 a 90%
Nova Esperança	2° abaixo de 0°	20 a 30%
Uniflor	4,8° abaixo de 0°	70 a 80 %
Paranacity	4° abaixo de 0°	70 a 80 %
Cruzeiro do Sul	4,2° abaixo de 0°	70 a 80 %
Paranareal ²⁹	4° abaixo de 0°	70%
Colorado	2° abaixo de 0°	60 a 90%
Rolândia	2° acima de 0°	20%
Cruzeiro do Oeste	2° abaixo de 0°	70%
Umuarama	2,5° abaixo de 0°	80%
Goio – Erê	2,5° abaixo de 0°	80%
Cianorte	2° abaixo de 0°	70%
Rondon	2° abaixo de 0°	70%
Loanda	5° abaixo de 0°	60%
Primeiro de Maio	0° grau	15 a 25%
Santo Inácio	2° abaixo de 0°	70 a 90%
Astorga	2° abaixo de 0°	50 a 80%
Arapongas	1° abaixo de 0°	20 a 30%
Cambé	1° grau positivo	20%

Fonte: Folha de Londrina, 07. Ago.1963.

Nas décadas de 1950 e 1960, geadas eram são sinais de alerta, pois elas paralisavam temporariamente a produção dos cafeeiros atingidos e a duração dessa interrupção variava de acordo com a intensidade da geada. Uma queima de folhas afetava a produção do ano seguinte. A queima de folhas e ramos, por dois anos. E a de folhas, ramos e troncos, por três anos (POZZOBON, 2006, p. 125). A tabela abaixo demonstra a intensidade da geada de 1963, que acarretou uma alteração substancial no potencial de produção:

²⁹ Distrito de Paranacity.

Tabela 4: Efeitos das últimas geadas (considerando valores percentuais - %)

	1962	1963	1966
Cafeeiros não atingidos	67	34	43
Cafeeiros atingidos	33	66	57
Cafeeiros atingidos nas folhas	12	13	22
Cafeeiros atingidos nas folhas e ramos	10	15	20
Cafeeiros atingidos nas folhas, ramos e troncos	11	38	15

Fonte: IBC-DEC – Divisão de Estatísticas

Quando o governador do Estado tomou ciência de que mais uma geada havia atingido as lavouras cafeeiras do Norte, Ney Braga visitou pessoalmente a região para tomar nota dos prejuízos e tentar buscar auxílio junto ao Governo Federal (FOLHA DO NORTE, 8.Ago.1963). A preocupação imediata com a situação da lavoura cafeeira é compreensível a partir do momento que temos referências sobre o impacto da cultura do café na economia do período. Mesmo com a erradicação rondando as lavouras cafeeiras, em 1960, o Paraná produziu quase um terço da produção africana e três vezes a produção colombiana (CANCIAN, 1981, p. 122).

As fotografias de Armínio Kaiser³⁰, engenheiro agrônomo do Instituto Brasileiro do Café no período, ajudam a compreender parte dos danos que a lavoura cafeeira sofreu com as geadas de 1963. De acordo seus relatos e suas fotografias, os pés de cafés já haviam sofrido com as geadas do ano anterior.

³⁰ Armínio Kaiser trabalhou como engenheiro agrônomo no Instituto Brasileiro do Café (IBC) e acompanhou o trajeto da cafeicultura na região norte do Paraná durante trinta e três anos. Sempre carregava uma câmera fotográfica, para registrar de perto o trabalho e os dramas de homens e mulheres que extraíam da terra a sobrevivência (CHOMA, VIEIRA, COSTA, 2008). Suas fotografias revelam alguns discursos sobre os rumos do café, principalmente aqueles dedicados a erradicação dos cafeeiros da região.



Foto 2: Fazenda São José do engenheiro agrônomo José Ferreira Camargo – Município de Astorga. Café geada em 30 de maio de 1962. Brotação atingida pelas geadas de 6 e 7 de agosto de 1963. Foto: Armínio Kaiser.

Com a safra comprometida e tendo que dispensar seus funcionários, a estimativa era que cerca de 1 milhão de pessoas ficaram desempregadas. Os produtores esperavam os auxílios do governo estadual para enfrentar a “crise econômica e social” gerada pelas geadas:

As medidas que esperam os produtores, da parte do Governo Federal, como as que se destinem a proteger os trabalhadores em geral, representam, fora de dúvida, iniciativas que não podem estar dependendo de qualquer espécie de protelação. É a própria crise que as aconselha, como soluções prementes que devem refletir como importante espírito de providências no sentido de que a região cafeeira do Paraná continue produzindo, de acordo com a capacidade que tem. A não ocorrer tais providências, no tempo certo e devido, a calamidade que assolou o Paraná tenderá a crescer de limites e engolfar todo o País (Editorial publicado no jornal FOLHA DE LONDRINA, 11. Ago.1963).

A “crise social” ocasionada pela geada se dava por conta da representatividade do risco de desemprego em virtude da quantidade de famílias que estavam envolvidas no regime de trabalho rural:

Em 1961, viviam 283.992 famílias nas propriedades cafeeiras englobando 1.455.233 pessoas correspondentes a 46,4% da população e 31,8% da população do Estado. Nas propriedades de menor porte predominava a exploração familiar e a parceria. Nas de maior dimensão a exploração se dava por meio de empreiteiros, colonos e assalariados (POZZOBON, 2006, p. 94).

Os jornais regionais passaram a anunciar o êxodo de famílias em algumas regiões cafeeiras. A equipe de reportagem da Folha do Norte (14 Ago. 1963) encontrou na cidade de Maringá “seis famílias que estavam indo rumo a Paranavaí para encontrar ajuda de parentes e melhores condições de vida. Deixando para trás suas propriedades e plantações que foram devastadas pelo flagelo branco”.

A pressão por parte da imprensa, ligada a grupos políticos era tão intensa que o presidente do Instituto Brasileiro do Café (IBC)³¹, o senador Nelson Maculan e técnicos visitaram a região norte do Estado para observar a situação das lavouras cafeeiras e “fazer um levantamento dos prejuízos das geadas, para buscar junto ao Governo Federal uma política de diversificação das culturas e subsídios para atender a ‘classe’ dos agricultores”.

O levantamento realizado pelos técnicos do IBC sobre os prejuízos causados pelas geadas nos municípios produtores de café, pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 5: Prejuízos nas lavouras cafeeiras (1963)

Zona Velha	Cafeeiros Plantados	Cafeeiros Atingidos	Porcentagem
Porecatu	10.250	1.025	10
Florestópolis	13.480	1.348	10
Alvorada do Sul	8.215.000	4.107.500	50
Bela Vista	16.685.000	2.502.750	15
1º de Maio	7.955.000	5.568.500	70
Sertanópolis	13.395.000	6.697.500	50
Ibiporã	7.430.000	1.486.000	20
Sertaneja	5.200.000	3.640.000	70
Rancho Alegre	4.800.000	3.360.000	70
Jataizinho	3.550.000	532.000	15
Assaí	3.600.000	900.000	25
Uraí	3.000.000	600.000	20

³¹ O IBC tinha autonomia para amparar e defender a produção e o comércio, regular o escoamento e a oferta nos diversos mercados, retirar as sobras ou fazer estoques estratégicos. O Instituto era administrado por uma Junta Administrativa com a participação dos setores interessados e onde o setor produtivo exercia algum poder de influência. No Paraná, o IBC mantinha uma estrutura de comercialização composta de 3 agências regionais (Londrina, Maringá e Curitiba), 50 armazéns e uma rede de assistência técnica constituída de 2 SERACs - Serviços Regionais de Assistência à Cafeicultura - em Londrina e Maringá, além de 46 SAGs – Serviços Locais de Assistência à cafeicultura que atendiam os municípios cafeeiros (POZZOBON, 2006, p. 112)

Nova América	4.200.000	840.000	20
Amoreira	8.300.000	1.660.000	20
Nova Fátima	6.550.000	1.310.000	20
Cornélio Procópio	17.200.000	1.720.000	10
Santa Mariana	6.800.000	680.000	10
Itambaracá	2.700.000	270.000	10
Andirá	4.011.000	200.550	5
Bandeirantes	6.800.000	340.000	5
Santa Amélia	1.532.000	76.600	5
Abatiá	5.715.000	285.750	5
Ribeirão do Pinhal	6.430.000	321.500	5
Jundiá do Sul	1.850.000	92.000	5
Ibaiti	8.100.000	3.240.000	40
Japira	2.000.000	300.000	15
Pinhalão	2.000.000	375.000	15
Jaboti	710.000	106.500	15
Conselheiro Mayrink	700.000	105.000	15
Tomasina	2.300.000	345.000	15
Quatingá	700.000	105.000	15
Siqueira Campos	2.480.000	1.736.000	70
Venceslau Brás	400.000	60.000	15
Joaquim Távora	1.550.000	232.500	15
Sto. Antônio da Platina	9.470.000	1.894.000	20
Jacarezinho	11.380.000	1.138.000	10
Cambará	6.292.000	344.600	5
Totais	194.023.730	47.174.623	

Fonte: Folha de Londrina, 11. Ago.1963.

Após o relatório, Nelson Maculan constatou que 65% dos cafezais foram destruídos:

A safra prevista para o Paraná no ano que vem, seria de 12 milhões de sacas, menos 65% dos cafés queimados, resultaria em 4,2 milhões de sacas (...) A produção do café no Paraná para o ano que vem está entre 2 a 4 milhões de sacas, o que evidencia as proporções gigantescas ocasionadas pela geada e o baque que causará na receita do Paraná (JORNAL FOLHA DO NORTE, 8. Ago. 1963).

Para o agente do IBC, Alfredo Medina a responsabilidade pela destruição das lavouras era dos produtores que não usaram os nebulizadores no momento em que mais seriam úteis. Afirmou ainda que se os geradores de fumaça caso tivessem sido usados com a amplitude devida, teriam atingidos apenas 20% ou 30% dos cafezais (JORNAL FOLHA DE

LONDRINA, 11 Ago. 1963). Para o agente, os cafeicultores não tinham o direito de reclamar os prejuízos por conta da sua “negligência” quanto ao uso dos nebulizadores.

A resposta dos produtores de café veio logo em seguida. Publicado na Folha de Londrina, do dia 13 de agosto, Álvaro Godói, presidente da Associação dos Lavradores do Norte do Paraná enviou um telegrama de protesto ao agente do IBC em São Paulo, repudiando suas declarações, salientando que os agricultores utilizaram os nebulizadores, mas não obtiveram resultado devido aos ventos.

Após a ocorrência de geadas, voltava à baila a discussão dos possíveis meios de evitá-las – por meio de fogueiras provocadas, aquecedores de ar, serragem com salitre, aparelhos geradores de neblina, entre outros. Dependendo da intensidade da geada esses meios não tinham condições de amenizar ou, até mesmo, evitar seus danos (POZZOBON, 2006, p. 126).

Os cafeeiros considerados irrecuperáveis passaram a ser erradicados para liberar área para outras culturas. Armínio Kaiser registrou essa prática no município de Astorga, a intenção era substituir o café por culturas diversificadas - objetivo que já vinha sendo colocado em prática por meio dos planos de erradicação e racionalização da agricultura.



Foto 3: Pondo fogo em restos de cafeeiros geados em 1962 e 1963 por serem considerados irrecuperáveis. Fazenda São José – Proprietário José Ferreira de Camargo – Astorga. 03/09/1963. Foto: Armínio Kaiser.

Não podemos deixar de destacar que a ocorrência de geadas brancas e negras no Paraná era algo recorrente. Dez geadas são mencionadas quando se estuda a cultura cafeeira: 1953, 1955, 1957, 1959, 1962, 1963, 1966, 1969, 1972 e 1975. De pequena, média e grande intensidade essas geadas são sempre referências, pois afetaram em maior ou menor grau a produção das safras seguintes e, às vezes, as subsequentes (POZZOBON, 2006, pp. 125-126).

Reinhard Maack em *Geografia Física do Estado do Paraná* (1968, p. 132) apresentou uma visão geral de três períodos de geadas dentro de 10 anos:

Foram atingidos no ano de 1953 de um total de 686.006.762 cafeeiros no mês de julho: 220.520.244 intensamente e 238.223.725 fracamente. No ano de 1955, em fins de junho, dos 757.592.000 cafeeiros, 270.000.000, foram atingidos. No ano de 1963 dos 1.268.327.000 cafeeiros no início de agosto, 664.285.250 foram atingidos.

As perdas acarretadas pela geada de 1963, se tornaram consideráveis por conta da entrada da frente polar que caracterizou simultaneamente um período muito seco no estado. Nesse sentido, a colheita de café teve uma queda considerável, cujos prejuízos econômicos sofridos pelos cafeicultores somente poderiam ser equilibrados por meio de uma grande colheita no ano de 1965 (MAACK, 1968).

A geada de 1963 não foi um “golpe de misericórdia” na cafeicultura do período, nem tampouco a pior em uma escala de dez anos. Obviamente que os prejuízos eram eminentes, pois o café era o principal produto econômico do Estado destinado, sobretudo, à exportação. Em consequência disso, as geadas sempre ganharam destaques da imprensa do período e sempre renderam manchetes alarmantes.

O medo das consequências das geadas sobre o café disseminado pela imprensa está diretamente ligado à importância que tal cultura desempenhou na economia, bem como no processo de ocupação do norte do Paraná, que não respeitou os limites territoriais e climáticos que eram impostos à cultura do café.

3 AS “AÇÕES REMEDIADORAS” DO DESASTRE: O ESTADO, A POPULAÇÃO CIVIL E A KLABIN

3.1 As políticas públicas criadas pelo Estado

No final de agosto e início de setembro de 1963, prologando-se as fases de domínio do anticiclone tropical marítimo, onde o baixo teor de umidade se aliava às temperaturas excepcionalmente elevadas, ocorreu uma série de incêndios no território paranaense, que chegou ao grau de calamidade pública, a ponto de mobilizar ajuda dos estados vizinhos às populações atingidas.

Governo e imprensa culpavam imediatamente a estiagem, a geada e o início das queimadas de limpeza pela propagação e proporções adquiridas pelos incêndios. Nunes em seu livro *1963: o Paraná em chamas*, defende que a seca iniciou-se por volta do ano de 1952, prosseguindo até 1963 um longo período de onze anos, até que ocorresse a geada dos dias 6 e 7 de agosto de 1963. A prática da queimada continuava seu curso como nos anos anteriores, mas a área desflorestada havia se intensificado, restando à época menos de 25% da cobertura florestal do Estado. Áreas verticalizadas pela modernização da agricultura, reflorestamento, pastagens, capoeiras abandonadas por práticas agrícolas inadequadas, entre outras, se tornavam um ambiente altamente propício para a propagação de incêndios.

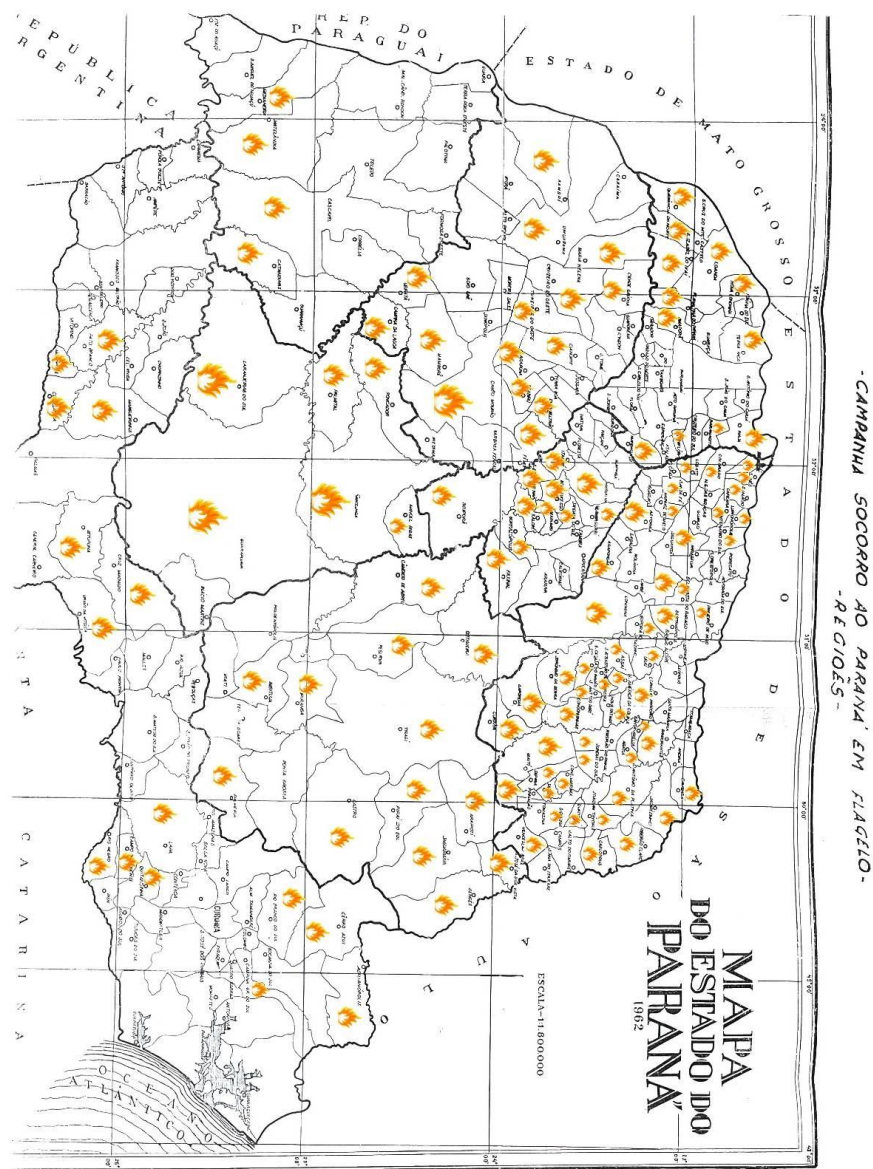
Na grande fase de domínio tropical de 28 de agosto a 9 de setembro os incêndios ganharam maiores proporções. As máximas registradas na capital paranaense oscilaram entre 29 e 32°, temperaturas excepcionais nesta época do ano. Pelo valor das mínimas, entre 8,6 e 12,8°, pode-se avaliar a acentuada amplitude diurna, refletindo o baixíssimo teor de umidade do ar. A limpeza do céu era forte, já que nesta fase a cobertura de nuvens revelava índice zero; apenas no dia 8 de setembro, já ao aproximar-se um avanço polar, é que passou a 3 para alcançar 8, no dia 11, já em plena passagem frontal (MONTEIRO, 1969, p. 45).

Em um período compreendido entre agosto e setembro o fogo atingiu 128 municípios paranaenses. A área queimada foi calculada em torno de 21 mil quilômetros quadrados, a qual era ocupada por casas, sítios, lavouras e reservas florestais, gerando um prejuízo de bilhões de cruzeiros (PARANÁ, 1964, p. 5).

O fogo foi mais intenso na região norte cafeeira e na região central composta de remanescentes de florestas nativas e reflorestamentos implantados da Indústria Klabin. Os

municípios de Ortigueira, Curiúva, Tibagi, Sapopema, Arapoti, Cândido Abreu, Barbosa Ferraz, Reserva, Ivaiporã, Roncador, Palmital, Pitanga e Inajá, somando 16.000 Km² (o que equivale a quase 50 vezes a área do município de Curitiba), foi totalmente queimada (PARANÁ, 1963).

Mapa 6: Área devastada pelos incêndios de 1963 – Estado do Paraná



Fonte: Paraná, 1964.

Os números apresentados a seguir foram possíveis devido ao recobrimento aéreo realizado pela Divisão de Geografia do Departamento de Geografia, Terras e Colonização³² que revelou os municípios atingidos pelo fogo, bem como a área atingida.

Tabela 6: Relação dos Municípios e Respectivas áreas atingidas pelos incêndios.

Município	Área atingida em hectares
Abatiá	6.814,5
Adrianópolis	6.197,2
Amaporã	3.685,7
Apucarana	2.637,9
Arapongas	1.806,2
Arapoti	41.876,4
Araruna	2.363,1
Araruva	2.166,0
Assaí	*não consta área atingida
Astorga	2.213,7
Bandeirantes	962,1
Bela Vista do Paraíso	8.140,0
Bituruna	12.442,0
Bom Sucesso	1.513,1
Borrazópolis	2.106,2
Cafeara	5.451,6
Cambará	3.748,0
Cambé	2.161,6
Cambira	1.654,2
Campina da Lagoa	15.900,4
Campina Grande do Sul	1.234,0
Campo do Tenente	6.323,6
Campo Mourão	62.902,2
Cândido de Abreu	174.136,2
Carlópolis	4.235,2
Cascavel	92.215,8
Castro	30.730,6
Catanduvas	6.422,5
Centenário do Sul	1.648,7
Cerro Azul	5.806,6
Cianorte	7.888,0

³² “O Paraná em Flagelo – Relatório”, do Departamento de Geografia, Terras e Colonização, foi produzido no final do mês de setembro, quando alguns focos de incêndios ainda queimavam em diversos municípios. Tal relatório apresenta discriminadamente a área assolada de cada município paranaense, bem como dados pessoais, materiais e animais.

Cidade Gaúcha	3.907,4
Clevelândia	1.934,4
Colorado	7.913,6
Congoinhas	2.930,9
Conselheiro Mairinck	7.278,0
Cornélio Procópio	3.150,8
Cruzeiro do Oeste	11.405,2
Cruzeiro do Sul	4.909,2
Cruz Machado	3.380,0
Curiúva	68.621,0
Engenheiro Beltrão	12.639,6
Faxinal	18.245,2
Fênix	10.404,8
Guarapuava	5.403,3
Ibaiti	9.562,3
Ibiporã	1.183,4
Imbituva	2.039,2
Inajá	17.585,4
Ipiranga	11.064,4
Itaguajé	3.414,4
Itambé	1.232,8
Ivaiporã	69.844,8
Jaboti	3.397,3
Jacarezinho	14.530,2
Jaguapitã	1.066,9
Jaguariaíva	19.124,6
Jandaia do Sul	1.831,8
Japira	5.612,8
Joaquim Távora	4.396,4
Jundiá do Sul	3.480,5
Kaloré	1.538,8
Laranjeiras do Sul	22.037,2
Loanda	5.904,0
Lobato	2.549,9
Londrina	40.542,6
Lupionópolis	610,0
Mamborê	42.821,4
Mandaguaçu	1.209,1
Mangueirinha	1.425,2
Manoel Ribas	21.854,0
Maria Helena	8.595,0
Marialva	2.935,4

Mariópolis	456,0
Matelândia	18.329,6
Marumbi	*não consta área atingida
Medianeira	8.730,6
Nova América da Colina	2.608,4
Nova Fátima	1.091,8
Nova Londrina	3.180,1
Ortigueira	235.492,6
Palmeira	7.497,8
Palmital	66.237,6
Paranacity	1.914,7
Pato Branco	1.914,7
Peabiru	5.146,7
Pinhalão	575,9
Piraí do Sul	14.262,8
Pitanga	45.869,7
Planaltina do Paraná	1.776,9
Primeiro de Maio	1.952,8
Quatingá	244,0
Querência do Norte	18.728,8
Quitandinha	4.543,0
Reserva	19.161,2
Ribeirão Claro	5.898,5
Ribeirão do Pinhal	2.057,2
Rio Branco do Sul	11.991,3
Rio Negro	5.371,0
Roncador	42.271,8
Santa Amélia	384,6
S. Cecília do Pavão	866,4
S. Cruz do Monte Castelo	2.234,8
S. Inês	2.586,4
S. Izabel do Ivaí	2.960,2
S. Antônio do Pari	670,4
S. Antônio da Platina	14.750,0
S. Inácio	2.642,8
S. José da Boa Vista	7.397,0
S. Jerônimo da Serra	43.150,8
S. Pedro do Ivaí	1.232,8
S. Sebastião da Amoreira	2.124,9
Sapopema	60.553,6
Sengés	42.865,5
Sertanópolis	4.469,7

Terra Rica	3.174,6
Tibagi	248.619,6
Tomazina	2.832,0
Tuneiras do Oeste	8.547,4
Ubiratã	6.898,7
Umuarama	28.708,9
União da Vitória	2.821,1
Uniflor	458,0
Uraí	512,9
Xambrê	8.615,2
Wenceslau Brás	2.161,6
Mandaguari	676,3
Lapa	61.440,3
Total	2.086.868,8³³

Fonte: PARANÁ, 1963, pp. 7-10

Rosa Filho (2003, p. 45) ressaltou alguns fatores específicos que criaram as condições favoráveis para a deflagração e desenvolvimento dos incêndios:

- A falta de chuva por tempo superior a sete meses;
- A incidência de geadas, com queda de temperaturas a vários graus abaixo dos índices normalmente registrados;
- A incidência de geadas em regiões nunca antes atingidas pelo fenômeno e que ampliaram, ainda mais, as áreas dotadas de condições propícias ao desenvolvimento de grandes incêndios.

O autor registrou também alguns fatores que ele considerou decisivos para os incêndios assumirem as proporções registradas (ROSA FILHO, 2003, pp. 45-46):

- A época do ano destinada pelas populações rurais para a realização das queimadas pode ser encarada sob três aspectos: 1) a queimada de pastagem propicia condições favoráveis a um melhor desenvolvimento das vegetações, que anteriormente, naquela área vinham nascer. 2) na falta de condições humanas e materiais, era a queimada utilizada para o desmatamento, substituindo mão de obra e máquinas, geralmente fora do alcance do lavrador. 3) o costume secular e a falta de preocupação naquele momento não

³³ O relatório produzido pelo D.G.T.C aponta como total o número de 2.097.451,6 ha, porém ele não considera a área atingida de dois municípios. Portanto, decidimos utilizar a soma real das áreas apresentadas.

permitiam a avaliação dos perigos que representavam as queimadas para as reservas florestais e mesmo para sua segurança pessoal;

- Os aceiros³⁴ que eram eficientes na contenção do fogo, porém nada representaram dadas as condições anormais em que se encontravam as matas;
- A antiga experiência de que os incêndios sempre foram detidos e extintos ante a presença de obstáculos naturais ou artificiais, de nada serviu;
- Os fatores que sempre fundamentaram a tranquilidade dos lavradores caíram por terra, mesmo os grandes rios não detinham os incêndios, sobrevivendo o pânico;
- A presença do medo fazia com que o lavrador, para a proteção dos seus bens, construísse aceiros ao redor de suas propriedades e os alargasse com fogo de encontro, o que na maioria das vezes vinha aumentar ainda mais as áreas incendiadas;
- As fagulhas transportadas pelas correntes aéreas caíam várias centenas de metros à frente do foco primitivo, iniciando novos focos, que por sua vez proporcionavam novos incêndios, situação essa incontrolável e fora de todos e qualquer meio de combate. Em alguns casos registrados era impossível à aproximação, com relativa segurança, a distância inferior a cinco quilômetros da fonte de incêndio sob pena de ser envolvido pelo fogo causado pela fagulha;
- Ventos fortes tornaram as matas um verdadeiro “mar de chamas”, chegando a destruir áreas com mais de 2.000 quilômetros em menos de três horas, dando ao fogo velocidades consideráveis³⁵.

Além de todos os fatores mencionados, havia ainda a ação dos incendiários, que mesmo cientes do perigo de alastramento das chamas, ignoravam a situação e ateavam fogo em suas propriedades e em propriedades alheias, diversas vezes por motivo de vingança:

³⁴ Aceiros são faixas construídas ao longo das cercas, divisas ou da área a ser queimada, cuja vegetação deve ser completamente removida da superfície do solo, com a finalidade de prevenir a passagem do fogo para fora da área delimitada.

³⁵ Importante parâmetro meteorológico que contribuiu para propagação do fogo no Paraná foi a ação dos ventos. De acordo com Soares (1985) o vento é o mais variável e o menos previsível. Ele pode influenciar a propagação de várias maneiras. O vento ajuda na propagação transportando calor e fagulhas a áreas ainda não queimadas e inclinando as chamas até os materiais não queimados, à frente do fogo, ativando a fase de pré-aquecimento. A direção e a forma de propagação são também determinadas principalmente pelo vento.

Várias propriedades do município de Paranacity foram quase totalmente devoradas por um incêndio que durou vários dias, iniciado em virtude da irresponsabilidade de um sitiante que, não atendendo ao apelo de seus vizinhos e uma proibição judicial, pôs fogo a uma roçada. As chamas saltaram o aceiro e passaram à Fazenda Santa Clara, de propriedade de Fausto Sampaio, destruindo 80 alqueires de reservas florestais e milhares de cafeeiros e várias outras benfeitorias. Uma tulha com milhares de sacas de café em coco, no valor de 20 milhões de cruzeiros, foi salva milagrosamente, graças ao vento que mudou a direção das chamas. O incêndio, no entanto, não foi dominado, apesar da luta sem trégua de dezenas de pessoas, queimou grande parte das fazendas Santa Terezinha, Cambuiu, Bismara e várias outras. As vítimas processaram o autor do incêndio, exigindo indenização pelos prejuízos sofridos (ÚLTIMA HORA, 12.Set.1963).

Outro exemplo de negligência foi denunciado pelo administrador do Parque Florestal de Irati, do Instituto Nacional do Pinho. O parque contava com uma vegetação de 4 milhões de pés de coníferas, e os cuidados com o fogo foram redobrados durante a fase dos incêndios. No fundo do parque havia uma linha ferroviária movida a carvão, a cada passagem do trem, um vigia de bicicleta acompanhava o comboio apagando os focos gerados pelas fagulhas da chaminé. Duas vezes o vigia viu o maquinista lançar sobre a margem da estrada, estopas acessas, que diversas vezes gerou pequenos focos de incêndios (PARANÁ, 1964, p. 12).

A queimada, tão costumeiramente realizada para limpeza e preparado da terra, naquele momento encontrou o ambiente propício para se espalhar, uma vez que quase todas as capoeiras, capoeirões, matas e campos se encontravam estorricados e ressequidos pela ação da seca e da geada. Daí a rápida extensão de incêndios e a irrupção de focos nas diversas regiões do Estado.

O ponto de partida dos incêndios é incerto:

Ninguém sabe dizer de onde o fogo surgiu. Como um enorme paiol de pólvora, a mata ressequida pela estiagem de sete meses e pelas violentas geadas dos últimos anos, “explodiu” ao mesmo tempo, em diversos municípios da faixa central do Estado. Para explicar a origem e propagação dos incêndios [...] resta o descuido dos agricultores ao fazerem queimadas, sem as medidas de segurança indispensáveis, agravado grandemente pelo baixo índice de umidade relativa do ar e pelos fortes ventos que sopravam a região (ÚLTIMA HORA, 1. Out. 1963).

A tarefa de precisar o dia, local e horário do primeiro incêndio é quase impossível. As fontes indicam que as queimadas saíram do controle na última semana do mês do agosto. No dia 22 de agosto, a Folha do Norte noticiou que um “incêndio devastador devorou as fazendas de Mandaguari, Jandaia do Sul e Apucarana”. Iniciado em Mandaguari:

[...] devorou mil alqueires de plantações, incluindo matas, canaviais, pastos e o que favoreceu o avanço do fogo é a grande quantidade de cafeeiros, que, geados são os principais intermediários do dantesco espetáculo. [...] quando começou o fogo pelo descuido de um colono, quando este queimava uma “palhada”. O incêndio alcançou até as 23 horas de hoje, um diâmetro de aproximadamente cinquenta quilômetros, tendo alcançado já o município de Jandaia do Sul, rumando com rapidez incrível para o município de Apucarana.

Já nos primeiros dias de setembro, os incêndios agravaram-se no Sul, em Campo do Tenente e Rio Negro; no Centro, em Tibagi e Ortigueira; no Norte Novo, em Jaguariaíva, Harmonia, Nova Esperança e Sapopema; no Norte Velho, em Jacarezinho, Jundiá do Sul, Conselheiro Mairinck, Abatiá, Ribeirão do Pinhal e Joaquim Távora; e no Sudoeste, em Monte Alegre, Lapa e outras regiões (INDÚSTRIA, 1963, p. 20).

As primeiras notícias chegadas à Curitiba sobre os incêndios trouxeram poucas preocupações aos políticos e autoridades administrativas. De acordo com a Revista Indústria de 1963, somente a notícia do aparecimento das primeiras 8 vítimas, em uma fazenda próxima à Tibagi, acrescida da ameaça de destruição de Campo do Tenente, cidade próxima à Curitiba, fez com que o problema fosse encarado com seriedade.

No entanto, no início da irrupção do fogo alguns jornais, sobretudo os oposicionistas, noticiavam que havia um sensacionalismo em torno dos incêndios do Paraná. A Folha do Norte (12. Set. 1963) enviou uma equipe de reportagem à Curitiba para “sentir de perto o quanto se dizia e o quanto se sentia” sobre os incêndios e concluiu

[...] que as notícias veiculadas naquela capital são de ordem sensacionalistas, havendo um movimento organizado para socorrer as “vítimas da catástrofe” as quais segundo circula entre a população, atinge a casa dos 350.000. A imprensa falada e escrita vem promovendo arrecadações de donativos para a “legião” de “desamparados” e crianças órfãs tão “rudemente” atingidas pelo incêndio. [...] Essa é a imagem que o paulistano vê através das falsas divulgações que vem sendo feitas, cujos objetivos não podemos ainda determinar.

O jornal alegou ainda que havia uma exploração em torno do desastre:

Sem dúvida que a natureza humana revolta-se diante de quadros exploradores de situações desta natureza. [...] há mobilizações de dinheiro de donativos de quaisquer naturezas, arrecadadas de boa-fé, acreditamos, mas que tememos venha se deturpar num ato de vigarismo [...] Bem sabemos que não é isso o que está acontecendo a muito menos, o número de vítimas até o momento registrado não constitui um estado de calamidade pública (FOLHA DO NORTE, 12. Set. 1963).

Oposição ao governo de Ney Braga, o jornal Diário da Tarde, era favorável ao grupo político ligado ao ex-governador do Paraná, Moises Lupion, publicou menos reportagens sobre os incêndios, mas não ficou indiferente ao assunto (NUNES, 2013, p. 77) e também não deixou de alfinetar a oposição:

O Paraná repudia aqueles que, traíndo o seu povo, conspiram contra os esforços ingentes de todas as suas forças vivas no combate ao dilúvio de fogo que nos traz a morte, a destruição e o desespero. Exige que sejam denunciados os maus filhos cegos pelas paixões políticas e pela mesquinhez dos interesses subalternos e criminosos. A sentença não tardará e baterá às portas fechadas a sensibilidade e o espírito de solidariedade humana do vosso povo (DIÁRIO DA TARDE, 6. Set. de 1963).

A opinião ácida do jornal se estendia também ao governo federal. No dia 9 de setembro de 1963, o Diário da Tarde publicou na primeira página um recado ao presidente João Goulart:

O Chefe da Nação aqui vem reconhecer, “in loco”, uma impressão de quadro de destruição e miséria das áreas calcinadas pela fúria do fogo. [...] Não estamos aqui nem para incriminar e muito menos para defender o Sr. presidente da República, pois que somos de opinião que S. Excia. andou muitíssimo mal informado por seus assessores de maior confiança em relação à catástrofe que se abateu sobre nossa terra. Agora, no entanto, S. Excia habilita-se a uma visão panorâmica segura do grande desastre que arrostamos com resignação que não exclui nossa exigência de atenção do poder central para com nosso Paraná. Daqui para frente, cada paranaense será um fiscal da conduta governamental. Se ela afinar pela sensibilidade da tragédia traduzida em providências rápidas e valiosas, não negaremos aplausos ao mandatário máximo do país. Mas se ela, o que não desejamos venha a acontecer, traduzir-se por vacilações e delongas, não relutaremos em funcionar como eco de nossa revolta e inconformismo. Até lá.

Nesse cenário havia ainda aqueles que discordavam da real extensão dos incêndios. Havia autoridades que se manifestaram contra a aprovação de verbas para o Estado, como o caso do senador da Guanabara Aurélio Viana, que votou contra a ajuda de 3 bilhões de cruzeiros destinadas as vítimas do fogo. Ele alegou “que Estados mais pobres que o nosso, os quais o Congresso nada concede, necessitavam de maior ajuda que o Paraná” (REVISTA INDÚSTRIA, 1963, p. 21).

O sensacionalismo de fato existiu, pois estamos lidando com a imprensa escrita, que naquele período era um dos veículos de informação que as pessoas mais tinham acesso. Por isso, suas reportagens “exageradas” e manchetes chocantes era uma forma de fazer com que os leitores “visualizassem” aquilo que presenciavam. Além disso, a imprensa é uma instância

perpassada pelos elementos do estado, política e poder. Elementos que combinam entre si, para endossar o discurso oficial ou opor-se a ele (SOSA, 2006).

Portanto, possui uma posição político-ideológica, pois se trata de uma representação da sociedade na qual está inserida. Nesse sentido, é que conseguimos perceber a oposição, as dúvidas, as desconfianças e os ataques, pois cada jornal analisado possuía, principalmente, um posicionamento político.

Os desdobramentos econômicos, sociais e ambientais gerados pelos incêndios mobilizaram os diversos setores da sociedade. A ajuda para tentar sanar os efeitos do desastre chegou de diversos pontos do Brasil e do mundo. Era preciso alimentar, vestir, improvisar um lar para os milhares de desabrigados, e ainda criar uma infraestrutura que fosse capaz de recuperar a economia rural e florestal do Estado.

No atendimento de suas necessidades, as populações atingidas contaram com o apoio do Governo do Estado e da sociedade civil em geral. Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Secretarias de Segurança e Saúde, forças federais, entidades filantrópicas, estudantes, radialistas, jornalistas e pessoas comuns enviaram donativos às diversas regiões atingidas do Paraná.

A primeira medida do Estado que surgiu ainda no momento dos incêndios foi a decretação do estado de calamidade pública:

Considerando que o Paraná vive atualmente um dos seus momentos mais dramáticos, possivelmente o mais crucial de sua existência como unidade da federação, em consequência das últimas geadas que se formaram em todo o seu território, com as funestas consequências de todos conhecidas; considerando que tal estado de coisas se vem agravando, ainda mais, pela prolongada estiagem e pelo fogo que vem devorando, inexoravelmente, milhares e milhares de alqueires de pastagens e lavouras, destruindo casas, dizimando rebanhos, deixando ao desabrigo milhares de lavradores; Considerando ainda, o agravamento do problema social com o desemprego, pela paralisação quase total de atividades agrícolas, para mais de duzentos mil trabalhadores rurais. RESOLVE: Art. 1º - É declarado todo o território paranaense em Estado de Calamidade Pública. Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. 28 de agosto de 1963 (PARANÁ, 1964, p. 43).

A Assembleia Legislativa acreditava que

era preciso mostrar à população que os homens públicos do Paraná souberam compreender o terrível drama que vive o nosso Estado, e em uníssono, sem cores partidárias, sem qualquer preconceito, estão trabalhando para superar a crise que em conjunto de fatores impôs” (PARANÁ, 1964, p. 44).

O fato é que por meio de tal decreto, os deputados concederam poderes extraordinários ao governador na angariação de recursos para combater os efeitos do desastre. Na verdade, a decretação de calamidade pública se caracteriza como um desenvolvimento direto da série de medidas que surgiram após os incêndios.

O desastre requer uma resposta e a sociedade reclama de seus líderes e de seus governos um alento material e espiritual. É nesse contexto de pós-desastres que surgem as ações remediadoras que podem partir de iniciativas privadas – orações, redes de solidariedade, doações – mas, espera-se, acima de tudo que o Estado lidere a resposta ao desastre (SEDREZ, 2013).

As políticas do pós-incêndio seguiram um modelo clássico que surgiu nos Estados Unidos nos anos 1960, propondo que as políticas públicas de desastres deveriam contemplar “prevenção”, “alerta”, “emergência”, “resgate”, “mitigação” e “reconstrução” (SEDREZ, 2013). Esse próprio modelo adotado pelo Governo paranaense já expressa as disputas pelas políticas que foram adotadas. Os Estados Unidos foi o primeiro país a se prontificar em auxiliar o Paraná. Além do envio de medicamentos, gêneros alimentícios entre outros suplementos, enviaram uma equipe técnica para ajudar no planejamento de combate às chamas.

A ajuda prestada pelos estadunidenses não representou um ato de pura bondade e caridade. Essa intervenção no Paraná por meio de donativos e pessoal especializado foi fruto da política externa dos Estados Unidos que era impressa por meio da Aliança para o Progresso³⁶. Em entrevista, o embaixador Gordon Mein, frisou que seu país estava disposto a oferecer o que de melhor possuíam para solucionar o “dramático” problema do povo paranaense. “Não temos outro objetivo senão o de trazer a Aliança Para o Progresso trabalhar para o Paraná” (ÚLTIMA HORA, 9.Set.1963).

Essa ingerência estadunidense em assuntos brasileiros era uma consequência do cenário político internacional, bem como da situação política vivenciada pelo Brasil naquele período. Grupos políticos, empresários, militares e setores da Igreja católica se articulavam para combater o avanço dos movimentos sociais de esquerda e promover uma ampla

³⁶ A Aliança para o Progresso surgiu no contexto da Guerra Fria, período em que a ameaça comunista colocava em xeque o chamado “Terceiro Mundo”, em especial a América Latina. Isto conduziu os Estados Unidos a uma mudança paradigmática na política externa para os países latino americanos. Uma política baseada na “generosidade” econômica e recheada de estratégias. Tal programa de ajuda externa estadunidense orientada para a América Latina foi lançado nos anos 1960, durante a gestão de J.F. Kennedy e se constituía em um plano de cooperação com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico, social e político. Esse projeto era marcado por três elementos interdependentes: o crescimento econômico, as mudanças sociais estruturais e a democratização política (MATOS, 2008, p. 359-60).

campanha para desestabilizar o governo de João Goulart, de “aspirações comunistas” por meio do complexo IPES/IBAD, ambos financiados pela CIA, órgão de Inteligência estadunidense (BATISTELA, 2014, p. 212).

As políticas públicas articuladas pelo Estado após os incêndios foram influenciadas por uma conjuntura política marcada por sucessivas crises políticas que resultaram em um golpe civil-militar em 1964. As influências políticas ficaram impressas na mídia regional que desempenhou um papel considerável no que tange “jogar o povo contra o presidente” alegando total descaso com o povo paranaense.

Após a ocorrência das geadas que comprometeram parte da lavoura cafeeira, o governador Ney Braga entrou em contato com o Governo Federal solicitando a liberação de verbas para tentar solucionar as demandas dos cafeicultores. Em síntese o governo do Estado solicitou (FOLHA DO NORTE, 27.Ago.1963):

- Industrialização: por meio da CODEPAR³⁷, o Governo do Estado deveria aplicar na região norte do Paraná, sem prejuízo das demais zonas paranaenses, dois bilhões de cruzeiros em indústrias, com aproveitamento de matéria prima local.
- Fornecimento de semente: a Café do Paraná³⁸ tinha disponibilidade das seguintes quantidades de sementes selecionadas para a venda imediata aos produtores da região: algodão – 500 mil sacas, milho híbrido – 40 mil sacas, arroz – 5 mil sacas, feijão – 5 mil sacas, amendoim – 6.200 sacas, soja – 1 mil sacas, batata – 2.600 caixas de 30 quilos e 3 mil quilos de sementes de mamona.
- Mecanização: na zona cafeeira, os quatro postos de mecanização da Café do Paraná, localizados em Maringá, Londrina, Paranavaí e Santo Antônio da Platina, deveriam dar prioridade aos serviços necessários à erradicação de cafezais e trabalhos congêneres, utilizando 60 tratores, com capacidade para arrecadamento de 6.480.000 pés de café em prazo de 60 dias, liberando uma área equivalente a 3.600 alqueires.

³⁷A Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR) foi um organismo do governo da Paraná criado em 1962, pelo governador Ney Braga com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico do Estado. Entre seus objetivos estava a concessão de crédito em obras de infraestrutura, auxiliando o setor industrial e agropecuário, financiamentos e investimentos. Em 6 de dezembro de 1968, foi transformada em banco, e passou a se denominar Banco de Desenvolvimento do Paraná.

³⁸ Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná.

- Armazenamento: o governo estadual deveria possibilitar a conclusão de unidades armazenadoras em Maringá, Assai, Campo Mourão, Guarapuava e Pato Branco, que juntadas as já construídas, deveriam contribuir para o armazenamento de cereais da região. Essas unidades deveriam possuir balanças, secadores, classificadores e câmaras de expurgo, requisitos essenciais. A capacidade prevista era de 38.200 toneladas.
- Sistema bancário: visando a ampliação do sistema bancário capital, ou seja, com a utilização da rede creditícia particular, o Banco do Estado do Paraná colocaria à disposição do Crédito Federal todos os seus departamentos sediados na região produtora de café.

Ainda levando em consideração os danos ocasionados na safra de café, a Secretaria de Agricultura acrescentou outras medidas que consideraram primordiais para aquele momento (FOLHA DO NORTE, 27.Ago.1963):

- Solicitação ao Governo Federal para que pagasse ao Estado (Cr\$1.296 milhões) e aos municípios (Cr\$1.994 milhões) suas cotas, de Cr\$ 250,00 por saca de café, conforme deliberação da Junta Administrativa do IBC, por conta do Fundo de Defesa do Café, safra 1962/63.
- Idêntico procedimento com referência a safra 1963/64, por adiantamento das importâncias de Cr\$ 800 milhões ao Estado e Cr\$ 1.200 milhões aos municípios;
- Obtenção de recursos financeiros para aumentar a capacidade de assistência à região cafeeira, destacando-se obras de infraestrutura imprescindíveis.

A imprensa escrita bombardeava as suas edições com manchetes que ressaltavam que os auxílios por parte do Governo Federal tardavam a chegar e pressionavam Ney Braga. Por conta da pressão sofrida pelo setor cafeeiro, Ney Braga em telegrama enviado ao presidente João Goulart, clamava por urgência no atendimento de seus pedidos:

Conforme entendimentos havidos entre V. Excia, e cafeicultores paranaenses, solicito que seja instalada em Maringá, com máxima urgência, a Comissão Executiva que coordenará as providências nas regiões cafeeiras, a fim de que sejam tomadas medidas imediatas não só para solucionar o problema das lavouras, como também para socorrer àqueles que foram incendiados pois é do conhecimento público o drama angustiante porque passa a lavoura do Paraná, judiada ainda mais agora pela seca em todo o Estado, pela geada na região do café e pelos incêndios que nesta última tem devorado cafezais, pastagens, canaviais e casas. Por ser de calamidade pública a situação, é que peço, mais uma vez, sejam efetivadas com máxima urgência (FOLHA DO NORTE, 27.Ago.1963).

Atendendo à orientação traçada pelo Café do Paraná, o Banco do Brasil divulgou uma nota, transcrevendo as medidas que já haviam sido adotadas, visando dar assistência às regiões atingidas pela geada e pelos incêndios. Das instruções expedidas, destacam-se as seguintes (GAZETA DO POVO, 3.Set.1963):

- Os financiamentos de café em coco teriam prazo de 180 dias, desde que o término desse prazo não ocorresse em data posterior a 28 de fevereiro de 1964.
- Foi elevado de Cr\$ 2 milhões para Cr\$ 5 milhões o teto das operações pela cédula rural pignoratícia³⁹.
- Liberalização dos limites correspondentes ao café, cujo faturamento ao IBC já estivesse irrevogavelmente autorizado.
- Foram determinadas condições específicas para financiamento das lavouras geadas recuperáveis, com base na produção média dos três últimos anos, com teto de 40 sacas por mil pés para propriedades de mais de 30 mil pés, ou de 50 sacas até mil pés. O financiamento seria deferido em razão de 60% da garantia oferecida, ficando adubos e fertilizantes para crédito extra limite.

No que se refere ao valor atribuído pela erradicação⁴⁰, o Banco do Brasil expediu instruções especiais, com fundamentos na Resolução nº 13⁴¹ do GERCA, alterando o sistema, de forma a baratear o custo do serviço, que passou a ser inferior a Cr\$ 15,00 por pé (GAZETA DO POVO, 3.Set.1963).

A Assembleia Legislativa e o Poder Executivo colocaram em primeiro plano o fornecimento de sementes de produtos agrícolas diversificados aos lavradores, com pagamento a prazo, e vencimento das obrigações à época de sua comercialização.

³⁹ É um título que corporifica um crédito com garantia real de penhor. O ruralista ou pecuarista contrai um financiamento, oferecendo em garantia determinados bens móveis. Os bens móveis oferecidos em penhor permanecem nas mãos do produtor ou cooperativa, que responde pela guarda e conservação dos mesmos (MIRANDA, s/d, p. 51).

⁴⁰ Com vistas à diversificação da agricultura paranaense, no período foram realizados estudos para o plantio de soja na área geada, com um teto teórico máximo de produção de milhões de sacos. A possibilidade de exportação de 1 milhão de sacas naquele período possuía uma certa facilidade. O restante da produção seria parte aproveitada no Brasil para a extração de óleo e produção de alimentos proteicos para o arraçoamento de animais (GAZETA DO POVO, 3.Set.1963).

⁴¹ A mencionada resolução, em plena vigência naquele momento, resolveu autorizar a erradicação dos cafeeiros por meio de corte acima do nível do solo, a uma altura máxima de 20 centímetros, e com total eliminação da copa dos cafeeiros, desde que fossem também procedidas as desbrotas anuais necessárias, de modo a evitar que ocorrência do florescimento e frutificação.

Acreditavam que essa primeira medida atenderia ao problema do desemprego e consequentemente evitaria a fome (FOLHA DO NORTE, 1.Set.1963).

Na verdade, a demanda de sementes diversificadas tinha o objetivo de iniciar um novo ciclo na produtividade baseado na extinção da monocultura e com os benefícios de suas diversificações, criar uma estrutura agrária de maior equilíbrio e segurança para a economia do Estado.

Para essas medidas saírem do papel era necessário a liberação de verbas por parte do Governo Federal. Os contatos com o presidente João Goulart passaram a ser diários. No dia 6 de setembro o jornal Última Hora noticiou que Ney Braga reiterou o estado de calamidade pública e solicitou o adiantamento de um bilhão de cruzeiros dentro de um pedido anterior de 5 bilhões de um empréstimo compulsório para socorrer as vítimas dos incêndios. Também ao ministro da Fazenda, Carvalho Pinto, o governador reafirmou a necessidade de recursos federais imediatos para socorrer as vítimas dos incêndios. Ao ministro da saúde, Wilson Fadul, solicitou plasma liofilizado, vacina tríplice, penicilina, vacina antitífica, vacina antivariólica, antibióticos, soros hidratantes, vitaminas e leite em pó.

Os jornais favoráveis a Ney Braga ressaltavam que “o governo fazia o que podia para debelar o fogo e socorrer os flagelados, mobilizando os escassos recursos que tinha à sua disposição”. As notícias enfatizavam, ainda, que o Governo Federal não estava dando a devida importância ao desastre, pois se mostrava indiferente às notícias que diariamente eram publicadas sobre a situação no Paraná (ÚLTIMA HORA, 6.Set.1963).

As autoridades paranaenses também passaram a reclamar da falta de interesse do Governo Federal em tomar providências concretas para auxiliar o Estado. Para o deputado Anibal Curi havia uma má vontade em atender o Estado, da parte de alguns setores da administração federal (ÚLTIMA HORA, 6.Set.1963).

Revoltado, o deputado alegou que as autoridades federais não acreditavam na urgência de seus pedidos. Todos os recursos solicitados recebia a resposta de que “na próxima semana” tudo se resolveria. Se sentindo desprezado, Anibal Curi estava disposto

a solicitar auxílio técnico, medicamentos, roupas e outros produtos necessários aos Estados Unidos, caso o Paraná não seja atendido até segunda-feira. A situação é de flagelo total e algumas autoridades mostram-se dispostas a usar apenas panos quentes, procurando impedir medidas concretas sejam postas em prática. Conforme disse ontem na Assembleia Legislativa, em aparte ao sr. Leon Peres, voltarei à tribuna na próxima semana para revelar os nomes dos inimigos do Paraná (ÚLTIMA HORA, 6.Set.1963).

Essa indiferença com que o Paraná era tratado foi muito debatido na mídia escrita. Ney Braga alegava que a única coisa que ele havia recebido, até a primeira semana de setembro do Governo Federal era um telegrama do Ministério da Educação, comunicando que estava à disposição do Paraná uma remessa de leito em pó, no Rio de Janeiro, onde era necessário ir buscá-la. Para o governador, em casos urgentes, o presidente da República poderia prestar auxílio direto, independente da autorização do Congresso. Caberia, apenas, ao chefe da Nação posteriormente, comunicar à Câmara e ao Senado as providências.

Diante da pressão desencadeada pela imprensa João Goulart decidiu verificar *in loco* a situação paranaense:

A minha visita aqui é uma visita de solidariedade ao eminente governador e, especialmente ao bravo povo paranaense, nesta hora difícil que o Estado está vivendo. A presença do governo marca, acima de tudo, o interesse que o governo tem em prestar todo apoio e toda solidariedade aos paranaenses. Aqui estão os diversos ministros de Estado para observar, nos seus respectivos setores, as providências que vêm sendo tomadas e as novas providências que estejam sendo desejadas pelo governador Ney Braga, no interesse do Paraná. O meu abraço a todos os paranaenses, nesta hora difícil e a certeza de que o governo federal não faltará ao Paraná (ÚLTIMA HORA, 10.Set.1963).

O presidente João Goulart determinou ao Ministério da Fazenda para que fosse aberto, por meio do Banco do Brasil, crédito de um bilhão de cruzeiros para atendimento emergencial. Recomendou ainda, ao Ministro da Saúde para que colocasse à disposição do governo paranaense todo o sistema de saúde federal, bem como deixar de aviso a Força Aérea Brasileira para transportar todos os recursos necessários ao atendimento e socorro das vítimas.

“O Paraná não está só nesta hora” – foi a declaração dada pelo presidente João Goulart à imprensa quando da sua chegada ao Paraná. A verba de 1,5 bilhão de cruzeiros destinada ao Paraná foi distribuída em:

- Empréstimos de emergência, para atender às necessidades econômicas do Estado no montante de 500 milhões de cruzeiros que poderia ser elevado até o limite de um bilhão de cruzeiros;
- Por meio do GERCA, o governo solicitou que fossem destinados 560 milhões de cruzeiros ao financiamento de sementes para recuperação agrícola da zona de cafeicultura atingida, por meio de convênio com o Estado;

- Nos termos da instrução da SUMOC, nº 247⁴², destinada aos pequenos produtores, foi aplicada pelo Banco do Brasil e bancos particulares a importância de 440 milhões para financiamentos aos produtores rurais.

“Afinal, o empréstimo foi de 1 bilhão, ou 1,5 bilhão?” (GAZETA DO POVO, 10.Set.1963). Quando se teve, no Paraná, a consciência da crise econômica, decorrente da seca, das geadas e dos incêndios, reivindicou-se ao governo da União um empréstimo de 1,5 bilhão de cruzeiros. Depois das conversações pessoais entre as autoridades do Paraná (governador, secretários e Comissão de Deputados do Legislativo) e as da República, decidiram, informalmente, que se seria concebida a importância de um bilhão.

Porém a notícia que se tinha era que o governo federal “emprestara” apenas 500 milhões. Segundo a reportagem da Gazeta do Povo, essa quantia era “insignificante e ridícula”. Ressaltou ainda, que o Paraná gastava mais de 2 bilhões de cruzeiros, mensalmente, com seu funcionalismo e que 500 milhões “emprestados”, significava quantia correspondente a ¼ do era gasto em trinta dias e que a quantia de 500 milhões poderia ser perfeitamente, levantada em bancos particulares e, dessa forma, não se deveria nada ao governo federal.

Para o jornal essa promessa de 500 milhões

revela mais uma vez, uma evidência que, infelizmente, aos paranaenses estão acostumados: o Paraná tem sido tratado pelo governo federal de maneira injusta, e que agora é mais clamorosa, tendo em vista que atravessamos uma situação anormal. Insistimos, assim, nas considerações que vimos fazendo por estas colunas, no sentido de que o Paraná, dentro da tragédia está tendo, outra vez, a oportunidade para ver aqueles que o auxiliam, mas, também se recordará do que, hoje não entendem sua desgraça e nem compreendem que, atendendo-nos, poderemos continuar colaborando com a nação, em alimentos e divisas para os cofres da República (GAZETA DO POVO, 10.Set.1963).

Para o jornal Última Hora (11.Set.1963) a verba liberada pelo Governo Federal não foi solicitada em caráter de auxílio:

⁴² Tal instrução regulamentava as questões sobre as operações de financiamento rural (recolhimento compulsório, aplicações compulsórias, recursos obrigatórios, destinação de recursos, financiamento agrícola, operação de crédito, crédito rural, caução, duplicata rural, título de crédito rural, aquisição, bônus e banco comercial).

O que o Paraná pediu naquela situação era a liberação de verbas, que já era de direito pertencentes ao Estado, junto do GERCA como de outros órgãos. O esquema de aplicação de recursos federais, apresentado pelo governo estadual para atravessar aquela fase, era nada mais que um apressamento da contribuição que a União já deveria ter feito para o programa de estruturação da economia agrária paranaense. O objetivo que a administração estadual já perseguia há algum tempo, não somente com vistas ao progresso do Estado, mas, principalmente, como contribuição para resolver problemas graves da conjuntura econômica nacional, entre eles o do abastecimento.

Aproveitando a visita de João Goulart ao Paraná, foi entregue a ele por intermédio de Ney Braga, um memorial que relatava a situação da lavoura paranaense naquele momento. O documento entregue ao presidente da República foi assinado por “grandes proprietários”, como Omar Mazzei Guimarães, presidente da Associação Rural de Londrina, Sylvio Aldighieri, presidente da Associação Rural de Centenário do Sul, Justino de Araújo Vilela, presidente da Associação Rural de Bom Sucesso, Ney Infante Vieira, presidente da Associação Rural de Maringá e Harry Prochet, diretor de Tratamento da Lavoura do Centro de Comércio de Café do Norte do Paraná.

Novamente foi cobrado providências imediatas. A mensagem inicial do memorial ressaltava que

o Estado do Paraná, especialmente a região norte paranaense, depois de assolado por geadas de grande intensidade, está novamente sob o guante dos maiores flagelos que já atingiram a humanidade: secas, fogo e fome. Sr. Presidente, eis porque novamente voltamos à presença de V. Excia, para não só insistir no atendimento de medidas já propostas e homologadas pelo governador Ney Braga, como é de conhecimento de V. Excia., bem como ainda informar que a execução das mesmas se torna altamente premente. Cumpre-nos afirmar e reafirmar que a situação das lavouras é anormal e calamitosa, momento em que se deve fazer presente a atuação governamental com a maior urgência. Uma das maneiras, sr. Presidente, de se atender a situação de fome que se aproxima, seria permitir e facilitar o giro da riqueza através de sua mais rápida comercialização, sendo indispensável, além das medidas preconizadas, a adoção de classificação de exportação nos negócios do café em que se baseia o esquema atual (GAZETA DO POVO, 10.Set.1963).

Por meio desse memorial os cafeicultores buscavam na verdade pressionar o presidente do IBC, o senador Nelson Maculan, que foi acusado pela mídia de não tomar um posicionamento em relação à criação de políticas para resolver os problemas ocasionados pelas geadas e pelo fogo. Os “grandes produtores” interpretava essa falta de atenção como um “descaso com a cultura que sustentava o Paraná, e conseqüentemente o Brasil” (ÚLTIMA HORA, 10. Set.1963).

Como grande parte das providências preconizadas pelos cafeicultores dependia do IBC, especulou-se que tal autarquia estava criando obstáculos ao GERCA para a efetivação dos planos de assistência.

Firmando que não estava ocorrendo nenhum empecilho na realização dos projetos solicitados, no dia 10 de setembro o presidente do IBC revelou à imprensa as resoluções que foram adotadas:

- Aumento do limite do prazo do financiamento do café em coco nas tulhas “cédula rural pignoratícia”;
- Distribuição abundante de sementes em todas as zonas atingidas pelas geadas e incêndios;
- Extensão do financiamento para cereais (que até aquele momento havia sido feito pelo Banco do Brasil aos bancos particulares);
- Preços mínimos estabelecidos no Interior, na fonte de produção;
- Prosseguimento do programa de construção de armazéns.

Essas disputas em torno das políticas para atender determinados setores da sociedade refletem o período político que estava se configurando no Brasil. Após a renúncia de Jânio Quadros, Ney Braga adotou uma posição dúbia, não deixando claro se apoiava os ministros militares, que vetavam a posse de João Goulart, ou se estava do lado da legalidade. O início do governo de Jango foi conturbado, pois além de herdar um país abalado pela crise econômica, ele estava politicamente dividido em duas forças políticas que se repeliam mutuamente: de um lado os setores nacionalistas e de esquerda; de outro, os setores conservadores (BATISTELA, 2014, p. 210).

O ano de 1963 foi politicamente conturbado. Vésperas do golpe civil-militar, foi, também o ano da realização do plebiscito que definiria se o país continuaria no sistema parlamentarista ou regressaria ao presidencialismo. Rejeitou-se o parlamentarismo e homologou-se o presidencialismo. João Goulart deveria empossar um novo ministério e procurou conquistar o apoio do centro político. Ao que diz respeito às reformas de bases, houve no Paraná uma aproximação entre os “pragmáticos-reformistas” do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e os reformistas do PDC (Partido Democrata Cristão). Ney Braga, por exemplo, frequentemente utilizava-se da retórica das reformas, desde que referendadas pela doutrina social cristã (BATISTELA, 2014, p. 213).

Segundo Batistela (2014, p. 217) o relativo apoio de Ney Braga ao governo federal levou Goulart a ceder um ministério para o Paraná – e o escolhido foi um membro do PTB paranaense. Presidente nacional do PDC, Ney Braga também foi consultado sobre a nomeação de um ministro pedecista, cujo escolhido foi o deputado federal pelo PDC paulista Paulo de Tarso, que assumiu o Ministério da Educação e Cultura.

De acordo com Kunhavalik (2004, p. 309), citado por Batistela (2014, p. 217) em julho de 1963, Ney Braga também indicou a Goulart a nomeação do seu secretário da Agricultura, Paulo Pimentel, para a presidência do Instituto Brasileiro do Café (IBC). Porém, como Jango não queria fortalecer Ney em detrimento do PTB, nomeou o senador (e presidente do PTB paranaense) Nelson Maculan para o cargo. Conforme o autor, a nomeação de Maculan somada à rejeição de Goulart em nomear Queiroz Filho, do PDC, à embaixada brasileira na Iugoslávia, além das nomeações nos IAPs (Institutos de Aposentadorias e Pensões), que favoreciam o PTB em detrimento do PDC, determinaram o afastamento de Ney Braga e seu partido de João Goulart.

Sem dúvida, o governo de João Goulart favoreceu amplamente o PTB paranaense, com nomeações em autarquias e com um ministério, fortalecendo muito o partido no âmbito da política estadual – em termos políticos e econômicos, o que poderia significar um trunfo para a sucessão estadual de 1965 –, desagradando Ney Braga e o PDC, os principais concorrentes dos petebistas pela hegemonia política do Paraná (BATISTELA, 2014).

Ney Braga viu a nomeação de Nelson Maculan para a presidência do IBC como um esquema político que visava à sucessão estadual de 1965. O rompimento entre Ney e Jango, oficializado em dezembro de 1963 após a saída do pedecista Carlos Alberto de Carvalho Pinto do ministério da Fazenda, em virtude dos ataques virulentos que sofria de Brizola, da FMP (Frente de Mobilização Popular), da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), do CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) e da UNE (União Nacional dos Estudantes) pela política econômica que vinha implementando. Após romper com Jango, Ney estreitou as suas relações com os governadores conspiradores Carlos Lacerda (UDN – União Democrática Nacional), da Guanabara, José de Magalhães Pinto (UDN), de Minas Gerais, Adhemar de Barros (PSP – Partido Social Progressista), de São Paulo e Ildo Meneghetti (PSD – Partido Social Democrático), do Rio Grande do Sul, entre outros (BATISTELA, 2014, p. 218).

Após exposto brevemente o tenso quadro político da ocorrência dos incêndios fica claro as tensões que envolveram a criação das políticas públicas pelo Estado. O fato é que a mídia acabou contribuindo para essas tensões aumentarem mascarando as medidas que foram

atendidas. Falava-se da falta de atenção do Governo Federal, quando o mesmo ofereceu todos os subsídios necessários para a execução do programa de distribuição de sementes diversificadas elaborado pela Secretaria de Agricultura e pela Café do Paraná.

3.1.1 A Operação Sementes

As políticas públicas desencadeadas pelo Governo se misturaram à necessidade de prover os agricultores com sementes e outros insumos necessários para que eles pudessem retomar seus trabalhos na lavoura. A Operação Semente elaborada pelo Governo do Paraná por meio da Secretaria de Agricultura e pela Café do Paraná tinha a intenção de atender a produção agrícola do Paraná, visando atender as demandas de sementes diversificadas.

Por essa campanha os agricultores obtiveram financiamento parcial ou total para a aquisição de sementes de diversas culturas, e os financiamentos concedidos tiveram prazos que foram do plantio à colheita.

Para financiamentos totais, foram beneficiários os proprietários, arrendatários, parceiros e meeiros, de áreas de até 20 alqueires. Os primeiros deveriam fazer prova dessa qualidade e os demais deveriam apresentar aqueles como avalistas. Neste caso, os interessados deveriam provar também que os respectivos bens foram destruídos pelos incêndios (FOLHA DE LONDRINA, 17.Set.1963).

Para os financiamentos parciais as condições foram as seguintes: a) pagamento à vista do valor correspondente a 20% das sementes adquiridas; b) emissão de notas promissórias, a favor do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura correspondente aos 80% restantes; c) ser proprietário, arrendatário, parceiro e meeiro de propriedades entre 21 e 50 alqueires, desde que provassem que as respectivas propriedades haviam sido assoladas pelo fogo; d) apresentação da prova dessa qualidade; e) apresentação do proprietário como avalista do arrendatário, parceiro ou meeiro (FOLHA DE LONDRINA, 17.Set.1963).

A comissão da Operação Sementes estipulou, também, limites aos fornecimentos de sementes aos agricultores. Para propriedades de até 20 alqueires, seriam fornecidas sementes para plantio de até 8 alqueires; e para propriedades de 21 a 50 alqueires, a Operação forneceria sementes para plantio de até 30 alqueires. Os prazos dos financiamentos correram do período do plantio ao da colheita e nenhum deles poderia ter vencimento após 30 de julho de 1964 (FOLHA DE LONDRINA, 17.Set.1963).

A previsão do Estado, para fornecimento de sementes financiadas aos agricultores, de acordo com as diretrizes da operação, apresentava o seguinte quadro de disponibilidade (FOLHA DO NORTE, 18.Set.1963):

- Algodão – 600 mil sacas
- Milho Híbrido – 60 mil sacas
- Milho Azteca – 10 mil sacas.
- Feijão – 20 mil sacas
- Arroz – 20 mil sacas
- Amendoim – 15 mil sacas
- Soja – 20 mil sacas
- Mamona – 10 mil sacas
- Batata – 10 mil caixas

Para que a execução da Operação Sementes tivesse êxito foram mobilizados 55 agrônomos, 300 funcionários administrativos e 120 viaturas. Para a racionalização dos serviços de distribuição de sementes e para que todas as unidades rurais do Estado tivessem pleno atendimento, o Estado foi dividido em 11 regiões de atendimento: Curitiba⁴³, Ponta Grossa⁴⁴, Irati⁴⁵, Guarapuava⁴⁶, Pato Branco⁴⁷, Cambará⁴⁸, Londrina⁴⁹, Maringá⁵⁰,

⁴³ Faziam parte da jurisdição de Curitiba: Cerro Azul, Rio Branco do Sul, Guaraqueçaba, Bocaiuva do Sul, Campina Grande do Sul, Colombo, Almirante Tamandaré, Campo Largo, Araucária, Balsa Nova, Porto Amazonas, Campo do Tenente, Antonio Olinto, Rio Negro, Piên, Quitandinha, Mandirituba, Agudos do Sul, Tijucas do Sul, Guaratuba, São José dos Pinhais e Lapa.

⁴⁴ Palmeira, Castro, Piraí do Sul, Tibagi, Ipiranga, Reserva, Ortigueira, Cândido de Abreu, Ivaí e Imbituva, eram os municípios que compunham a região de Ponta Grossa.

⁴⁵ A região que tinha como sede Irati compreende os municípios de Teixeira Soares, Rebouças, Rio Azul, São João do Triunfo, Mallet, Paulo Frontin, União da Vitória, Cruz Machado, Bituruna, General Carneiro e Prudentópolis.

⁴⁶ A região de Guarapuava abrangia os municípios de Manoel Ribas, Pitanga, Palmital, Guaraniaçu, Laranjeiras do Sul, Catanduvas, Cascavel, Corbélia, Toledo, Palotina, Matelândia, Medianeira, São Miguel do Iguçu, Foz do Iguçu, Marechal Rondon, Guaíra e Formosa do Oeste.

⁴⁷ Ficaram sob a jurisdição de Pato Branco os municípios de Vitorino, Marianópolis, Clevelândia, Renascença, Marmeleiro, Francisco Beltrão, Coronel Vivida, Mangueirinha, Chopinzinho, São João, Dois Vizinhos, Barracão, Santo Antônio, Ampére, Pérola do Oeste e Capanema.

⁴⁸ Andirá, Itambaracá, Bandeirantes, Jacarezinho, Ribeirão Claro, Abatiá, Santa Amélia, Ribeirão do Pinhal, Jundiá do Sul, Joaquim Távora, Carlópolis, Quatiguá, Conselheiro Mayrink, Siqueira Campos, Santa Ana do Itararé, Tomazina, Wenceslau Bráz, Pinhalão, Jaboti, Japira, Ibatí, São José da Boa Vista e Santo Antonio da Platina, fizeram parte da região de Cambará.

⁴⁹ A região de Londrina abrangia os municípios de Ibiporã, Cambé Rolândia, Araongas, Apucarana, Califórnia, Araruva, Bela Vista do Paraíso, Faxinal, Curiúva, Sapopema, São Jerônimo da Serra, Congoinhas, Santa Cecília

Paranavaí⁵¹, Cruzeiro do Oeste⁵² e Cianorte⁵³ (PARANÁ, 1964, p.81). A comissão executiva da Operação Sementes forneceu a cada uma das regiões quantidades de sementes que deveriam ser distribuídas entre os municípios sob suas jurisdições.

Tabela 7: Quantidade de sementes distribuídas por região

Curitiba: 1.000 sacas de milho azteca; 15.000 sacas de milho híbrido; 500 sacas de feijão; 500 sacas de arroz; 500 sacas de amendoim e 2 mil sacas de soja.
Ponta Grossa: 500 sacas de milho azteca; 2 mil sacas de milho híbrido; 500 sacas de feijão; 500 sacas de arroz e 500 caixas de batatas.
Iratí: 500 sacas de milho híbrido e 500 caixas de batata.
Guarapuava: 500 sacas de milho azteca; 4 mil sacas de milho híbrido; 1 mil sacas de feijão; 1 mil sacas de arroz; 4 mil sacas de soja e 1 mil caixas de batata.
Pato Branco: 1 mil sacas de milho azteca; 38 mil sacas de milho híbrido; 1 mil sacas de feijão; 1 mil sacas de arroz; 1 mil sacas de soja e 1 mil caixas de batata.
Cambará: 15 mil sacas de algodão; 6 mil sacas de milho híbrido; 1 mil sacas de feijão; 1 mil sacas de arroz e 1 mil sacas de amendoim.
Londrina: 130 mil sacas de algodão; 25 mil sacas de milho azteca; 17 mil sacas de milho híbrido; 6 mil sacas de feijão; 5 mil sacas de arroz; 35 mil sacas de amendoim; 3 mil sacas de soja; 3 mil sacas de mamona e 500 caixas de batata.
Maringá: 100 mil sacas de algodão; 12 mil sacas de milho híbrido; 2 mil sacas de milho azteca; 6 mil sacas de feijão; 5 mil sacas de arroz; 7 mil sacas de amendoim; 7 mil sacas de soja; 1 mil sacas de mamona e 1 mil caixas de batatas.
Paranavaí: 100 mil sacas de feijão; 500 sacas de milho azteca; 15 mil sacas de milho híbrido; 1 mil sacas de feijão; 1 mil sacas de arroz; 1 mil sacas de amendoim; 5 mil sacas de soja; 1 mil sacas de mamona; 5 mil caixas de batata.

do Pavão, Santo Antonio do Pari, Nova Fátima, São Sebastião da Amoreira, Alvorada do Sul, Porecatu, Florestópolis, Miraselva, Cambira, Borrazópolis, Ivaiporã, Primeiro de Maio, Sertanópolis, Sertaneja, Rancho Alegre, Leopólis, Santa Mariana, Cornélio Procópio, Uraí, Jataizinho, Nova América da Colina e Assaí.

⁵⁰ Municípios sob a jurisdição de Maringá: Lobato, Florida, Mandaguaçu, Ourizona, Paissandu, Marialva, Mandaguari, Ivatuva, Floresta, Itambé, Jandaia do Sul, Bonsucesso, Marumbi, Kaloré, São Pedro do Ivaí, São Jorge, Sabáudia, Astorga, Iguaçu, Munhoz de Mello, Santa Fé, Jaguapitã, Guaraci, Nossa Senhora das Graças, Centenário do Sul, Lupionópolis, Cafeara, Colorado, Santo Inácio, Santa Inez e Itaguagé.

⁵¹ A 9ª região era composta por Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo, Loanda, Santa Izabel do Ivaí, Nova Londrina, Itaúna do Sul, Planaltina do Paraná, Amaporé, Guairacá, Terra Rica, Mirador, Paraíso do Norte, Tamboara, Santo Antônio do Caiuá, Inajá, Porecatu, Cruzeiro do Sul, Uniflor, Atalaia, Nova Esperança, Alto do Paraná, São Carlos do Ivaí, Floráí, Paranacity e Nova Aliança do Ivaí.

⁵² Icaraíma, Xambê, Maria Helena, Cidade Gaúcha, Rondon, Guararema, Umuarama, Tuneiras do Oeste, Moreira Saltes, Alto Piquiri, Goioerê, Iporã e São Tomé, eram os municípios sob jurisdição de Cruzeiro do Oeste.

⁵³ Os municípios que compuseram a região de Cianorte foram: Jussara, Terra Boa, Engenheiro Beltrão, Peabiru, Araruna, Campo do Mourão, Barbosa Ferraz, Fênix, Iretama, Mamburê, Roncador, Campina da Lagoa e Ubiratã.

Cruzeiro do Oeste: 130 mil sacas de algodão; 1 mil sacas de milho de azteca; 8 mil sacas de milho híbrido; 2 mil sacas de feijão; 2 mil sacas de arroz; 2 mil sacas de amendoim; 1 mil sacas de mamona e 500 caixas de batata.

Cianorte: 35 mil sacas de algodão; 1 mil sacas de milho azteca; 4 mil sacas de milho híbrido; 1 mil sacas de feijão e 1 mil sacas de arroz.

Fonte: Paraná, 1964, p. 82.

O secretário Paulo Pimentel, da Secretaria da Agricultura, determinou a mobilização de todos os recursos para a execução do plano de distribuição, aos agricultores, de sementes de algodão, feijão, milho, arroz e outras leguminosas e cereais, a fim de possibilitar uma recuperação imediata da economia paranaense. Para melhor atendimento dos lavradores o secretário determinou, ainda, que nenhum município poderia ficar sem um posto de distribuição de sementes (PARANÁ, 1964, p. 84).

Onde não havia Casa Rural ou Posto Rural foi instalado um novo posto, mesmo que em caráter precário. Recrutaram o pessoal necessário, com a cooperação das associações rurais e administrações municipais.



Foto 4: Aspectos do posto de venda de sementes de soja, amendoim e arroz. 21/11/1963. Foto: Armínio Kaiser.

A Operação Sementes foi bem saudada na imprensa. Os periódicos concordavam que tal ação do governo era fundamental para a recuperação da economia agrícola paranaense, uma vez que facilitava a aquisição de sementes oferecidas aos agricultores e principalmente por lograr a diversificação da cultura:

A Operação estava cumprindo importantes finalidades. Em primeiro lugar, era o propósito de propiciar a renovação das lavouras dizimadas. Em segundo, evitar o êxodo rural. E, em terceiro, o propósito de dar início ao plano de diversificação das culturas, justamente na região cafeeira mais sujeita às geadas (PARANÁ, 1964, p.88).

Outro aspecto da Operação Sementes enfatizado pela imprensa além das facilidades oferecidas aos agricultores na aquisição de sementes, era o seu caráter voltado à diversificação agrícola. A cotonicultura paranaense, que naquele período estava em sua fase de ascensão, foi contemplada com prioridade, por motivos econômicos justificáveis, mas as outras culturas foram paralelamente incentivadas (PARANÁ, 1964, p. 86).

As autoridades paranaenses acreditavam que a Operação Sementes poderia acarretar benefício para a economia do Estado. Na década de 1960, o Paraná cultivava cerca de 41 produtos agrícolas. Os estudiosos acreditavam que isso dava uma falsa impressão de policultura, pois à medida que se examinava a distribuição das áreas e o valor da produção, verificava-se uma forte tendência monocultora. Desses 41 produtos, os cereais participavam em 37% das regiões cultivadas, seus sucedâneos em 15,4% e o café em 40,5%. Esses três tipos de cultivos totalizam 92,9% da área cultivada e 89,5% do valor da produção. Por este motivo a intensão era modificar um panorama que era considerado prejudicial à economia: policultura diversificada e desequilibrada, agricultura de subsistência, orientada para a cerealicultura e monocultura típica e intensa representada pela cafeicultura (PARANÁ, 1964, p. 89).

Nesse sentido, o objetivo principal era racionalizar a agricultura do Paraná dentro de um moderno padrão. Os estudiosos defendiam o estabelecimento de uma política equilibrada de produção, equidistante dos excessos de monocultura absorventes, como também das policulturas desordenadas.

Assim, dividindo o Estado em três regiões - Leste com suas terras mais pobres, fracas e ácidas; Oeste, mais ou menos uniformes, de fertilidade média; Norte, de terras férteis – foi fixado a ação governamental, de acordo com as peculiaridades de cada zona e objetivando (PARANÁ, 1964, pp 89-90):

1. Estimular a culturas por meio de assistência creditícia, assistência técnica, mecanização, garantia de preços mínimos compensadores e garantia de armazenamento e escoamento da produção.
2. Desestimular as culturas tradicionais ou pioneiras, antieconômicas, pela retração das medidas propostas para as culturas prioritárias.

É importante ressaltar que a Operação Sementes foi um reflexo da política de erradicação e racionalização da agricultura adotada pelo GERCA. Nesse sentido, a diversificação agrícola deve ser tomada como uma ação racional e planejada, e não necessariamente como uma reação ao momento da tragédia dos incêndios. A efetivação da Operação Sementes deve ser entendida como uma política pós-desastre inserida no contexto de racionalização que visava a modernização da agricultura paranaense, que pode ser claramente verificada nos anos posteriores.

Porém as demandas da população atingida pelos incêndios não ficaram limitadas em soluções econômicas, elas se estenderam para os diversos setores que regulam a vida em sociedade – saúde, educação, moradia, alimentação e emprego. Essas outras demandas ficaram a cargo de uma ampla rede solidariedade privada, que buscou auxiliar as famílias mais carentes que perderam seus bens materiais e pessoais para o fogo.

3.1.2 Assistência social

As ações pós-incêndios também contaram com uma ampla rede de solidariedade privada. De diversos Estados e até de outros países chegaram mensagens expressando demonstrações de apoio. As iniciativas se configuraram em doações de gêneros alimentícios, roupas, utensílios domésticos, móveis, dinheiro, remédios entre outros. Essas arrecadações foram destinadas para as cidades mais densamente atingidas e, principalmente, para o auxílio das famílias menos abastadas que haviam escapado do fogo apenas com a roupa do corpo.

Já na primeira semana de setembro as arrecadações chegaram a cinquenta e nove toneladas de gêneros alimentícios e agasalhos que foram doados ao Departamento Estadual de Compras para atender as regiões atingidas. Os primeiros municípios que receberam os doativos foram Ortigueira, Curiúva, Rio Negro, Campo do Tenente, Ponta Grossa, Ventania, São Jerônimo da Serra, Inajá, Cruzeiro D'Oeste, Ibaiti, e Paraíso do Norte, para onde foram

remetidos, também, mil quilos de leite em pó e 500 quilos de açúcar. (ÚLTIMA HORA, 7.Set.1963).

Diversas campanhas de auxílios às vítimas surgiram dentro do próprio Estado, sobretudo, nas poucas regiões que não foram atingidas pelos incêndios. “A capital Curitiba se levantou em socorro aos seus irmãos”. A primeira campanha noticiada foi a Paraná S.O.S liderada pela Rádio Cultura do Paraná e pelo Diretório Acadêmico de Engenharia do Paraná, cujo objetivo era arrecadar roupas, gêneros alimentícios, remédios, dinheiro e outros objetos que poderiam ser úteis às vítimas (DIÁRIO DA TARDE, 5.Set.1963).

Estudantes de Ponta Grossa realizaram campanha para angariar roupas, medicamentos e sangue. A população ponta-grossense ficou encarregada ainda de impedir e prender qualquer pessoa que estivesse colocando fogo no campo ou no mato. Essa determinação foi baixada pela Comissão Geral de Prevenção Contra Incêndios, presidida pelos coronéis Rubens Barra (Comandante da ID-5^a) e Jaime Belo (subcomandante do 13º R.I) e o prefeito Fulton Macedo.

As entidades governamentais também prestaram auxílios. Equipamentos e funcionários dos distritos rodoviários do Departamento de Estradas de Rodagens foram colocados à disposição da Secretaria de Segurança e do Corpo de Bombeiros. A Secretaria da Educação e Cultura também colocou à disposição todo o pessoal da Campanha Merenda Escolar, professores e alunos das escolas secundárias.

A Codepar contribuiu com 20 milhões de cruzeiros. Mário de Mari, diretor financeiro da empresa, entregou 10 milhões à Legião Brasileira de Assistência, por meio de cheque entregue a esposa do governador, Nice Braga, e outros 10 milhões à coordenação da Campanha Socorro ao Paraná em Flagelo (GAZETA DO POVO, 10.Set.1963).

O Departamento Nacional de Endemias Rurais enviou ao Paraná um avião do Correio Aéreo Nacional, com 35 volumes de medicamentos, incluindo vacinas. A Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, sob a presidência de Paulo Gustavo Simmer colaborou com a campanha Socorro ao Paraná em Flagelo com recursos financeiros colhidos entre os seus associados. Também a associação ofereceu orientação técnica junto às famílias atingidas na recuperação de suas residências, culturas e criações.

Os deputados paranaenses Plínio Costa e Lírio Bertoli transmitiram à Câmara Federal toda a extensão do desastre no Paraná. Salientaram a necessidade de apoio não só do

governo federal, como da generosidade das demais unidades da Federação, para que o governo paranaense pudesse ter condições de socorrer a população que ficou desabrigada⁵⁴.

Além de requerer a constituição de uma Comissão Parlamentar que verificasse *in loco* toda a extensão do desastre, o deputado Fernando Sana apelou ao governo baiano, medidas para promover a coleta de medicamentos, gêneros alimentícios e vestuários (ÚLTIMA HORA, 10.Set.1963).

Diversos postos de recolhimento de donativos surgiram em outros Estados. Em Minas Gerais, esses postos instalados pelo Serviço de Assistência Social arrecadaram mais de 5 milhões de cruzeiros. O governador Badger Silveira, do Rio de Janeiro, enviou um carregamento de antibióticos, vacinas antiofídicas e outros medicamentos (ÚLTIMA HORA, 10.Set.1963).

Em Botucatu, município de São Paulo, uma campanha promovida pela Rádio Municipal de Botucatu, com o apoio do Rotary Club, enviou um carregamento de mais de 3 mil quilos de arroz, feijão, roupas, calçados, remédios e móveis (FOLHA DE LONDRINA, 21.Set.1963).

Araçatuba, interior de São Paulo, enviou um carregamento de víveres, remédios, roupas e calçados recolhidos pelo Conselho Evangélico de Pastores. As remessas de donativos compreendiam:

16 quilos de macarrão cortado, 1 saco de macarrão em maço, 19 sacos de farinha de mandioca, 11 sacos e meio de fubá, 20 quilos e meio de açúcar cristal, 1 saco de batatas, 8 sacos de feijão, 20 sacos de arroz, 1 caixa de macarrão, 180 litros de óleo de cozinha, 2000 unidades de medicamentos diversos, 60 quilos de carne seca, 8 caixotes de sabão em pedaços, 160 pares de sapatos novos, 3 caixões de sapatos usados, 10 caixões de roupas usadas, 1 cama usada, 1 colchão novo, 1 semeadeira, 16 quilos de mortadela, linguiça e sabonetes, 15 quilos de leite em pó, 1 de sal, 6 de macarrão em saco, 6 de fubá e 10 quilos de farinha de trigo (FOLHA DE LONDRINA, 21.Set.1963).

Representantes da Câmara Municipal e da Rádio Guarujá de Florianópolis, entregaram ao governador Ney Braga um cheque de Cr\$ 541.120,00 correspondentes as contribuições arrecadadas naquela cidade (FOLHA DE LONDRINA, 25.Set.1963).

⁵⁴ O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná realizou uma mostra de fotos dos incêndios em Brasília. Tendo em vista, o desconhecimento da extensão do desastre que existia no Paraná, alguns jornalistas liderados pelo presidente da entidade, Newton Stadles de Sousa, foram munidos de documentação fotográfica e de reportagens de todos os jornais de Curitiba, a fim de fazer um relato objetivo das proporções da tragédia que ocorreu no Estado. Cerca de 600 fotografias correram de mãos em mãos entre os congressistas e foram expostas na Universidade de Brasília para visita pública. O intuito da mostra era também despertar a solidariedade do Congresso a fim de garantir envio de donativos às populações vitimadas.

As doações também foram enviadas por diversas entidades. A Associação dos Funcionários do Ministério da Agricultura enviou grande quantidade de alimentos e agasalhos. A Legião Brasileira de Assistência enviou por avião da Força Aérea Brasileira, 500 quilos de cobertores e remédios. Também as Pioneiras Sociais colaboraram, enviando vacinas e mantimentos. A Secretaria de Assistência da União Nacional dos Estudantes solicitou aos estudantes de medicina, farmácia e enfermagem que se apresentassem como voluntários para prestar assistência às vítimas. O Lions Club de São Paulo remeteu alimentos, medicamentos e roupas por meio de caminhões do jornal Última Hora (ÚLTIMA HORA, 10.Set.1963).

A nível nacional, o Estado que mais colaborou com o Paraná foi a Guanabara, que se mobilizou destinando auxílios imediatos. Por meio de seu governador Carlos Lacerda, a Guanabara colocou à disposição de Ney Braga grandes quantidades de medicamentos, carros-tanques do Corpo de Bombeiros, agasalhos, médicos e dinheiro (ÚLTIMA HORA, 7.Set.1963). Obviamente que a política de solidariedade de Carlos Lacerda – maior opositor de João Goulart – deve ser compreendida dentro da disputa política que se evidenciava naquele momento. Suas doações representavam, acima de tudo, uma expansão de influência em território aliado.

Já a população civil tentava ajudar da maneira que era possível. Diversas pessoas se dirigiram à redação do jornal Gazeta do Povo para entregar suas doações:

Entre as dezenas de pessoas que estiveram em nossa redação no dia de ontem, destacamos a oferta do Sr. Elias Said, proprietário do Bazar dos Festeiros, que prontificou-se a fazer a entrega de 10% do total das vendas efetuadas na próxima semana. Diariamente o Sr. Elias destacará o cupom da máquina registradora e sobre o total das vendas fará a entrega de 10% em dinheiro. Recebemos também algumas contribuições em dinheiro das seguintes pessoas: D. Ana, Cr\$ 4.000,00; Casemiro Sbryojorski, Cr\$ 1.000,00; anônimos, Cr\$ 1.000,00 e ainda uma caixa contendo dezenas de injeções e tubos de pomada. A Associação Atlética que congrega funcionários da Gazeta do Povo entregou a quantia de Cr\$ 5.530,00. Ainda da Sra. Olga Pinto Monastier recebemos a importância Cr\$ 5.000,00 (GAZETA DO POVO, 7.Set.1963).

As empresas privadas também contribuíram:

Sentimo-nos no dever de comunicar a V. Excia. que a SIMCA DO BRASIL acaba de entregar, ao doutor Edmundo Monteiro, diretor dos Diários e Emissoras Associados de São Paulo, a contribuição de um milhão de cruzeiros, que significa a inteira solidariedade da firma no sentido de auxiliar as vítimas das catástrofes que assolam o povo irmão do vizinho Estado do Paraná. Atenciosas saudações. Sebastião Dayrell de Lima, diretor-presidente; Jack Jean Pasteur, diretor geral (FOLHA DE LONDRINA, 21.Set.1963).

Foram doados 300 mil cruzeiros de Lauro Aparecido de Lara e Ishar Ribas, respectivamente gerentes da Erontex Indústria e Comércio e da Phillips do Brasil S.A. A INCERPA também doou 3 milhões de cruzeiros (FOLHA DE LONDRINA, 13.Set.1963).

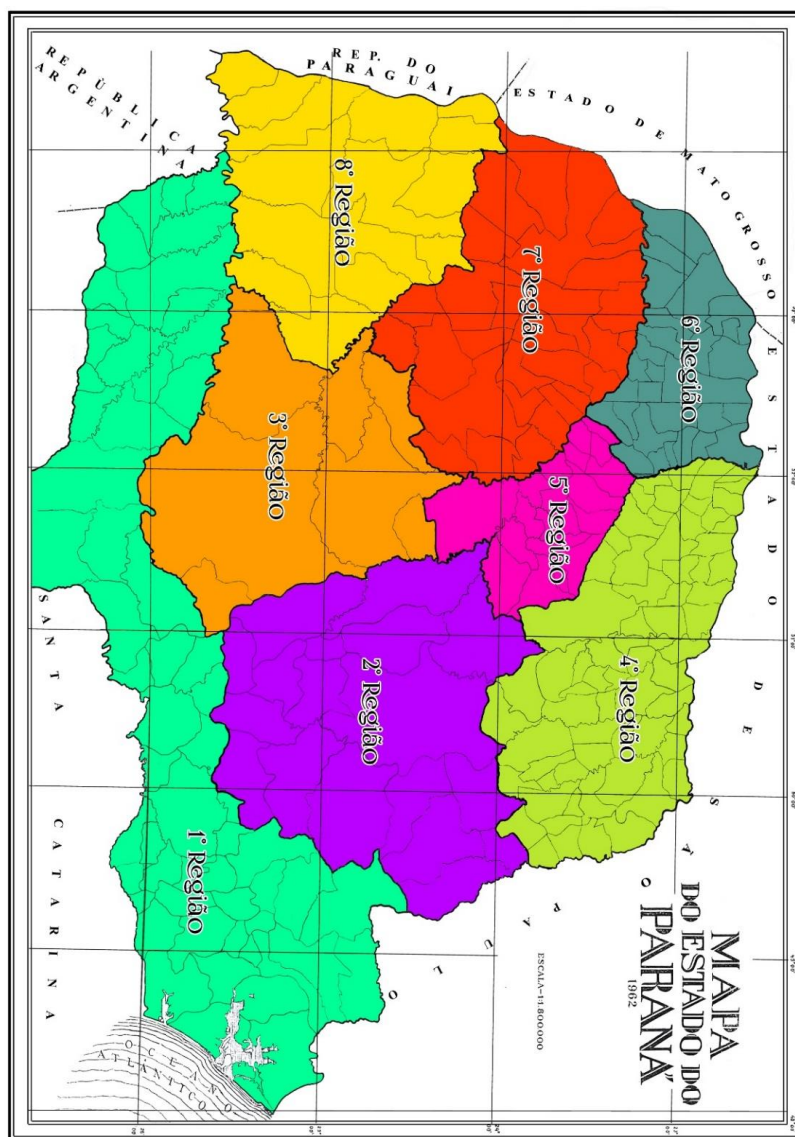
A fábrica de medicamentos Johnson & Johnson, de São Paulo ofertou ao Paraná um caminhão de produtos de sua fabricação: ataduras, gases, compressas, algodão, soros, glicoses, luvas cirúrgicas, esparadrapos, talco e óleo. O Lions Clube de São Paulo enviou sete pacotes contendo 1.257 unidades de medicamentos diversos (80% de antibióticos), no valor de mais de 2 milhões de cruzeiros. Esses remédios, juntamente com várias doses de vacinas antirrábicas, foram fornecidos pelo Instituto Pasteur (FOLHA DO NORTE, 12.Set.1963).

O Paraná também contou com a ajuda internacional: Noruega, Rússia, Estado do Vaticano, Itália, Estados Unidos, Suíça, Israel, Canadá, Inglaterra, China, Bélgica, Holanda, França, Espanha, Alemanha, Polônia, Japão e Tchecoslováquia que enviaram ao Paraná medicamentos como leite em pó, farinha de trigo, bulgur, fubá, azeite comestível, manteiga, queijo, bacalhau, leite condensado, presunto em latas, roupas, calçados e plasma sanguíneo.

A ampla rede de iniciativas privadas que surgiram durante e após os incêndios precisava da mão do Estado para gerir a sistematização e distribuição das doações. Diante do fluxo, em grande volume de donativos, a primeira iniciativa de Ney Braga foi designar pessoas não ligadas à administração estadual, para que se encarregassem da aplicação dos recursos e doações. Para isso, baixou decreto instituindo, como utilidade pública, a Campanha Socorro ao Paraná em Flagelo, com a finalidade de coordenar a mobilização dos recursos para assistência às populações atingidas pelos incêndios, obedecendo a um organograma isento de quaisquer influências políticas.

Coube à Comissão Central da Campanha, com base no relatório elaborado pelo Departamento de Geografia, Terras e Colonização, avaliar os dados levantados pelas prefeituras municipais e Comissões Regionais. Para isso o Paraná foi dividido em oito regiões estratégicas, conforme o mapa abaixo.

Mapa 7: Campanha Socorro ao Paraná em Flagelo – Regiões⁵⁵



Fonte: Paraná, 1964.

Após realizada a divisão do Paraná, a Comissão Central da Campanha recebeu os números informando os prejuízos nas oito regiões.

⁵⁵ Sendo: 1ª Região – Curitiba. 2ª Região – Ponta Grossa. 3ª Região – Guarapuava. 4ª Região – Londrina. 5ª Região – Maringá. 6ª Região – Paranavaí. 7ª Região – Campo Mourão. 8ª Região Cascavel

Tabela 8: Demonstrativo dos Prejuízos

Regiões	Famílias atingidas	Número de pessoas	Feridos	Mortos	Prejuízos			
					Imóveis	Utens. Agrícolas	Animais	Valor estimado (Cr\$)
1°	1276	4375	420	-	1238	1090	282	127.032.500,00
2°	3554	9318	18	72	3548	2535	6538	485.177.345,00
3°	290	898	10	5	290	676	-	73.685.100,00
4°	1507	5409	9	25	1524	1484	2747	241.874.880,00
5°	425	1620	5	3	425	16	40	22.411.000,00
6°	397	1564	2	-	399	1477	568	36.658.927,00
7°	551	2152	500	5	525	601	461	4.948.600,00
8°	41	206	-	-	41	9	-	4.712.000,00
Total	8041	25542	964	110	7990	7888	10636	996.500.352,00

Fonte: PARANÁ, 1964.

Na fase final de aplicação dos recursos – meados dos meses de outubro e novembro - a Comissão Central da Campanha Socorro ao Paraná em Flagelo passou a ter caráter deliberativo e transferiu o setor executivo para a Cáritas Brasileira⁵⁶. O representante da Cáritas na Comissão designado foi Mairton de Castro Pagels, que passou a ser coordenador executivo da aplicação do plano de trabalho aprovado em reunião geral realizada em 26 de outubro (PARANÁ, 1964).

Os números apresentados abaixo comprovam a complexidade adquirida pela campanha, bem como demonstra que as famílias atingidas necessitaram de auxílio por muito mais tempo do que era previsto. É perceptível que o caixa da Campanha não possuía recursos suficientes para atender à todas as demandas geradas pelos incêndios.

Em 19 de novembro, de acordo com ofício enviado ao governador Ney Braga pelo presidente da Comissão Central e pelo secretário executivo, a situação financeira da Campanha era a seguinte:

⁵⁶ Reconhecida como utilidade pública federal, é também um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

1. A Cáritas do Brasil, juntamente com a colaboração das Comunidades Evangélicas, encarregaram-se do atendimento às vítimas, superintendendo o fornecimento durante três meses de alimentos, medicamentos, utensílios domésticos, ferramentas de lavoura, roupas, etc. Previu-se para tanto uma verba de Cr\$ 150.000.000,00, à qual se somou o auxílio de Cr\$ 20.000.000,00, fornecido pela própria Cáritas (PARANÁ, 1964, p. 109).
2. O custo das sementes necessárias aos agricultores cujas propriedades foram atingidas pelo fogo atingiu a soma de Cr\$ 50.000.000,00. Como a arrecadação da Campanha, naquele momento era de Cr\$ 245.282.241,00 para atender, inclusive, as despesas referidas no item anterior, era insuficiente, o financiamento e a aquisição de sementes ficou ao encargo do Governo do Estado (PARANÁ, 1964, p. 109).
3. O Departamento de Geografia, Terras e Colonização realizou o levantamento de casas queimadas. Estimou-se em 1.138 o total, donde uma despesa prevista, para novas construções, de um montante de Cr\$ 140.000.000,00, ficou acima das possibilidades da Campanha, dadas as despesas descritas no item 1 (PARANÁ, 1964, p. 109).
4. Os sindicatos patronais de madeireiros do Paraná estudaram a possibilidade de fornecer a madeira necessária para as construções de casas. A Campanha poderia gastar nas construções o saldo que se verificaria depois de feitas as despesas descritas no item 1. O saldo que possuía naquele momento habilitava a Comissão a prever que o total seria de mais ou menos, Cr\$ 50.000.000,00 que poderiam ser destinados a essa solicitação (PARANÁ, 1964, p. 109-110).
5. Sendo a arrecadação, até naquele momento de Cr\$ 245.282.241,00 e sendo previstas despesas de Cr\$ 150.000.000,00 (item II e mais de Cr\$ 50.000.000,00 no item 4, decorreria um déficit de Cr\$ 590.000.000,00 (PARANÁ, 1964, p. 110).

A Campanha Socorro ao Paraná em Flagelo recebeu uma média de 118 toneladas de vestuários, incluindo roupas, calçados, cobertores e toalhas. Utensílios domésticos também foram enviados - 2.500 peças -, bem como a quantidade de 1.500 peças referentes a instrumentos agrícolas - machados, plantadeiras, foices, facões, ancinhos, enxadas, pás, cortadeira e limas (PARANÁ, 1964).

Com o intuito de angariar fundos para a Campanha, diversos espetáculos beneficentes foram realizados no Teatro Guaíra. O Coral do Colégio Estadual do Paraná (CORCEP) e o Grupo Folclórico Polonês, filiado à Sociedade União Juventus, realizaram uma apresentação artístico-cultural, com o ingresso custando cem cruzeiros. O dinheiro arrecadado com a venda dos ingressos foi doado integralmente para a assistência das vítimas.

Foi realizado um “SOS-Show”, organizado por artistas de rádios, teatros, circos e televisões locais. O Teatro do Estudante do Paraná realizou duas apresentações no Teatro Guaíra, encenando dois de seus maiores êxitos: Pedro Mico, peça em um ato de Antônio Calado e “Sobre os males que o fumo produz”, monólogo de Anton Tchekov. Todo o dinheiro arrecadado com a venda dos ingressos foi destinado para a Campanha Socorro ao Paraná em Flagelo (ÚLTIMA HORA, 14.Set.1963).

As inúmeras campanhas realizadas em todo o país, bem como as doações advindas do exterior, resultaram em uma enorme quantidade de alimentos, vestuários e outros utensílios de uso mais variados, que tiveram de ser recebidos, classificados, armazenados e distribuídos. O trabalho de destinação dos donativos precisava ser criteriosamente organizado. Funcionários da Secretaria de Trabalho e Assistência Social elaboraram mapas e tabelas para controle de recebimento e saída das doações.

Para organizar todo o volume de donativos foi necessário que uma equipe, ligada à Campanha, se encarregasse de sistematizar as doações. Mais de cem pessoas trabalharam, em regime de tempo integral, no ginásio Tarumã - escolhido como “QG” (Quartel General).

O desastre fez com que uma quantidade considerável de dinheiro fosse canalizada para socorrer as suas vítimas. E com as doações vieram as críticas por parte de alguns setores da sociedade. Para a opinião crítica do jornal católico, Folha do Norte, poucas foram as medidas práticas. Defendendo que a Igreja estava voltada para o lado social, noticiou em sua edição do dia 19 de setembro, que a Diocese de Frederico Westfalen expressou “sua solidariedade à dor que comoveu todo o Paraná”, enviando sementes para as zonas assoladas pelo fogo.

Dando uma leve alfinetada, o editorial ressaltou que tratava-se de

uma providência que os governos federal e estadual deveriam adotar, pois que era a única e eficiente forma para socorrer o homem do campo. Medidas paliativas, que foram adotadas, serviam somente para desacreditar ainda mais o governo junto ao meio rural. Esperava-se, ainda, que o governo prestasse contas do dinheiro arrecadado e enviado por todo o povo brasileiro (FOLHA DO NORTE, 19.Set.1963).

O apelo que as comunidades lançam após a ocorrência de desastres é atendido por uma complexa rede de solidariedade – pública e privada, nacional e internacional. Ainda que grande parte da assistência social prestadas às vítimas dos incêndios tenha partido da iniciativa privada, há que se destacar que as doações deveriam passar por órgãos do Estado para então serem destinadas às famílias necessitadas. Uma vez que desastres ambientais não atingem igualmente toda a população local, as páginas dos jornais evidenciaram que grande parte das medidas de iniciativas privadas foram destinadas às populações mais carentes das regiões atingidas pelo fogo, ao passo que as ações elaboradas pelo Governo do Estado visavam atender setores da economia que possuíam influência política.

3.1.3 Assistência médico-hospitalar e o combate ao fogo

Enquanto as doações chegavam e eram sistematizadas, diversas operações de assistência médico-sanitárias foram realizadas nas zonas densamente atingidas.

A assistência médica e hospitalar se concretizou pela utilização de inúmeros hospitais, assim como pela mobilização de equipes médicas vindas de diversas regiões do país e do exterior, além do emprego de grande quantidade de medicamentos, sob a coordenação da Secretaria de Saúde Pública do Estado (PARANÁ, 1963, pp. 24-25).

Estiveram envolvidos nas campanhas sanitárias:

a) Hospitais:

- Hospital Estadual de Jaguariaíva
- Santa Casa de Ponta Grossa
- Hospital Bom Jesus de Rio Negro
- Hospital Luiza Borba Carneiro de Tibagi
- Hospital de Campanha da Polícia Militar da Guanabara, instalado na Guanabara.

b) Equipes médicas (que utilizaram veículos e medicamentos de emergência):

- 12 equipes da Secretaria de Saúde
- 1 equipe dos Estados Unidos
- 2 equipes da Guanabara
- 1 equipe da COLSAN

c) Representações:

- Cruz Vermelha dos Estados Unidos
- Representação dos Estados Unidos dos Voluntários da Paz
- Representação do Governo de Minas Gerais
- Representação do Estado de São Paulo

As Secretarias de Segurança e de Trabalho e a Fundação da Assistência ao Trabalhador Rural formaram as bases de atendimento à população nas cidades de Cruzeiro do Oeste, Cianorte, Campo Mourão, Maringá, Londrina, Cornélio Procópio e Jacarezinho. As equipes de atendimento nessas regiões foram compostas por oficiais da Polícia Militar, assistentes sociais e delegados de polícia (GAZETA DO POVO, 4.Set.1963).

As equipes de saúde reuniram medicamentos de urgência, médicos e enfermeiros, para atender as vítimas dos incêndios nas diversas regiões. Os medicamentos não eram apenas para queimaduras, mas também para epidemias decorrentes da situação em que se encontravam os municípios mais devastados.

O tratamento dos queimados foi realizado por meio da administração dos remédios Permiplás⁵⁷, Subtosan e Polisosal⁵⁸, que foram doados pelos laboratórios Vicente Amanto e Rhodia. Esses remédios tiveram caráter de urgência pois foram usados para repor os líquidos perdidos e outras proteínas do sangue nos queimados (GAZETA DO POVO, 4.Set.1963).

A Secretaria de Saúde do Estado não possuía todos os medicamentos necessários para o atendimento aos queimados. Por conta disso, nas campanhas que se espalharam pelo Paraná e pelo país, além de alimentação e vestuário, pediam com urgência soro glicosado, pomadas específicas, plasma, soro antitetânico, ataduras, antibióticos, antiespasmódicos, vaselina, gaze e esparadrapo. O apelo chegou também aos doadores de sangue, principalmente do tipo universal (ÚLTIMA HORA, 5.Set.1963).

Campanhas de vacinação também foram realizadas em diversas regiões do Estado. Com o perigo de proliferação de diversas epidemias a Secretaria de Saúde Pública vacinou a população, para evitar um possível surto epidêmico de tifo e varíola, em consequência da situação criada em diversos municípios. Nos locais onde não existiam Unidades Sanitárias, a vacinação foi realizada por equipes móveis da Secretaria de Saúde.

⁵⁷ Espécie de plasma sanguíneo.

⁵⁸ Composição a base de gelatina, que funciona como substituto do plasma.

Segundo informações concedidas à reportagem da Gazeta do Povo a campanha contra a epidemia variólica imunizou 289.428 pessoas nos seguintes municípios: Alto Piquiri, Arapongas, Bocaíuva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Mourão, Capanema, Castro, Cianorte, Colombo, Cidade Gaúcha, Cruzeiro do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaíra, Irati, Jataizinho, Jandaia do Sul, Jussara, Laranjeiras do Sul, Mallet, Marechal Cândido Rondon, Maria Helena, Maringá, Mariópolis, Medianeira, Monte Alegre, Palmeira, Palotina, Paiçandu, Pato Branco, Paulo Frontin, Pérola do Sul, Piraí do Sul, Piraquara, Ponta Grossa, Renascença, Ribeirão do Pinhal, Rondon, Santo Antônio, São Miguel do Iguaçu, Sapopema, Terra Roxa, Terra Boa, Tibagi, Toledo, Umuarama e Xambê. Em Curitiba foram vacinadas contra varíola cerca de 22.024 pessoas.

Os auxílios não ficaram limitados à alimentação e medicamentos. O Paraná não possuía uma infraestrutura – materiais e contingente humano - e conhecimento técnico que pudesse ao menos conter o fogo, e a assistência também chegou de fora do Estado e do país.

Ao mesmo tempo que aconteciam as campanhas de solidariedade, o Governo paranaense organizou as frentes de combate ao fogo. Desde o início dos incêndios coube à Secretaria de Segurança Pública o estudo e a coordenação de todas as medidas de combate e prevenção. Foram mobilizados a Polícia e o Corpo de Bombeiros do Paraná, Aeronáutica, Marinha, Exército, além de equipes dos Estados Unidos, especializadas na técnica de prevenção e combate ao fogo. Somados a essas forças não podem ser esquecidos o corpo de voluntários anônimos que igualmente prestaram a sua colaboração.

A cooperação advinda dos Estados Unidos foi exaltada pela mídia oposicionista ao presidente João Goulart. Os técnicos estadunidenses se reuniram com as autoridades paranaenses para a elaboração de um novo plano de combate. Para tanto, utilizaram os dados já existentes das proporções dos incêndios realizado pela Secretaria de Segurança e estabeleceram três equipes: Combate ao Fogo, Assistência Médica e Assistência Social.

Por mais experiências que os técnicos estadunidenses tivessem adquirido durante anos no combate a incêndios florestais nos Estados Unidos e outras localidades, e após visitas às diversas regiões assoladas, eles chegaram à conclusão de que somente uma chuva salvaria a situação no Paraná (NUNES, 2013, pp. 65-66). A missão dos técnicos diante de tal conclusão, seria apenas de orientar o lavradores paranaenses como debelar o fogo por meio de filmes e materiais áudios-visuais que foram apresentados em seminários realizados no Paraná.

Felizmente as chuvas chegaram em 21 de setembro, e o perigo dos incêndios foi amenizado. Em 5 de outubro alguns técnicos voaram para o

Noroeste até Mamoré, e depois a Cascavel. Depois seguiram para o Sul quase até Barracão, para o leste até Chopinzinho, para o Sul até Pato Branco, para o Leste até Clevelândia, para o Norte até Condói e depois para o Leste até Curitiba voando sobre Mallet e São Mateus do Sul para verificar se havia algum foco residual de incêndio (PARANÁ, 1964, p. 70).

As visitas às regiões atingidas possibilitaram, também, relatos de importância. Os técnicos constataram, antes de serem feitos os levantamentos dos prejuízos, que em muitas regiões do Estado, as árvores queimadas dificilmente sobreviveriam e muitas delas ficariam perdidas irremediavelmente. Merle Lowden, diretor da Divisão de Controle de Fogo do Serviço Florestal do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, ressaltou que o fogo queimou mais o território florestal no Paraná em algumas semanas do que costumeiramente se queimava nos Estados Unidos em um ano (PARANÁ, 1964).

Os incêndios lavraram com tanta intensidade que muitos pinheiros de idade avançada foram mortos pelo fogo. Outrossim, foi difícil avaliar a perda de árvores novas nas áreas florestais queimadas onde as mesmas poderiam crescer até alcançar o tamanho aproveitável. Os estadunidenses acreditavam que os efeitos dos incêndios de 1963, seriam sentidos por algum tempo. As perdas não tiveram apenas efeito negativo para os grandes interesses dos produtores de polpa de madeira do Paraná, mas também, causaram sofrimento e dificuldades econômicas ao pequeno lavrador, cujas casas e safras estocadas foram queimadas.

Após a extinção dos incêndios pela chuva, Lowden e seus assistentes participaram de um seminário de três dias patrocinado pelas secretarias de Agricultura, da Segurança Pública e pelo Consulado. Representantes dos Estados de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e da Guanabara também participaram. As recomendações resultantes desse seminário contribuiram na criação de meios de prevenção e controle de incêndios mais eficazes por parte do Estado.

O governo paranaense, aproveitando o auxílio prestado pelo Estado Unidos, tentou um diálogo objetivo com os representantes da Aliança para o Progresso, visando a obtenção de maiores recursos para aplicar no seu plano de desenvolvimento global. Tratava-se de aproveitar a oportunidade da visita dos estadunidenses ao Estado, e procurar sensibilizá-los pelo programa de recuperação que o Paraná teria de aplicar. O governo do Paraná estava interessado no financiamento da Aliança, tendo apresentado pedido de ordem de 5 milhões de dólares, para aplicação nas suas principais obras de infraestrutura (energia elétrica e rodovias), já que as suas dotações orçamentárias não permitiam a realização de grandes investimentos (FOLHA DO NORTE, 12.Set.1963).

O Estado precisava cobrir as perdas ocasionadas pelo fogo e geadas sob pena de emperrar a progressão de setores vitais que se desenvolviam paulatinamente. Naquele

momento, o governo tinha em seu poder planos de desenvolvimento integral, num prazo de 7 anos, que dependiam, fundamentalmente, de recursos financeiros contínuos. Que não poderiam ser condicionados a previsões orçamentárias, porque em épocas de calamidade, qualquer planejamento estrutural estava sujeito a sofrer alterações, principalmente na parte relativa à verba.

A execução do plano de desenvolvimento integral estaria seriamente ameaçada se fosse admitida a hipótese da repetição, em anos vindouros, de idênticos contratemplos. Partia daí a necessidade de recursos independentes, destinados à contemplação do esquema desenvolvimentista, e o interesse do governo em atrair a simpatia do pessoal responsável pelos investimentos da Aliança.

Claro que a Aliança para o Progresso tinha a intenção em ajudar o Estado a se recuperar. Em 11 de outubro o governador Ney Braga assinou um convênio com a Agência Internacional de Desenvolvimento e com a COCAP⁵⁹. O convênio foi da ordem de trezentos milhões de cruzeiros e previa a assistência de técnicos estadunidenses em agricultura para auxiliar em pesquisas e desenvolvimento no Paraná. Esses trezentos milhões de cruzeiros foram de recursos aprovados do fundo do trigo, que era constituído com a contrapartida de cruzeiros das vendas daquele produto, de conformidade com a Lei Pública 480⁶⁰ dos Estados Unidos para a utilização em projetos de desenvolvimento econômico brasileiro (PARANÁ, 1964, pp. 71-72).

Diante do exposto, há que se destacar que uma das maiores dificuldades sentidas pelas diversas equipes no combate aos incêndios, bem como das equipes de assistência médica e social, constitui-se na falta de condições de atender o princípio fundamental de toda a operação - a Concentração de Esforço -, isto porque, além da multiplicidade de frente, as distâncias entre as mesmas, em certas ocasiões, chegavam a atingir mais de 400 quilômetros dos centros de coordenação e de todos os órgãos governamentais (ROSA FILHO, 2003, p. 46).

Por detrás das notícias dos jornais escritos e falados sobre desastres ambientais, existia um problema muito maior do que se costumam noticiar. A população afetada fica

⁵⁹ Coordenação de Caracterização do Patrimônio.

⁶⁰ A Lei Pública 480 (PL 480) denominada Lei de Comércio e Desenvolvimento Agrícola, foi criada em 1954 como uma iniciativa importante por parte dos Estados Unidos dentro do quadro de ajuda alimentar internacional. A PL 480 foi fruto de uma conciliação entre a crescente preocupação com a ajuda alimentar, interesses agrícolas internos referentes ao escoamento de excedentes agrícolas e a necessidade de abertura de mercado no exterior (DIAS, 2013).

faminta, doente e desabrigada. Somente as chuvas colocariam um ponto final no desastre ocorrido no Paraná. Mas não era possível ficar de braços cruzados esperando ela cair. Por isso foi organizado toda uma estrutura que fosse capaz de representar um alento à população vitimada. Os danos de um desastre ambiental são extensos, da mesma forma que as providências adotadas para “aliviar” suas consequências também são. A população atingida do Paraná ficou relegada a um período de miséria e esperavam auxílios, sejam eles do Estado, da iniciativa privada, ou de Deus.

3.2 O incêndio na Indústria Klabin

A Fazenda Monte Alegre, de propriedade da Indústria Klabin de Papel e Celulose viveu, em 1963, uma das maiores devastações florestais que se teve notícia. O fogo atingiu praticamente toda a sua área de cerca de 150 mil hectares, destruindo 19 mil dos 33 mil hectares de florestas de pinus, araucária e eucalipto (SINAL VERDE, 1982, p. 10). Com sede no município de Telêmaco Borba, os danos sofridos incluíram a destruição de 80% de sua reserva que era estimada em 250 milhões de pinheiros plantados.

No início de suas atividades a matéria prima utilizada era a araucária, que no período era possível encontrá-la em abundância no território paranaense. Porém a intensão não era fabricar celulose unicamente com a araucária, mas também com eucalipto (FERNANDES, 1974). A Klabin colocou em prática um plano de reflorestamento da região para garantir matéria prima para o futuro.

Já na década de 1940, começou a desenvolver experiência com viveiros de araucárias. Daí retirava mudas para o plantio, na tentativa de prolongar o curto espaço de tempo para a plantação, o que ocorria quando os pinhões eram plantados diretamente nos lugares definitivos. Mas foi no final da década que as pesquisas e estudos se intensificaram.

Em 1953, o trabalho de reflorestamento realizado em Monte Alegre era do conhecimento das Organizações das Nações Unidas. Com a intenção de manter em pleno funcionamento as suas atividades, a Klabin desenvolveu um programa de reflorestamento, que já havia plantado mais de 70.000.000 milhões de pinheiros (7.000 hectares). O programa previa ainda, o plantio continuado em 20 milhões de covas de pinheiro, anualmente, nas áreas que eram desmatadas, pelas necessidades da fábrica, e em áreas de campo (FERNANDES, 1974, p. 163).

Com o aumento da área de reflorestamento era necessário ficar atento ao perigo do fogo no território da Fazenda Monte Alegre. Para tanto, foram criadas medidas de segurança, uma vez que o fogo era uma ameaça constante, pois os lavradores das roças vizinhas e até mesmo dentro da Fazenda praticavam a queima de campo.

Para monitorar e prevenir as incidências de fogo dentro e fora da Fazenda Monte Alegre foi ampliado o número das torres de vigilância nos pontos mais altos da Fazenda. Cada torre possuía um telefone e o funcionário, cuja função era descobrir indícios de fogo. Ao ver ao longe uma fumaça ou um clarão no mato, imediatamente teria de virar o ponteiro do goniômetro⁶¹ na direção localizada. Deveria ainda calcular em graus a situação do talhão ou do mato ameaçado e informar o Serviço de Combate ao Fogo (FERNANDES, 1974, p. 166).

O serviço demandava agilidade:

Ao aviso do vigia de qualquer torre, o chefe do Serviço de Combate ao Fogo, esteja em que parte da Fazenda estiver, é imediatamente avisado, para tomar as providências necessárias. Via de regra, em contato com outros chefes, ele ordena ao que se encontra mais próximo ao local, que para lá se desloque, enquanto reúne, nos caminhões, as turmas de operários florestais, para o combate ao fogo. Quase sempre, esses operários florestais são ex-lavradores, que um dia já defenderam suas pequenas plantações com as batidas de longas varas, em campo raso, e conhecem a técnica do contra-fogo. Os que não o são recebem treinamento do Departamento Florestal (FERNANDES, 1974, pp. 166-167).

A estruturação inicial do Serviço de Proteção Contra Incêndio na Klabin, com base numa organização profissional, começou sob orientação de um assessor da diretoria da fábrica em São Paulo, o coronel Joaquim Aguiar de Carvalho. De início ele foi à Monte Alegre em caráter provisório, para atualizar e tornar mais eficiente o serviço de bombeiros e vigilantes. Sua função principal foi aperfeiçoar a prevenção e combate a incêndios na fábrica, estabelecendo um padrão superior de instrução técnica. Mas não poderia manter inativo um grupo de homens, esperando que houvesse fogo a combater (FERNANDES, 1974).

Com esse pensamento, o coronel resolveu aperfeiçoá-los como vigilante. Os cursos de preparação foram destinados para as diversas funções. O coronel também lecionava e fazia incluir no programa, além da parte teórica, a audiovisual (filmes, projeção de slides) e a

⁶¹ As torres de vigilância são equipadas com instrumentos de determinação de direção e de comunicação. Para a determinação de direção de fumaça usa-se um medidor de ângulos horizontais, denominado goniômetro. Tal instrumento consta basicamente de um visor dotado de movimento circular, montado sobre um círculo graduado fixo. Olhando-se através do visor para o local da fumaça, um indicador acoplado ao visor apontará no círculo graduado o azimute do local do incêndio. Todos os goniômetros devem ser instalados com o zero do círculo graduado orientado para o norte magnético (In: Monitoramento Florestal – FURB - <<http://www.furb.br/monitoramentoflorestal/incendios.html>>)

prática (manejo de extintores, escadas, manutenção dos carros de bombeiros, educação física, exercícios simulados de combate ao fogo) (FERNANDES, 1974, p. 195).

O embasamento teórico se deu por meio do Manual do Bombeiro, de autoria do coronel Jorge Mesquita de Oliveira. Ali aprenderam desde as causas e classificação de incêndios ao manuseio de bombas de incêndio e constituição da guarnição.

Os bombeiros de Monte Alegre, que na época eram os únicos existentes num raio de mais de 150 quilômetros, ampliaram suas funções ao combaterem incêndios em Telêmaco Borba, em locais até 25 km de distância e em áreas florestais, quando necessário. Os bombeiros-florestais eram escolhidos entre os próprios operários e treinados em apagar fogo, cortando a macega à foice ou ateando o contrafogo na zona de sucção. Os tratoristas faziam parte do grupo aceirando em torno dos talhões atingidos, para que o fogo morresse na terra revirada.

Mesmo diante de um sistema de prevenção moderno para o período, as medidas não foram suficientes para combater e controlar as enormes chamas que se espalharam em questão de segundos em 1963.

3.2.1 Fogo nos pinhais

No início os superintendentes da Klabin não acreditavam nas notícias que eram veiculadas. As opiniões mudaram e as preocupações se intensificaram quando noticiaram que havia uma frente de fogo com 80 quilômetros de extensão aproximando-se das plantações da Fazenda Monte Alegre.

Há sempre um primeiro fogo, que vem manso crestando rapidamente a relva, a vegetação rasteira, sem alcançar os ramos do arvoredo. Às vezes, morre quando o vento para ou encontra uma estrada, um riacho. O segundo fogo, na mesma direção, é mais temido. Encontra o solo fumegante, os galhos mais baixos ressequidos e devora, com inaudita rapidez, os troncos mais novos; sobe pelas árvores centenárias e, alimentado pela mais leve aragem, arremete-se para as grimpas dos pinheiros e lança-se até as frondes das perobeiras. Ninguém mais o controla. Despenca pinhas, transformadas em tochas incendiárias, desprendo fagulhas leves, que se projetam a trezentos metros de distância (FERNANDES, 1974, p. 203).

O segundo fogo devorador chegou às margens do rio das Antas. Acreditava-se que ele não atravessaria o rio, porém com o vento atravessou e lançou pontas de fogo dentro dos pinhais densos da Fazenda Monte Alegre:

Em três dias os incêndios tinham-se tornados difíceis de dominar. O vento trazia o primeiro fogo, apagado com varas, foices, aceiros reavivados. Todos davam graças por vê-lo vencido, ao amainar o vento, pelas 16 horas. Mas no outro dia, antes das dez horas, todos sentia no ar o sopro agourento... e ao perigo das chamas devastadoras somava-se a certeza de que não seria possível dominá-las, em tanto lugares se levantavam, ao mesmo tempo (FERNANDES, 1974, p. 204).

Monte Alegre entrou em estado de alerta. O mato ardeu em chamas e se aproximou das instalações da fábrica. Essa aproximação foi temida por todos, pois nas instalações havia cerca de trezentos tambores de óleo combustível armazenados, entre muitos outros materiais facilmente inflamáveis.

O plano de defesa ficou por conta do coronel Jorge Mesquita. Sua intenção foi proteger a sede da fábrica e Harmonia. A primeira medida foi colocar tambores com água e varas, de espaço a espaço, nos lugares por onde forçosamente, o fogo teria que vir. Tratores aceiraram os caminhos, especialmente em torno de Harmonia e Cidade Nova⁶². Mas foram insuficientes diante das extensões do fogo. Diante de tal panorama foi necessário evacuar esses núcleos populacionais (FERNANDES, 1974, p. 205).

Devido as proporções que o fogo adquiriu na “Cidade de Papel” chegaram soldados do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, da Polícia Militar do Paraná, bombeiros do Paraná e da Guanabara. Em cerca de uma semana 4.000 homens foram mobilizados.

No início de setembro não era possível observar o sol. O ar ficou tomado por uma espessa camada de nuvens baixas e densas de fumaças. A umidade do ar caiu de 85 para 9% e os rostos ardiam com o vento soprando e trazendo o fogo. Já no dia 4 de setembro a serraria da Klabin localizada a dois quilômetros de Harmonia foi consumida pelas chamas. O fogo

veio dos pinhais incinerados da Casa Branca com línguas de 50 metros de altura. Devorou pilhas de tábuas, elevando labaredas que cobriram o céu. Não houve quem o combatesse, tal a violência com que atravessou a estrada, o aceiro, o rio Laranjeira, o campo ralo, até encontrar alimento na madeirama ressequida (FERNANDES, 1974, p. 206).

⁶² No início de suas atividades surgiram uma série de núcleos populacionais dentro da Fazenda Monte Alegre. Localizada a margem direita do Rio Tibagi, Harmonia é um núcleo populacional destinado para os funcionários da fábrica. Porém sua extensão chegou ao limite e foi necessário a criação de outro núcleo. Localizada a margem esquerda do Tibagi, surge Cidade Nova, no território do município de Tibagi. No início da década de 1960, ocorreu um movimento de emancipação de Cidade Nova de seu município de origem. Em 1964, Cidade Nova é emancipada e passa a se chamar Telêmaco Borba. Atualmente, Harmonia é um distrito de Telêmaco Borba.

A serraria foi consumida em questão de segundos. Em depoimento, o médico Paulo Rios Fernandes relatou que

as chamas encobriam o céu. Parece que íamos mergulhar em paredões de fogo inextinguível. Escombros foram erguidos num revolteio gigantesco e tombaram numa explosão de fagulhas. O fogo ganhou em velocidade o que perdera em altura, no rumo certo do depósito de madeira do Prédio T, atulhado de lenha e achas de pinho no decorrer da estiagem (FERNANDES, 1974, p. 207).

Nas imediações da serraria grande quantidade de matéria prima prontas para consumo também foram consumidas pelas chamas. O fogo apenas se manteve distante das instalações principais devido a concentração de esforços e recursos pessoal e material (PARANÁ, 1964).

Diante da proximidade do fogo a população foi para as ruas. O local mais seguro na Fazenda Monte Alegre foi o hospital. Localizado no alto do Morro dos Bugres gozou de certa proteção natural, pois ficou isolado por largas avenidas de acesso. Os eucaliptos e todas as árvores de porte haviam sido cortados ao seu redor, para evitar a propagação das chamas e manter as suas instalações intactas.



Foto 5: Vista aérea de incêndio florestal na Fazenda Monte Alegre. Monte Alegre, Paraná, década de 1960. Acervo do Centro de Documentação e Memória Klabin.

Tanto o combate ao fogo como o auxílio prestado às famílias de trabalhadores da fábrica, que residiam em seus núcleos populacionais foram desencadeados, em grande parte, por membros da própria Klabin. Os caminhões retiravam as pessoas, seus pertences e animais dos acampamentos e as levavam para o grupo escolar e para o clube dos operários em Harmonia. O trabalho de assistências às famílias foi coordenado pelos chefes de diversos setores, por suas esposas, professoras e demais voluntários.

A jornalista Hellê Vellozo Fernandes (1974) relatou que nos dias de maior incidência do fogo várias famílias que possuíam carros tentavam sair pela estrada de Piraí, mas não conseguiam passar de Ventania. O fogo, de ambos os lados, obrigava-as a retroceder para dentro da Fazenda. As demais estradas foram barradas pelo fogo. A Fazenda Monte Alegre ficou isolada.

A destruição das reservas florestais, contudo, fora enorme e irreparável. Nas plantações, foi incinerado ou danificado 70% dos araucariais, sem contar o que fora perdido em pinhais nativos. O programa de reflorestamento previsto incluía mais de 40.000 hectares de coníferas e 10.000 hectares de eucaliptos até 1972. Tão grande foi a queima que, para ser feito, somente alcançaria essa extensão em 1978, se fossem plantados anualmente de 3.000 a 5.000 hectares (FERNANDES, 1974).

O plano de autossuficiência em matéria prima, que vinha sendo executado desde 1945 em larga escala, foi prejudicado:

Os pinheiros carbonizados permaneciam de pé, esqueletos negros, num cemitério de cinzas com milhares de hectares. Os lenhadores os cortavam, para serem aproveitados como lenha, na Fábrica, e afundavam os pés na cinza que recobria o solo, até os tornozelos. Ao fim do dia, quando retomavam os caminhões, de volta à casa, pareciam demônios pintados a carvão (FERNANDES, 1974, p. 213).

Debelado o fogo, os prejuízos foram avaliados e planos foram reorganizados. Diversas vezes os prejuízos ocasionados são questionados, pois em fins de 1963, a produção de papel-jornal atingiu 74.812 toneladas, mas muitos recordes haviam sido batidos durante os meses antecedentes ao fogo.

Em um cálculo aproximado das perdas constatou-se que 200 mil hectares de pinus e araucária, 500 mil hectares de florestas nativas de araucária, 1.500 mil hectares florestas nativas de formação secundária foram queimadas (SINAL VERDE, 1982, p. 10). Orçado, a grosso modo, somente no que se refere ao plantio de essências, o prejuízo da empresa foi de 90 bilhões de cruzeiros (PARANÁ, 1963).

Em novembro de 1963, o Serviço Florestal da Klabin apresentou um relatório com as estimativas de produção de madeira, tanto de coníferas como de eucaliptos. Porém em virtude das plantações terem sido severamente atingidas pelos incêndios, ocorreu uma completa modificação nas estimativas de produção de madeira e nos futuros programas de plantios (KLABIN, 1963).

O Serviço Florestal considerou a área como parcialmente atingida, quando o fogo foi brando ou, quando ele não invadiu totalmente a plantação. As áreas classificadas como totalmente atingidas, foram aquelas em que o fogo passou por toda a sua extensão e as árvores ficaram completamente queimadas (KLABIN, 1963).

Da área de 3.571,1 hectares de Araucária que foram considerados como parcialmente atingidas, 1.161,2 hectares localizavam-se em terras de mato de boa qualidade e em outubro já apresentavam uma boa recuperação, mesmo nos plantios novos. Já a área considerada como totalmente atingida, 2.304,8 hectares se encontravam em terras de boa fertilidade e portanto, até aquele momento, não puderam ser admitidas como plantações totalmente perdidas. Nesta área, mesmo os plantios novos – de até 3 anos -, apesar de bem atingidos, apresentavam uma brotação na região do colo⁶³ com um bom aspecto vegetativo (KLABIN, 1963, p. 4).

Portanto, têm-se 1.161,2 hectares + 2.304,8 hectares que somados aos 5.114,0 ha, que não tiveram a incidência do fogo, nos dá um total de 8.610,0 hectares que foram classificados pelo Serviço Florestal como plantações não perdidas em virtude das características já apresentadas. O relatório deixou ainda de contemplar os plantios de Araucária em terrenos de campo que foram parcialmente atingidos.

A partir dos dados coletados a providência imediata foi a exploração das áreas totalmente atingidas, iniciando pelas áreas de campo, por meio de cortes das árvores comprometidas e a poda da parte aérea de todas as plantações de até 3 anos de idade em terrenos de mato. Quanto aos plantios entre 4 e 7 anos, também muito atingidos almejavam o reaproveitamento do material que possuísse tamanho adequado para industrialização (KLABIN, 1963, p. 4).

Os prejuízos verificados nas plantações de eucalipto são menores, quando comparados com os assinalados nas plantações de araucárias. Do total plantado de 8.573,4 ha, foi considerado como totalmente atingida a área de 1.615,1 hectares. A observação realizada pela equipe do Serviço Florestal constatou que dentro da área totalmente atingida 214,4 ha, localizados no Guarda Florestal Imbauzinho e 404,7 hectares situados no Guarda Florestal

⁶³ Região do encontro das raízes e o caule.

Fazenda Velha – margem do Rio Alegre – apresentaram maiores preocupações, pois foram consideradas como extremamente comprometidas e inspiravam medidas imediatas (KLABIN, 1963, p. 6).

Constatou-se que a grande maioria das árvores não estavam completamente mortas pois apresentavam sinais de brotação. Nesse sentido, esses pés de eucaliptos deveriam ser explorados a curto prazo para poderem proporcionar às touças vivas uma regeneração normal.

Os prejuízos ocasionados nas plantações de eucaliptos não foram decorrentes somente dos incêndios. A forte geada ocorrida no mês de agosto contribuiu para fragilizar ainda mais as plantações.

Assim como no caso do Eucalipto, os prejuízos nos plantios de Pinus em Monte Alegre não foram tão vultosos. Da área considerada como totalmente atingida – 464,4 ha – o relatório ressaltou que algumas glebas apresentavam sinais de recuperação⁶⁴. Nesse sentido, não era possível considerá-los como plantios perdidos. Porém neste total, era certo que 225,6 ha (54,8 hectares no Imbauzinho, 116,9 hectares na Faisqueira e 53,9 hectares na Fazenda Velha) se encontravam completamente perdidos (KLABIN, 1963, p. 8).

A primeira intervenção realizada nos plantios de eucaliptos atingidos pelo fogo foi a exploração das árvores que representavam possibilidade de aproveitamento industrial. Já nas demais áreas, principalmente nos plantios novos, foram realizado o replantio com mudas individuais das árvores consideradas como mortas.

Para a determinação das produções, em algumas regiões, como Imbauzinho, Mortandade e Trinita, foram feitas, tomando como base dados retirados de cortes já terminados em alguns talhões durante o mês de outubro. Para os demais Guardas Florestais, as produções apresentadas foram calculadas tomando-se como base os dados dendrométricos de cada região (KLABIN, 1963, p.9).

Segundo o relatório, a variação assinalada não foi muito grande. Com relação as áreas de mato que foram parcialmente atingidas consideraram para alguns casos que somente 50% da área havia sido consumida pelo fogo. Nesse sentido, empregaram para o cálculo de produção os informes do serviço dendrométrico (KLABIN, 1963, p.9).

Apesar dos plantios atingidos em terrenos de campo representarem quase 10 vezes a área dos plantios atingidos cujo solo era de mato, o rendimento em madeira foi somente 4 vezes mais elevado, não obstante em parte dos plantios de mato considerarmos somente

⁶⁴ O bom comportamento apresentado por esta espécie se de principalmente à espessura de sua casca mesmo quando árvores novas.

metade da produção. Foi também registrado as diversas percentagens que poderiam ser obtidas em cada Guarda Florestal do material considerado de “segunda”, ou seja, de qualidade inferior.

No período da finalização do levantamento, o corte já havia sido iniciado em quase todas as regiões, e o Serviço Florestal esperava produzir até o fim de outubro, cerca de 80.000m³ deste material (KLABIN, 1963).

Efetuada nas mesmas condições referentes aos prejuízos sofridos pela Klabin, a fábrica de papel de Arapoti, teve 90% de patrimônio consumido pelas chamas. Na época possuía uma área reflorestada de 3.000 alqueires dos quais 2.700 alqueires de plantios de pinheiros foram totalmente queimados, sem a possibilidade de ser aproveitado parcialmente na indústria (PARANÁ, 1964).

Constituída então por 1.300 serrarias, que empregavam cerca de 30 mil pessoas, com uma produção anual de 20 milhões de dólares - cerca de Cr\$3,5 bilhões (SINAL VERDE, 1982, p. 10), o incêndio de 1963, representou sérios prejuízos em uma expressiva indústria florestal predatória presente no Estado.

3.2.1.1 Aperfeiçoamento na prevenção e combate aos incêndios

O incêndio de 1963 se tornou um divisor de águas no que diz respeito à prevenção e combate a incêndios. Após sua ocorrência o Índice de Perigo de Incêndio se tornou uma ferramenta indispensável para auxiliar no planejamento e supervisão das atividades de controle de incêndios florestais.

Dentre as medidas preventivas, a utilização de um índice de perigo confiável é fator fundamental para o planejamento mais eficiente das medidas de prevenção e para a adoção de ações rápidas e efetivas nas atividades de combate aos incêndios florestais, visando a redução das perdas e dos prejuízos financeiros advindos da ocorrência de eventos catastróficos (NUNES; SOARES; BATISTA, 2006, p. 75).

Os índices de perigo de incêndios foram introduzidos pela primeira vez no Brasil em 1963. Devido à dificuldade de obtenção de informações básicas, inclusive algumas variáveis meteorológicas, os índices sugeridos naquela oportunidade foram os de Angstron e Nesterov, que apenas requerem temperatura, umidade relativa do ar e precipitação para seus cálculos. (SOARES, 1998).

Em 1972, o professor Ronaldo Viana Soares desenvolveu o primeiro índice de perigo de incêndio do Brasil, a Fórmula de Monte Alegre (FMA) (TETTO, 2012). Ela é estruturalmente muito simples, requer apenas duas variáveis meteorológicas, umidade relativa do ar e precipitação para ser calculada, e pode ser usada em praticamente em todo o país, fazendo-se as devidas adaptações na escala de perigo quando e onde necessárias, ou pelo menos nas regiões onde a umidade relativa é o parâmetro mais relacionado à ocorrência dos incêndios (SOARES, 1998, p. 89).

A Fórmula de Monte Alegre (FMA) é um índice cumulativo que requer valores diários de umidade relativa do ar e quantidade de precipitação, além do número de dias sem chuva, para seu cálculo. A FMA foi desenvolvida por meio de dados meteorológicos e de ocorrência de incêndios da Fazenda Monte Alegre, município de Telêmaco Borba, durante 7 anos (1965 a 1971). Sua equação básica pode ser representada pela seguinte fórmula (SOARES, 1998, p. 89):

$$FMA = \sum_{n=1}^n \frac{100}{H}$$

FMA = Fórmula de Monte Alegre

H = umidade relativa do ar (%), medida às 13 horas

n = número de dias sem chuva

A ocorrência e a propagação dos incêndios florestais estão fortemente associadas às condições ou fatores climáticos. A intensidade de um incêndio e a velocidade com que ele avança estão diretamente ligados à umidade relativa, temperatura e velocidade do vento (NUNES; SOARES; BATISTA, 2006). A primeira FMA⁶⁵ não considerava a velocidade do vento em seus cálculos. Tendo em vista que a utilização de dados meteorológicos e climáticos precisos é vital para o planejamento de prevenção e combate aos incêndios florestais, houve-se a necessidade de alterar a FMA.

A inclusão de uma variável que permita à Fórmula de Monte Alegre avaliar também o potencial de propagação do incêndio foi de grande importância para seu aperfeiçoamento,

⁶⁵ A Fórmula de Monte Alegre (FMA) é um índice de perigo baseado em variáveis meteorológicas e enfatiza o aspecto da probabilidade de ignição, ou seja, indica a possibilidade de um incêndio ter início, desde que haja uma fonte de fogo (SOARES; NUNES; BATISTA, 2006, p. 76).

tornando-a mais eficiente, tanto na prevenção quanto no combate aos incêndios que estejam ocorrendo. A velocidade do vento é uma variável meteorológica que possui grande influência na propagação de um incêndio florestal, e a sua inclusão na FMA tinha o objetivo de torná-la mais eficiente (SOARES; NUNES; BATISTA, 2006).

A forma geral da Fórmula de Monte Alegre Alterada, referenciada como FMA+, passou a ter a seguinte representação geral (SOARES; NUNES; BATISTA, 2006, p. 76):

$$FMA^+ = \sum_{i=1}^n (100 / H_i) e^{0,04v}$$

FMA+ = Fórmula de Monte Alegre

H = umidade relativa do ar (%), medida às 13 horas

n = número de dias sem chuva maior ou igual a 13,0 mm

v = velocidade do vento em m/s, medida às 13 horas

e = base dos logaritmos naturais (2,718282)

Entre todas as utilidades desempenhadas pelo Índice de Perigo de Incêndios podemos destacar:

o estabelecimento de zonas de risco, possibilitando um melhor planejamento das atividades de prevenção contra incêndios florestais, a definição da estação de incêndios, a permissão para queimadas controladas em períodos menos perigosos, a previsão do comportamento do fogo visando a adoção de técnicas mais efetivas de combate e a advertência pública do grau do perigo, fator importantíssimo nos programas de educação ambiental, informando à população por meio dos veículos de comunicação, para que sejam adotadas medidas preventivas e, em casos extremos, limitando o acesso a áreas de riscos e proibindo o uso de fogo em locais próximos às florestas ou outras formas de vegetação (NUNES; SOARES; BATISTA, 2006, p. 76).

Após 1963, a Fazenda Monte Alegre passou a ser citada por técnicos brasileiros e estrangeiros como modelo de sistema de prevenção e combate a incêndios florestais. Pois além de passar a utilizar o índice de perigo de incêndio, as outras ferramentas também foram aperfeiçoadas

com eficientes e modernos equipamentos, que incluem torres de observação, carros-pipa, máquinas e ferramentas, talvez o que ela tenha de mais importante, dentro do sistema de proteção, é uma preocupação constante, não só do corpo administrativo, mas de todas as pessoas envolvidas no projeto, preparadas para, a qualquer momento, evitar, enfrentar e debelar o fogo florestal (SINAL VERDE, 1982, p. 11).

Essa necessidade de aperfeiçoar os métodos de combate e prevenção é devido a frequência da ocorrência de incêndios no território da Fazenda Monte Alegre e o medo das proporções que o fogo tomou em 1963.

Anualmente, nos períodos das grandes secas a Fazenda Monte Alegre vive sob o alerta de fogo. Os dados dos postos de observações meteorológicas passam a ser periódicos e cuidadosamente analisados. Grandes mostradores coloridos, colocados em pontos estratégicos, anunciam diariamente, o índice de inflamabilidade e o risco de incêndios calculados por um método desenvolvido para a área (FMA e FMA+). Consideradas como tarefas de rotina, com o início do período crítico para incêndios florestais alguns cuidados são redobrados, como a limpeza, conservação e manutenção de aceiros (SINAL VERDE, 1982, p.11).

Os vigias das torres de observação redobram a atenção. Sua carga horária de trabalho pode ser aumentada caso a seca se prolongue. A observação da floresta passa a ser feita no período de 9 às 22 horas, ou pode entrar em regime de plantão. As torres de vigilância possuem uma altura que varia entre 17 e 25 metros, de acordo com as condições topográficas do terreno. As cabines são equipadas de telefone ou rádio e um goniômetro, aparelho por meio do qual o vigia da torre encontra as coordenadas para localizar os pontos do incêndio (SINAL VERDE, 1982).⁶⁶

A vigilância móvel se tornou outro elemento fundamental para a prevenção do incêndio florestal. São pessoas que fazem a vigilância de determinadas áreas, utilizando veículos ou cavalos. Seu trabalho é fundamental, principalmente em dias de névoa seca, quando a observação, por meio da torre, se torna bastante dificultada (SINAL VERDE, 1982, p. 11).

Dependendo da intensidade do fogo, as equipes de combate utilizam bombas-costais, com capacidade para 19 litros de água, motosserras e até tratores de esteira e moto niveladoras. Como estrutura de apoio fundamental, foram construídos pontos de captação d'água, num total de 17 dentro da área da fazenda, para reabastecimento dos carros-pipa e

⁶⁶ Apesar da referência utilizada ser do ano de 1982, nos dias de hoje a Fazenda Monte Alegre utiliza essa metodologia nos períodos críticos.

bombas-costais. Eles podem ser hidrantes, barragens de terra ou rios, todos com acesso por meio de caminhos transitáveis e sinalizados (SINAL VERDE, 1982).

Ainda como medidas de rotina, a Fazenda Monte Alegre adotou, para prevenção e incêndios, as “cortinas de segurança”. Elas são faixas de terras plantadas com espécie de maior resistência ao fogo, como eucalipto, nas áreas de maior perigo, com as áreas limítrofes da fazenda e nas margens das estradas são cercadas por cancelas, onde, nos dias de grande perigo de incêndio, determinados pelas condições meteorológicas, guardas de segurança param e alertam todos os transeuntes para os cuidados que devem tomar, especialmente com fósforos e pontas de cigarros.

Conforme já mencionado em 1963, a Fazenda Monte Alegre já possuía um equipamento de prevenção, com torres, rádios e o mínimo necessário para se controlar um incêndio. Mas por qual motivo os incêndios ocorridos naquele ano não foram minimamente controlados?

A resposta mais coerente foi dada por Luiz Cordeiro, responsável pela Seção de Vigilância e Proteção Florestal da Klabin na década de 1980, e que em 1963 morava a 100 quilômetros da região mais atingida (SINAL VERDE, 1982, p. 11):

O que parece que todo o setor florestal não tinha, na época, era uma noção exata da proporção que os incêndios florestais poderiam adquirir. Os prejuízos em todo os níveis, que poderiam trazer. Então, por exemplo, tinha-se um sistema de rádio, que na hora H não funcionava. Havia uma torre, onde o vigia de vez em quando dava uma cochilada. Ou seja, ninguém imaginava que realmente pudesse ocorrer um incêndio florestal e que pudesse ter um resultado tão catastrófico. O incêndio de 63 no fundo foi um grande alerta e, para quem interessa, ele foi uma lição inesquecível.

O controle e a prevenção de incêndios se tornou um tema obrigatório após os incêndios. Modernizaram-se os métodos e intensificaram-se os estudos referentes ao assunto. O Paraná não suportaria outro 1963.

3.3 Reflorestamento e o melhoramento genético

Os incêndios de 1963 atingiu em cheio a economia florestal paranaense. As pessoas relacionadas ao setor se mostraram preocupadas com o futuro, pois naquele momento era preciso traçar um plano sistemático de recuperação, bem como colocar em prática medidas

protecionistas, uma vez que o setor estava sofrendo com a falta de matéria prima em virtude do desmatamento desenfreado.

Para tanto, organizaram um Simpósio de Reflorestamento da Região da Araucária, que foi realizado na Escola de Agronomia e Veterinária da Universidade do Paraná, de 9 a 12 de outubro. Cerca de cem pessoas ligadas ao problema da indústria madeireira nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, representando sindicatos patronais, empresas particulares, sindicatos de trabalhadores, Instituto Nacional do Pinho e Ministério da Agricultura, participaram do evento.

A questão florestal daquele momento era uma consequência da falta de coordenação, de estudos meticolosos, de análise dos fatos, e especialmente da falta de interesse pelas causas que demandam primordialmente a presença da pesquisa e da técnica.

O I Simpósio de Reflorestamento da Região da Araucária destinou-se a discutir e promover a evidenciação de temas relevantes, relacionados, sobretudo, com o repovoamento da região da *Araucaria angustifolia* (ANAIS..., 1963, p. 13).

A Comissão coordenadora do Simpósio estava composta de dois representantes da Universidade do Paraná, um representante do Governo do Estado do Paraná, um da comunidade madeireira e um das agremiações conservadoras. O tema básico em torno do qual os trabalhos deveriam versar foi “O Reflorestamento em termos de recuperação econômica” (ANAIS..., 1963. p. 13).

Definido o tema condutor do Simpósio, a Comissão Organizadora elaborou uma agenda de discussão na qual o tema principal ficou distribuído em subtemas que tratariam:

a) Da Araucária *angustifolia*

- Técnicas experimentais adotadas.
- Resultados alcançados.
- Métodos de plantio.
- Da precedência da Araucária sobre as demais coníferas.
- Produção de sementes.
- Plantios puros ou associados?

b) Da introdução dos *Pinus*

- Resultados experimentais atingidos.
- Métodos de plantios adotados.
- Rendimentos comparativos verificados.

- Das fontes de suprimento de sementes.
- Plantios puros ou associados?

c) Assuntos Diversos

O Simpósio contou ainda com três comissões técnicas que ficaram encarregadas de discutir assuntos referentes às Araucárias, aos Pinus e assuntos diversos relacionados com o tema central. O evento ficou aberto à toda comunidade interessada: professores, técnicos, estudantes, industriais madeireiros, instituições científicas, serviços especializados e interessados na questão florestal (ANAIS, 1963, p. 15).

A conferência de abertura foi proferida pelo professor Dr. Phil Johan Weck⁶⁷, que participou do Simpósio como convidado especial e sua fala foi pautada nas próprias observações obtidas durante a excursão que realizou pela região da Araucária, - do Paraná ao Rio Grande do Sul – acompanhado pelos professores Immanuel Brepohl e Reinhard Maack (ANAIS..., 1963, p. 29).

Em seu pronunciamento o professor destacou a necessidade de iniciar um plano de repovoamento da região da Araucária. Johan Weck (1963) ressaltou ainda, que a conservação e reconstituição das matas em terras de *solo integral de floresta* era uma necessidade cultural indispensável. A sua afirmação partia do pressuposto de que a manutenção da paisagem deve acompanhar a própria sobrevivência humana (WECK, 1963, p. 31).

Solo integral de floresta, também chamado de *solo integral de mata*, é aquele cuja vegetação nunca deve ser destruída, pois do contrário poderia gerar consequências funestas para a economia geral.

São considerados *solos integrais de mata*, espigões, divisores de águas, terrenos bastante inclinados, nascentes e margens de rios e cursos d'água, como também todas as regiões ameaçadas depois da desmatação, de erosões provocadas por águas ou ventos, dunas e terrenos arenosos, e, enfim, todas aquelas terras incapazes de garantir uma utilização moderada e contínua para fins de lavoura.

O reflorestamento, em qualquer uma de suas formas, deveria ser imediatamente promovido. E nos *solos integrais de mata* a prática e o uso do fogo deveriam ser completamente eliminados, enfatizou o professor.

⁶⁷ Decano da Faculdade de Matemática e Ciências Naturais da Universidade de Hamburgo e Diretor-Presidente do Instituto Federal de Pesquisas de Assuntos Florestais e Economia de Madeiras – Alemanha.

Para enfrentar as consequências do desmatamento desenfreado, que na década de 1960 já era marcante, Johan Weck (1963) propôs medidas de caráter imediato e medidas necessárias, que poderiam ser executadas a longo prazo.

Em sua viagem pela região da Araucária o professor observou diversas iniciativas particulares que tinham a intenção de promover o reflorestamento em larga escala. Mas sem incentivo, essas iniciativas não atingiram os objetivos desejados.

Tendo em vista que tais atividades são indispensáveis, Weck (1963) propôs como medida imediata a criação de uma legislação própria de caráter protecionista, que concedia favores e isenções fiscais que estimulariam a iniciativa privada. Tendo em vista que as despesas ocorridas com o reflorestamento em muitos países eram consideradas legais para efeito de dedução do imposto de renda (WECK, 1963).

Em relação às medidas a longo prazo, Johan Weck (1963) defendeu que para um reflorestamento efetivo e bem sucedido era necessário aliar teoria à prática. Era indispensável a planificação e coordenação da paisagem com uma perfeita separação das terras destinadas à agricultura, pecuária e à silvicultura (WECK, 1963, p. 32).

Para o professor, um Instituto de Pesquisas operante nos campos da Biologia e da Tecnologia, em colaboração com institutos competentes, estaria apto a fornecer um planejamento completo de todas as regiões do Estado, com o propósito de excluir áreas qualificadas como típicas de mata e com solos absolutos dessa natureza de qualquer atividade agrícola ou pastoril (WECK, 1963, p. 33).

Essas áreas deveriam integrar as reservas florestais dentro de um esquema de paisagem constituída por culturas mistas. A exclusão das áreas de *solos integrais de mata* deveria estender-se tanto sobre as glebas de matas, como também sobre as devastadas, desde que tivessem as características dos solos em questão.

As glebas desmatadas deveriam ser preferencialmente reflorestadas e dentro de um curto prazo. As florestas, chamadas “absolutas”⁶⁸, nunca mais deveriam ser destruídas. Outra medida a longo prazo proposta pelo professor era a criação de uma Academia Florestal no Brasil, bem como a instalação de três estações de pesquisas nas várias regiões florísticas do país, sob coordenação da Academia.

Johan Weck (1963) defendeu a criação da Academia Florestal. Porém a instalação de uma Academia e institutos de pesquisas florestais com base universitária não seria suficiente. Para o professor, era indispensável treinar técnicos em outros níveis e guardas florestais para

⁶⁸ Nas terras absolutas de mata era rigorosamente vedada qualquer atividade agrícola ou queimada de roça.

transportar os planos teóricos para a prática. O treinamento de supervisores e administradores florestais como também de operários, deveria merecer a mesma atenção que o trabalho científico, pois a melhor pesquisa resultaria inoperante se não fosse colocada em prática.

Weck (1963) também abordou os problemas decorrentes das queimadas irresponsáveis e descontroladas. Para ele, nenhum método ou processo empregado pelo homem é o mais indicado para destruir a natureza com absoluta segurança, a fertilidade das terras das regiões tropicais e subtropicais, do que as queimadas repetidas. Pois elas, cedo ou tarde podem tornar inaproveitável qualquer solo dessas regiões, às vezes de forma irreversível.

Abolir a prática do uso do fogo não é uma tarefa fácil. Experiências colhidas no mundo inteiro apontam o uso do fogo como base preparatória da lavoura em todas as comunidades. Portanto, não é só com leis e policiamento que se pode resolver o problema. Em 1963, o professor Weck apresentou uma alternativa, que muito é marcante nos dias de hoje quando tratamos de questões ambientais: campanha educacional. Por meio de exemplos práticos e bem sucedidos, ensinar aos lavradores que sem o fogo, ele pode colher mais do que com ele. Somente por meio de uma consciência em relação aos males gerados pela prática das queimadas é que seu uso teria um fim.

A criação de uma consciência florestal/ambiental nos lavradores foi discutida em diversos trabalhos apresentados no Simpósio. Nesse período estava começando a se delinear a necessidade de se criar uma Extensão Florestal, ou seja, levar a todos os setores da sociedade a importância em cuidar e repor o que estava sendo retirado da natureza indiscriminadamente⁶⁹.

⁶⁹ A Extensão, que tinha como objetivo criar uma consciência ambiental na sociedade rural, almejada naquele momento, nos dias de hoje é conhecida como Educação Ambiental. No final dos anos 1960 e início dos anos 1970, o movimento *hippie* manifestava-se a favor da natureza. Na década de 1970, a poluição e o alerta contra o esgotamento dos recursos naturais começaram a trazer preocupações aos governantes. Na década de 1980, o termo Educação Ambiental popularizou-se definitivamente no mundo. Hoje mais do que uma realidade, a Educação Ambiental tornou-se uma grande necessidade. Ela apresenta-se como uma dimensão do processo educativo voltada para a participação de seus atores, educandos e educadores, na construção de um novo paradigma que contemple as aspirações populares de melhor qualidade de vida socioeconômica e um mundo ambientalmente sadio. Aspectos estes que são intrinsecamente complementares; integrando assim Educação Ambiental e educação popular como consequência da busca da interação em equilíbrio dos aspectos socioeconômicos como o meio ambiente. Porém no Brasil, na década de 1970, a ideia de uma EA encontrava-se em um estágio embrionário, por ser um país periférico, em que normalmente as inovações chegam com um certo atraso e estava vivenciando um período político de regime autoritário. Estes regimes não possuem afinidade com os princípios básicos da EA, eminentemente questionadora do *status quo*. Entretanto, alguns atos isolados em EA foram desenvolvidos nesse período, sem contudo alcançar maior repercussão nos níveis nacional e institucional. No início da década de 1990, com a organização da Unced 92 no Rio de Janeiro, também conhecida por ECO 92 e criando uma forte demanda institucional, muitos projetos em EA passaram a ser desenvolvidos, ainda de forma pouco sistematizada. A expressão Educação Ambiental se massificou, mas seu significado ainda é pouco claro entre os educadores e, principalmente, entre a população em geral, sendo muitas vezes confundido com o ensino

A Extensão proposta por Grodzki (1963), engenheiro agrônomo da Indústria Klabin, deveria ser aplicada tanto aos jovens como aos adultos, com a cooperação dos homens do campo. Partindo do princípio da cooperação é que seria possível a instalação de grupos de adultos e clubes de jovens. Para o engenheiro com estas duas formas de agrupamentos sociais é que seria possível o reflorestamento obter sucesso.

A Extensão deveria conduzir as populações rurais a tirarem conclusões certas em torno dos seus próprios problemas sociais, florestais ou agropecuários. O êxito do Serviço de Extensão estaria na dependência estreita de entidades religiosas, comerciais, bancárias, associativas e industriais. Feitas essas considerações, Grodzki (1963, p. 56) discutiu alguns métodos de trabalhos e as necessidades para o funcionamento do Serviço de Extensão.

As necessidades primordiais estavam relacionadas à infraestrutura que deveria ser adotada para o bom funcionamento do Serviço. Era, em primeiro lugar, necessário criar escritórios locais que funcionariam como unidades básicas para orientação técnica. Os técnicos seriam os responsáveis pelo planejamento de trabalho e deveriam atuar como educadores (GRODZKI, 1963).

Os métodos a serem utilizados pela equipe técnica preconizavam: *visitas* nas propriedades rurais, pois dessa forma poderia se notar qual o sistema e pensamento das famílias rurais; organização de *reuniões* que poderiam ter caráter informativo, explicativa, opinativa ou técnica; *demonstrações* de método e de resultado; e *excursões*, que consistia em levar um número de interessados a um local a fim de observarem determinada prática florestal. Essas excursões poderiam participar jovens e adultos (GRODZKI, 1963, pp. 57-59).

Para Grodzki (1963), se essas medidas fossem colocadas em prática contribuiriam para o estabelecimento definitivo de uma mentalidade florestal no meio rural, que seria expresso na criação de um hábito por parte dos lavradores em plantar árvores. Para a boa efetivação do Serviço de Extensão, entidades oficiais e iniciativa privada deveriam ser inseridas no programa, uma vez que dependem da matéria prima florestal.

A maioria dos trabalhos apresentados no I Simpósio versava sobre a introdução das espécies de *Pinus* nos planos de reflorestamento, bem como o seu uso como matéria prima.

de ecologia. Nos dias de hoje houve alguns avanços, mas para se alcançar todos os seus objetivos é necessário que a EA seja participativa, comunitária e criativa. Deve ser uma educação crítica da realidade vivenciada, formadora da cidadania. Ser transformadora de valores e atitudes por meio da construção de novos hábitos e conhecimentos, criadora de uma nova ética, sensibilizadora e conscientizadora para as relações integradas ser humano/sociedade/natureza objetivando o equilíbrio local e global, como forma de obtenção da melhoria da qualidade de todos os níveis da vida (GUIMARÃES, 2005).

Observa-se que o reflorestamento, naquele momento, era impulsionado pela implantação das variedades de *Pinus*, pois estes se destacavam pela facilidade dos tratamentos culturais, rápido crescimento e reprodução intensa.

O reflorestamento não era uma operação material de fácil alcance e de investimentos seguros; pelo contrário, eram evidentes as provas de que os conhecimentos da biologia das espécies econômicas, ainda necessitavam de muitas e prolongadas pesquisas para desvendar as suas exigências e estabelecer normas para seu cultivo (MUNIZ, 1963, p. 125).

As perspectivas que eram oferecidas, naquele momento, por certas espécies de *Pinus*, introduzidos no país por meio de serviços especializados nos Estados de São Paulo e Paraná, há cerca de 15 anos, induzia a aceitá-las como elementos valiosos para enfrentar os problemas relacionados com o reflorestamento parcial das áreas de araucárias.

A Fazenda Monte Alegre, da Indústria Klabin, foi a pioneira na introdução de *Pinus* no Paraná, pois buscava uma via alternativa de matéria prima. Na Fazenda foi plantado experimentalmente algumas pináceas como, o *caribaea*, *taeda*, *elliottii* e *radiata*, das quais as três primeiras se comportaram muito bem em solos de média e baixa fertilidade (SPELTZ, 1963, p. 45a).

Em um período de dez anos foi possível estabelecer algumas comparações do crescimento dos *Pinus* em relação ao da Araucária sob idênticas condições de solo (SPELTZ, 1963, pp. 48-49a):

- O crescimento das espécies dos *Pinus* analisadas foi sempre superior ao da Araucária em solos de média e baixa fertilidade.
- O *P. taeda* e o *P. elliottii* apresentaram crescimento equivalentes.
- O *P. caribaea* mostrou crescimento duas vezes maior que os *P. taeda* e *P. elliottii*.
- O desenvolvimento dos *Pinus* analisados em solos de campo foi bastante compensador sob o ponto de vista econômico.
- A Araucária é uma essência exigente quanto a qualidade de solo, apresentando desenvolvimento pequeno (desde 5 a 13,5 vezes menor comparados aos *Pinus*).
- Os *Pinus* analisados mostraram-se poucos exigentes quanto às qualidades do solo.
- A Araucária apresenta 20% de casca a mais que os *Pinus* analisados.

Novas experiências nos plantios de araucárias também foram relatadas. Em 1960, o Departamento Florestal da Indústria Klabin reiniciou o plantio em solos cuja vegetação anterior era mato, critério adotado em virtude do melhor desenvolvimento observado, os quais foram confirmados pelos levantamentos dendrométricos que os técnicos fizeram em todas as plantações desde janeiro de 1961 (SPELTZ, 1963, p. 79b).

Há que se levar em conta que o desenvolvimento das essências florestais, como de qualquer outra cultura é determinado pelo grau de fertilidade do solo onde é plantada. Assim sendo dentro dos diferentes tipos de solo da Fazenda Monte Alegre, os técnicos dividiram, segundo a natureza da vegetação natural, em três padrões:

- Solo de “mato” – que apresentava vegetação anterior de porte arbóreo e onde era encontrado o pinheiro do Paraná, perobas, caviúnas, monjoleiros, etc. São solos profundos, bem dosados de argila e areia e apresentam boa camada de detritos vegetais decompostos, formando o humus (SPELTZ, 1963, pp. 79-80b).
- Solo de “cerrado” – cuja vegetação anterior é de porte arbustivo, exceto nas depressões do terreno e nas margens de rios e córregos onde ela é mais desenvolvida. São solos relativamente profundos, apresentam quantidade de areia bem elevada que no anterior, podendo ser classificado como solo areno-argiloso (SPELTZ, 1963, p. 80b).
- O solo de “campo” – apresenta vegetação natural rasteira onde só encontramos gramíneas, denominada barba de bode⁷⁰, indicativo de baixa fertilidade do solo. São solos menos profundos notando-se comumente afloramentos de arenitos que o classifica como um solo essencialmente arenoso (SPELTZ, 1963, p. 80b).

Cada um desses padrões de solo determinou um desenvolvimento das plantações de Araucária. De acordo com Speltz (1963, pp. 82-83b), essa experiência em plantar em solos com características diferentes, possibilitou algumas conclusões que contribuíram para experiências futuras:

- A Araucária é uma essência exigente quanto as qualidades de solo.

⁷⁰ Erva anual da família das ciperáceas, de distribuição pantropical. Tal espécie vegeta em terrenos turfosos ou estéreis. São plantas herbáceas geralmente perenes e graminiformes. São encontradas em todo o mundo, preferindo solos pobres, úmidos como pântanos de regiões temperadas ou frias. Assemelham-se superficialmente com as plantas da família *Poaceae* (gramas) (Disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ciper%C3%A1cea>>).

- O rendimento dos plantios em solos de “mato” foi fartamente compensador sob o aspecto econômico quando bem manejado.
- A Araucária não deverá ser plantada em solos de “campo”, mesmo considerando-se a economia nos tratos culturais.
- Em solos dos tipos chamados de “cerrados”, dentro de certas condições pode-se plantar a Araucária.
- Os solos de campo devem ser usados para essências adequadas.

Com base nesses dados, a Comissão Técnica do Simpósio, que contava com a presença do geógrafo Reinhard Maack, considerou que o êxito dos povoamentos florestais artificiais de *Araucária angustifolia*, e conseqüentemente sua melhoria genética, dependeria básica e fundamentalmente da qualidade da semente.

Para a obtenção de sementes de qualidade, a Comissão Técnicas fez algumas ressalvas (ANAIS..., 1963, pp. 225-227):

- A colheita de sementes para fins culturais ou de reflorestamento deveria incidir sobre árvores integrantes de povoamentos florestais, e não sobre plantas isoladas.
- No intuito de obter equilíbrio no que tange à população do povoamento, as quantidades colhidas por árvore deveriam ser aproximadamente iguais.
- Na eleição da planta, como matriz florestal, seriam considerados os caracteres fenotípicos ligados ao desenvolvimento em altura e diâmetro (D.A.P) para a idade considerada, a forma do fuste e da copa, e tipo de derrama, bem como o estado sanitário e a resistência aos fatores meteorológicos.
- As sementes que seriam empregadas no reflorestamento extensivo com fins econômicos deveriam, necessariamente, provir da zona ecológica respectiva.
- Constituição de uma Comissão Coordenadora para execução do planejamento e interpretação dos dados.
- Trabalhos experimentais acerca da multiplicação vegetativa do pinheiro brasileiro.
- Testes de progênies após as primeiras informações da experimentação acerca da proveniência com o estabelecimento concomitante de “seed orchards⁷¹”.

⁷¹ “Pomares produtores de sementes”.

Os incêndios sofridos naquele ano também foi um assunto bastante lembrado pelos participantes do Simpósio. Engenheiros do Departamento Florestal da Indústria Klabin apresentaram os primeiros levantamentos dos danos sofridos em suas reservas de araucárias.

Os incêndios de 1963 no Paraná trouxeram à baila a necessidade do reflorestamento da região da Araucária. Era necessário repovoar e recuperar as regiões florestais queimadas, e para isso, era preciso um planejamento sistemático em base técnico-científica. Para a Comissão Técnica do evento, este planejamento deveria ser apoiado em “cartas de base” contendo dados sobre pesquisas dos solos e recursos naturais.

Para tanto foi necessário à criação de cartas topográficas, principalmente das áreas mais atingidas. As cartas topográficas são indispensáveis para realização do trabalho sistemático visando o estabelecimento das diferenças das zonas próprias para agricultura e para o reflorestamento, bem como para uso racional da terra.

A Comissão organizadora do I Simpósio de Reflorestamento da Região da Araucária, considerando os diversos trabalhos apresentados e as conclusões das Comissões Técnicas, elaborou uma série de recomendações que dividimos em três temas básicos: *Araucária angustifolia*, Pinus e Assuntos Diversos.

1. No que se refere à *Araucária angustifolia* (ANAIS..., 1963, pp. 23-24):

- Estabelecimento de um experimento brasileiro, de âmbito na zona ecológica do pinheiro, e em cada Estado, com as principais origens das sementes, sob um delineamento estatístico compatível e adequado.
- Classificação dos povoamentos florestais de *Araucária angustifolia* de sorte a eleger, para fins de colheita de sementes, apenas aqueles que se apresentem as características de desenvolvimento satisfatório, dentro do “*site index*”⁷² considerado.
- Criação de um *banco de germoplasma*⁷³ de plantas “plus” enxertadas secundando trabalhos do item anterior, nos vários Estados compreendidos na zona da *Araucária angustifolia*, visando não só a conservação do material, como os testes de clones.

⁷² Lista das espécies com as melhores qualidades genéticas.

⁷³ Os Bancos de Germoplasma são infraestruturas científicas destinados a conservar o património genético das plantas, sob a forma de sementes, DNA, tecidos, etc. A conservação de germoplasma é um complemento da conservação *in situ*, proporcionando um “seguro” contra a extinção das espécies no seu habitat (Disponível em: <http://www.mnhnc.ulisboa.pt/portal/page?_pageid=418,1391346&_dad=portal&_schema=PORTAL>)

- Estabelecimento pelos Estados de reservas de *Araucária angustifolia*, para exclusiva produção de sementes, em regiões que a técnica determinar.
- Fixação de normas para a comercialização de sementes de *Araucária angustifolia*.
- Intensificação dos estudos sobre os diversos aspectos culturais das plantações de *Araucária angustifolia*, visando elucidar problemas referentes aos solos, épocas e formas de plantio, tratos culturais, rendimentos e conservação.

2. No que concerne à Introdução dos Pinus (ANAIS..., 1963, pp. 24-25):

- a) Realização de experimentos locais e regionais de caráter permanente, das espécies de Pinus já conceituadas no ambiente brasileiro, visando verificar seu comportamento e rendimento.
- b) Estes experimentos deveriam ter como ponto de partida preliminar as seguintes espécies:
 - 1) Sul do Paraná e Estado de Santa Catarina
 - *Pinus elliottii*
 - *Pinus taeda*
 - *Pinus palustres*
 - *Pinus echinata*
 - *Pinus pinaster*
 - 2) Norte do Paraná
 - *Pinus elliottii*
 - *Pinus taeda*
 - *Pinus khasya*
 - 3) Regiões tropicais de São Paulo
 - *Pinus caribaea var. hondurensis*
 - *Pinus khasya*
 - *Pinus patula*
- c) A intensificação do plantio de Pinus já recomendados tinha por objetivo obter em curto prazo um aumento substancial na produção de sementes.
- d) A intensificação das pesquisas, a permanente troca e a publicação de informações sobre os diversos aspectos culturais das espécies de Pinus, buscando elucidar as questões referentes à ecologia, épocas e formas de

plantio, tratos culturais, defesa sanitária, desbaste, rendimento e conservação.

No que tange aos Assuntos Diversos (ANAIS..., 1963, pp. 25-26):

- a) Estimular por todos os meios possíveis a prática do reflorestamento, por meio de medidas de âmbito federal, estadual e municipal, que visassem:
 - 1. Realização de campanhas educativas, destinadas à criação de uma “mentalidade florestal” e tendo como objetivos preliminares, a restrição à prática das queimadas, a organização de clubes florestais juvenis, a concessão de prêmios aos proprietários de áreas reflorestadas e a formação de viveiros particulares e institucionais.
 - 2. Dedução do imposto sobre a renda dos investimentos de pessoas físicas e jurídicas, quando aplicadas em reflorestamento devidamente comprovada.
 - 3. Facilidade de financiamento, a longo prazo e com baixos juros, aos investimentos florestais, por meio de estabelecimentos regionais de crédito, que disporiam para isso ao exemplo de outros já existentes, de 50% da quota do imposto de renda tributada ao Estado respectivo.
 - 4. A eliminação dos impostos municipais, que incidam sobre áreas florestadas ou reflorestadas.
- b) As pesquisas das causas determinantes dos incêndios florestais, e o estudo objetivo para a criação de sistemas efetivos de prevenção dos mesmos.
- c) A pesquisa e a experimentação constante, com as essências florestais nativas, visando capacitá-las a concorrerem em programas futuros de reflorestamento.
- d) A plena vigência pelo Governo do Estado do Paraná da Lei 2509 de 23/11/1955, pelo funcionamento do Corpo de Polícia Florestal e do Fundo Florestal.
- e) Elaboração urgente pelo Governo do Estado do Paraná de cartas topográficas das áreas queimadas.
- f) O amparo eficiente e concreto do Governo do Estado do Paraná à Escola Nacional de Florestas.

A exaustão das florestas a nível nacional levou à implantação de uma política de incentivos fiscais a partir de 1966, com fins de reflorestamento para abastecimento futuro das indústrias. Esta política foi direcionada para espécies exóticas, tendo como destaque o Pinus. (IPARDES, 1982, p. 15-16).

Atualmente, a capacidade de produção sustentável das florestas brasileiras é estimada em cerca de 390 milhões de metros cúbicos anuais, dos quais, aproximadamente, 47,2% (183,6 milhões de metros cúbicos) são de plantações comerciais de eucaliptos e pinus. Em 2006, cerca de 26,7% dessa produção referiu-se à madeira de pinus que, além de atender ao mercado interno em vários segmentos socioeconômicos, propiciou ao Brasil o posto de maior exportador mundial de compensados de pinus (MEDRADO, 2008, p. 2).

Segundo Medrado (2008) as plantações de pinus têm uma grande importância para o setor florestal brasileiro, principalmente por poderem agregar valor desde o pequeno produtor até os vários segmentos industriais como os de laminação, serraria, papel e celulose, chapas e geração de energia.

O Pinus se tornou uma espécie sustentadora de cadeias produtivas importantes no Brasil. A madeira é empregada na produção de celulose de fibra longa, destinada à produção de papéis, na produção de chapas e painéis de madeira usados na construção civil e, também, tem aplicação cada vez maior na indústria moveleira. Do Pinus também é extraída a goma resina, importante produto da pauta de exportação brasileira assim como o breu e a terebintina, extraídos da resina do Pinus. Esses produtos têm ampla aplicação nas indústrias química e farmacêutica.

Um fator que deve ser levado em conta para esse “sucesso econômico” tão exaltado pelos produtores de madeira, é que o país tem “vocação para o plantio florestal”, tanto pelas grandes extensões de terras adequadas para essa atividade (em geral, áreas degradadas de pastagem), como pelo clima propício, que acelera o crescimento da árvore em rela o a outras regiões.

Uma contribui o considerável das florestas de Pinus, bem como de eucaliptos   que essas plantações impedem que remanescentes de árvores brasileiras, muitas vezes em extin o, sejam exploradas. As matas de pinus substituem as nativas, fornecendo no lugar delas a matéria prima que alimenta as fábricas de papel, carvão e móveis. Mas os possíveis danos ocasionados aos solos, bem como as áreas que são liberadas ou substituídas para a introdu o dos Pinus,   um assunto que suscita muitas discussões e merece ser discutido em outro momento.

4 O COTIDIANO DE UM DESASTRE

Tendo em vista que documentos oficiais relatando os incêndios são quase inexistentes, os jornais do período se constituem em ótimas fontes para as diversas narrativas acerca do desastre ambiental ocorrido no Paraná em 1963.

Os incêndios foram noticiados pela imprensa regional, nacional e internacional. Folha da Noite, Folha da Manhã, Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil, Última Hora (edição do Rio de Janeiro), Jornal do Brasil⁷⁴, são alguns exemplos de jornais a nível nacional que dedicaram suas páginas com notícias do Paraná (PARANÁ, 1964).

Na imprensa internacional destacamos os jornais La Nación, Pittsburgh Post-Gazette, The New York Times, Hartford Courant, Boston Globe, as revistas Hispanic American Report e Américas, editada pela Organização dos Estados Americanos (NUNES, 2013).

Folha de Londrina (Londrina), Diário da Tarde (Curitiba), Folha do Norte (Maringá), Gazeta do Povo (Curitiba), O Tibagi (Tibagi) e Última Hora (Curitiba), as revistas Panorama, Manchete, Fatos e Fotos⁷⁵ estão no rol de fontes utilizadas neste trabalho.

Entre os periódicos regionais que dispunham de informações mais precisas destacamos o Última Hora que enviou correspondentes aos diversos locais que possuíam focos de incêndios, desenvolvendo nesse sentido, reportagens mais coerentes sobre o desastre. Veiculou as coberturas mais importantes, dedicando um volume extenso de informações sobre o evento e dando destaques em primeiro plano aos incêndios em suas edições.

No período entre agosto e setembro de 1963 os jornais regionais dedicaram diversas páginas de suas publicações para relatar os incêndios. Nos editoriais analisados encontramos comunicados sobre as extensões das chamas, prestação de contas do Governo Estadual, recomendações e alertas para a população das regiões mais densamente atingidas.

Os jornais serviram de porta-vozes de diversas entidades de classes, bem como das comissões organizadas pelo Estado. A Comissão Regional de Assistência da Seca e do Fogo, constituída em Londrina, utilizou as páginas dos jornais Gazeta do Povo (10.Set.1963) e Última Hora (14.Set.1963), para lançar um apelo aos proprietários agrícolas, fazendeiros,

⁷⁴ Parte dos jornais possuem acervos digitalizados que podem ser encontrados na *internet*.

⁷⁵ As revistas e jornais regionais foram consultados no acervo físico da Biblioteca Pública do Paraná, em Curitiba.

sitiantes e arrendatários, para não demitirem do trabalho os empregados sob responsabilidade daqueles.

Sobre as medidas adotadas para sanar os efeitos da geadas e dos incêndios, encontramos um volume considerável de reportagens dirigidas “ao drama da classe cafeeira”. Entendemos por “classe cafeeira” os grandes proprietários. Esses tiveram a incidência de geadas e incêndios em suas propriedades, mas não ficaram desabrigados e nem feridos. Sofreram prejuízos, mas possuíam outros meios de subsistências e foram o alvo de grande parte das políticas públicas lançadas pelo Governo Estadual.

Apesar da grande quantidade de publicações sobre os mais abastados que não sofreram em grande medida com os incêndios, os jornais regionais não deixaram de dedicar sua atenção à população mais carente, que por conta dos incêndios perderam o pouco que tinham, ficaram desabrigados e famintos, e alguns perderam suas vidas tentando salvar algum bem material ou afetivo.



Foto 6: Índios da reserva de Natingui, na localidade de Mauá, que tiveram suas casas inteiramente destruídas. Revista Manchete (28/09/1963).

Entre o volume extenso de depoimentos colhidos da população, bem como de próprios membros das equipes de reportagem. O jornal Última Hora (4.Set.1963) publicou o desalento de Cláudio Pedroso diante do fogo que levou tudo:

Quando o fogo diminuiu as pequenas labaredas que iluminavam o rosto do velho Cláudio Pedroso – um inválido que mora há muitos anos em Tibagi. Havia lágrimas em seus olhos, quando ele verificou que um burro, o único animal doméstico que possuía, havia morrido carbonizado pelas chamas. “Era meu melhor amigo” – disse ele, com voz rouca. Por toda a vasta região do centro do Estado, milhões de metros quadrados de terra, outrora fértil estão transformados num imenso braseiro. E milhares de homens e mulheres – pobres lavradores como o velho Cláudio Pedroso – choram o desaparecimento de suas plantações de milho e feijão, a morte de seus animais, a morte de seus parentes e amigos. A visão é desoladora. Por toda parte vêem-se apenas matas devastadas pelo fogo, madeira calcinada, animais domésticos e selvagens carbonizados, casas reduzidas a escombros. Os rostos indicam sobretudo, perplexidade: o que fazer agora? (ÚLTIMA HORA, 4.Set.1963).

As perdas familiares também tiveram destaques nos periódicos:

“Minha mãe morreu queimada, gritando” – foram as únicas palavras que a garota Maria das Graças Gomes conseguiu pronunciar na Santa Casa local, onde chegou à uma hora da madrugada de ontem. Maria das Graças (12 anos) e suas irmãs Maria Aparecida (8) e Elsa (3) foram socorridas por populares em Barra Grande, Curiúva, e foram transportadas à Ponta Grossa estando internadas no Hospital Infantil, depois de terem recebido tratamento adequado na Santa Casa. Em estado de choque, as três crianças nada conseguiram explicar e desconhecem a verdadeira tragédia que se abateu sobre a família. A mãe, o irmão e a irmã velha morreram carbonizadas no interior do rancho. O pai, o sr. João Gomes, salvou-se porque dias antes viajara com destino à Assai e até agora não havia retornado (ÚLTIMA HORA, 5.Set.1963).

Esses pequenos relatos denotam que a ocorrência de um desastre ambiental gera uma série de impactos na vida da população civil que vê sua rotina diária alterada. A imprensa regional, apesar de toda sua parcialidade, forneceu uma série de relatos sobre como os incêndios alteraram a rotina diária da população. Devido ao extenso volume de informações colhidas, optamos por relatar os incêndios, segundo a imprensa regional, dividindo o Paraná em mesorregiões⁷⁶, pois essa divisão facilita a compreensão e possibilita uma visão panorâmica do fogo.

⁷⁶ Neste trabalho adotamos a divisão do Estado do Paraná em mesorregiões instituídas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, utilizado para fins estatísticos e não constitui, portanto, uma entidade política ou administrativa (IBGE, 1990).

Mapa 8: Mesorregiões Paraná (2004)



Fonte: Baixar Mapas – Mapas Geográficos. Elaborado a partir de base cartográfica do IBGE.

4.1.1 O fogo no Norte Central

As notícias dos jornais sobre a região Norte Central do Estado eram desanimadoras. Diariamente publicavam manchetes com os seguintes títulos: “Maringá à beira do inferno!” (DIÁRIO DA TARDE, 6.Set.1963). “Incêndios destruíram reservas florestais em Cândido Abreu” (FOLHA DE LONDRINA, 3.Set.1963). “Total a destruição do Norte” (ÚLTIMA HORA, 9.Set.1963). “Estiagem continua assolando o Norte”; “Fogo continua devastando o interior” (ÚLTIMA HORA, 18.Set.1963). As diversas reportagens contribuíram para aumentar ainda mais o desespero da população local e direcionar os olhares dos demais Estados brasileiros para o Paraná.

De fato, em determinados dias, conforme foram noticiados, a situação na região saía do controle e desesperava a população em geral. No início do mês de setembro, segundo o Diário da Tarde do dia 6 de setembro, devido a ação dos ventos que sopravam com

intensidade, trouxe o fogo para as proximidades da sede de Maringá, ameaçando o aeroporto da cidade. Apesar de não terem noticiado se houve vítimas, a população se encontrava alarmada por conta da proximidade do fogo.

Pelos lugares que o fogo passava deixava suas marcas. Os jornais relatavam, sempre que possível, os prejuízos de forma detalhada, levando ao conhecimento do leitor os nomes das famílias sinistradas e as estatísticas sobre a perda dos bens materiais.

Esses dados coletados e publicados pelos jornais ajudam a compreender o cotidiano dos incêndios nos diversos municípios. A Folha do Norte (19.Set.1963), trouxe alguns dados sobre o incêndio ocorrido no município de Kaloré. De acordo com a publicação, a zona rural da cidade ficou sob as chamas durante dez dias:

O fogo que teve origem no mato de propriedade de Sebastião Labegalini, alastrou-se para a propriedade de Ozório Miguel, destruindo 4 casas, 29 porcos, 55 sacas de feijão, vários sacos de arroz, carroças e todo o material agrícola, deixando, ainda, desabrigada as famílias de Paulo Pachacheque e Waldomiro Rodrigues. Várias outras propriedades, bem como quase toda a zona rural de Kaloré foram destruídas. O fogo deixou várias famílias desabrigadas e tiveram de ser abrigados em casas de familiares e vizinhos.

Consumindo milhares de alqueires de lavouras no Norte do Estado, em algumas localidades era possível traçar o seu caminho de “destruição”. Na cidade de Bela Vista do Paraíso

na fazenda Paraíso [...] o fogo consumiu 200 alqueires de pastos e matas, mangueirões de porcos e 15 mil pés de café. O sinistro teve início na Fazenda Horizonte, onde o IBC está queimando resíduos de café, desceu pela divisa do sítio pertencente ao sr. José Werner, atingindo a Fazenda Paraíso. Dali, passou à Fazenda São Sebastião, onde arrasou mais 6 mil cafeeiros. Após várias horas de árduo trabalho, os lavradores das propriedades atingidas conseguiram dominar o incêndio, evitando que ele destruísse várias máquinas de beneficiar café, bem como transmissores da Rádio Bela Vista, localizados na sede da Fazenda Paraíso (ÚLTIMA HORA, 9.Set.1963).

Dia 18 de setembro, o jornal Última Hora publicou um breve levantamento realizado pelo Setor Regional da Secretaria da Agricultura avaliando a extensão dos danos provocados nas diversas culturas da região de Tamarana, Sertanópolis, Primeiro de Maio e Rancho Alegre. Em Tamarana, que na época era distrito de Londrina, segundo estimativa do Departamento de Estatísticas e Informações Agrícolas, foram consumidos pelos incêndios mais de 15 mil alqueires de terras, dos quais 35 por cento eram ocupados por pastos, criações de gado e lavouras de milho. As reservas florestais do entorno do município foram

queimadas, restando aproximadamente 5% das reservas. A safra de arroz foi reduzida, a de trigo, somando a produção de Sertanópolis, Primeiro de Maio e Racho Alegre, segundo estimativas, sofreu uma perda de 80%. Pois as plantações que não haviam sido atingidas pelas geadas e fogo, foram prejudicadas pela estiagem. Presumia-se que nesta região os prejuízos atingiriam um valor superior a 1 bilhão de cruzeiros.

No Norte Central, novos focos de incêndios surgiram constantemente por conta da vegetação ressequida. A situação se agravou devido à estiagem, que somada aos efeitos das geadas e incêndios, contribuiu para a perda das lavouras. Naquele momento, somente as chuvas poderiam amenizar a situação, mas não havia previsões otimistas para o mês de setembro.

Nos municípios próximos à Maringá, na região entre os rios Paranapanema e Pirapó, grandes extensões de matas e pastagens foram consumidas pelas chamas.

Além de causar danos nos pastos e lavouras, o fogo danificou a infraestrutura das propriedades consumindo cercas e barracões, contribuindo para aumentar ainda mais os prejuízos dos pequenos produtores rurais. De acordo com Armínio Kaiser, o único meio de limitar o fogo era a eliminação dos focos residuais para impedir que se propagasse novamente.



Foto 7: Estrada Vila Vitória – Ribeirão Lajeado. Município de Sabáudia. 07/09/1963. Foto: Armínio Kaiser.

Os incêndios nessa região foram combatidos, em sua grande medida, pela Brigada do Fogo de Maringá e Londrina com o auxílio da população local. Por ser a principal cidade da região, o prefeito de Maringá, João Paulino, comunicava diariamente o governador Ney Braga sobre a situação da região, a fim de solicitar auxílios materiais para atender as pessoas desabrigadas, que chegavam à cidade procedentes dos municípios vizinhos (ÚLTIMA HORA, 20.Set.1963).

As fontes indicam que o fogo persistiu no Norte Central até o final do mês de setembro, quando finalmente as chuvas chegaram e apagaram os últimos focos que persistiam. Os incêndios destruíram matas, lavouras, paióis, casas, cereais colhidos, serrarias e vidas humanas. A população rural ficou psicologicamente abalada, pois diante da impossibilidade de combater o fogo que se propagava com facilidade na vegetação seca, assistiam de mãos atadas bens materiais e entes queridos desaparecerem entre as chamas.

4.1.2 O fogo no Centro Oriental

A região Centro Oriental do Estado do Paraná foi uma das mais assoladas pelos incêndios de 1963. Além das lavouras, a região perdeu grande parte de suas reservas florestais.

Tibagi e Ortigueira foram as cidades que se destacaram nos periódicos devido a intensidade das chamas em seus territórios. No início do mês de setembro, seis lavradores já haviam morrido em Tibagi em decorrência do fogo (FOLHA DE LONDRINA, 5.Set.1963).

Nas estatísticas sobre mortes e feridos, os maiores índices pertencem a essa região. O jornal Gazeta do Povo de 3 de setembro relatou um violento incêndio que ocorreu no quilômetro 235 da estrada do Cerne, na Colônia Dantas, município de Piraí do Sul:

Iniciado nas matas do sítio de Fidêncio Ferreira Cruz, feriu gravemente 15 pessoas, inclusive um bebê de seis meses de idade, que foram internadas no Hospital de Caridade de Ponta Grossa, e seis pessoas morreram, pois não resistiram à gravidade dos ferimentos recebidos.

Os dias 4, 5 e 6 de setembro foram de grandes apreensões em Monte Alegre, quando os núcleos populacionais de Lagoa e Harmonia ficaram seriamente ameaçados pelos incêndios. No dia 5, o fogo chegou próximo a Harmonia, colocando em perigo o depósito de lenha e lascas e a própria fábrica de papel. A serraria foi consumida pelas chamas, e na sede do vilarejo de Agronomia o fogo destruiu dois depósitos de máquinas e cereais, e a casa da escola (O TIBAGI, 12.Set.1963). A Indústria Klabin teve de despedir cerca de 1200 operários, pois cinco das seis máquinas ficaram paradas por conta do fogo que ameaçou constantemente as instalações da fábrica (GAZETA DO POVO, 4.Set.1963).

Desde o início do fogo na fábrica, três mil operários foram mobilizados para ajudar no combate, numa tentativa inútil, pois as chamas se alastavam a uma velocidade muito rápida por causa dos ventos e assumiam proporções gigantescas. Durante os trabalhos de construção de aceiros, três trabalhadores foram feridos: dois pelos próprios companheiros, em face da aglomeração do pessoal, recebendo golpes de machados e o outro picado por uma cobra. A Fazenda Monte Alegre ficou sem comunicação devido à queda de postes telegráficos e telefônicos (ÚLTIMA HORA, 3 - 4.Set.1963)

Talvez o município de Ortigueira tenha sido o mais assolado quando consideramos seu espaço territorial. Cerca de 90% do seu território foi atingido pelo fogo. Natingui, seu

mais rico e populoso distrito, foi consumido pelo fogo em apenas um dia. Quinhentas famílias ficaram sem teto. O rebanho de suínos, principal atividade econômica da cidade, foi dizimado em torno de 50% (PARANÁ, 1964).



Foto 8: Região Centro Oriental. Galeria Defesa Civil do Paraná (1963)⁷⁷.

O fogo lavrou sem interrupção e sem expectativa de término no mês de setembro, diante de tal panorama o número de mortos e feridos na região aumentaram a cada dia. No início do mês, quando surgiram os primeiros focos de incêndios, a Santa Casa de Ponta Grossa já havia recebido 21 feridos. Por ser o principal hospital da região, a Santa Casa recebeu vítimas vindas de Natingui, aonde o número de mortos chegou a mais de cinquenta (GAZETA DO POVO, 5.Set.1963).

Nas fazendas das Indústrias Matarazzo, localizadas entre o Rio do Peixe e o Rio das Cinzas, no município de Jaguariaíva, foram destruídos vinte milhões de pinheiros cultivados, de oito a dezesseis anos. Dos 55 mil alqueires que constituem a área do município de Arapoti, mais de 30 mil eram cobertos de pinheiros, naturais e cultivados, que abasteciam a fábrica das Indústrias Brasileiras de Papel S.A.. O fogo atingiu 90% do seu território queimando e cerca de 25 milhões de pinheiros (PARANÁ, 1964).

⁷⁷ As imagens dos incêndios sobre essa região do Estado são escassas, devido a intensidade das chamas que tornava a aproximação impossível. As poucas encontradas foram capturadas pela Defesa Civil do Paraná.

O fogo esteve constantemente próximo da zona urbana do município de Ponta Grossa. A segurança da cidade se tornou prioridade para o prefeito Fulton Macedo, que ordenou a construção de uma faixa de aceiro em torno da cidade (ÚLTIMA HORA, 5.Set.1963).

A virada do vento era traiçoeira. Foi queimado mais de 3 mil alqueires do município de Castro devido à mudança dos ventos que trouxe o fogo que vinha do norte, destruindo 62 ranchos, mais de 5 mil metros de lenha cortada e 3 mil alqueires de matas e lavouras. O fogo se aproximou ainda de Boa Vista, consumindo as localidades de Cachoeiro do Salto, Morros, Catanduvas, Miguel Velho, Soturno, Milizildo e Congonhas (ÚLTIMA HORA, 6.Set.1963).

Entre Miguel Velho e Boa Vista, os lavradores tentaram abrir um grande aceiro, ateando fogo contra o incêndio, mas foram prejudicados pela mudança do vento, que fez propagar ainda mais as chamas. Nessas regiões pereceram animais de tração, gado, suínos e cães em grandes quantidades. Por conta disso, corvos e urubus sobrevoaram a região de Castro à cata de animais queimados. As autoridades temiam o surto de epidemias graves e ordenaram urgência no enterro das carcaças dos animais (ÚLTIMA HORA, 7.Set.1963).

Nesse meio tempo, circulavam algumas notícias de que os incêndios haviam sido controlados na região central. Porém, de acordo com o jornal Última Hora do dia 18 de setembro, essas notícias eram absolutamente infundadas, pois o fogo ainda ameaçava essa região do Estado, com o surgimento, inclusive, de novos focos nos municípios de Tibagi e Ortigueira, consumindo vastas áreas de matas e plantações. O perigo do fogo se alastrar para outras regiões era eminente. A estiagem totalizou sete meses de duração, agravando ainda mais a situação e as dificuldades enfrentadas pela população.

Nesse mesmo dia, o jornal publicou uma reportagem relatando que novos focos de incêndios surgiram dentro da Fazenda Monte Alegre. De acordo com as informações cedidas pelo diretor administrativo das Indústrias Klabin, a fábrica não tinha condições de iniciar o trabalho de levantamento dos prejuízos, porque seus esforços estavam concentrados nas tarefas de segurança. Seus operários foram divididos em grupos que se encarregaram de vigiar a fazenda, a fim de apagar os focos de incêndio que eram constatados.

Além do fogo, a seca também foi o grande problema para a Klabin, pois devido a ela, as reservas do manancial de Maia, que fornecia a maior parte da energia consumida pela fábrica estava se esgotando, ameaçando a paralisação total da fábrica.

4.1.3 O fogo no Centro Ocidental e Norte Pioneiro⁷⁸

O fogo estava consumindo vidas e ameaçando cidades. Os incêndios que devastaram diversas áreas do interior paranaense assumiram com o passar dos dias aspectos gravíssimos, comprometendo a segurança individual.

No início do mês de setembro, as informações oriundas do município de Curiúva ganharam destaques nos jornais. No dia 3 de setembro, o Última Hora noticiou a morte de 8 pessoas e o ferimento de outras 9. O fogo que queimou pastagens, plantações, fazendas, povoados, homens e animais, teve início às margens dos rios São Francisco e do Peixe, atingindo primeiramente as Colônias Santas e Barro Preto, a primeira no município de Curiúva e a segunda em Tibagi:

Toda uma família de colonos foi dizimada na Fazenda Boa Vista, em Barro Preto: Antônio Rochait (60 anos), sua esposa Carmelita e seus filhos João, Jair e Durecídio Rochait, cujos cadáveres semicarbonizados foram reconhecidos por vizinhos no braseiro que ficou reduzido a sua casa.

O fogo devastou uma extensão de 30 mil alqueires com prejuízos incalculáveis em pastagens, madeira de lei, gado, ranchos e queima de serrarias na região do Norte Pioneiro, formada pelos municípios de Jundiá do Sul, Conselheiro Mairink, Abatiá, Ribeirão do Pinhal e Joaquim Távora (GAZETA DO POVO, 3.Set.1963)

Um forte incêndio assolou no início do mês de setembro Vassoural, distrito de Ibaíti no Norte Pioneiro. Três pessoas morreram carbonizadas, não sendo possível realizar suas identificações. Dezenas de feridos esperavam por socorros urgentes, que eram dificultados pelas precárias condições de acesso à região que ficou cercada pelas chamas. As comunicações com aquela localidade ficaram interrompidas em virtude da queda dos postes telegráficos e telefônicos⁷⁹ (ÚLTIMA HORA, 3.Set.1963).

⁷⁸ Apesar de não serem mesorregiões limítrofes, estamos usando a mesma divisão que os jornais analisados utilizaram ao se tratar de suas regiões. As notícias de uma mesorregião parecem complementar a da outra.

⁷⁹ Diversas cidades do interior do Paraná durante os meses de agosto e setembro ficaram isoladas. O fogo queimou as pontes de acesso, fios de transmissão de energia e comunicação. O acesso pelas estradas se tornaram perigosos, pois em várias regiões os incêndios lavraram em ambos os lados da pista, impossibilitando a passagem.

Diversas notícias publicadas pelo jornal Última Hora sobre o Norte Pioneiro pareciam histórias de horror pela forma como os textos eram redigidos, conforme podemos observar na reportagem do dia 5 de setembro:

Após devastar quase toda zona rural de Bandeirantes, Santa Mariana, Andirá, Cambará, os incêndios motivados pela prolongada seca que assola esta região, estão se estendendo como enormes lençóis de fogo por todo o Norte Velho. Na região compreendida entre Jacarezinho e Venceslau Brás, o fogo tem provocado prejuízos incalculáveis. As primeiras notícias de vítimas humanas da catástrofe, ainda não confirmadas são precedentes de Siqueira Campos, onde, segundo informa, grande número de populares está vasculhando o resto de uma mata próxima à procura do corpo de dois rapazes que teriam sido surpreendidos pelo fogo enquanto caçavam. [...] Irrompido na madrugada de anteontem na fazenda Cordeiro, distante 5 quilômetros desta cidade, um incêndio já atingiu o cemitério municipal de Jacarezinho e ameaça propagar-se pela zona urbana. Até o momento tem sido inúteis todos os esforços para debelar o sinistro. As labaredas atingem a 10 metros de altura e levadas pelo vento atravessam com facilidade os aceiros escavados para deter sua marcha.

A cidade de Jacarezinho teve sua área urbana ameaçada por fortes incêndios ocorridos em seu território. Na zona rural:

Várias fazendas e propriedades menores foram totalmente arrasadas. Na Fazenda Cordeiro, foram destruídos 40 alqueires de cana de açúcar, apesar do esforço de 500 homens. A Fazenda Flora teve uma máquina de café inteiramente destruída, com cinco mil sacas do produto beneficiado, além de 5 residências. Na Fazenda Garcia os prejuízos calculados em 8 milhões de cruzeiros, entre casas, criações e lavouras destruídas. Além destas, foram ainda duramente queimadas as fazendas do Paraíso, Pinhalzinho Grande, Ouro Verde, Zizo Nogueira e outras propriedades menores. Um incêndio que se originou ontem no Engenho Monjolinho, propaga-se rapidamente em direção à cidade de Joaquim Távora, tendo já destruído aproximadamente 30 quilômetros quadrados de matas e plantações (ÚLTIMA HORA, 6.Set.1963).

Na segunda quinzena do mês de setembro começaram a circular notícias de que o fogo estava sendo controlado em todo o Estado. Embora mais brando, mas ainda implacável, o fogo continuou no interior do Estado e alastrou-se para novas regiões. Em Jacarezinho, o fogo carbonizou mais de dezoito vidas em duas fazendas e os incêndios continuaram consumindo as lavouras.

Um incêndio iniciado na fazenda de Zico Nogueira, atingiu a fazenda vizinha de Renato Pavan e consumiu grande quantidade de madeira de lei, no valor de 4 milhões de cruzeiros, além de 36 alqueires de plantação e 16 cabeças de gado. A única solução era a vinda das chuvas, porém as previsões eram desanimadoras (ÚLTIMA HORA, 10.Set.1963).

Considerada como uma das cidades mais sinistradas do Norte Pioneiro, a cidade de Ribeirão Claro teve 80% de sua zona rural consumida pelas chamas. O fogo provocou a morte de três pessoas, ferindo outras 20, além de queimar dezenas de casas, paióis e tulhas. As chamas queimaram seis pontes recém-construídas que davam acesso ao município.

Nesse meio tempo, o fogo cessou nos municípios de Joaquim Távora, Siqueira Campos e Jacarezinho, mas continuou nos distritos de Platina e Conselheiro Zacarias, entre Jacarezinho e Santo Antônio da Platina ameaçando enormes extensões de matas secas.

4.1.4 O fogo nas mesorregiões Noroeste, Centro Ocidental, Oeste, Sudoeste e Centro-Sul⁸⁰

As regiões Noroeste e Centro Ocidental tiveram fogo lavrando em seus territórios durante o mês de setembro inteiro. Uma notícia publicada pela Folha de Londrina do dia 22 de setembro relatou que novos focos de incêndios surgiram diariamente nessa mesorregião. A situação mais grave foi em Cruzeiro do Oeste, onde várias fazendas foram atingidas pelas chamas que ameaçaram casas, depósitos de cereais e criação. O fogo alastrou pela região e atingiu principalmente os municípios de Campo Mourão, Ubatã, Janiópolis, Campina da Lagoa, Roncador, Mamborê, Peabiru e Ivailândia.

Diariamente, os jornais traziam em suas capas manchetes sobre a situação do interior do Estado. Com o título “Centro e Norte do Paraná estão sendo ainda assolados pelo fogo”, a reportagem da Gazeta do Povo de 4 de setembro ressaltou a destruição de casas e lavouras, deixando a população dessas regiões em estado de alerta. Por conta disso, algumas famílias de lavradores que ficaram sem casa se dirigiram para as cidades em busca de socorro.

⁸⁰ O Noroeste e a região Centro Ocidental são mesorregiões vizinhas. As notícias referentes sobre o Oeste, Sudoeste e Centro Sul, são mais escassas. Apesar de serem mesorregiões limítrofes, não foram tão atingidas pelos incêndios.



Foto 9: Após terem seus bens materiais consumidos pelo fogo famílias de lavradores se dirigiam às cidades em busca de recursos. Os mais imediatos eram vestuário e alimentação. Galeria Defesa Civil do Estado (1963).

A zona rural de Campo Mourão foi amplamente atingida, o que acarretou prejuízos consideráveis aos lavradores:

Como foi o caso de Joaquim Domingos que sofreu um prejuízo de 20 milhões de cruzeiros por conta da queima de seu sítio de 10 alqueires que continham 8 mil pés de café, 98 sacas de milho e 75 sacas de café em coco estocadas. Augusto Olivato, residente na mesma região, teve seu sítio também queimado, de 6 alqueires, contendo seis mil pés de café, 550 sacas de café em coco, e sua casa totalmente destruída, inclusive seus pertences, sobrando apenas a roupa do corpo. Em um outro incêndio ocorrido na cidade, as chamas destruíram um barracão de propriedade da Usina Mourão, pertencente à firma Aranha S.A. Foram danificadas, ainda, uma balança e uma correia peneira, que acarretou a paralisação do trabalho da barragem por oito dias. Os prejuízos foram calculados em 10 milhões de cruzeiros (GAZETA DO POVO, 8.Set.1963).

Algumas cidades enviavam telegramas aos jornais e às autoridades do Estado para informar os estragos feitos pelo fogo. O prefeito de Araruna enviou um telegrama ao governador Ney Braga, relatando que a situação em seu município era calamitosa, pois “o fogo que se alastrou pela região, queimou casas, sementes e mantimentos, gerando prejuízos totais” (FOLHA DO NORTE, 12.Set.1963). As primeiras providências diante desses casos

eram tomadas pela polícia local dentro dos recursos que estavam disponíveis, até que se chegava o auxílio estadual.

As poucas gotas de chuva caídas em algumas regiões deram esperança à população paranaense. Porém, nas últimas semanas de setembro, novos incêndios voltaram a lavrar nos municípios de Paranacity, Cândido de Abreu e Mandaguaçu, reavivando a devastação que as chuvas caídas em algumas regiões do Estado faziam crer que estivessem ao seu final. Milhares de alqueires de cafezais, lavouras, além de casas e animais foram queimados (ÚLTIMA HORA, 18.Set.1963).

No Noroeste do Estado, a “vila de Inajá, a 28 quilômetros da fronteira de São Paulo com o Paraná, foi destruída pelo fogo” (GAZETA DO POVO, 6.Set.1963). No calor da hora, as informações não eram oficiais, mas “dão conta de que a cidade [...] foi completamente destruída pelo fogo” (FOLHA DO NORTE, 6.Set.1963). A reportagem da Folha do Norte relatava que “a cidade lutou por três dias contra as chamas que ameaçavam destruí-la, tal sua violência e intensidade”. O prefeito Antonio Henrique Philipi e o secretário José Michels visitaram a redação do jornal Folha do Norte, da cidade de Maringá, e deram os detalhes da situação em Inajá.

Segundo a reportagem publicada no dia 7 de setembro:

[...] o sinistro teve origem nas barrancas do rio Paranapanema, alastrando-se de modo assustador em direção ao sul, consumindo e devastando tudo, isto em virtude da ausência de chuvas há mais de cinco meses naquela região. O município de Inajá foi totalmente destruído pelo fogo e os prejuízos são incalculáveis. A área destruída pelo sinistro foi calculada em 10 a 11 mil alqueires. Inclusive toda a zona rural de Inajá só restou a cidade, que foi defendida pelos habitantes, com corpo e alma, não sendo medidos sacrifícios, o que custou três vidas. Uma senhora de 80 anos que lutava desesperadamente contra o fogo impiedoso que destruíra sua casa, ficou inteiramente carbonizada, seu marido de 85 anos, tentando socorrê-la sofreu queimaduras por todo o corpo. Duas crianças pertencentes a outra família, também ficaram carbonizadas.

De imediato realizaram um balanço superficial a fim de solicitar recursos junto ao governo do Estado. Segundo o levantamento, 700 cabeças de gado bovino, porcos, galinhas e outros animais foram consumidos pelo fogo. Gatos e cães também não conseguiram safar-se das chamas. Animais silvestres como onça, veado, porco do mato e outros também foram carbonizados.

Como qualquer cidade do interior do período de 1963, Inajá não possuía bombeiros ou carros tanques. O combate ao fogo foi realizado pelos próprios habitantes da cidade que

com baldes de água e encerados, conduziam de caminhão até algum rio próximo e o enchiam de água, para depois tentar apagar as chamas.

As famílias que perderam seus meios de subsistências, restando apenas a roupa do corpo, se abrigavam da maneira que conseguiam, em tulhas, paióis e barracas de encerados. As famílias da zona urbana abrigaram diversas famílias em suas residências. Em sua casa, o prefeito acomodou quinze pessoas, que tiveram seus bens consumidos pelo fogo.

A intensidade e a durabilidade dos incêndios só aumentavam os prejuízos no Noroeste do Estado. A região de Paranacity e Colorado foi fustigada por um incêndio que persistiu por 15 dias, queimando enormes extensões de lavouras cafeeiras, invernadas e matas.

Em uma fazenda denominada Ipiranga, próxima à Paranacity, o fogo devastou uma invernada de aproximadamente 300 alqueires surpreendendo 2500 cabeças de gado:

A maior parte do rebanho conseguiu fugir do fogo quando vaqueiros derrubaram a cerca, mas dezenas de bois morreram entre as chamas. Em uma outra propriedade foram completamente transformadas em cinzas, uma tulha com 8 mil sacas de café, além de uma serraria, 1500 sacas de milho, 100 sacas de arroz, casas e paióis e quase todo o cafezal. Na fazenda Sumatra, de 400 alqueires, a destruição foi total. Além de inúmeras outras, foram atingidas as fazendas Santa Lourdes e Santa Margarida, onde mais de 150 mil cafeeiros foram destruídos (ÚLTIMA HORA, 5.Set.1963).

No município de Nova Esperança, nas localidades de Córrego Fundo, Anhumai, Ribeirão Esperança, Córrego do Diabo e Água Caxangá, a situação da pecuária, principal atividade econômica do município, despertou preocupações. Praticamente todos os pastos foram danificados pela seca e pela queimada. Em virtude disso, a alimentação do gado que se salvou do fogo ficou comprometida. Para tentar amenizar a situação, a prefeitura endereçou apelo às autoridades federais informando que 20 mil sacas de milho que foram adquiridas pelo Banco do Brasil estavam carunchadas, e solicitaram que o produto fosse vendido a preços acessíveis aos criadores para alimentar o gado, que além do fogo, estava ameaçado de desaparecer pela fome (ÚLTIMA HORA, 11.Set.1963).

Na região Oeste do Estado, registraram-se incêndios de pequenas proporções em Cascavel, sem maiores consequências. Catanduvas, Terra dos Índios e Três Bicos, foram assoladas por um incêndio que se alastrou pelas margens do rio Alonso, numa extensão de 100 quilômetros. Em Guaíra, apenas os voos foram suspensos em virtude da fumaça que impedia a visibilidade.

4.1.5 Região Metropolitana de Curitiba

A cidade mais atingida dessa mesorregião foi Campo Tenente. Devido a sua proximidade e o medo das chamas se alastrarem ao ponto de atingirem Curitiba, esse município ocupou manchetes de destaques nos jornais do período.

O fogo que começou na zona rural do município no dia 3 de setembro, foi controlado devido a construção de um grande aceiro, feito por 300 soldados da Polícia Militar que utilizaram diversos tratores cedidos pela prefeitura. Para ajudar no combate às chamas, 50 homens do Corpo de Bombeiros de Curitiba foram convocados. Os bombeiros não possuíam materiais em quantidades suficientes para combaterem as chamas em matagais, tais como serras elétricas e machados, os quais foram comprados apressadamente (ÚLTIMA HORA, 5.Set.1963).

O incêndio de Campo Tenente atingiu o município de Rio Negro e os demais ao seu entorno: Fazendinha, Roseira, Barra Grande, Lajeado e Areia Eria. Foi necessário evacuar a população e transferi-las, em caminhões particulares e ambulâncias para a sede municipal.

Em 1963, esses locais eram de difícil acesso e pouco habitados, nesse sentido sem o devido combate, as chamas se intensificavam, consumindo casas, matas e plantações. Atingindo primeiramente Lajeado do Caçador, o fogo se alastrou até Rio Negrinho, ameaçando dirigir-se para o município de Mafra, em Santa Catarina. Segundo reportagem da Gazeta do Povo (7.Set.1963)

a fazenda de propriedade de Napoleão Cortes, foi totalmente queimada. Em Lajeado do Cordeiro, próximo também de Rio Negro, o fogo destruiu matas, pastagens, lavouras e seis casas de lavradores, seis pessoas ficaram desaparecidas. Em Rio Negro não se registrou vítimas pessoais, mas apenas ferimentos de natureza leve em mais de uma dezena de pessoas (GAZETA DO POVO, 8.Set.1963).

Após a diminuição do fogo foi possível realizar um breve balanço. Além dos pastos queimados, 50 pessoas se feriram, principalmente crianças. A proximidade com Curitiba explica porque o fogo de grande intensidade, como o que assolou os municípios de Campo Tenente e Rio Negro, não causou prejuízos de grande monta. Na capital estava concentrado um número significativo de oficiais do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar e as autoridades tinham medo do fogo chegar até Curitiba, dessa forma o envio de ajuda foi imediato.



Foto 10: Com as pastagens estorricadas pelo fogo o gado não encontrou mais alimento. As poucas cabeças de gado que conseguiram sobreviver estavam fadadas a morrer de fome. Revista Fatos e Fotos (Set.1963).

4.2 O fogo: desencontro de informações

O fogo, que começou no Norte Velho, desceu para a região Central, ao longo da BR-2, aproximando-se dos pinhais da Fábrica Klabin em Monte Alegre e só terminava a 50 quilômetros de Ponta Grossa, “traçava sua rota de destruição”. O pessimismo havia em todas as partes, os especialistas em combate ao fogo viam com apreensão o termômetro do ar baixar a 28%, as chamas ultrapassando barreiras naturais, como rios, devido ao vento forte e moderado, com velocidade média de 30 km/h, que se verificava em algumas regiões (ÚLTIMA HORA, 4.Set.1963).

Precisar as reais consequências dos incêndios era uma tarefa difícil, pois havia muita especulação da imprensa, que em diversas ocasiões, publicava notícias que não se confirmavam posteriormente. Nas primeiras semanas dos incêndios, o Última Hora do dia 6 de setembro, publicou uma notícia afirmando que o fogo já havia consumido a vida de 23 pessoas e ferido gravemente outras 28, que ficaram internadas em hospitais de Tibagi e Ponta Grossa, além de 300 famílias sem teto e sem alimentação.

Já a Folha de Londrina, no dia 7 de setembro, apresentou um saldo oficial de 200 mortos, 450 feridos em estado grave e 300 mil desabrigados; 22 cidades e 44 aldeias

paranaenses já haviam sido atingidas. Ressaltou, ainda o início de uma epidemia de tifo em Guarapuava, registrando-se 20 casos, um dos quais foi fatal (FOLHA DE LONDRINA, 7.Set.1963).

Até o dia 12 de setembro, segundo um levantamento realizado pela Secretaria do Trabalho e Assistência Social e publicado pela Folha de Londrina, a estimativa era de que 89 pessoas haviam morrido em consequências dos incêndios. Sendo 35 o número de perda de vidas humanas em Curiúva; 26 em Ortigueira; 8 em Ibaiti; 6 em Cândido de Abreu; 5 em Reserva; 3 em cada um dos municípios de Inajá, Sengés e Guarapuava. O primeiro balanço oficial indicou que havia 200 pessoas feridas gravemente e 1500 famílias desabrigadas. Para tentar sanar os problemas, o governo estudava um plano de aplicação de 200 milhões de cruzeiros na construção de moradias, espalhadas pelos municípios atingidos pelo fogo, plano que só foi concretizado posteriormente.

Não fica claro se esses desencontros de informações ocorriam por parte da imprensa, ou se ela veiculava os números que a Secretaria de Segurança Pública repassava. No dia 7 de setembro, 5 dias antes do balanço oficial da Secretaria do Trabalho e Assistência Social ser publicado pela Folha de Londrina, a Gazeta do Povo publicou alguns números divergentes, que também foram repassados por um órgão oficial do governo, dando uma extensão maior aos danos:

Os incêndios que estão ocorrendo em mais de 30 municípios, às 17h de ontem, segundo informações prestadas pela Secretaria de Segurança Pública, haviam vitimado 110 pessoas, sendo incalculável o número de feridos. O município mais atingido foi Tibagi, com 50 mortos e 100 feridos, a maioria em estado grave. Além disso, nesse município o fogo está destruindo casas, plantações e pinhais. Em Ortigueira, além dos 23 mortos, mais de 600 pessoas estão sem abrigo. Em hospital de Ponta Grossa e Pitanga, centenas de feridos estão internados, vindos de Cidade Nova e Barro Preto, 15 mortos e quase 50 feridos foi o balanço da catástrofe em Curiúva. Na região do Rio do Peixe, em Jaguariaíva, 18 pessoas perderam a vida. Em Ribeirão Claro, Jacarezinho e Guarapuava registrou-se uma vítima em cada município.

As informações chegavam de todos os lados sobre a quantidade de mortes. Mas um problema na quantificação, que diversas vezes foi desconsiderado, era a identificação das vítimas. A maioria foi enterrada anonimamente, principalmente os voluntários no combate às chamas, em meio à floresta queimada, em valas comuns, assistidos apenas por alguns bombeiros e policiais.



Foto 11: Diversos corpos carbonizados foram enterrados em valas comuns. Naquele momento controlar as chamas era mais importante do que realizar sepultamentos com as devidas honras. Região Central. Galeria Defesa Civil do Paraná (1963).

A imprensa explorou os incêndios de forma sensacionalista, principalmente quando se tratava da quantificação dos prejuízos humanos e materiais. Mas em virtude da época, a transmissão de informações não tinha a mesma rapidez que se verifica nos dias atuais. O próprio governo dependia das informações dos lugares assolados para preparar os boletins com os dados. Há que se levar em conta que nesse período diversas cidades, sobretudo da região Norte, estavam passando pelo processo de colonização, e nesse sentido, os recursos de informações eram mais escassos. Portanto, não fica claro se esse desencontro de dados e notícias, se devem mais aos obstáculos tecnológicos do período, ou também da própria exploração da imprensa.

É interessante notar a forma como essas reportagens eram redigidas. Para dar conta de todas as informações que chegavam em suas redações a equipe de reportagem construía um texto direto que em apenas um único parágrafo dava conta dos diversos assuntos envolvendo o fogo, como este publicado pelo jornal Última Hora (5.Set.1963):

As informações que chegam a todo instante vão-se tornando mais precisas: há mortos na região de Tibagi e o número de feridos vai muito além de uma centena. Os prejuízos materiais são incalculáveis: centenas e centenas de pequenas residências de lavradores foram arrasadas pelas chamas e agora um dos maiores patrimônios agrícolas do Estado – os vastos pinhais da Fazenda Klabin – está ameaçado pelo fogo. Incêndios criminosos em duas fazendas situadas no município de Cornélio Procópio provocaram o envio de forças policiais para lá. Há temor que outros venham a surgir. Cinquenta mil exemplares das instruções do Corpo de Bombeiros para combater o fogo – impressos em poucas horas pela Imprensa Oficial – estão sendo distribuídos em todo o Interior. Ao mesmo tempo começa-se a pensar no levantamento dos prejuízos. Os primeiros cálculos avaliam que pelo menos 10 por cento das criações na região centro não existem mais. As reservas florestais já foram atingidas em mais de 30 por cento. Os prejuízos para a agricultura ocorreram na mesma proporção.

Os textos redigidos pelo jornal Última Hora possuíam um tom poético ou literário em suas publicações. Pode-se notar ao longo das reportagens dedicadas aos incêndios, o uso de diversas figuras de linguagens para se referirem a “sanha” do fogo, como esse texto publicado no dia 4 de setembro:

Na madrugada de ontem, à entrada de um sítio próximo à Curiúva, completamente destruído, um grande tronco oco permanecia de pé rodeado de árvores queimadas. Do seu interior brotava uma língua de fogo que fazia lembrar um totem maligno e vingativo. Sua presença impressionava no deserto de destroços.

Diante da escassez de documentos oficiais – aqueles produzidos pelas autarquias do Estado, a mídia pode fornecer uma narrativa diferenciada sobre desastres. Suas reportagens possibilitam a vivência da memória do fogo, mas é uma vivência parcial. Mas o uso da imprensa também fornece alguns problemas. As mídias ao noticiar desastres, se valem de um forte apelo traumático e a partir do momento que ela se desinteressa pelo assunto, o desastre pode ficar relegado da memória da população e questões podem ficar sem explicações por falta de informações posteriores.

4.3 Incêndios que causaram problemas de saúde, que ultrapassaram fronteiras e alteraram o cotidiano

Já é sabido que o combate aos incêndios ficou por conta das poucas guarnições de Corpo de Bombeiros que haviam no Estado naquele período. Em diversas reportagens, os

jornais locais enfatizam a fragilidade das corporações e as dificuldades geradas por conta de tal condição.

Na realidade o Corpo de Bombeiros não poderiam dar um efetivo combate ao fogo no sentido de extingui-lo, porque eram necessários recursos de vulto para uma ação das proporções ocasionadas pelos incêndios de 1963.

As técnicas e materiais utilizados eram diversos. Visando impedir o alastramento do fogo, produziam novos incêndios em locais próximos, pois acreditavam que essa seria a única forma de controlar o grande incêndio (GAZETA DO POVO, 4.Set.1963). Porém, diversas vezes essa prática não funcionava e contribuía para aumentar ainda mais a dimensão das chamas. As autoridades municipais distribuía foices à população local para abrirem faixas neutras em meio a mata. Há que se deixar claro que a ajuda da população civil foi de extrema importância em localidades que não possuíam Corpo de Bombeiros.

O Corpo de Bombeiros do Paraná contou com a ajuda de efetivos humanos e materiais do Exército e da Força Aérea Brasileira (FAB) nas regiões mais atingidas. Apesar dos instrumentos utilizados e as medidas tomadas serem consideradas “primitivas”, em alguns lugares permitia que a devastação fosse menos intensa.

Tendo em vista que o contingente era pequeno em relação a dimensão do fogo, o Corpo de Bombeiros orientava as populações locais:

Com turmas volantes espalhadas pelo Estado, os bombeiros organizavam as populações, orientando uma série de iniciativas coletivas, como a formação de comissões de combate ao fogo, evacuação (quando necessário) e a coleta de gêneros alimentícios e remédios (ÚLTIMA HORA, 7.Set.1963).



Foto 12: As guarnições do Corpo de Bombeiros contaram com a ajuda da população local, que imediatamente se voluntariavam para combater nas frentes do fogo. Revista Manchete (28/09/1963).

Considerado como um dos maiores incêndios florestais que se têm notícias, o incêndio de 1963, foi um assunto novo na época, portanto as ações foram extremamente dificultadas, tendo em vista a escassez de pessoal especializados e meios materiais necessários. A partir desse evento, viu-se a necessidade, por parte do Corpo de Bombeiros do Paraná, de organizar uma estrutura para o combate a incêndios florestais, com homens treinados, material e equipamentos especializados⁸¹ (POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, 2005).

⁸¹ Após o incêndio de 1963, o Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná formou no ano de 1967, a primeira turma no Curso de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais. A formação e a doutrina foram baseadas no sistema do *United States Forest Service*, por meio de traduções dos manuais estadunidenses foi elaborado o

O fogo “converteu grandes regiões em imensos braseiros, onde homens, animais, fazendas e povoados inteiros submergiram num verdadeiro mar de chamas” (ÚLTIMA HORA, 3.Set.1963) e esse fogo intenso liberava uma densa fumaça negra⁸² que era capaz de cobrir o sol em diversas localidades dando a impressão de que já era noite.

Somado aos danos econômicos e sociais, o intenso fogo causou diversos problemas de saúde: queimaduras, sufocamentos, desidratações, problemas respiratórios e surtos epidêmicos.

Em 1963, o Estado do Paraná não possuía infraestrutura necessária para um atendimento sanitário em massa. Não haviam hospitais devidamente equipados nas diversas regiões do Estado; o número de especialistas no atendimento aos queimados era insuficiente; e a quantidade de medicamentos e vacinas para atender a demanda que crescia a cada dia eram escassas. Para dar conta desses diversos problemas em torno do atendimento das vítimas do fogo, a Secretaria de Saúde do Paraná contou com a ajuda externa.

Segundo as manchetes que circularam nos periódicos, o Paraná havia “se transformado em uma imensa fornalha” e o que mais assustava os bombeiros era o baixo índice de umidade do ar – menos de 10% – e a pouca esperança de chuvas nas semanas de recrudescimento dos incêndios. O ar tornava-se cada vez mais seco e as populações das cidades respiravam uma atmosfera densamente poluída por cinzas e fuligem (ÚLTIMA HORA, 6.Set.1963).

Os casos de intoxicação eram verificados nas pessoas⁸³ que ajudavam diretamente no combate às chamas. Nas primeiras semanas de setembro, dezenas de lavradores mostraram sinais de estafa e intoxicação pela respiração prolongada de gás carbônico⁸⁴. A quantidade de

primeiro Manual de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais (POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, 2005, p. 2).

⁸² A fumaça em incêndios aparece devido à combustão incompleta, na qual pequenas partículas se tornam visíveis, variando de cor, tamanho e quantidade, podendo impedir a passagem da luz. A fumaça pode ser inflamada quando possui uma adequada proporção de calor e oxigênio. É irritante e pode provocar danos no aparelho respiratório e irritação nos olhos. A cor da fumaça varia conforme o combustível que está em combustão. Assim, a fumaça de cor branca ou cinzenta pálida indica que arde livremente; a fumaça negra ou cinzenta escura indica normalmente um fogo com grande temperatura e falta de oxigênio. A fumaça amarela, roxa ou violeta indica geralmente a presença de gases tóxicos (POLÍCIA MILITAR, 2005, p. 8).

⁸³ Sempre que surgiam focos de incêndios diversos lavradores se aproximavam para ajudar, munidos dos instrumentos que tinham à disposição. Em virtude do despreparo e até mesmo da intensidade do fogo que em segundos atingia proporções maiores por conta do vento, esses voluntários acabavam se ferindo. Esse foi o caso do fazendeiro João Henrique dos Santos, quando se dirigia para Tamarana em um caminhão, para ajudar nos trabalhos viu-se cercado pelas chamas, recebendo queimaduras no rosto. Teve que ser hospitalizado na Santa Casa de Londrina

⁸⁴ O monóxido de carbono é o principal causador de vítimas fatais nos incêndios. Possui características tóxicas, é explosivo quando misturado com o ar, sendo sua densidade de 0,9 em relação ao ar. O monóxido de carbono tem

feridos aumentava a cada dia a ponto de esgotar a capacidade dos principais leitos hospitalares e casas de saúde das cidades de Ponta Grossa, Castro, Piraí do Sul, Jaguariaíva e Harmonia (ÚLTIMA HORA, 4.Set.1963).

Os órgãos assistenciais do Governo se empenhavam em socorrer as vítimas e proporcionar aos feridos atendimento especializado. O objetivo maior era a instalação de um Serviço de Queimados no município de Tibagi⁸⁵.

Nesse sentido, a Secretaria de Saúde equipou o Hospital Luiza Borba Carneiro para disponibilizar o serviço especializado. A sua capacidade foi aumentada para cem leitos visando a continuidade do tratamento de feridos internados em diversos hospitais do Paraná. O Serviço de Queimados de Tibagi recebeu vítimas das diversas regiões do Estado, pois onze unidades sanitárias volantes da Secretaria de Saúde percorriam o Interior realizando a triagem dos queimados e providenciando a remoção dos mais graves para o hospital de Tibagi.

No Interior do Estado, a realidade ao atendimento às vítimas de queimaduras era diferente. Os feridos em estado grave que não tinham condições de ir até Tibagi eram atendidos em suas cidades, que não possuíam recursos suficientes para atender essas queimaduras mais graves (ÚLTIMA HORA, 4.Set.1963).

O Posto de Saúde de Curiúva, uma das cidades mais densamente atingidas, não possuía equipamentos e não havia médico para o atendimento da população do município. O único médico que clinicava na região morava em Figueira, a 27 quilômetros de Curiúva, que ficou isolada por conta dos incêndios. Em diversos momentos os feridos foram transportados em caminhões e camionetes. Muitos não resistiam aos ferimentos e faleciam sem assistência médica.

A assistência era realizada da maneira que era possível. Em Cidade Nova,

o médico Aulino Feitosa Alves improvisou um hospital, para atendimento das vítimas oriundas dos municípios de Ortigueira, Curiúva e Tibagi. Com a ajuda de populares conseguiram recolher grande quantidade de alimentos e roupas de cama, além de remédios. As mulheres residentes no município ofereceram-se para serviços de enfermagem. Este hospital improvisado recebeu doze vítimas em estado grave recebendo tratamento de emergência. Na falta de medicamentos apropriados, até folha de bananeira foram usadas como paliativos para as queimaduras (ÚLTIMA HORA, 6.Set.1963).

afinidade com a hemoglobina do sangue, formando um composto relativamente estável e incapaz de transportar oxigênio para as células. Forma-se em maior percentagem quando a combustão é incompleta, ou seja quando há a carência de oxigênio (POLÍCIA MILITAR, 2005, p.8).

⁸⁵ A localização na região Central do Estado, atribuiu à Tibagi a característica de ponto estratégico no atendimento especializado aos queimados.



Foto 13: Vítima com queimaduras na face, mãos e braços. Galeria Defesa Civil do Paraná (1963).

As epidemias também se tornaram fonte de preocupação para as autoridades sanitárias. Em Guarapuava surgiu uma epidemia de tifo, e entre os números publicados só na primeira quinzena do mês de setembro já haviam sido confirmados vinte casos, um dos quais causou a morte de uma criança (DIÁRIO DA TARDE, 6.Set.1963). Em Sapopema houve o perigo de proliferação da febre tifoide, que foi controlado com as vacinas doadas pelo governo de Israel (ÚLTIMA HORA, 14.Set.1963).

Em virtude do perigo das epidemias e após o recebimento de vacinas foram iniciadas as vacinações antitíficas e antivariólicas em todos os municípios que foram densamente atingidos pelo fogo. A aplicação das vacinas foi realizada pelas equipes da Saúde Pública. Médicos, enfermeiros e vacinas encontravam-se nas seguintes áreas: Rio Negro, Lapa, Campo do Tenente, Ponta Grossa, Piraí do Sul, Tibagi, Cascavel, Cornélio Procópio, Guarapuava,

Jaguariaíva, Curiúva, Sapopema, Paranavaí, Campo Mourão, Jacarezinho, Irati, Londrina e Maringá (FOLHA DE LONDRINA, 13.Set.1963).



Foto 14: Os pequenos órfãos receberam os cuidados dos voluntários que se apresentaram para as tarefas de socorros. Revista Manchete (21/09/1963).

Os números de vítimas e feridos aumentavam dia a dia. O fogo dizimou famílias inteiras e raras vezes ele poupava as crianças, que passado o desespero se viam sozinhas e sem esperanças. Um novo problema social surgiu, crianças órfãs que saíam pelas estradas em busca de abrigo e de uma nova família:

Trinta e cinco crianças cuja idade média de 12 anos estão abrigadas na Hospedaria dos Imigrantes, departamento mantido pela Secretaria de Agricultura em nossa capital. Vieram das cidades atingidas pelos incêndios que assolou o Paraná, como Monte Alegre, Astorga, Cianorte, Nova Iguaçu. Ali já passaram nestes últimos dias, 100 pessoas, recebendo alimentação e pouso. Vinte delas foram buscar em outros Estados o início de uma nova vida e onde, esperam, o fogo não o alcance (GAZETA DO POVO, 10.Set.1963).

Porém esse novo problema social não atingiu apenas as crianças. O êxodo de famílias rurais ocorreu nas diversas regiões. A última esperança da população era conseguir ajuda e uma vida nova nos grandes centros ou em outros Estados.

A reportagem do jornal Última Hora constatou a fuga de famílias inteiras em direção de Piraí do Sul e Tibagi (4.Set.1963):

A cada momento que passa, aumenta a legião dos pobres e desabrigados. Milhares de sitiante e fazendeiros, em frações de tempo, viram seus bens transformados em cinzas. Famílias inteiras pereceram carbonizadas. Nos campos, os rebanhos tiveram a mesma sorte. Por toda parte, desfiliam retirantes: a fome e o desabrigo é o fim que os espera (ÚLTIMA HORA, 6.Set.1963).

Com os poucos bens que restavam carregados em sacos e cestas, diversas famílias fugiam do fogo que recrudesce a cada dia pela falta de chuva. Homens, mulheres e animais domésticos “buscavam uma salvação (ÚLTIMA HORA, 10.Set.1963).

Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e São Paulo, eram os destinos das populações que fugiram do fogo. O êxodo das populações rurais poderia trazer o novo problema: a falta da mão de obra nas zonas de produção, já que se dirigiam para os grandes centros em fase de industrialização. O plano de contenção da massa de retirantes colocou como prioridade a reconstrução de suas casas e o fornecimento de sementes para o replantio das lavouras arrasadas.

Em Curitiba, as famílias foram alojadas no Serviço de Integração e Colonização da Secretaria de Agricultura, no Departamento de Assistência Social da Secretaria do Trabalho, Assistência Social e na Hospedaria dos Imigrantes da Secretaria de Agricultura. A população buscava alimentos, roupas e meios para retornar a reconstruir seus lares e suas lavouras (ÚLTIMA HORA, 12.Set.1963). Como não havia no Interior do Estado, sobretudo próximo às cidades densamente atingidas, um dispositivo de socorro de emergências, era natural a população atingida se dirigir às principais cidades do Estado em busca de auxílio.



Foto 15: Retirantes. Revista Fatos e Fotos (21/09/1963)

Diversas famílias procuraram novas oportunidades em São Paulo. Lá foram recebidos e acolhidos no Serviço de Imigração do Estado de São Paulo (FOLHA DO NORTE, 12 e 13.Set.1963).

O êxodo em direção ao município de Maringá começou no dia 10 de setembro. O Albergue Noturno Santa Luzia de Marilac recebeu cerca de 300 pessoas que tiveram casas e ranchos destruídos pelas chamas. Diversas famílias ali abrigadas se encontravam com alguns ferimentos que foram cuidados pela Santa Casa de Misericórdia da cidade. O número de famílias retirantes aumentava a cada dia no Albergue:

Irmã Vicenzia, responsável pelo Albergue, aguardava a chegada de 86 famílias de Astorga que tiveram suas propriedades destruídas. Para tanto a responsável pediu o envio de gêneros especialmente leite para as crianças, roupas, calçados e medicamentos (FOLHA DO NORTE, 13.Set.1963).

A dimensão dos incêndios se tornou ainda mais preocupante quando as chamas ultrapassaram as fronteiras do Estado e atingiu cidades de Santa Catarina e São Paulo. O fogo que não respeitou os obstáculos naturais alastrou-se para os municípios de Mafra, no norte do Estado, e no planalto central de Santa Catarina (FOLHA DO NORTE, 7.Set.1963).

No dia 9 de setembro, o Diário da Tarde noticiou que uma frente calculada em 200 quilômetros de fogo se estendia por todo o Paraná, cujas chamas já eram vistas em Itararé, fronteira com São Paulo. Diante da ameaça do fogo se estender ao Estado paulista, o governador Ademar de Barros assinou uma resolução proibindo a prática das queimadas no

Estado. As primeiras chamadas em território paulista atingiram o município de Ourinhos (FOLHA DO NORTE, 7.Set.1963).

O bairro do Desejo, localizado no município de Itaporanga em São Paulo, foi totalmente queimado. O fogo consumiu casas, matou quatro lavradores⁸⁶ e feriu os habitantes que fugiam, restando apenas alguns cavalos feridos pelas labaredas que se alimentavam de raízes secas. No município de Itatinga foram destruídas dezenas de fazendas, gerando prejuízos, pois além dos cafezais, os animais que se encontravam no pasto morreram carbonizados, principalmente o gado. O incêndio causou prejuízos ainda nas cidades de Santo Antonio do Pari, Itapetininga, Itapeva, Ipaçu e Itararé (ÚLTIMA HORA, 7.Set.1963).

Outra consequência ocasionada pelos incêndios foi a alteração do cotidiano da população no Paraná, sobretudo o que diz respeito a comunicação entre as diversas regiões do Estado. As condições de comunicabilidade se tornaram precárias por conta da queima de postes telefônicos e telegráficos e pela bruma seca que dificultava as comunicações de longa distância pelos rádios, além de impedir o voo de aviões⁸⁷ (ÚLTIMA HORA, 4.Set.1963).

O alto nível de fumaça ocasionado pelos incêndios afetou as atividades de diversos aeroportos no Estado, conforme foi relato pela Folha de Londrina no dia 4 de setembro:

⁸⁶ A história relatada sobre a morte dessas quatro pessoas em Itaporanga ilustra o desespero da população diante das chamadas que consumiram anos de trabalho. Noticiado pelo jornal Última Hora (7.Set.1963), segue o relato na íntegra: [...] não estão longe das cinzas os dois casebres. Num deles, vivia um casal já idoso – Francisco Ferreira de Sene e Benedita Juventina. Quando o fogo, vindo da fronteira – a seis quilômetros – alcançou o alto da serra, vizinhos vieram adverti-los. Já se encontravam distantes das chamadas, e a velha Benedita se lembrou de 300 contos, resultado de anos de economia, esquecidos em seu quarto. Voltaram os dois para buscar o dinheiro – mas o casebre era todo chamadas. Dois dos vizinhos – Francisca Frutuoso, e seu filho Jerônimo de 16 anos, quiseram salvá-los. Os quatro corpos foram encontrados, lado a lado, a apenas uns trinta metros da salvação – uma área preparada para o plantio, que não foi atingida pelo fogo. O único sobrevivente – Antônio Frutuoso, filho de Francisca, narrando o fato à reportagem, resumiu tudo numa frase: “O fogo roncava, a fumaça era preta, eu não podia respirar, e não pude fazer nada”

⁸⁷ “Para tentar sanar algumas questões relativas à falta de comunicação, a Secretaria de Segurança formou uma rede de rádio de emergência. A cadeia era formada por emissoras dos radioamadores integrantes da Rede Nacional de Radioamadores, capitaneada pelo rádio do Grêmio dos Radioamadores da Polícia Militar do Estado, de prefixo PY5BXD, que permaneceu no ar durante 24 horas do dia, atendendo a qualquer emergência e coordenando as operações de segurança. Também no quartel do Corpo de Bombeiros funcionou uma estação sob o comando do tenente Alceu Nascimento. A rede estabeleceu comunicações com os mais remotos pontos do Estado, suprimindo uma grave falha existente desde o início dos incêndios” (ÚLTIMA HORA, 4.Set.1963).

O aeroporto de Londrina esteve fechado para os voos visuais, só as aeronaves equipadas com rádio puderam operar. O movimento foi fraquíssimo: apenas 10 operações (8 aviões grandes, 1 de turismo e 1 da FAB). Ontem (e também anteontem) nenhum taxi- aéreo decolou ou pousou. Até as 16 horas a VARIG havia feito apenas um voo; a VASP operou com todas as linhas para São Paulo e Curitiba, mas com atraso; para Maringá não houve voo algum e nem para qualquer outra cidade da região. A causa da situação é a bruma seca, comum nessa época do ano, mas que foi intensificada este ano pela fumaça das queimadas que assolaram o norte do Estado ultimamente. Se não chover, e bastante, o problema persistirá.

No aeroporto Afonso Pena, diversos voos foram cancelados em virtude da densa névoa que envolvia, em horários irregulares, Curitiba e os arredores da cidade. As informações que circulavam davam notícias de que os aeroportos das regiões conflagradas ficaram interditados por vários dias, e se encontravam nas mesmas condições de Curitiba, estando alguns em situações calamitosas, como os de Mandaguari e Mandaguaçu.

Embora essas regiões estivessem quase completamente assoladas pelos incêndios, grande número de passageiros, devido as necessidades e até mesmo a urgência, viajaram diariamente pelas rodovias que ligam Curitiba aos municípios mais atingidos pelo fogo (GAZETA DO POVO, 5.Set.1963). A bruma seca impedia também os voos que tinham por objetivo realizar levantamentos dos focos de incêndios para informar os bombeiros que trabalhavam em terra. (ÚLTIMA HORA, 7.Set.1963).

Se por ar as viagens não eram possíveis, a via terrestre, as vezes, não era a melhor alternativa. Diversas rodovias do Estado tiveram de ser interditadas por conta do fogo:

Na rodovia Jacarezinho-Ribeirão Claro, por exemplo, o trânsito teve de ser interrompido, pois a mata que ladeava a estrada incendiou-se completamente. A estrada que liga Curiúva a Sapopema também foi interditada deixando esses municípios praticamente isolados. A rodovia entre Piraí do Sul e Joaquim Martinho também ficou intransitável em virtude das chamas. As rodovias eram liberadas apenas após a deflagração total do fogo, o que poderia demorar horas, ou dias (ÚLTIMA HORA, 4 e 5.Set.1963).

O fogo que destruiu postes do telégrafo e as linhas telefônicas, deixando numerosas cidades isoladas, também consumiu os postes de linha de transmissão de energia elétrica deixando diversas cidades às escuras. A Usina Termelétrica de Figueira que teve suas instalações ameaçadas pelas chamas, não conseguiu conter a queima de quase uma centena de metros de fios de alta tensão. Em virtude do perigo recorrente de curto-circuito e como medida de segurança, os técnicos da UTELEFA tiveram que cortar as linhas transmissoras e interromper o fornecimento de energia a Curiúva, Piraí do Sul, Castro e Ponta Grossa (ÚLTIMA HORA, 4.Set.1963).

Em algumas cidades ocorreu o racionamento de água e de energia elétrica por conta da seca e do fogo (FOLHA DO NORTE, 12.Set.1963). A falta de água se tornou um problema frequente e as soluções imediatas não eram suficientes. Foi o que aconteceu em Joaquim Távora, a falta de água se agravou de tal maneira que caminhões-tanques da Prefeitura Municipal foram obrigados a transportar água do rio Jacaré para atender às necessidades da população (ÚLTIMA HORA, 5.Set.1963).

1963 era ano de eleições municipais no Estado do Paraná. Nos períodos que as chamas se tornaram mais intensas, as autoridades paranaenses cogitaram a possibilidade de adiar as eleições. Algumas festividades tiveram de ser canceladas ou transferidas. O famoso baile de 7 de setembro não recebeu patrocínio do governo do Estado, pois todos os recursos, de acordo com o governador, estavam destinados a atender a população (ÚLTIMA HORA, 5.Set.1963). As Forças Armadas também não desfilaram no dia de comemoração da Independência. Em nota oficial distribuída à imprensa, o General Dário Coelho, Comandante da 5ª Região Militar, comunicou que as unidades militares sob seu comando “não desfilariam no Dia da Pátria, pois grande parte das tropas combatiam os incêndios” (GAZETA DO POVO, 6.Set.1963). A tradicional festa do Sagrado Coração da Paroquia Sagrado Coração Hugo Langue, em Curitiba, foi transferida para uma data mais oportuna (GAZETA DO POVO, 7.Set.1963).

Nas cidades mais atingidas se encontravam na área urbana apenas mulheres e crianças, pois os homens estavam ajudando no combate às chamas. Em Tibagi e Harmonia, por exemplo,

um alto-falante instalado em um caminhão, percorria as duas cidades conclamando os homens a unirem-se no combate às chamas. Uma mulher comentou à reportagem de UH a passagem de um caminhão: “Não existe homem na cidade, que não esteja na linha do fogo. E se for preciso, as mulheres irão também lutar contra as chamas” (ÚLTIMA HORA, 6.Set.1963).

A maior alteração sofrida no dia a dia da população paranaense foi sem dúvida, a perda de seus bens materiais e de seus familiares pelo fogo:

O lavrador Aberlado Pinto Ribeiro, após ver sua casa, depósitos, 400 colmeias de abelha, tudo consumido, consolava o filho, inconformado pela perda dizendo-lhe: “Filho lamente apenas o que o fogo queimou e lembre que mais importante que tudo isso perdemos em janeiro, que foi tua mãe.”



Foto 16: Mulheres e crianças. Revista Manchete (28.Set.1963)

Em meio a esse “inferno” de chamas o destino de muitos animais domésticos e silvestres não foi o melhor. As estradas que davam para às áreas mais atingidas foram invadidas por animais que fugiam das chamas. Bois, vacas, cachorros, aves, pacas, capivaras, macacos e cobras procuravam por um espaço livre do fogo. Os animais que não conseguiam escapar das chamas se encontravam exaustos e calcinados. A escritora Hêlle Velozo do jornal O Tibagi relatou o destino de muito dos animais que viviam na Fazenda Monte Alegre:

[...]Agora, apenas o silêncio. A corujinha do pinhal passa perto. Só ela. Os choros e os anús, todos os outros pássaros que faziam ninho rente ao chão, morreram calcinados. Nem os pequeninos, escaparam, porque a fumaça os tonteava e eles se precipitavam nas chamas. – Dava dó de ver, dona, diz-nos um dos homens que ali esteve combatendo o fogo. Até papagaio, que não é tão pequeno assim, tinha tonteira e caía direto no meio do fogaréu. [...]. Mas não foram só os pássaros que sucumbiram queimados. Perto do riacho, às vezes rente à água, veados, pacas, cotias não resistiram à fumaça, ou quiçá, à corrida em busca da salvação. Até uma enorme anta foi encontrada morta, junto a uma vertente. Perto de Mina do Carvão, havia um pinheiro centenário, com grande oco no tronco. Nesse oco refugiou-se uma família de quatis, com seis filhotinhos. O calor do fogo, provavelmente, a sufocação pela fumaça, fê-los sair para o inferno ardente lá fora. Foram encontrados, todos mortos, em redor do tronco. Sem defesas, os animais selvagens pereceram dum modo constrangedor. No meio do fogo, era possível pegar lebres que quase não tinham força para saltar. E morreram queimadas... (O TIBAGI, 3.Out. 1963).

A esperança de dias melhores estava nas chuvas. Escassas por mais de sete meses, somente ela poria fim no fogo e nos demais problemas ocasionados pela estiagem. De tão esperada, ela tardava a vir:

Em cada fazenda ou sítio, em cada colônia ou rancho, os olhares dos homens, mulheres e crianças que vivem da terra se voltam esperançosos para o céu, aguardando as chuvas que até ontem à noite não haviam chegado, enquanto a avalanche de destruição continua reduzindo às cinzas extensas áreas de lavouras, pastos e florestas, nada perdoando em seu caminho (ÚLTIMA HORA, 9.Set.1963).

Diariamente os jornais publicavam manchetes sobre a chegada das chuvas, mas as expectativas eram falhas e somente uma chuva em abundância seria capaz de debelar os inúmeros focos de incêndios espalhados pelo território. Com a chegada de uma frente fria no Estado (FOLHA DE LONDRINA, 7.Set.1963), as chuvas eram aguardadas já na primeira semana de setembro. As primeiras precipitações chegaram em poucos municípios e num volume abaixo do esperado, porém, foram suficientes para amainar a situação em Francisco Beltrão, Xambrê e Cascavel (GAZETA DO POVO, 10.Set.1963).

A queda da temperatura e a elevação da porcentagem de umidade em algumas regiões do Estado, principalmente nas que mais sofreram ocorrência de incêndios, ajudou na contenção dos focos. Todos aguardavam por previsões de precipitações mais abundantes e diariamente o Serviço de Meteorologia do Ministério da Aeronáutica publicava boletins sobre as previsões:

Para ontem, dia 9, válida até as 21 horas, era a seguinte previsão: Zona 1, possibilidades de chuvas ou pancadas de chuvas, no início do período, em virtude da aproximação da frente de frio, aumentando as precipitações no fim do período. Para as Zonas 2,3 e 4: chuvas leves e moderadas com possibilidades de trovoadas e pancadas de chuvas esparsas. Na Zona 1, estão compreendidos os municípios de Piraí do Sul, Castro, Cerro Azul, Tibagi, Ortigueira, Cândido de Abreu, Reserva, Sapopema, Curiúva, São Jerônimo da Serra, Maringá, Mandaguari, Mandaguaçu, Cidade Nova, Harmonia e Inajá, onde estão grassando grandes incêndios. Nas Zonas 2,3 e 4, estão incluídos outros municípios atingidos pelo fogo como Curitiba (levemente), Campo Largo, Campo do Tenente, Quitandinha, Rio Negro, Mafra, Guarapuava, Terra Rica, Paranavaí, Cruzeiro do Oeste, Cascavel, Palmital, Campo do Mourão e os municípios do extremo sudoeste. A previsão até as 18 horas de ontem, em qualquer das zonas em que foi dividido o Estado, não tinha sido cumprida. Em nenhuma parte do Paraná havia chovido, ontem, até aquela hora (ÚLTIMA HORA, 10.Set.1963).

As chuvas que caíam no Sul dependiam do vento para chegar até a região central e norte do Estado. Caso ele influísse contra, as chuvas não poderiam se expandir para as demais localidades e as chamas continuariam a ameaçar as diversas cidades. Diante do desespero por

chuvas algumas soluções descabidas⁸⁸ e impossíveis foram cogitadas. O secretário da Segurança, coronel Ítalo Conti, por exemplo, especulou a possibilidade de se provocar chuvas artificiais⁸⁹. Porém, para provocar esse tipo de precipitação era necessário equipamentos e orçamentos que o governo do Estado não possuía.

Houve muita especulação em torno das primeiras chuvas caídas no Estado. Diversos periódicos publicaram notícias de que a situação já havia sido controlada, porém as precipitações não foram suficientes para conter a ação do fogo. Em diversas localidades a vegetação continuava ressecada aumentando ainda mais o perigo de propagação das chamas (ÚLTIMA HORA, 24.Set.1963).

No dia 25 de setembro de 1963, a população festejou a chegada das chuvas no Paraná. As

[...] Fortes chuvas vindas do Sul estão caindo no sudoeste e deverão atingir ainda hoje grande parte do interior do Estado, extinguindo os focos de incêndios que devastam o Paraná. Até a noite de ontem, havia notícia de chuvas torrenciais em Pato Branco, Cascavel, Foz do Iguaçu, Santo Antonio, Campo Mourão e Cruzeiro do Oeste. A frente de chuvas encaminha-se em direção nordeste, segundo informação recebida pelo serviço de rádio do Palácio do Governo.

Após sete meses de estiagem, as chuvas chegaram apenas no final do mês de setembro. Em poucas quantidades não resolveria o problema, em excesso causaria outros transtornos. Aguardadas durante meses pelos agricultores do Paraná, as chuvas caíram torrencialmente em diversos municípios, mas acompanhadas de um outro problema para a lavoura, o granizo:

As localidades de Formiga, Pouso Alegre, Berlarmina, Medeiros, Jacutinga e Cruzeiro, no município de Catanduvas, vêm sofrendo com as chuvas de granizo, que caem há sete dias. Também em Palmas, Guaraniaçu e Mariópolis, o fenômeno vem ocorrendo. As chuvas deixaram em péssimo estado a rodovia Ponta Grossa – Irati, dificultando o tráfego. Dezenas de caminhões carregados estão atolados, principalmente no trecho Ponta Grossa – Teixeira Soares, já interditado para os ônibus que fazem a linha entre aquelas cidades.

⁸⁸ Um fazedor de chuvas, Berthelot Franco, cirurgião-dentista, ofereceu ao governador Ney Braga um plano para provocar chuvas. Muito cauteloso, com medo de perder a “patente” do invento, Franco palestrou com assessores do governo, mas não quis adiantar a mecânica do sistema. Disse apenas que se baseava no princípio eletrostático de Galvani, sendo o método capaz de “carregar” a atmosfera e fazer chover. Pediu um prazo de 8 dias para fazer “a chuva”, ao que alguém retrucou: “Mas até lá as chuvas virão naturalmente!” (ÚLTIMA HORA, 12.Set.1963).

⁸⁹ A produção de chuvas artificiais se dá com o lançamento de gotas de água em nuvens que concentram alta umidade a partir de um avião bimotor equipado com um tanque de 300 litros e um mecanismo que controla o tamanho das gotículas dispersadas (CARVALHO, 2011).

Em alguns municípios as chuvas de pedras arrasaram plantações de milho e feijão ainda em brotamento. As árvores frutíferas também foram atingidas. Sementes recém-plantadas foram levadas pelas águas, causando mais transtornos aos agricultores. Interditando rodovias e congestionando o Porto de Paranaguá, as chuvas em excessos se tornaram um novo problema para a população se preocupar.

Cidades catarinenses do Vale do Itajaí ficaram parcialmente submersas pelas águas do rio,

que subiram, em virtude das chuvas torrenciais ocorridas. As águas dos rios Itajaí-Açu, Itajaí-Mirim e Tijucas subiram, ameaçando inundar as cidades de Blumenau, Gaspar, Rio do Sul, Brusque, Tijucas e Biguaçu. As estradas que ligam essas cidades foram interrompidas pelo alagamento de diversos trechos. No Paraná, as chuvas de granizo causaram grandes prejuízos à lavoura, principalmente nos municípios de Palmas, Catanduvas, Guaraniaçu e Mariópolis (ÚLTIMA HORA, 30.Set.1963).



Foto 17: Procissão “ad petendam pluviam” entre Santa Zélia e Santa Fé, no Ribeirão Fernão Dias. Divisa entre os municípios de Astorga e Munhoz de Mello. 29/08/1963. Foto: Armínio Kaiser.

Para enfrentar o fogo, a população paranaense contou com um elemento espiritual que diversas vezes ganhou destaque nos jornais. A fé em Deus e as orações se tornaram elementos fundamentais para a população dominar o “temor do fogo”. No início, o incêndio assustava por conta da sua dimensão e velocidade. “O apelo era feito direto a Deus, somente Ele poderia salvar o Paraná da sanha do fogo” (GAZETA DO POVO, 4.Set.1963). Com os joelhos no chão, agricultores pediam bênçãos a Deus que pelo menos algum pedacinho de terra restasse ao final de tudo, algum burrico, ou ainda, alguma galinha (ÚLTIMA HORA, 4.Set.1963).

Milagres também foram relatados:

O lavrador Antonio Fernandes de Oliveira, que trabalha na Fazenda Cordeiro, narrou à reportagem de UH os momentos de terror por que passou entre as chamas. Disse que estava combatendo o fogo, quando as chamas sopradas pelo vento, começaram a alcançá-lo. O lavrador tentando escapar do verdadeiro inferno em que se transformou, tropeçou e caiu ao solo ficando à mercê das chamas. “Ai eu só sabia chamar por Nossa Senhora Aparecida” – disse. E o milagre aconteceu: “enquanto eu rezava, o fogo passou por cima, sem me fazer mal”. Antonio foi apenas chamuscado levemente pelo fogo, sofrendo queimaduras sem gravidade. Solicitando ao repórter que lhe batesse uma fotografia com o corpo enfaixado para coloca-la aos pés da Virgem, disse o lavrador que irá “agradecer o milagre em romaria ao Santuário” (ÚLTIMA HORA, 6.Set.1963).

A situação do Paraná chegou até o conhecimento do Papa Paulo VI que além de recursos financeiros enviou uma mensagem de consolo aos paranaenses:

Chegando ao nosso conhecimento a triste notícia da catástrofe que devasta o Estado do Paraná, invocamos aos Céus, com nossas humildes preces, o descanso eterno dos que pereceram, o alívio de saúde dos feridos, conforto e divinas consolações às famílias sinistradas suavizando sua dor, com minha paternal bênção apostólica (ÚLTIMA HORA, 9.Set.1963).

Assim, como se costuma atribuir a ocorrência de um desastre como obra de Deus⁹⁰ o seu fim e sua mitigação também podem ser suplicados pela população que acreditava que somente Ele seria capaz de salvá-las. Nesse sentido, as diversas manifestações religiosas se tornam o alimento espiritual necessário para vencer um desastre e a fonte de esperança para o retorno de suas atividades.

Se hoje os incêndios estão esquecidos na memória de grande parte da população paranaense, o cantor e compositor João do Vale eternizou o desastre em seus versos. Os

⁹⁰ STEINBERG, Ted. *Acts of God: The Unnatural History of Natural Disaster in America*. New York: Oxford University Press, 2006.

incêndios de 1963 foi tema de música de João do Vale em parceria com Helena Gonzaga⁹¹. Nascido no Maranhão, negro, semianalfabeto, autobiográfico na maioria de suas canções, em “Fogo do Paraná” (1965), relatou a situação de grande parte dos nordestinos que naquele período viam o Sul do Brasil como sinônimo de dias melhores.

O início da música retrata a vinda da família de “Seu Zé Paraíba” para o Paraná. Com esposa e seis filhos trabalhou duro no Norte do Estado e até comprou um cavalo. Seus filhos cresciam robustos e animados, “tudo igualzinho a sulista, de bochechinha rosada”. Mas

Aquele fogo maldito / Que o Paraná quase engole
José brigava com ele / Acompanhado da prole
Vosmecê fique sabendo / Que José nunca foi mole
Depois de tudo perdido / José voltou pro ranchinho
Foi conferir os "menino" / Tava faltando Toinho
Voltou em cima do rastro / Gritando pelo caminho
Cadê Toinho...
Cadê Toinho...
Responde Toinho...

João do Vale retratou a vivência da população paranaense diante do fogo. Pais, mães, filhos e vizinhos lutaram juntos na tentativa de salvar algo do fogo que varreu anos de trabalho e diversas vezes acabavam perecendo entre as chamas.

⁹¹ Entre as décadas de 1950 e 1960, João do Vale fez uma parceria não oficial com Luiz Gonzaga. Como os compositores pertenciam a gravadoras diferentes diversas músicas, entre elas Fogo no Paraná, apareceram como sendo parceria com Helena Gonzaga, esposa de Luiz Gonzaga.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fogo é um agente hidrológico, geomorfológico e ecológico que influencia direta e indiretamente toda dinâmica ambiental de um ecossistema. Comumente os agricultores utilizam a técnica do fogo para a limpeza da vegetação destinada à agricultura. Método tradicional, de baixo custo e de resultados imediatos, eles desconsideram as influências que seu uso pode ocasionar na dinâmica da paisagem, como infiltração, erosão e alteração na dinâmica de matéria orgânica.

A dominação do fogo pelo homem é muito mais antiga do que imaginamos. Um breve resgate na história comprova que o fogo é um dos mais antigos instrumentos utilizados pela espécie humana para o manejo e ocupação da terra. As civilizações antigas utilizavam o fogo para limpar a terra e prepará-la para o cultivo agrícola, para encurralar a caça, facilitar a passagem por entre a vegetação, em festas e rituais e como ferramenta de guerra. Diretamente relacionada à atividade agrícola, a prática da queimada, sem incluir medidas que garantam o seu controle, ainda nos dias de hoje tem sido responsável por perdas significativas de patrimônio no meio rural, particularmente de áreas florestais e cultivos perenes, que são atingidas por incêndios provocados pelo avanço do fogo em áreas que não deveriam ser atingidas (SÁ et. al., 2006).

A queimada de limpeza não pode ser considerada a única causadora do incêndio florestal ocorrido no Paraná em 1963, até porque relatos afirmam que essa prática persistiu em anos anteriores e posteriores e em nenhum desses casos houve a ocorrência de um incêndio com as mesmas dimensões daquele ano.

Diante dessa afirmativa e partindo do pressuposto que desastres ambientais reforçam padrões históricos já existentes a compreensão desse desastre ambiental, só é possível quando se observa o evento na longa duração pois as condições para os incêndios se tornarem um desastre foram criadas já no processo de transformação da paisagem com a colonização e com a introdução do café no território paranaense.

Deve-se levar em consideração que a possibilidade e a frequência da ocorrência de incêndios florestais estão intimamente ligadas às condições atmosféricas locais. Existe uma forte correlação entre ocorrência de grandes incêndios e prolongados períodos de seca, pois longos períodos de estiagem afetam o potencial de propagação dos incêndios de diversas maneiras, principalmente pela secagem progressiva do material combustível morto, podendo inclusive afetar o teor de umidade da vegetação verde. Isso aumenta a probabilidade de ignição e a facilidade de propagação ao incêndio (SOARES, 1985, p. 49-50).

A análise climatológica de 1963 já provou que esse ano foi caracterizado por um longo período de estiagem que iniciou em janeiro e perdurou até o final do mês de setembro. Nesse meio tempo, o inverno foi irregular, pois houve períodos de temperaturas elevadas e períodos de frios extremos com ocorrência de geadas em algumas regiões. De fato, o quadro climático contribuiu para as chamas se alastrarem de modo considerável no território paranaense. Mas a justificativa climática também não pode ser a principal culpada ao lado das queimadas. Além das condições atmosféricas, o grau de propagação de incêndios florestais também é medido pela quantidade de material combustível presente no território.

Sobre o material combustível que havia disponível nos solos paranaenses naquele momento, devemos nos atentar as transformações que a paisagem vinha sofrendo em anos anteriores. A ocupação e a introdução do café no Norte Pioneiro promoveram a devastação de extensas áreas da floresta pluvial, em um curto espaço de tempo. A implantação da Indústria Klabin nas áreas de florestas de Araucárias também promoveu a devastação dessa região. Temos então no norte do Estado um grande empreendimento fundiário apoiado na cultura do café e no sul, a instalação da primeira fábrica integrada de produção de papel no Brasil. A retirada da mata por ambos empreendimentos favoreceu a verticalização da biota e a diminuição de áreas de florestas nativas, reduzindo a umidade e favorecendo a velocidade e propagação dos ventos.

Há que se destacar também que em 1963 a cafeicultura passava pelo processo de erradicação e estava ocorrendo a racionalização e modernização da agricultura, com a substituição da monocultura do café por outras que também fossem rentáveis. Extensas áreas degradadas ou abandonadas devido a solos mais pobres, tornaram-se inviáveis para a cafeicultura, dando lugares a outras culturas menos complexas e mais favorável à propagação de incêndios.

O fogo tomou de assalto a população paranaense que não imaginava que uma simples queimada de limpeza pudesse adquirir proporções catastróficas. Por ser um desastre rápido, imediatamente perceptível, os incêndios provocaram diversas repostas por parte do Governo Estadual e da população civil que visavam amenizar os danos ocasionados às vítimas.

Conforme dito neste trabalho, as demandas pós desastre foram influenciadas por uma conjuntura política marcada por sucessivas crises a nível nacional e internacional. João Goulart governava com um país mergulhado em uma crise de pagamentos da dívida externa e ainda enfrentava a resistência dos opositores que articulavam um golpe para retirá-lo da

presidência. O apoio federal foi rechaçado pela imprensa e pelo Governo do Estado. Jornais da oposição “cumpriram” seu papel ao incendiar as questões relacionadas às políticas de resgate, prevenção e mitigação que a população tanto necessitava.

O governador Ney Braga, acabou adotando o mesmo tom de críticas ao presidente. Ao estreitar sua relação com governadores conspiradores, passou a reclamar da falta de ajuda federal. Mas essas reclamações não passavam de manobras oposicionistas, pois, de acordo com as fontes consultadas, essa ajuda existiu e ficou expressa na Operação Sementes, que só foi possível graças ao investimento federal, como se pode verificar na foto 4 do terceiro capítulo.

Devemos considerar ainda que naquele momento, passado pouco mais de uma década da Segunda Guerra Mundial, a hegemonia estadunidense impunha-se sobre os interesses de vários países, incluindo o Brasil. A ajuda patrocinada pela Aliança para o Progresso no qual foi inserido o convênio com o Paraná, era parte de uma estratégia montada pelo governo estadunidense para conter o avanço comunista sobre os países latino-americanos, na forma de repasse de alimentos, insumos e cooperação técnica. Ao mesmo tempo em que buscavam apoio no continente, colocavam seus produtos no mercado latino-americano, que chegavam a algumas situações, sob a forma de ajuda humanitária.

Se o governo federal não foi exatamente o que o governo paranaense pretendia, a ajuda internacional chegou de diversos lugares. Nas fontes são citadas a doação de donativos em alimentos, roupas, remédios e dinheiro. Médicos, enfermeiros, bombeiros, técnicos de várias especialidades, se juntaram às equipes de socorro para atenuar voluntariamente no atendimento aos feridos. Não podemos deixar de citar ainda, a nível nacional e regional as campanhas desencadeadas por rádios, diretórios acadêmicos, empresas, funcionários públicos e privados e estudantes.

A dificuldade no estabelecimento de uma logística adequada para transporte, armazenamento, destinação e distribuição de donativos ocorreu tal como se vê em exemplos atuais nos socorros a desastres ambientais. Em virtude de problemas de pouso no aeroporto de Curitiba, em razão da fumaça que se acumulava na região, em determinados momentos, cargas tiveram que ser desviadas para outros aeroportos do país. Foram vários exemplos, um deles, relatado pelo jornal Última Hora de 27 de setembro, sobre um avião proveniente da União Soviética, que estava carregado de leite em pó e açúcar para as vítimas, teve que ser desviado para o aeroporto de Viracopos, em Campinas, onde a carga foi desembarcada, armazenada e, posteriormente, enviada por caminhões até Curitiba.

As fontes deixaram claro que o Paraná não estava preparado para enfrentar um evento de tal extensão e, provavelmente, nenhum Estado brasileiro, naquele período, teria condições de dar respostas rápidas com incêndios que se deslocavam em velocidades de 20 a 30 quilômetros. A pouca quantidade de guarnições do Corpo de Bombeiros espalhadas pelo território do Estado somado ao despreparo do efetivo para combate a incêndios florestais, a falta de material de apoio e a dificuldade de comunicação, foram decisivos no alastramento das chamas pelo território paranaense. Talvez tenha razão à afirmativa dos técnicos estadunidenses de que somente uma chuva poderia salvar o Paraná.

O esquecimento desse desastre ambiental no Paraná nos intrigou bastante no decorrer do trabalho. Poucas publicações oficiais, poucos relatos de anos posteriores nos jornais regionais, em conversas informais com moradores antigos de diversas localidades, poucos se lembravam. Nunes (2013) realizou um trabalho sobre os incêndios no Paraná e ao entrevistar diversos jornalistas, estes atribuíram o período pré-golpe militar como a principal razão do esquecimento do desastre. O autor também entrevistou Armínio Kaiser e questionou o engenheiro agrônomo sobre não haver publicações a respeito dos incêndios. A resposta foi direta: “[...] Não há interesse em mexer nisso. Pra que vamos mexer nessa história? É desagradável, não é?” (NUNES, 2013, p. 163).

Além desses motivos, acreditamos que falar em tal desastre não interessava muito as autoridades naquele período. Diversas cidades, sobretudo as das regiões mais densamente atingidas, estavam passando pelo processo de ocupação, bem como a agricultura caminhava para um processo modernizante. Não era interessante para o governo mostrar as “mazelas” do Estado. Fato que pode ser comprovado quando analisamos a mensagem da Assembleia Legislativa do ano de 1964, e em nenhum momento são citados os incêndios. Se os incêndios não foram lembrados nos anos posteriores, dificilmente ele poderia persistir na memória da população. Essa questão precisa ser trabalhada melhor em um momento mais oportuno, pois como escreveu Lopes (2013), analisar como e porque a lembrança de uma catástrofe é perpetuada ou esquecida frequentemente faz com que se evidencie a complexidade de suas consequências.

Por fim, os incêndios de 1963 no Paraná não aconteceram do nada. Eles foram produzidos por meio de uma cadeia de escolhas humanas e ocorrências naturais. Foram frutos das relações dos habitantes com seu meio natural. Nesse sentido, desastres ambientais devem ser considerados como uma ocorrência social, física e cultural, e não podem ser encarados como puramente físicos ou eventos biológicos, mas como construtos socioculturais.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

ACERVO ARMÍNIO KAISER. *Fotografias referentes a seca, geada e fogo – 1963*.

ANAIS DO I SIMPÓSIO DE REFLORESTAMENTO DA REGIÃO DA ARAUCÁRIA. Curitiba: FIEP, 1963.

CHOMA, Daniel; VIEIRA, Edson; COSTA, Tati. *Ao sabor do café: Fotografias de Armínio Kaiser*. Londrina: Câmara Clara, 2008.

DEFESA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ. *Paraná em flagelo – 1963 – Galeria de Fotos*. Disponível em: <<http://www.defesacivil.pr.gov.br/modules/galeria/fotos.php?evento=62>> Acesso em: Julho, 2014.

KLABIN. *Relatório sobre as áreas plantadas com Araucária, Eucalipto e Pinus, atingidas pelos incêndios de agosto/setembro-63*. Acervo do Centro de Documentação e Memória Klabin.

PARANÁ. *O Paraná em flagelo: relatório*. Departamento de Geografia Terras e Colonização. Curitiba, 1963

_____. *Paraná: do flagelo à recuperação*. Departamento de Imprensa Oficial. Curitiba, 1964.

Jornais e revistas

DIÁRIO DA TARDE (Curitiba-PR). Pesquisa realizada com os exemplares do mês de setembro de 1963. Biblioteca Pública do Paraná.

FATOS E FOTOS. *Maldição sobre o Paraná*. Brasília, D.F, ano III, n. 138, 21 de setembro de 1963.

FOLHA DE LONDRINA (Londrina-PR). Pesquisa realizada com os exemplares dos meses de agosto e setembro de 1963. Disponibilizados pelo CPDH da Universidade Estadual de Londrina.

FOLHA DO NORTE (Maringá-PR). Pesquisa realizada com os exemplares dos meses de agosto e setembro de 1963. Disponibilizados pelo Acervo da Arquidiocese de Maringá.

GAZETA DO POVO (Curitiba-PR). Pesquisa realizada com os exemplares do mês de setembro de 1963. Acervo Biblioteca Pública do Paraná.

INDÚSTRIA. *Estiagem incendiou o Paraná: ressurgirá um novo Eldorado?* Curitiba, v.2, n.5, p. 19-22, nov.1963.

MANCHETE. *O Paraná em chamas*. Rio de Janeiro, n.596, p. 14-19, 21 de setembro de 1963.

_____. *O Paraná vai renascer das próprias cinzas*. Rio de Janeiro, n. 597, p. 24-29, 28 de setembro de 1963.

O TIBAGI (Tibagi-PR). Pesquisa realizada com os exemplares dos meses de setembro e outubro de 1963. Biblioteca Pública do Paraná.

SINAL VERDE. *Ao longe, o incêndio. Na cidade, o medo*. Brasília – DF, ano II, n 16/17, p. 10-11, 1982.

ÚLTIMA HORA (Curitiba-PR). Pesquisa realizada com os exemplares do mês de setembro de 1963. Acervo Biblioteca Pública do Paraná.

Bibliografia

ALCÁNTARA-AYALA, Iracema. Geomorphology, natural hazards, vulnerability and prevention disasters in developing countries. *Geomorphology*, v. 47, p. 107-124, 2002.

ALERJ. *Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara – história e organização*. Disponível em: < http://www.alerj.rj.gov.br/center_arq_aleg_prod_link3.htm > Acesso em: Julho, 2014.

ALEXANDER, David. The Study of Natural Disasters, 1977-97: Some Reflections on a Changing Field of Knowledge. *Disasters*, v. 21, n. 4, p. 284-304 (p. 290), 1997.

AMÉRICAS. *The great Paraná fire*. Volume15, Number 12, p. 38-40, December 1963.

ARRUDA, Gilmar. A ‘grande transformação’ e a biota cultural das populações em movimento. *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 14, n. 2, p. 287-303, 2010.

BAIXAR MAPAS – MAPAS GEOGRÁFICOS. Mapa mesorregiões Paraná (2004). Disponível em: <<http://www.baixarmapas.com.br/mapa-do-parana-mesorregioes/>> Acesso em: Janeiro – 2015.

BATISTELLA, Alessandro. O governo Ney Braga e o golpe civil-militar de 1964 no Paraná. *Diálogos* (Maringá Online), v.18, supl. Espec., p. 203-242, dez./2014

BRASIL. *Lei 12651/2012. Código Florestal Brasileiro*. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm>

CANCIAN, Nadir Aparecida. *Cafecultura paranaense – 1900/1970*. Curitiba: Grafipar, 1981.

CAPIM BARBA DE BODE. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ciper%C3%A1cea>> Acesso em: Julho, 2014.

CAREY, Mark. Living and Dying with Glaciers: People’s Historical Vulnerability to Avalanches and Outburst Floods in Peru. *Global and Planetary Change*, v. 47, n. 2, p. 122-134, 2005.

CARVALHO, Eduardo. Empresa de SP faz chuva artificial com avião bimotor. *Globo Natureza*, 2011. Disponível em: < <http://g1.globo.com/natureza/noticia/2011/07/empresa-de-sp-faz-chuva-artificial-com-aviao-bimotor.html> > Acesso em: Maio de 2014.

CARVALHO, Márcia Siqueira de. Os mitos da reforma agrária e da geada no Norte do Estado. In: FRESCA, Tania M.; SALVI, Rosana F.; ARCHELA, Rosely S. (orgs). *Dimensões do espaço paranaense*. Londrina: EDUEL, 2002. p. 59-76

- CASTRO, Maria Inês M. Reflexões sobre a história ambiental. *Revista Universitas FACE*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 25-44, 2003.
- CORREA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.
- COSTA, Adão José Vital da; WIZNIEWSKY, José Geraldo. História ambiental agrária: uma reflexão dialética sobre o espaço rural brasileiro. *Boletim Goiano de Geografia*. Goiânia, v. 30, n. 1. P. 35-49, jan./jun. 2010
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DIAS, Atos. *A Lei Pública 480: origem, evolução e possíveis mudanças*. Disponível em: <<http://fomeri.blogspot.com.br/2013/06/a-lei-publica-480-origem-evolucao-e.html>> Acesso em: Julho, 2014.
- DREW, D. *Processos interativos homem – meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1986.
- DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997.
- DUARTE, Regina Horta. *História & Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- FERNANDES, Hellê Vellozo. O fogo. In: FERNANDES, Hellê Vellozo. *Monte Alegre Cidade-Papel*. Curitiba: Símbolo S.A, 1974. p. 201-227.
- FLORES, Andreza Cristina dos Santos; SILVA, Damirelis Gomes da; SANTOS, Lenita Aparecida dos. As consequências causadas pela monocultura da cana-de-açúcar e do café na região norte pioneiro do Paraná. In: X Congresso de Educação do Norte Pioneiro. Jacarezinho, 2010. *Anais...* UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná – Centro de Ciências Humanas e da Educação e Centro de Letras, Comunicação e Artes. Jacarezinho, 2010. p. 225-238.
- FLORESTAR. *Pinus – Informações Gerais*. Disponível em: <<http://www.floresta.org.br/index.php?interna=textos/pinus&grupo=4>> Acesso em: Julho, 2014.
- FREITAS, Inês Aguiar de. A geografia na construção de uma história ambiental brasileira. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 155-168, Jul./Dez.2002.
- G1. *Governo Federal reconhece estado de calamidade pública em cidades do PR*. Disponível em:< <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2014/06/governo-federal-reconhece-estado-de-calamidade-publica-em-cidades-do-pr.html> > Acesso em: Julho, 2014.
- GARCIA ACOSTA, Virginia. El estudio histórico de los desastres. In: GARCIA ACOSTA, Virginia (org.). *Historia y desastres em America Latina*. Bogotá, Colombia: Rede de Estudios Sociales en Prevención de Desastres em América Latina, 1996. V. I. p. 5-21.
- GRODZKI, R.M. Extensão: seu conceito e métodos aplicados em programas de reflorestamento. In: *Anais do I Simpósio de Reflorestamento da Região da Araucária*, Curitiba, 1963, p. 55-60

- GUBERT FILHO, Francisco A. O desflorestamento do Paraná em um século. In: SONDA, Claudia; TRAUZYNSKI, Silvia Cristina. *Reforma agrária e meio ambiente – teoria e prática no Estado do Paraná*. Curitiba: ITCG, 2010, p. 15-25.
- GUIMARÃES, Mauro. *A dimensão ambiental na educação*. Campinas: Papirus, 1995.
- HAUER, Margit. As florestas no Paraná: um processo de involução. In: *Reforma agrária e meio ambiente – teoria e prática no Estado do Paraná*. Curitiba: ITCG, 2010, p. 27-44.
- IBC-GERCA. *Diversificação da estrutura agrícola das regiões cafeeiras – Plano Diretor*. Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura. Abril, 1962.
- _____. *Boletim Informativo*. Instituto Brasileiro do Café – Agência de Curitiba, 1964.
- _____. *Racionalização da Cafeicultura Brasileira – Programa de Renovação*. Instituto Brasileiro do Café, Agência Londrina, 1969.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas*. Departamento de Geografia. Rio de Janeiro, 1990
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). *Cadernos Estatísticos*. Grupo de Estudos para as Atividades Agroindustriais para o Paraná. Curitiba: Convênio Ministério do Planejamento – Governo do Estado do Paraná, 1973. Disponível em:
<http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/grupo_estudos_agroindust_01_73.pdf> Acesso em: Julho, 2014.
- KLANOVICZ, Jó. Húbris tecnológica e História: pensando ambientes e desastres. In: *Anais... XXVI Simpósio Nacional de História – Anpuh*. São Paulo, julho 2011. p. 1-16.
- _____. História ambiental e desastres: encontros entre política, tecnologia e sociedade. *História Unisinos*. V. 17, nº 3, p. 293-302, setembro/dezembro-2013.
- KOBIYAMA, Masato et. al. Conceitos básicos. In: *Prevenção de desastres naturais: conceitos básicos*. Curitiba: Ed. Organic Trading, 2006, p. 7-30.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 2aed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- LEFF, Enrique. Vetas y vertientes de la história ambiental latinoamericana: una nota metodológica y epistemológica. *Vária*, Belo Horizonte, n. 33, p. 17-35, 2005.
- LOPES, Alfredo Ricardo Silva. A natureza do risco: paisagem e risco na análise dos desastres socioambientais. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 20, n. 30, p. 52-66, dez.2013.
- MAACK Reinhard. *Geografia Física do Estado do Paraná*. BRDE/ IBPT/ UFPR, Curitiba: Editora Max Roesner, 1968.
- MARTINS, Marcos Lobato. *História e Meio Ambiente*. São Paulo: Annablume, 2007.
- MARX, Karl. Manuscritos econômicos-filosóficos: terceiro manuscrito. In: MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. 2ª. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1978. p. 165-214. Coleção os pensadores.

MATHEWSON, Kent; SEEMANN, Jörn. A geografia histórico-cultural da Escola de Berkeley: um precursor ao surgimento da História Ambiental. *Varia*, Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p.71-85, jan/jun. 2008.

MATOS, E. A. O Programa "Aliança para o Progresso": O discurso civilizador na imprensa e a educação profissional no Paraná – Brasil. In: Simposio Internacional Proceso Civilizador, 11, 2008, Buenos Aires. *Anais...* Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2008. p. 359-367.

MATTEDI, Marcos Antônio. BUTZKE, Ivani Cristina. A relação entre o social e o natural nas abordagens de hazards e de desastres. *Ambiente & Sociedade*. Ano IV – nº 9, p. 1-22 – 2º Semestre de 2001.

MC CORMICK, John. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MEDRADO, Moacir José Sales. Apresentação. In: SHIMIZU, Jarbas Yukio (org.). *Pinus na silvicultura brasileira*. Colombo: Embrapa Florestas, 2008. p. 2.

MEYER, Daniel. *Transitions and Resilience in the Frozen Commons – Linking Aquaculture, Krill Fishery, Governance and Ecosystem change in the Scotia Sea, Southern Ocean*. 2011, 103 f. Master's Thesis in Ecosystems, Resilience and Governance – Stockholm Resilience Centre.

_____. *Nova forma de confrontar problemas ambientais no Brasil*. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/convidados/25363-nova-forma-de-confrontar-problemas-ambientais-no-brasil>> Acesso em: Julho, 2014.

MIRANDA, Maria Bernadete. *Títulos de Crédito*. Disponível em: <http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/apostila3.pdf> Acesso em: Julho, 2014.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueredo. *A frente polar Atlântica e as chuvas de inverno na fachada Sul-oriental do Brasil – contribuição metodológica à análise rítmica dos tipos de tempo no Brasil (Séries Teses e Monografias)*. São Paulo: Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, 1969.

MORO, D.A. *Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural no norte do Paraná*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista. 1991

MUHNAC. *Banco de germoplasma*. Disponível em: <http://www.mnhnc.ulisboa.pt/portal/page?_pageid=418,1391346&_dad=portal&_schema=PORTAL> Acesso em: Julho, 2014.

MÜLLER, Nice Lecocq. Contribuição ao Estudo do Norte do Paraná. *Geografia*, Londrina, v. 10, n. 1, p. 89-118, jan./jun. 2001.

MUNIZ, Pedro J. Costa. Preliminares de um plano de fomento florestal para o Estado do Paraná. In: *Anais do I Simpósio de Reflorestamento da Região da Araucária*, Curitiba, 1963, p. 125-130.

NORA, Pierre. *Entre a memória e a história: a problemática dos lugares*. Projeto História. São Paulo, n. 10, p. 7-27, dez. 1993.

NUNES, José Luiz Alves. *1963: o Paraná em chamas*. Londrina: Ed. do autor, 2013.

- NUNES, J. R. S.; SOARES, R. V.; BATISTA, A. C. FMA + - um novo índice de perigo de incêndios florestais para o Estado do Paraná, Brasil. *Floresta*, Curitiba, PR, v.36, n.1, p. 75-91 jan./abr. 2006.
- OLIVEIRA, Semí Cavalcante. A economia cafeeira no Paraná até a década de 1970. *Vitrine da Conjuntura*, Curitiba, v. 2, n. 4, p. 1-8, junho, 2009.
- PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, 24 (68), pp. 81-101, 2010.
- PAIXÃO, Letícia Aparecida. *Fogo na roça: impactos sociais dos incêndios do ano de 1963 no Estado do Paraná*. Maringá, 2011. 34 f. Relatório (Iniciação Científica) – Universidade Estadual de Maringá.
- PASSOS, Messias Modesto dos. Eco-história da paisagem. *Boletim de Geografia*, Maringá – PR, v. 15, n. 1, p. 69-83, 1997.
- POLÍCIA MILITAR. Material de apoio sobre Combate Incêndios Florestais - *Curso de formação de soldados BM*. Comando do Corpo de Bombeiros. Piraquara, 2005
- POZZOBON, Irineu. *A epopeia do café no Paraná*. Londrina: Grafmarke, 2006.
- REVISTA PANORAMA. *O Paraná depois do flagelo*. Curitiba, ano XV, n. 153, p. 67-69, fevereiro de 1965
- RIBEIRO, Antonio Giacomini. Seca, geada e incêndios no ano de 1963. *Boletim de Geografia*. Maringá, ano 2, n. 2, p. 24-30, 1984.
- ROSA FILHO, João Alves da. Paraná em flagelo – 1963. In: ROSA FILHO, João Alves da. *Porecatu, Sudoeste e outros episódios*. Curitiba: Associação da Vila Militar, 2003. p.45-49. Coleção Episódio da História da PMPR.
- SÁ, Tatiana Deane de Abreu; KATO, Osvaldo Ryohei; CARVALHO, Cláudio José Reis de; FIGUEIREDO, Ricardo de Oliveira. Queimar ou não queimar? De como produzir na Amazônia sem queimar. *Revista USP*, n. 72, p. 90-97, dezembro/fevereiro 2007.
- SALGUEIRO, Teresa Barata. Paisagem e geografia. *Revista Finisterra*, XXXVI, 72, p. 37-53, 2001.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SAUER, Carl O. La morfologia del paisaje. *Polis. Revista Latinoamericana*, n. 15, 2006. Disponível em: < www.revues.org>. Acessado em: 17 jun. 2013.
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO. *Superintendência do Patrimônio da União no PR*. Disponível em: <<http://patrimoniodetodos.gov.br/gerencias-regionais/spu-pr>> Acesso em: Julho, 2014.
- SEDREZ, Lise. Desastres socioambientais, políticas públicas e memória – contribuições para a história ambiental. In: NODARI, Eunice Sueli; CORREA, Sílvia Marcus de Souza (orgs.). *Migrações e natureza*. São Leopoldo: Oikos, 2013. p. 185-201.

SHIMIZU, Jarbas Yukio. Introdução. In: SHIMIZU, Jarbas Yukio (org.). *Pinus na silvicultura brasileira*. Colombo: Embrapa Florestas, 2008. p. 5.

SILVEIRA, Leonor Marcon da. A ocupação e organização espacial do território paranaense face aos recursos da natureza. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 20, n. 1, p. 129-136, 1998.

SOARES, Ronaldo Viana. *Incêndios Florestais – Controle e uso do fogo*. Curitiba: Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná, 1985.

_____. Desempenho da “Fórmula de Monte Alegre” índice brasileiro de perigo de incêndios florestais. *Cerne*, V.4, n.1, p. 087-099, 1998.

SOSA, Derocina Alves Campos. Imprensa e História. *Revista Biblos*, vol. 19: 109-125, 2006.

SOUZA, Fabíula Sevilha. Capitalismo e colonização nas matrizes teórico-metodológicas da História Ambiental norte-americana. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 5, n. 2, jan-jun., pp. 150-166, 2012.

SPELTZ, G.E. Informações preliminares quanto ao desenvolvimento da Araucária angustifolia. P. tarda. P. caribaea e P. elliottii na Fazenda Monte Alegre. In: *Anais do I Simpósio de Reflorestamento da Região da Araucária*, Curitiba, 1963a, p. 45-49.

_____. Desenvolvimento da Araucária angustifolia (Bert) Ktze na Fazenda Monte Alegre. In: *Anais do I Simpósio de Reflorestamento da Região da Araucária*, Curitiba, 1963b, p. 79-83.

STEINBERG, Ted. *Acts of God: The Unnatural History of Natural Disaster in America*. New York: Oxford University Press, 2006.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. História das Paisagens. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

TETTO, Alexandre França. *Comportamento histórico dos incêndios na Fazenda Monte Alegre no período de 1965 a 2009*. Tese (doutorado). Universidade Federal do Paraná. 2012

THOMAZ, Edivaldo Lopes. Mudanças nas características físicas do topo do solo causadas pela erosão laminar, em agricultura de subsistência no sistema de rodízio de terras – Guarapuava- PR. *Geosul*, Florianópolis, v. 22, n. 44, p. 67-94, jul./dez. 2007.

_____. Influência da temperatura no diâmetro e na estabilidade de agregados em Chernossolo, Saskatchewan, Canadá. *Asociacion Ciencia del Suelo*. Argentina, 29 (2): 277-284, 2011

THOMSON, A. *Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias*. Projeto História. São Paulo, n. 15, p. 51-84, abr. 1997.

TUOTO, Marco; HOEFLICH, Vitor Afonso. A indústria florestal brasileira baseada em madeira de Pinus: limitações e desafios. In: SHIMIZU, Jarbas Yukio (org.). *Pinus na silvicultura brasileira*. Colombo: Embrapa Florestas, 2008. p. 6-10.

ÚBEDA, Xavier; OUTEIRO, Luís R. Physical and chemical effects of fire on soil. In: Cérda A & P R Robichaud (ed.) Fire effects on soils and restoration strategies. Vol. 5. p. 105-132. *Science Publishers*. New Hampshire, United State of America. 589 pp.

VALASKI, Simone; NUCCI, João Carlos. Mapa Fitogeográfico do Paraná (MAACK, 1950): coleção de mapas como solução cartográfica. In: *Anais do IV SLAGF*. Maringá, 2006. v.1. p. 1-10.

WORSTER, Donald. *Dust Bowl: The Southern Plains in the 1930s*. New York: Oxford University Press, 1982.

_____. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

_____. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na História. *Ambiente e Sociedade*. Vol. V – nº 2 – ago/dez. 2002 - Vol VI – nº 1 – jan.jul.2003.

WECK, Phil Johan. Conferência de Abertura. In: *Anais do I Simpósio de Reflorestamento da Região da Araucária*, Curitiba, 1963, p. 29-37.